

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

BIANCA PINHEIRO DA COSTA

**POLÍTICA DE TRANSIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME
MILITAR? UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
GOVERNO SARNEY**

FRANCA

2026

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

BIANCA PINHEIRO DA COSTA

**POLÍTICA DE TRANSIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME
MILITAR? UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
GOVERNO SARNEY**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Política: ações e representações.

Orientadora: Profª. Dra. Rita de Cássia Biason

Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

FRANCA

2026

D118p Da Costa, Bianca Pinheiro
Política de Transição ou Institucionalização do Regime Militar? : Uma análise do programa para Educação Superior no governo Sarney / Bianca Pinheiro Da Costa. -- Franca, 2026
202 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Rita de Cássia Aparecida Biason

1. História política. 2. Elite Política. 3. Golpe empresarial militar de 1964. 4. Ensino Superior. 5. Reforma Universitária. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

BIANCA PINHEIRO DA COSTA

**POLÍTICA DE TRANSIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME
MILITAR? UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
GOVERNO SARNEY**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Política: ações e representações.

Data da defesa: 08/05/2026.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Rita de Cássia Aparecida Biason
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Assis

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa
UECE - Universidade Estadual do Ceará



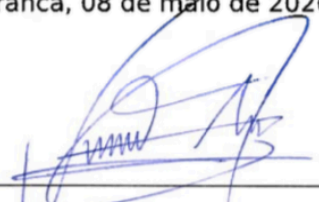
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Franca

ATESTADO DE APROVAÇÃO - DEFESA

Atestamos que BIANCA PINHEIRO DA COSTA, RA nº: PAF240044, RG nº 38.879.707-1, expedido pela SSP/SP, defendeu, no dia 08/05/2026, a dissertação intitulada "POLÍTICA DE TRANSIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR? UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO SARNEY", junto ao Programa de Pós Graduação em História, Curso de Mestrado Acadêmico, tendo sido APROVADA. Atestamos ainda que a obtenção do título dependerá de homologação pelo Órgão Colegiado competente.

Franca, 08 de maio de 2026



Valtair Naiton da Silva
Supervisor Técnico de Pós-graduação
Supervisor Técnico de Pós-graduação em História

Dedico este trabalho aos que sobreviveram à noite da ditadura e aos que não sobreviveram a ela; aos que insistiram na palavra quando o silêncio era imposto; e às pessoas que permanecem lutando em defesa da educação superior pública, crítica, popular e socialmente comprometida.

AGRADECIMENTOS

Há trajetórias que nunca são construídas sozinhas. Esta dissertação, antes de qualquer coisa, é resultado dos encontros, afetos, incentivos e mãos que me sustentaram ao longo do caminho. Em tempos tão difíceis, concluir uma pesquisa também é um ato coletivo de permanência e resistência. Esta trajetória igualmente significou atravessar as inseguranças de ocupar um espaço acadêmico que, historicamente, nunca foi pensado para determinados corpos, trajetórias e experiências; no meu caso, vindas das periferias de São Paulo e inseridas em uma universidade historicamente atravessada por desigualdades, distâncias sociais e barreiras nem sempre visíveis. Permanecer, nesse percurso, foi aprender diariamente a existir entre linguagens, códigos e estruturas que, tantas vezes, transformam o conhecimento em privilégio, e não em direito.

Nesse caminho, o apoio institucional foi fundamental para que esta pesquisa pudesse existir. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de Financiamento 001, pela concessão da bolsa de pós-graduação, essencial para minha permanência ao longo dessa trajetória acadêmica. Em um país marcado por profundas desigualdades no acesso à educação, o financiamento à pesquisa também representa a possibilidade concreta de continuidade para muitos estudantes.

Minha profunda gratidão também à minha orientadora, a professora Rita de Cássia Aparecida BIASON, que me acompanha desde a graduação. Ao longo desses anos, construímos uma relação marcada pela confiança, pela escuta e pelo compromisso com a formação acadêmica e humana. Sua orientação cuidadosa e sua paciência foram fundamentais não apenas para o desenvolvimento desta pesquisa, mas também para minha permanência no programa de pós-graduação.

Agradeço ao professor Paulo Henrique Martinez, cujas aulas, bibliografias e reflexões foram essenciais para a construção do primeiro capítulo desta dissertação. Ao professor Frederico Jorge Ferreira Costa, agradeço pela generosidade em compartilhar bibliografias fundamentais sobre educação e pelas reflexões que contribuíram significativamente para o amadurecimento deste trabalho. Aos dois professores, deixo também meu agradecimento pela leitura atenta, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições realizadas durante as bancas de qualificação e defesa, fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa.

Mas nenhuma trajetória intelectual se sustenta apenas no espaço acadêmico. Muito antes da universidade, houve aqueles que construíram as condições para que eu chegasse até aqui.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Nívea e Jorge, que deixaram o Ceará e atravessaram inúmeras dificuldades em São Paulo. Mesmo diante de muitas privações, nunca permitiram que a falta lhes roubasse a esperança de que eu pudesse ir além. Tudo o que construí carrega o esforço silencioso de vocês, as renúncias que muitas vezes nem chegaram a ser verbalizadas e a insistência diária em acreditar que o estudo poderia abrir caminhos diferentes. Esta conquista nasce, sobretudo, da coragem de vocês.

Ao Edilson, meu companheiro, pelo amor construído na presença, na paciência e no cuidado cotidiano. Obrigada por permanecer ao meu lado nos momentos de ansiedade, cansaço e insegurança, dividindo comigo os pesos que a pesquisa tantas vezes impõe. Quando eu duvidei de mim mesma, você permaneceu acreditando. Há algo profundamente transformador em ser amada também nos dias difíceis, e levo comigo a sorte de ter encontrado isso em você.

Aos meus irmãos, Felipe e Isabelle, pelo carinho e pela forma única com que cada um, à sua maneira, me inspirou ao longo dessa trajetória. Mesmo nos gestos mais simples, no apoio silencioso e nas pequenas demonstrações de afeto, vocês me lembraram que eu nunca estive sozinha nesse caminho.

Ao meu tio Flavinho, que foi uma das pessoas que me incentivou a ingressar na pós-graduação e que, ao longo dessa caminhada, esteve presente de maneiras significativas. Agradeço pelas vezes em que me ajudou a procurar bibliografias em sebos e livrarias, pelas conversas, pelas reflexões e pela generosidade silenciosa com que sempre esteve disposto a me auxiliar quando precisei. Tenho profunda admiração pela pessoa e pelo pensador que você é. Sempre admirei sua maneira crítica e inquieta de enxergar a realidade, marcada por essa necessidade quase inevitável de pensar diferente e buscar formas alternativas de compreender a vida. Muito do que construí intelectualmente também foi atravessado pelas nossas trocas e pela inspiração que encontro em você.

Aos meus amigos, que deram humanidade aos períodos mais difíceis da pesquisa. Em especial à Sarah e à Alessandra, pelo carinho, pela escuta, pelo apoio constante e pela forma generosa com que caminharam ao meu lado durante essa trajetória. Sarah, obrigada por me acolher tantas vezes em Franca, pelo abrigo, pelas conversas e por ter se tornado, para mim, muito mais do que uma amiga; alguém que carrego com o amor e a proximidade de uma irmã. Alessandra, agradeço pelo incentivo, pela presença afetuosa e pela confiança que

sempre depositou em mim, especialmente nos momentos em que tudo parecia mais incerto. Vocês duas, cada uma à sua maneira, foram fundamentais para tornar essa caminhada mais leve, mais humana e menos solitária.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, atravessaram esta trajetória comigo. A pesquisa, muitas vezes, é um exercício de silêncio, recolhimento e solidão; e talvez não haja problema nisso. Em um mundo cada vez mais atravessado pela pressa, pelas superficialidades e pelos vínculos voláteis, aprender a permanecer ao lado de quem nos faz bem também é uma forma de resistência. Esta dissertação é fruto não apenas das leituras e reflexões que a constituem, mas também dos afetos, das conversas, dos encontros e das pessoas que tornaram o percurso mais humano, mais sensível e, sobretudo, mais verdadeiro.

*Por isso, cuidado, meu bem
Há perigo na esquina.
Eles venceram e o sinal
Está fechado pra nós
Que somos jovens.*

(BELCHIOR, 1976)

RESUMO

O processo de democratização pós-Golpe Civil-Militar de 1964, ocorreu de maneira lenta e gradativa, perceptível ao decorrer do curso histórico. Essa dissertação, pretendeu compreender os aspectos conservadores¹ no governo de José Sarney, para designar se houve ou não continuidade do autoritarismo do Regime Militar em sua direção. Após essa identificação, buscamos investigar as ações do programa de educação superior do ex-presidente José Sarney, para comprovar que tais aspectos de conservação do regime ditatorial também permaneceram no plano educacional ao longo do seu plano de governo. A democracia pós-golpe é uma democracia contrária ao conceito original e estritamente restritiva; é a concretização da “democracia burguesa”². O ponto de partida desta dissertação, consistiu em uma aproximação histórica e política do momento em questão, mas não como parâmetros sumamente “introdutórios”, mas como fragmento indispensável da análise dos objetos de pesquisa propostos. Considera-se que não é possível investigar essas movimentações políticas sem compreender em quais terrenos e conjuntura elas foram constituídas. Para isso, fizemos um levantamento bibliográfico de diferentes áreas de conhecimento, para desenvolver uma compreensão mais ampla em torno da temática estudada. Partindo de uma perspectiva histórica, buscamos investigar o contexto histórico e político de 1968, isto é, no período em que ocorreu a reforma universitária, deslocando-se em seguida para o início da política de abertura, perpassando a data de 1976 com a criação da UNESP, até a gestão Sarney, com atenção especial ao plano educacional do período de abertura à Nova República, nunca deixando de lado o marco de 1968. Os documentos escolhidos para a análise do plano institucional dessas regências, foram os documentos e declarações oficiais, como as mensagens presidenciais, declarações oficiais do presidente, as realizações do Ministério da Educação, para investigar o governo de Geisel, Figueiredo e Sarney, e a Lei de criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, o Estatuto e o Regimento Geral da instituição para analisar a instituição eleita como objeto de estudo.

Palavras-chave: Autoritarismo, Golpe empresarial-militar, Política de Transição, Reforma Universitária, Educação Superior.

¹O conceito compreendido como “conservador” utilizado na pesquisa é o “conservadorismo moderno” teorizado por Karl Mannheim: “[...] o conservadorismo moderno, segundo o autor, é uma entidade com uma continuidade histórica e social que se constituiu, desde o princípio, de modo consciente e reflexivo, ou seja, como um ‘contramovimento em oposição consciente ao movimento ‘progressista’ altamente organizado, coerente e sistemático’ (ibidem, p. 157 Trata-se, portanto, de um movimento intencional e, sobretudo, proposital em relação às circunstâncias, que mudam de uma época para outra (WELLER; BASSALO. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. Estudos Avançados. São Paulo, 2020, p. 393).

² [...] uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo é o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do “sistema democrático capitalista” (FERNANDES. Apontamentos sobre “A Teoria do Autoritarismo”. Expressão popular, São Paulo, 2019, p. 45).

ABSTRACT

The process of democratization following the 1964 civil-military coup took place slowly and gradually, becoming apparent over the course of history. This dissertation sought to understand the conservative³ aspects of José Sarney's administration in order to determine whether or not the authoritarianism of the military regime continued under his leadership. Following this identification, we sought to investigate the actions of former President José Sarney's higher education program to demonstrate that such conservative aspects of the dictatorial regime also persisted in the educational sphere throughout his administration. Post-coup democracy is a democracy contrary to the original concept and strictly restrictive; it is the realization of "bourgeois democracy"⁴. The starting point of this dissertation consisted of a historical and political approach to the period in question, not as merely "introductory" parameters but as an indispensable fragment of the analysis of the proposed research subject. It is considered that it is not possible to investigate these political movements without understanding the contexts and circumstances in which they were formed. To this end, we conducted a literature review across various fields of study to develop a broader understanding of the subject under investigation. Taking a historical perspective, we sought to examine the historical and political context of 1968, that is, the period in which the university reform took place, then moving on to the beginning of the "opening" policy, spanning the year 1976 with the creation of UNESP, up to the Sarney administration, with special attention to the educational plan from the "opening" period to the New Republic, without ever neglecting the landmark year of 1968. The documents selected for analyzing the institutional framework of these administrations were official documents and statements, such as presidential messages, official statements by the president, and the Ministry of Education's achievements, to examine the governments of Geisel, Figueiredo, and Sarney, as well as the law establishing the Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" and the Statute and General Regulations of the institution to analyze the institution selected as the subject of study.

Keywords: Authoritarianism, Military-Business Coup, Transition Policy, University Reform, Higher Education.

³ The concept of "conservative" used in this study is the "modern conservatism" theorized by Karl Mannheim: "[...] modern conservatism, according to the author, is an entity with historical and social continuity that was constituted, from the outset, in a conscious and reflective manner, that is, as a 'counter-movement in conscious opposition to the highly organized, coherent, and systematic 'progressive' movement'" (ibid., p. 157). It is, therefore, an intentional movement and, above all, one that is purposeful in relation to circumstances, which change from one era to another (WELLER; BASSALO). The insurgency of a generation of young conservatives: reflections based on Karl Mannheim. *Estudos Avançados*. São Paulo, 2020, p. 393).

⁴[...] a democracy in which representation is based on the electoral system, political parties, and parliamentarism is the constitutional state. Inherent in this system is profound economic, social, and cultural inequality, with a high degree of monopolization of power by the wealthy ruling classes and their elites. Freedom and equality are merely formal, which requires, in theory and in practice, that the authoritarian element be intrinsically a structural and dynamic component of the preservation, strengthening, and expansion of the "capitalist democratic system" (FERNANDES. Notes on "The Theory of Authoritarianism." *Expressão Popular*). São Paulo, 2019, p. 45).

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Configuração do IPES.....	29
Figura 2: Eleição para a constituinte de 1986 – a grande vitória do PMDB.....	75
Figura 3: Greve Geral: os trabalhadores retomam a ofensiva.....	91
Figura 4: Assembleia Constituinte: Resolução n.º 3 de 1988.....	96
Figura 5: Evolução das matrículas da educação superior brasileira por categoria administrativa (pública e privada) – 1964-1994.....	119
Figura 6: Marcha da Família com Deus pela Liberdade.....	123
Figura 7: O governador Paulo Egydio Martins na assinatura da criação da Unesp, em palanque montado na praça principal de Ilha Solteira em 30 de janeiro de 1976.....	125
Figura 8: Número de matrículas do Ensino Superior (1960).....	131
Figura 9: Número de matrículas do Ensino Superior (1964).....	132
Figura 10: Número de matrículas do Ensino Superior (1963).....	132
Figura 11: Número de matrículas do Ensino Superior (1969 e 1970).....	133
Figura 12: Evolução das matrículas em cursos de graduação no setor público e privado....	134
Figura 13: Evolução do número de instituições por natureza e dependência administrativa - Brasil - 1980-1989.....	145
Figura 14: Evolução do número de concluintes por natureza e dependência administrativa Brasil - 1980 1989.....	146
Figura 15: Vagas oferecidas, inscrições e ingresso pelo vestibular nos cursos de graduação - 1984.....	148
Figura 16: Ensino superior, matrícula nas IFES (1980/1990).....	149
Figura 17: Instituições de ensino superior por dependência administrativa - 1986-1988....	156
Figura 18: Instituições de ensino superior por dependência administrativa - 1989.....	158
Figura 19: Estimativa de evasão escolar no Ensino Superior (1980-1990).....	159
Figura 20: Número de matrículas do Ensino Superior (1986 e 1988).....	163
Figura 21: Ingresso nos cursos de graduação (1986-1988).....	164
Figura 22: Conclusões nos cursos de graduação (1985-1987).....	165
Figura 23: Conclusões nos cursos de graduação (1988).....	166

Figura 24: Panorama das despesas com o ensino superior como proporção do PIB (%), comparação de estimativas, Brasil, 1933-2010.....	167
Figura 25: Panorama das despesas por estudante da rede pública como proporção do PIB per capita (%), ensino superior, e comparação de estimativas, Brasil, 1933-2010.....	167
Figura 26: Despesas com educação do governo federal, 1985-1989.....	168
Figura 27: Despesas realizadas pela União na função educação e cultura, segundo os órgãos da administração direta e os programas - 1985-86.....	169
Figura 28: Posse de Luiz Ferreira Martins como primeiro reitor da Unesp.....	174

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1: GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR (1964).....	20
1.1 Formação da burguesia empresarial.....	20
1.1 Articulação do golpe: contexto histórico e político.....	27
1.2 A Reforma Universitária.....	32
1.2.1 Comissão Meira Mattos e Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.....	35
1.3 A abertura política.....	40
1.3.1 Geisel e o projeto de “institucionalização” da ditadura.....	40
1.3.2 João Figueiredo, política de “abertura política” e a transição (in)completa.....	49
1.3.3 José Sarney e a suspensão democrática.....	66
 CAPÍTULO 2: ARTICULAÇÃO DA BURGUESIA NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUINTE DE 1988, EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PERÍODO DE ABERTURA, EDUCAÇÃO SUPERIOR DA NOVA REPÚBLICA E O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”....	78
2.1 Articulação da burguesia na elaboração da Constituinte de 1988.....	78
2.2 Educação Superior: Reflexos da Reforma Universitária.....	101
2.2.1. Governo Geisel e a repressão universitária na abertura política.....	107
2.3 Educação na Nova República: conjuntura pós-ditadura.....	112
2.3.1. José Sarney e a educação superior.....	116
2.4 Surgimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.....	120
2.4.1 Universidade Estadual Paulista e o simbolismo do nome de Júlio de Mesquita Filho para a instituição.....	126
 CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE FONTE: POLÍTICA DE TRANSIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR?.....	128
3.1 Mensagens ao Congresso Nacional: O discurso desenvolvimentista de Geisel para o	

ensino superior.....	130
3.2 João Figueiredo e seu projeto de estagnação na ampliação do ensino superior.....	142
3.3 Mensagens presidenciais de José Sarney e seu discurso democrático para educação superior.....	151
3.4 Análise de fonte: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.....	172
3.4.1 Lei n.º 952, de 30 de janeiro de 1976.....	173
3.4.2 Estatuto da Universidade.....	177
3.4.3 Regimento Geral da instituição.....	180
 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 186
5. BIBLIOGRAFIA.....	195
5.1 Fontes.....	195
5.2 Estudos.....	198

INTRODUÇÃO

O golpe empresarial-militar instituído em 1964 estava estreitamente ligado aos setores da burguesia empresarial consolidados ao longo do século XX, o que nos leva a interpretar este golpe como “golpe empresarial-militar”. Os interesses destes setores eram compatíveis com os interesses do capital internacional, que, assim como a burguesia nacional, aspirava à preservação das mesmas estruturas de dominação política, social e econômica que vigoravam no país.

Ao longo das décadas de 50 e 60, ocorreu um grande avanço das demandas populares, que, juntamente com a posse de João Goulart, se tornaram um empecilho para os interesses das classes dominantes empresariais. Essas, por sua vez, não mediram esforços para mudar as peças do tabuleiro político. Uma das medidas desempenhadas pela burguesia nacional e internacional foi estabelecer uma aliança entre o corpo militar e o governo norte-americano, constituindo um empreendimento autoritário e antidemocrático na política brasileira.

Um dos projetos realizados para mudar as regras do jogo político foi a constituição do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), uma organização civil e empresarial fundada em 1961, que operou como uma organização responsável pela articulação ideológica em torno de questões que tangem a política e a economia do país. Com o apoio financeiro da burguesia local e estrangeira, o objetivo principal do IPES era articular uma estrutura institucional para destituir João Goulart, formando uma opinião pública negativa em torno de seu governo com o apoio da grande mídia.

O resultado dessa movimentação do setor burguês empresarial foi a consolidação do regime autoritário em 1964, reestruturando as políticas nacionais a uma lógica centralizadora, autocrática, repressiva e tecnocrática. Diante desse contexto, questões de grande relevância debatidas desde a década de 1950, como a educação superior, assumiram centralidade nas disputas políticas e nos projetos de reorganização do Estado brasileiro.

O exemplo disso fica estampado na Reforma Universitária implementada por Costa e Silva em 1968, que, por meio do discurso de modernização, promoveu a reestruturação da educação superior, viabilizando a atuação de mecanismos de centralização institucional para que o setor caminhe conforme os interesses políticos e econômicos do governo em vigência.

Em 1974, Geisel, e consequentemente um novo corpo militar, assume o poder. Esse grupo militar tinha dois grandes objetivos. A primeira estratégia era de natureza política, com o objetivo de instituir estabilidade institucional e maior precaução no âmbito político. A segunda estratégia envolvia a preservação do regime ditatorial. Essa tática se limita à

flexibilização do modelo político mediante a recuperação gradual de alguns direitos civis básicos para mascarar o regime ditatorial em um modelo mais “democrático”. A intenção do governo Geisel foi implementar um projeto de “distensão” (que, mais tarde, durante o governo Figueiredo [1979-1985], seria chamado de “política de abertura”). O objetivo central desse processo consistia em preservar a institucionalidade autoritária construída ao longo do regime, controlando os limites da democratização (COSTA, 2022).

Esse contexto de centralização do ensino público, em contrapartida à política de abertura que Geisel sempre enfatizava em seus discursos, foi determinante para a elaboração dos documentos estruturantes da UNESP, que se iniciou com a nomeação do primeiro reitor da instituição pelo governador de São Paulo, que, junto a seus indicados, definiu as diretrizes iniciais da universidade de forma completamente arbitrária, ou seja, sem qualquer participação do corpo acadêmico. Enquanto isso, ressaltava questões referentes à autonomia universitária no manuscrito do Estatuto e no Regimento Geral da universidade.

O processo de democratização do Brasil explicita os interesses dos blocos de poder e os métodos autoritários utilizados por eles para alcançarem seus objetivos, bem como o modo como interferiram diretamente não somente na instituição da ditadura, como também no processo de democratização, inclusive na construção da constituinte de 1988, que vigora até os dias de hoje.

Com o empossamento de José Sarney, o ex-presidente do partido da ditadura conduziu a reorganização institucional no período de redemocratização, refletindo a disputa de interesses, bem como a coalizão entre o centrão e as figuras políticas vinculadas ao regime militar e às forças conservadoras no Congresso Nacional. Essa articulação manifestou-se na Constituinte de 1988 com a vitória do projeto tecnicista e privatista acerca da educação superior, que não por acaso, está estritamente alinhada com a Reforma Universitária de 1968.

Essa dissertação buscou investigar o contexto histórico e político dos momentos mencionados, compreendendo como se instaurou a ditadura em 1964 (com atenção especial ao marco de 1968 com a Reforma Universitária empreendida por Costa e Silva), deslocando-se em seguida para o início da política de abertura, perpassando a data de 1976 com a criação da UNESP, até a gestão Sarney, analisando o plano educacional da educação superior do período de abertura à Nova República.

O ponto de partida deste estudo consistiu na aproximação histórica e política desses momentos históricos como peça indispensável da análise, porque consideramos que não é possível investigar essas movimentações políticas e muito menos realizar uma análise

comparativa entre os governos, sem compreender em quais conjunturas políticas e históricas e por quem esses momentos históricos foram constituídos.

Ao observarmos os dois primeiros capítulos, é possível notar a grande ênfase que demos às análises históricas e políticas dos momentos investigados. Além disso, examinamos as atuações e articulações empreendidas pela burguesia empresarial em torno da educação superior, desde a reforma universitária até os governos estudados.

Nos primeiros capítulos, também buscamos identificar e analisar os elementos conservadores no âmbito da educação superior do período democrático em relação ao regime anterior; e, claro, identificar também os elementos autoritários. Por último, no terceiro capítulo, realizamos uma análise em torno dos documentos oficiais, começando pelas mensagens presidenciais e pelas declarações oficiais dos presidentes, para investigarmos o discurso que Geisel, Figueiredo e Sarney queriam demonstrar em suas narrativas.

Além disso, buscamos fontes que retratam a Universidade Estadual Paulista para investigarmos a formação da instituição no contexto da ditadura militar, criada oficialmente em 1976 durante o governo Geisel. Nossa intenção em analisar a Unesp consiste em evidenciar o pacto social e a aliança entre a elite e o autoritarismo ditatorial instaurado em 1964.

A análise das fontes foi desenvolvida no terceiro capítulo com o objetivo de ampliar a rede de compreensão do estudo. Uma das principais preocupações nesta etapa da pesquisa consistiu na análise criteriosa das fontes, tendo em vista seu caráter narrativo, uma vez que os textos não se configuram como construções absolutas, como indicou o historiador francês Jacques Le Goff. A partir dessa reflexão, o papel do historiador é observar os documentos e buscar parâmetros científicos pautados por uma reflexão crítica acerca da prática historiográfica. Nesse caso, examinamos a construção discursiva que os presidentes selecionados queriam apresentar nas mensagens presidenciais.

A partir dessas considerações, coletamos fontes secundárias para comparar a narrativa apresentada pelos presidentes com dados concretos demonstrados pelos dados do IBGE e dos estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 1993, para estabelecer uma análise mais robusta e concreta do nosso objeto de estudo, em vez de dar como fato a narrativa apresentada pelos presidentes estudados.

CAPÍTULO 1: GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR (1964)

Antes de adentrar e analisar o golpe que ocorreu em 1964, é importante contextualizar o cenário antecedente, apontando a formação da burguesia empresarial, bem como fazer alguns apontamentos acerca do termo utilizado nessa dissertação, que utiliza o termo “golpe empresarial-militar” ao invés de se apropriar do termo mais comumente utilizado: golpe civil-militar.

1.1 Formação da burguesia empresarial

O período que precede a década de 1930 foi marcado pela presença de uma elite oligárquica agrocomercial que dominou o campo econômico e político, formando assim um bloco de poder conservador cujos interesses se baseiam na agroexportação, no comércio e na oligarquia política para intervir diretamente na política desempenhada no país.

Para retratar a primeira fase do capitalismo no Brasil, selecionamos a obra “No limiar da industrialização”, de Liana Maria Aureliano, em que a autora busca entender como ocorreu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nunca deixando de lado o contexto do capitalismo ocidental, uma vez que o capitalismo brasileiro é influenciado pelo capitalismo mundial. Para isso, ela procura entender a história da formação da sociedade brasileira, perpassando pela primeira fase do capitalismo (capitalismo mercantil), tratando sobre a crise e superação da economia exportadora até o surgimento da grande indústria no país. Segundo a autora, os anos de 1929 e 1932 designam o momento de transição do capitalismo brasileiro a um novo estágio. Esse período marca a passagem do capitalismo exportador para a industrialização (AURELIANO, 1981).

Na primeira fase do capitalismo no Brasil, houve um *boom*⁵ de imigração, tanto estrangeira quanto as imigrações locais, para trabalharem na cafeicultura. O primeiro momento do capitalismo no país está diretamente atrelado à economia cafeeira e sua relação com o mercado externo. Por isso, a importância de evidenciar e discorrer acerca da economia externa e ressaltar que, para falar sobre o primeiro momento do capitalismo brasileiro, é indispensável considerar também o contexto internacional, tanto político quanto econômico (AURELIANO, 1981).

⁵ Desenvolvimento acelerado de uma determinada atividade econômica, de uma cidade, do apoio a uma candidatura política, etc. Dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/boom/#:~:text=Significado%20de%20Boom,Do%20in> Acesso em: 12/08/2025.

Esse crescimento desenfreado da exportação de café, uma hora ou outra, resultaria em uma crise inevitável, uma vez que a economia do país estava quase que completamente vinculada ao café e sua exportação:

A expansão cafeeira desembocaria inexoravelmente numa crise de superacumulação de largas proporções, quando a capacidade produtiva na segunda metade da década começasse a entrar em operação, lançando no mercado safras gigantescas (entre 1928-1929 e 1933-1934 colhemos menos de três safras superiores a 28 milhões de sacas!) (AURELIANO, 1981, p. 23).

A decadência da economia cafeeira está associada a questões extremamente complexas, não simplesmente por questões políticas e econômicas externas ou especificamente à grande crise de 1929. A ruína da economia baseada no café corresponde principalmente ao processo de acumulação de capital que foi ambigualmente atenuado e acentuado pela política econômica do Estado (AURELIANO, 1981).

Partindo para o setor industrial, podemos mencionar alguns apontamentos sobre a formação da indústria, como questões referentes à energia elétrica, ao investimento exorbitante que é preciso para se fundar uma fábrica, além de abordar a escassez tecnológica. À princípio, as mercadorias produzidas pelas indústrias nascentes eram bens de consumo para os trabalhadores assalariados, e o principal produto confeccionado nas fábricas pertencia especialmente ao setor têxtil, por se tratar de um bem de consumo essencial. Percebemos que as primeiras indústrias focaram em produzir bens de consumo imprescindíveis, sem grandes riscos, uma vez que se tratava de um setor econômico novo que demandava grande capital inicial de investimento (AURELIANO, 1981).

O setor industrial que produzia bens de consumo para os trabalhadores assalariados passou por uma grande transformação na segunda década do século XX. Na mesma década, surgiram também os primeiros incentivos governamentais em torno das indústrias.

Em 1924, surge a Companhia Brasileira de Cimento Portland, organizada por capitais canadenses e norte-americanos [...] Para que se implantassem, os incentivos governamentais foram decisivos. Em 1924, concederam-se inúmeros privilégios às empresas que produzissem pelo menos 30.000 toneladas anuais e que utilizassem exclusivamente matérias-primas e combustíveis nacionais: isenção de taxas aduaneiras, tarifas especiais nos meios de transporte de propriedade da União, e empréstimos, quando já instaladas as empresas (AURELIANO, 1981, p. 45-46).

É importante ressaltar que os incentivos concedidos pelo poder público favoreciam somente as grandes empresas, uma vez que havia uma quantidade mínima para se enquadrar nos requisitos estabelecidos pelo governo, que, nesse caso, foi definida uma quantidade mínima de 30 mil toneladas para entrar nos requisitos de incentivo financeiro; portanto, as pequenas e médias empresas ficavam aquém do estímulo financeiro do Estado. O incentivo governamental ocorreu devido à percepção de que, para ampliar a economia local, seria necessário o desenvolvimento do setor industrial. Inclusive, o estímulo governamental foi fundamental para a inauguração da indústria siderúrgica no país (AURELIANO, 1981).

Mesmo que ao longo da década de 20 tenha surgido um incentivo governamental, é importante ressaltar que antes disso, a indústria passou por grande adversidade devido à resistência ao novo ramo. Antes da década de 20, as políticas públicas não visavam às indústrias, mas sim aos grandes fazendeiros que exportavam seus produtos e eram responsáveis por grande parte da economia. Além disso, muitos dos fazendeiros estavam intrinsicamente envolvidos na política do país.

O desenvolvimento industrial foi retardado no Brasil, em grande parte, devido à inadequação de suas políticas monetária, bancária, cambial e fiscal. Essa inadequação foi causada pelo apoio avassalador dado às políticas de uma escola de pensamento, aqui definida como a escola da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945 (AURELIANO, 1981, p. 54 apud RBE, 1971, p. 8).

Outro acontecimento que suscitou o apoio governamental para a indústria foi a crise cafeeira que ocorreu na mesma década.

O Estado brasileiro vive, na década de 1920, uma crise política, que se solucionará apenas em 1937, com a instauração do Estado Novo. Crise de hegemonia que se desdobra em duas fases bem distintas: a primeira, que cobre a década de 1920 e cujo sentido maior é a contestação da hegemonia cafeeira, que culmina com a Revolução de 1930; a segunda, compreendida no período 1930-1937, assinala a crise de hegemonia no sentido estrito, na medida em que, então, nenhuma classe ou fração de classe logra o controle do aparelho de Estado. (AURELIANO, 1981, p. 83).

Diante da decadência cafeeira, houve intensos esforços da burguesia do setor para fortalecer sua predominância econômica, isto é, eles almejavam ampliar seu domínio em torno das questões políticas para pleitear recursos para proteger e favorecer questões que envolvem o café. O pacto oligárquico sancionado no governo de Campos Sales, por exemplo, foi um dos mecanismos políticos das grandes burguesias cafeeiras (AURELIANO, 1981).

A ruína da hegemonia cafeeira ocorreu em 1930 com o dismantelamento da política exercida para favorecer a elite cafeicultora, ou seja, com o fim da política desempenhada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, conhecida como “café com leite”.

O desmoronamento da aliança entre as frações de classe dominantes, o descontentamento de setores militares, a fermentação das massas urbanas e a crise de 1929 constituíram-se nos elementos favoráveis à formação de um novo bloco de poder, que definitivamente desalojou a burguesia cafeeira da sua situação de hegemonia. (AURELIANO, 1981, p. 90).

O dismantelamento da aliança oligárquica, que se sucedeu pela crise de acumulação de capital, a alteração do cenário político, bem como a descontinuidade no acordo externo da economia brasileira, foram elementos fundamentais para que o capitalismo avançasse para um novo estágio de crescimento, em um novo setor econômico e, conseqüentemente, um novo bloco de poder que se formava (AURELIANO, 1981).

Mesmo com um novo bloco econômico entrando na conjuntura brasileira, a ideologia conservadora que precede o recente bloco de poder permanece e se renova de acordo com a conjuntura do novo modo de acumulação do capital (AURELIANO, 1981).

Para discorrer propriamente sobre a ideologia desse novo bloco de poder, podemos mencionar a obra de Marisa Saenz Leme, denominada “A ideologia dos industriais brasileiros (1919 - 1945)”, para compreender as questões relacionadas ao imaginário dos industriais brasileiros.

A obra investiga o pensamento e as ações que os industriais brasileiros apresentam em relação aos trabalhadores fabris entre 1919 e 1945. Podemos compreender a ideologia dos industriais por meio dos discursos que os empresários tinham acerca da economia, dos operários, bem como o cenário político em questão. A citação a seguir apresentará noções práticas e teóricas dos empresários em relação ao proletariado industrial.

O pensamento dos industriais brasileiros em relação à classe operária, no transcorrer do período compreendido entre 1919 e 1945, assume caráter nitidamente conservador e até reacionário. Em síntese, pode-se dizer que o empresário industrial brasileiro visualizava o operário como um ser socialmente inferior, sem capacidade de participar das decisões que afetassem seu próprio destino. Toda a prática dos industriais brasileiros frente à classe operária visa impedir ou retardar a conquista, pelo proletariado, de direitos sociais já reconhecidos ou em vias de reconhecimento para outras classes ou grupos. Dessa maneira, os industriais revelam estar imbuídos da mentalidade predominante numa sociedade que, apesar das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no

período, mantém-se elitista e autoritária, desconhecendo o efetivo exercício da democracia. (LEME, 1978, p. 98).

Em relação aos pensamentos dos industriais acerca dos proletários, nota-se o rebaixamento das capacidades cognitivas dos trabalhadores industriais, de maneira que os animalizam, tirando deles a principal característica do ser humano, que é pensar. Retratando o trabalhador industrial da seguinte maneira, os industriais veem-se como forma de salvá-lo da ruína, concedendo-lhe emprego e discernimento por meio das longas horas de trabalho e das diretrizes estabelecidas pelo patronato (LEME, 1978).

Visualizamos traços dessa característica na figura de Francisco Matarazzo⁶. Em seus discursos, Matarazzo se colocava em posição de instrutor, sempre ressaltando que foi por meio de seu trabalho árduo que conquistou sua posição atual e que os trabalhadores poderiam obter os mesmos privilégios, ouvindo os conselhos e trabalhando incansavelmente, para assim atingirem dignidade de mérito segundo seus preceitos. Nesse caso, Matarazzo se coloca em uma posição de superioridade em relação ao proletariado, difundindo a ideia de que somente ele possuía a fórmula do sucesso para sair da posição de subordinado para a de dirigente, além de propagar a noção de que, sob sua instrução, os trabalhadores poderiam, um dia, alcançar a mesma posição que Matarazzo, isto é, de empresário industrial (MARTINS, 1974).

Em relação às questões em torno das ações, podemos refletir acerca da atuação dos industriais brasileiros em refrear ou impossibilitar qualquer progresso em relação aos direitos sociais e trabalhistas. Vale ressaltar que também observamos essa característica em Matarazzo, quando pautas como a diminuição da carga horária de trabalho e férias, por exemplo, foram duramente criticadas e repudiadas com a justificativa de que ele sabia exatamente o que seria e o que não seria bom para os trabalhadores, e diminuir o tempo de trabalho ou qualquer vantagem que diz respeito à diminuição da presença do trabalhador nas indústrias não se enquadra nisso (LEME, 1978).

Vale retratar outra característica em torno do pensamento dos industriais brasileiros, como o discurso moralizante acerca da vida do operário fabril.

A natureza da função exercida é também fator que diferencia, segundo o empresário, a textura moral e social do trabalhador 'braçal' e do

⁶ Francesco Antonio Maria Matarazzo (CASTELLABATE, 9 de março de 1854 – São Paulo, 10 de dezembro de 1937) foi um comerciante, banqueiro e filantropo ítalo-brasileiro, fundador das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, o maior complexo industrial da América Latina no início do século XX. Era conhecido como Francisco Matarazzo, conde Francisco Matarazzo, conde Matarazzo ou ainda conde Francesco. Disponível em: <https://atom.emu.unicamp.br/index.php/francisco-matarazzo> . Acesso em 12/2024.

'cerebral', levando-os a aproveitar de modo diverso seus momentos de lazer. Os lazeres, em si, já são vistos pelo empresário como fator de perturbação social. Os lazeres, os ócios, representam um perigo iminente para o homem afeito ao trabalho, e nos lazeres ele encontra sedução extremamente perigosas, se não tiver suficiente elevação moral para dominar os instintos subalternos que dormem em todo ser humano (LEME, 1978, p. 119).

Nesse trecho, fica claro o fator de animalização do operariado citado anteriormente, retratando os operários das indústrias como seres desprovidos de racionalidade, que agem de acordo com seus instintos animalescos, além do fato de afirmar que os trabalhadores são incapazes de terem o mínimo de discernimento. Já que, na percepção do patronato, os funcionários fabris agiam dessa maneira fora do ambiente de trabalho, então eles careceriam da supervisão de alguém que detém toda a moral e racionalidade. Sendo assim, ao esgotar todas as suas energias, o operariado não teria disposição para realizar qualquer atividade que saísse do controle dos empresários da indústria. Discursos como esses eram enunciados como justificativa para barrar qualquer melhoria trabalhista, como a diminuição das horas de trabalho e as férias, que estavam presentes nas pautas das lutas trabalhistas.

'Que fará um trabalhador braçal durante quinze dias de ócio (...) tendo tomado férias (...) compelido por uma lei? (...) Ele não tem o culto do lar (...) e procurará matar suas longas horas de inanição na rua (...). O proletariado é, pois, um elemento de coletividade que as férias estragarão' (LEME, 1978, p. 120).

Diante dessas características comentadas, podemos delinear alguns traços do imaginário do empresariado industrial brasileiro para compreender e interpretar algumas figuras, como a de Matarazzo, por exemplo, e a representação que fazem de si e a leitura que fazem do outro (nesse caso, o operário). Também constatamos que o controle sobre os corpos dos trabalhadores não se limita apenas ao ambiente de trabalho, mas também para além dele, empenhando-se em dominar sua existência como um todo.

O moralismo demonstrado no discurso de Matarazzo demonstra o imaginário do patronato industrial na primeira metade do século XX. Mais tarde, esse moralismo seria incorporado ao imaginário da classe média e dos pequenos burgueses por meio do liberalismo econômico, atribuindo a essa classe social os mesmos preceitos dos industriais da primeira metade de 1900 e da elite econômica e política que se beneficiaria do liberalismo econômico e, posteriormente, do neoliberalismo, como demonstra Jessé Souza em sua obra: “A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato”:

O moralismo da nascente classe média urbana seria a melhor maneira de adaptar o mandonismo privado aos novos tempos. Pintando-o com as cores da liberdade e da decência. O que estava em jogo aqui era a captura da classe média letrada pela elite do dinheiro, formando a aliança de classe dominante que marcaria o Brasil daí em diante (SOUZA, 2017, p. 112).

A partir disso, as formas de controlar a classe trabalhadora ficaram cada vez mais sofisticadas devido ao moralismo disseminado pela elite, fazendo com que, no imaginário da classe média alta e baixa, eles se sentissem mais próximos da burguesia do que das classes mais pobres, estabelecendo, portanto, um pacto social entre a elite e a classe média crescente.

Neste pacto social, um dos preceitos consistia no compartilhamento do mesmo desprezo que Matarazzo possuía pelos operários fabris, constituindo, a partir disso, um novo método de dominação dos corpos trabalhadores das classes mais pobres promovido pela união da elite e da classe média (que se sentiam pertencentes à classe burguesa).

A reprodução da dominação econômica passa a exigir mais que a mera coação física, que se torna crescentemente ilegítima se aplicada aos ‘homens de bem’, como a classe média percebia.

Passava a ser necessário, percebia-se, ganhar o coração e as mentes das pessoas de bem, a classe média que se constituía, e contra a qual não se podia usar o chicote usado sem percalços contra os mais pobres (SOUZA, 2017, p. 113).

Por mais que a sociedade da primeira metade do século XX tenha passado por transformações sociais, econômicas e políticas, o imaginário dos detentores do poder permanece com os mesmos preceitos da sociedade colonial: elitista, antidemocrática, conservadora e autoritária, como observamos no caso de Matarazzo, uma figura célebre do empresariado brasileiro. A partir dessa concepção, notamos que, embora o regime colonial tenha chegado oficialmente ao fim, sua essência permaneceu presente no âmbito moral, social e econômico da burguesia brasileira. O que ocorre é o acréscimo de um novo ator no cenário econômico. Se antes a burguesia era essencialmente agrária, agora entrava em jogo a burguesia industrial, que manteve as bases coloniais (FERNANDES, 1976, p. 56) “empenhadas em rearticular, politicamente, transformação da ordem social global e integração nacional”.

O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (FERNANDES, 1976, p. 33).

1.1 Articulação do golpe: contexto histórico e político

Antes de discorrer sobre a articulação e os mecanismos usados pela burguesia para retomar o controle político, é importante fazer uma breve exposição acerca da ascensão do capital multinacional na economia brasileira. Segundo René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1981), a Segunda Guerra Mundial estabeleceu a relação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos e a soberania do capital estrangeiro.

O ingresso do bloco de poder multinacional estadunidense na economia brasileira estabeleceu uma nova relação política e econômica entre as duas esferas. Entre eles, é importante mencionar : “a) uma crescente concentração econômica e centralização de capital com a predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas; b) um processo de controle oligopolista do mercado.” (DREIFUSS, 1981, p. 49) Esse acesso estrangeiro no âmbito político e econômico do Brasil fez com que as maiores empresas que havia no país fossem lideradas, em grande parte, por grupos estrangeiros multinacionais.

A partir dessa penetração na economia e na política nacional, esses blocos de poder ligados às multinacionais usufruíram de inúmeras vantagens, além de reforçar a relação de dependência entre o Brasil e os Estados Unidos.

A maior parte dos investimentos no Brasil era feita por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas e tributárias. Em alguns casos, essas corporações eram organizadas sob um nome tal que não as ligava, à primeira vista, à matriz, a fim de ganhar identidade local. Esses investimentos eram feitos em sua maior parte em indústrias cuja produção ajustava-se a um mercado consumidor de classe média e não tanto para a exportação. Foi esse altamente necessário mercado interno que seria consolidado, depois de 1964, pelo fornecimento das camadas médias em detrimento das classes trabalhadoras industriais e rurais. (DREIFUSS, 1981, p. 57).

Um exemplo nítido desse plano de penetração estrangeira na política e na economia nacional é esboçado no *Atlantic Community Development Group for Latin America* (ADELA). Criada oficialmente no início da década de 1960 por parlamentares da OTAN⁷, senadores norte-americanos e financiada por gigantescos grupos industriais e financeiros internacionais, o ADELA pretende arquitetar um método de interferir diretamente na política e na economia de países economicamente dependentes, por meio de investimentos diretos (DREIFUSS, 1981).

A partir dessa perspectiva, é importante ressaltar que companhias pertencentes ao ADELA foram carro-chefe na campanha que financiava o movimento de oposição ao governo populista de João Goulart. Esse fenômeno de penetração das multinacionais ampliou-se intensamente após o golpe de 1964, uma vez que a tutela militar forneceu um cenário econômico e político fértil para o processo de desnacionalização e proeminência dos interesses internacionais (principalmente norte-americanos) na conjuntura brasileira (DREIFUSS, 1981).

O exemplo do ADELA nos mostra como o capital estrangeiro utilizou de sua influência econômica e, não satisfeito, desempenhou uma estrutura de articulação política para interferir diretamente nos rumos políticos brasileiros, manifestando, assim, a diretriz sumária da política que a burguesia queria consolidar no final da década de 50 e que desembocou no golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981).

A estrutura de articulação das multinacionais nos rumos políticos e econômicos do Brasil era muito bem estruturada e contava com o apoio financeiro da burguesia local e estrangeira. É importante ressaltar que, em muitos casos, os integrantes que compunham a burguesia também desempenharam funções importantes nessa rede de interesses do capital transnacional. Para se debruçar especificamente sobre tais funções mencionadas, é necessário citar outros dois exemplos de instituições cuja rede conspirativa corresponde à do ADELA: o IPES e o IBAD (DREIFUSS, 1981).

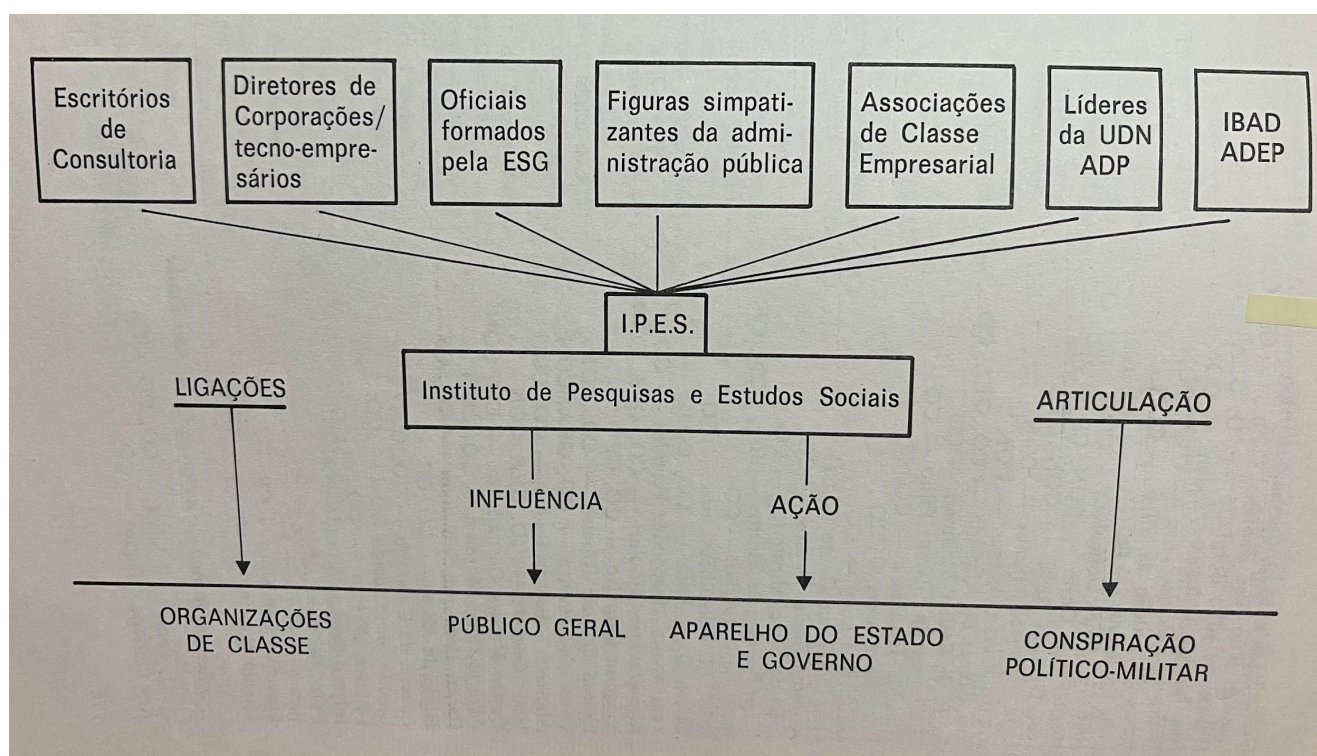
O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi formado no início da década de 60 por alguns empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, diretores de instituições multinacionais, bem como por um grupo de oficiais pertencentes à Escola Superior de Guerra (ESG). Quando formada, os membros dessa instituição eram um grupo muito restrito, entre intelectuais e figuras influentes que partilhavam do mesmo posicionamento ideológico que

⁷Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como uma aliança política e militar defensiva de países independentes, de acordo com os termos da Carta das Nações Unidas. Ele fornece segurança comum para os membros por meio da cooperação e consulta em campos políticos, militares, econômicos e científicos e outros campos não militares. Disponível em: <https://uia.org/s/or/en/1100040671>. Acesso em 25 de dezembro de 2024.

projetavam um novo programa político de desenvolvimento para o Brasil (DREIFUSS, 1981).

De fachada, o IPES se tratava de uma instituição de inclinações políticas conservadoras, que desempenhava pesquisas e discussões em torno do cenário brasileiro sob a perspectiva do empresariado liberal. De fato, desenvolviam-se estudos e tudo que abrangesse atividades de produção intelectual, que envolvessem a publicação de seus estudos em todos os meios de comunicação possíveis, de folhetos, livros, palestras e até a execução de projetos cinematográficos e visuais. Apesar disso, o objetivo principal do IPES era articular uma estrutura institucional para destituir João Goulart, para que alguém de seu interesse assumisse o poder executivo. Portanto, toda produção intelectual realizada tinha a função de desestabilizar o governo vigente, além de formar uma opinião pública negativa em torno de seu governo (DREIFUSS, 1981).

Figura 1: Configuração do IPES



Fonte: DREIFUSS, 1981, p. 175.

O IPES era uma instituição extremamente organizada, composta por diferentes facções sociais, contando com a participação de empresários, políticos do campo conservador, militares, além de organizações financeiras do capital privado nacional e

estrangeiro, como observamos na figura 1. Cada grupo social tinha seu papel dentro do instituto, atuando de maneira ordenada, combinando planejamento, articulação e ação, em que trabalhavam em conjunto no campo ideológico, econômico e político da sociedade. Essa instituição fez ligações com as organizações de classe, estabelecendo uma relação direta com grandes empresários e seus representantes; influenciou o público geral por meio de grupos de estudo, além da produção audiovisual (como palestras, panfletos, filmes etc.), com o intuito de delinear, a seu modo, a opinião pública; colocou em prática a infiltração de seus associados no interior do aparelho estatal, ocupando cargos estratégicos para influenciar diretamente na política; e, por fim, articulou uma conspiração político-militar que consumou o golpe empresarial-militar em 1964 (DREIFUSS, 1981).

Na sede do Rio de Janeiro, podemos citar algumas figuras ilustres do empresariado que operavam no interior da estrutura de autoridade do IPES, como o empresário Israel Klabin⁸ (importante figura do grupo Klabin), Fernando Machado Portela (consultor administrativo da indústria química Bayer do Brasil), Antônio Gallotti (empresário associado à empresa Light, do setor elétrico) e até empresários do capital estrangeiro, como é o caso de Harold Cecil Polland (associado ao setor da construção pesada no Brasil). E, claro, podemos mencionar alguns nomes do âmbito militar, como o General Golbery do Couto e Silva⁹ (general do Exército e um dos principais nomes de articulação do golpe de 1964), General Heitor Almeida Herrera, além de intelectuais que tinham o papel de propagar os ideais ideológicos do IPES na sociedade, ou seja, difundir o projeto hegemônico norte-americano

⁸ Israel Klabin foi uma importante figura do grupo empresarial Klabin, relacionado aos setores de papel e celulose. Atuou também no governo como consultor e planejador de desenvolvimento regional, sendo coautor das diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Em março de 1979, foi indicado pelo então governador Chagas Freitas (1979-1983) para assumir a Prefeitura do Rio de Janeiro. Sua proposta de reexaminar a Lei de Fusão provocou atritos com o Governo Federal. Em maio de 1980, diante da impossibilidade de levar a cabo o seu projeto de "desfusão", desistiu do cargo e foi substituído pelo prefeito Júlio Coutinho. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/ccnlep/israel-klabin>. Acesso em: 15/08/2025.

⁹Principal ideólogo da ditadura militar brasileira (1964-1984), Golbery do Couto e Silva nasceu no Rio Grande do Sul. Participou, com o primeiro ditador daquele período, Humberto de Alencar Castelo Branco, das tropas brasileiras enviadas para se juntar às norte-americanas na Itália, no fim da Segunda Guerra Mundial. Voltaram ambos convencidos da necessidade de uma doutrina de segurança nacional. Fundaram a Escola Superior de Guerra (ESG), que formou uma nova geração de militares naquela doutrina. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/couto-e-silva-golbery>. Acesso em: 15/08/2025.

inserido no contexto da Guerra Fria, como o Américo Jacobina Lacombe¹⁰, Orlandy Rubem Correia, etc.:

[...] uma ação substantiva precisa ser transmitida às mentes e emoções dos homens em todos os lugares, para que seu apoio possa ser incluído na defesa da segurança dos Estados Unidos e de outras nações que têm interesses semelhantes. (USIA. RG 306. PROJECTION OF FIP..., s.d. Apud MOZER, 2020).

A popularidade do IPES se expandiu rapidamente, pois, em 1961 (ano de sua formação oficial), grandes grupos midiáticos como “o Correio da Manhã”, “O Globo” e “Última Hora”, por exemplo, anunciaram o IPES sob uma perspectiva positiva, apresentando o instituto como uma instituição composta por grandes empresários e intelectuais que melhor poderiam interpretar o cenário político e econômico brasileiro, influenciando, dessa forma, a opinião pública. (DREIFUSS, 1981).

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi outra importante associação que atuou de maneira direta na articulação e realização do golpe de 1964. Fundado no ano de 1959, o IBAD foi uma instituição com ideais políticos muito parecidos com os do IPES, que estava essencialmente ligada à Agência Central de Informações (CIA). Defensor ferrenho do anticomunismo e ex-integralista¹¹, o coordenador geral do instituto foi Ivan Hasslocher. O objetivo principal desta organização era mobilizar a sociedade brasileira em um movimento de objeção aos ideais comunistas e de esquerda no geral, o que, claro, envolvia a resistência contra a regência de João Goulart (DREIFUSS, 1981).

Assim como o IPES, o IBAD também foi patrocinado por multinacionais e/ou associadas, além de dispor do apoio milionário do governo dos Estados Unidos, que investiu grande quantia de dinheiro em meios de comunicação para propagar o ideal anticomunista e

¹⁰ Américo Jacobina Lacombe, professor e historiador, nasceu no Rio de Janeiro. Em 1935 lecionava História (Geral e do Brasil) em vários colégios desta cidade, tendo sido levado pelo líder do laicato católico — Alceu Amoroso Lima — a participar do grupo que lançou as bases da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde, a partir de 1941, lecionou História do Brasil. Tornou-se professor emérito desse educandário. Américo Jacobina Lacombe era grande benemérito e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em substituição a Pedro Calmon. Era também membro de várias instituições congêneres dos estados, assim como da Academia Portuguesa da História e do Instituto de Coimbra. Em 1951, passou a integrar a Comissão de Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores e foi também professor de História do Ensino de História no Instituto Rio Branco (Itamarati). Desde 1957, dirigiu a coleção Brasileira, da Cia. Editora Nacional, onde substituiu Fernando Azevedo. Disponível em: <https://www.academicos.org.br/academicos/americo-jacobina-lacombe/biografia>. Acesso em: 17/08/2025.

¹¹ O movimento integralista — inspirado no regime de Benito Mussolini, a versão brasileira do regime fascista — buscou romper as tradições da velha política com um discurso autoritário, antiliberal e antidemocrático. Tinha como base o nacionalismo, o anticomunismo e a radicalização da religião cristã conservadora. Ribeiro, Adriana, 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/integralismo-brasileiro/>. Acesso em 10 de janeiro às 22:17.

anti-João Goulart. Os intelectuais orgânicos que atuaram no IBAD obtiveram sucesso no projeto de estabelecer aliança e apoio de empresários, militares e integrantes de cargos públicos, além de conseguir apoio do público em geral por meio da *Promotion S.A.*¹², que exerceu o papel de divulgação nos meios de comunicação, como televisão, rádio, jornais etc. (DREIFUSS, 1981).

O ponto de distinção entre o IPES e o IBAD foi o local onde cada um operou. Enquanto os IPES atuaram intensamente nas capitais, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, o IBAD procurou realizar seu trabalho de divulgação dos interesses burgueses no meio rural. O IBAD também atuou no movimento estudantil, no movimento sindical, além de se unir à Igreja Católica para obter apoio dos fiéis e simpatizantes (DREIFUSS, 1981).

Essas associações demonstram os projetos e realizações empenhados pela elite orgânica, que buscou difundir seus ideais em diversos setores da sociedade para conseguir mobilizar grande parte da população a simpatizar com seus interesses. Conseguir mobilizar a sociedade civil e militar foi peça-chave para o êxito que posteriormente desembocou no Golpe de 1964.

1.2 A Reforma Universitária

Antes de adentrarmos na Reforma Universitária, é importante contextualizar a mudança histórica que ocorreu nessa categoria no final da década de 60. Antes da Reforma Universitária de 1968¹³, as universidades públicas tinham maior predominância na categoria. No início da década de 1960, menos de 1% dos jovens entravam nos cursos de graduação. O país tinha 100 mil vagas nas universidades, e 60% dessas vagas eram destinadas às instituições públicas, e o restante era fornecido pelas universidades privadas (WESTIN, 2019).

Desde 1964, começam a surgir as instituições de ensino superior privadas, principalmente nas instituições da Igreja Católica do país, tais como a Pontifícia Universidade Católica (PUC) em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Ao longo da

¹² A *Promotion S.A.* exercia a função de agente publicitário do IBAD com o objetivo principal de disseminar as ideias políticas do IBAD/interesses norte-americanos (DREIFUSS, 1981).

¹³ A Lei n.º 5.540, mais conhecida como a Lei da Reforma Universitária, pretendia investir para “modernizar e expandir” as universidades brasileiras, especialmente a pós-graduação, com o objetivo de impulsionar a economia e o desenvolvimento do país. Contudo, a Reforma Universitária deixou como legado problemas que até os dias de hoje não foram solucionados, como a dificuldade de acesso ao ensino superior das camadas menos favorecidas da sociedade. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/autoritaria-e-modernizante-reforma-universitaria-completa-50-anos> Acesso em: 20/06/2022.

década de 60, o governo federal patrocinou o crescimento do ensino superior, em grande parte decorrente do desenvolvimentismo herdado no governo de Juscelino Kubitschek. Embora o número de matrículas tenha crescido de 44 mil no início da década de 50 para 96 mil em 1960, o desenvolvimento pretendido pelo governo estava distante das metas propostas pelo governo federal de modernização (WESTIN, 2019).

Em 1964, os militares adotaram o modelo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e assumiram a reprodução do método americano de ensino superior. Na convenção entre o Ministério da Educação e a USAID,¹⁴ foi estabelecido um acordo com o objetivo de implementar uma reforma educacional no ensino superior do país, nos moldes estadunidenses de capacitação, que tinha como propósito formar mão de obra com máxima produtividade para o mercado de trabalho. Essa reformulação em torno das instituições superiores de ensino foi custeada por empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (PINA, 2011).

Na década de 60, o país vivencia um momento desenvolvimentista, em especial do ramo industrial, que implementa a “instalação de indústrias destinadas à construção de máquinas, indústria química e a consolidação da indústria de bens duráveis, com a expansão do capital monopolista, internacional e estatal” (SINGER, 1995, apud BEZERRA; CUSTÓDIO, Thiago; CUSTÓDIO Douglas, 2018). O desenvolvimentismo pós-golpe influenciou grandemente a Reforma Universitária que seria implantada em 1968, pois o novo modelo econômico que se aprofundou pós-64, demandava mão de obra capaz de acompanhar a aceleração industrial que ocorria naquele momento.

Isso, somado aos protestos estudantis na década de 1960, fez com que o governo de 1965 proveesse os serviços de Rudolph Atcon¹⁵ para desenvolver um projeto cujo intuito era promover mudanças no sistema universitário. Como resultado, foi formulado o documento “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”, publicado pelo MEC em 1966, conhecido como Plano Atcon. O Plano Atcon adotava a modernização como palavra-chave, por meio de uma gestão universitária baseada nos moldes empresariais.

O Plano Atcon constitui uma das primeiras experiências de avaliação do ensino superior sob a égide do governo militar. (FÁVERO, 2006, p. 31). E deve ser entendido à luz desse momento político, no qual a educação está

¹⁴ United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento).

¹⁵ 2. A Atcon chegou ao Brasil antes da década de 1960, em um período marcado pelos acordos entre o governo brasileiro e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Trabalhou com Anísio Teixeira na organização da CAPES e também como subdiretor do Programa Universitário, no período de 1953 a 1956. Sua esfera de atuação extrapolou o Brasil, assessorando a reforma de universidades em países da América Latina, América Central e Caribe. (FÁVERO, 1991, p. 11 Apud ZANDEVALLI, 2009, p. 387)

atrelada à segurança nacional, também é vista como motor de desenvolvimento. Na percepção de Atcon, era imperativo tomar todas as medidas necessárias para garantir a adequação da educação ao modelo econômico capitalista. (ZANDAVALLI, 2009, p. 389).

O projeto delineado pelo economista norte-americano, sugere que a teoria do capital humano, isto é, a mercantilização das habilidades humanas, e o ideal empresarial de gerenciamento, precisariam estar no novo programa de universidade que pretendiam instituir.

Além do Plano Atcon, outra artimanha do governo militar foi a criação da comissão Meira Mattos, que foi instituída para elaborar um projeto de reestruturação universitária, cujo principal intuito era coibir o movimento estudantil, visto com hostilidade pelo regime. “Os anos 1964-1968, em especial, foram marcados pelo inconformismo desse movimento diante do governo autoritário e em face das medidas arbitrárias e repressivas adotadas pelo Estado”. (FÁVERO, 1991, p. 35, apud BEZERRA; CUSTÓDIO, Thiago; CUSTÓDIO Douglas, 2018).

Além de coibir as agitações promovidas pelo movimento estudantil, um dos assuntos abordados no relatório é o fim da gratuidade do ensino superior. Esse e outros pontos estão estritamente associados à proposta projetada no Plano Atcon, que busca instituir a ideologia e procedimentos compatíveis com o sistema capitalista (BEZERRA; CUSTÓDIO, Thiago; CUSTÓDIO Douglas, 2018).

Os reflexos sobre a educação brasileira se evidenciam quando observamos a história das universidades brasileiras e aspectos da economia. A mercantilização da Educação Superior consiste na relação de dependência dessa etapa de ensino com os gostos e inclinações do mercado; portanto, o ensino superior é desfrutado como um mecanismo de vantagens financeiras, isto é, como uma fonte de lucro (BEZERRA; CUSTÓDIO, Thiago; CUSTÓDIO Douglas, 2018).

A condição brasileira de subdesenvolvimento em termos de capitalismo dependente, reflete de maneira direta nas políticas educacionais, pois essa condição de dependência não se aplica somente à economia, mas também a questões culturais, uma vez que a educação tem papel fundamental na execução de mudanças. Ao construir uma educação aos moldes do mercado, o cenário de dependência permanece e investimentos e conhecimento externo se tornam indispensáveis (FERNANDES, 1975).

O discurso que predominava no período pós-golpe de 1964 era que, nas condições brasileiras, não era necessário desempenhar pesquisas inéditas ou empenhar-se em funções intelectuais, porque isso os países desenvolvidos já executavam com excelência. A cultura

que reverberou pós-golpe é justamente a de operar de acordo com os interesses internacionais e da burguesia local dependente (IANNI, 1987, p. 41 (apud GUIMARÃES, 2020)).

A preferência pelas instituições privadas de ensino superior pelos militares, também foi reflexo da grande pressão e das inúmeras manifestações dos chamados “excedentes”, isto é, os estudantes que conseguiram notas altas no processo seletivo para adentrar às universidades públicas, mas que não foram selecionados para se matricular devido à escassez de vagas. O processo seletivo para adentrar à universidade pública consistia em um exame e, para ser aprovado, era necessário que o candidato obtivesse nota superior a 5. Se 200 vestibulandos atingissem o coeficiente determinado, somente 100 desses candidatos seriam aprovados; portanto, os outros 100 seriam o chamado “excedente”, que atingiu boa nota no exame, mas ficou de fora por conta da insuficiência de vagas (WESTIN, 2019).

Diante da grande pressão executada pelos “excedentes”, os golpistas uniram o útil ao agradável, e, em maio do mesmo ano, o Senado convocou Tarso Dutra, ministro da Educação e Cultura, para responder à questão do excedente universitário. O ministro declara aos senadores que a ideia projetada pelo Ministério da Educação, era criar outras modalidades de cursos de graduação. Sua ideia era instaurar cursos com menor tempo de duração, com a justificativa de inserir os estudantes no mercado de trabalho de maneira mais rápida, dando-lhes a possibilidade de atuar em suas áreas de especialização de forma mais ágil.

Com a criação da comissão encarregada de resolver as questões pendentes acerca da educação superior em julho de 1968, as reformas começaram oficialmente a ser traçadas.

1.2.1 Comissão Meira Mattos e Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

Entre 1967 e 1968, o governo militar tinha dois importantes desafios para desempenhar; o primeiro era conter o movimento estudantil e resolver o problema dos excedentes. Em 1967 foi criada a Comissão Meira Mattos em referência ao General Carlos de Meira Mattos, um intelectual orgânico da corporação militar conhecido por sua colaboração em questões referentes à estratégia e à elaboração das políticas de segurança nacional. O principal objetivo da comissão era:

‘Emitir pareceres sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis, assim como quanto à posição de medidas capazes de possibilitar a melhor aplicação das diretrizes governamentais no âmbito das entidades de ensino, visando o seu efeito sobre o corpo discente’ (RELATÓRIO MEIRA MATTOS, 1969, P. 199-200, apud ROTHEN, 2008, p. 461).

Em 1968, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), com o intuito de construir um projeto amplo, contou com a atuação do Ministério da Educação (MEC), além da atuação de integrantes do Conselho Federal de Educação (CFE¹⁶), entre eles, Valnir Chagas e Newton Sucupira (ROTHEN, 2008).

Ao longo de 1947 e 1961, houve uma disputa acirrada entre os católicos¹⁷ e os escolanovistas¹⁸ acerca do projeto educacional que queriam implantar no país. A primeira corrente de ideias era formada por departamentos relacionados ao Estado, pelo setor empresarial e campos importantes da instituição católica, que discutiam a qualidade da educação, bem como o oferecimento de vagas nas escolas. Essa corrente educacional tinha como objeto de interesse o valor socioeconômico do ensino e entendia a educação como negócio, pois pretendia diminuir o tempo de formação dos estudantes com o objetivo de reduzir os gastos no setor educacional (SANTOS, 2010).

A segunda corrente, dos pensadores da educação, propôs políticas educacionais com destaque na democratização de ensino, a partir de políticas que universalizem a gestão democrática nas instituições de ensino, além de acreditarem em uma sociedade guiada pelos ideais morais baseados na empatia, solidariedade e trabalho coletivo (CURY, 1978 Apud GUMIERO; ZAMBELO, 2017).

Tanto a Comissão Meira Matos quanto a GTRU foram criadas para desenvolver estratégias a fim de formular soluções pragmáticas acerca dos problemas em torno das universidades brasileiras, mas, principalmente, para conter as constantes ondas de protestos desempenhadas pelo movimento estudantil. Quando comparamos os dois relatórios, percebemos que há muitos pontos de contato entre ambos, mas também há divergências,

¹⁶ O CFE foi instituído pela Lei n.º 4024/1961, conhecida como a LDB/1961, e teve a sua instalação no ano de 1962. A discussão, a elaboração e a aprovação da LDB/1961 ocorreram entre os anos de 1947 e 1961 (ROTHEN, 2008, p. 454).

¹⁷ A Confederação Católica, fundada em 1922, funcionou como movimento de arregimentação dos leigos católicos, que compreendeu a união de indivíduos para a ação dos ideais ditados pela igreja. Entre 1924 e 1926, foi aberta a revisão da Constituição e, nessa oportunidade, os católicos apresentaram algumas reivindicações, como o ensino religioso nas escolas e também a declaração da religião católica como oficial do país, o que proibiu outra igreja de formar relações de dependência ou aliança com o governo. Esse período florescente na década de 1920 tinha intenções claras de acabar com uma tendência laicista trazida com a República (GUIMEIRO; ZAMBELO. A educação como eixo da modernização do Brasil nos anos 1930: a disputa de ideias entre nacionalistas, Igreja Católica e Escola Nova. Em Tese, v. 14, n.º 1, jan./jun., 2017, p. 70).

¹⁸ A partir de 1932, o Manifesto dos Pioneiros consolidou a Escola Nova como via ideológica alternativa da educação. A Escola Nova apresentou a ideia de educação para todos de forma gratuita e laica, a partir da necessidade do indivíduo (em contraposição à educação de massa). Foram determinantes nesse movimento o grupo formado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Manuel Lourenço Filho e Francisco Campos (com a reforma de 1920) (GUMIERO; ZAMBELO. A educação como eixo da modernização do Brasil nos anos 1930: a disputa de ideias entre nacionalistas, Igreja Católica e Escola Nova. Em Tese, v. 14, n.º 1, jan./jun. 2017, p. 71).

especialmente no que diz respeito à função que seria designada ao CFE, tanto na elaboração da proposta quanto na sua inserção (ROTHEN, 2008).

É importante ter em mente que, como comentado anteriormente, o CFE estava estreitamente atrelado a uma das comissões, no caso o GTRU, direcionando integrantes do CFE para compor a comissão sobre a reforma que queriam implantar. Os fundamentos que guiaram a Reforma Universitária de 1968 foram amplamente debatidos no CFE desde sua implantação no início da década de 60. Portanto, muitas propostas sugeridas pelo GTRU haviam entrado em pauta anteriormente, o que faz a estrutura deste relatório ser melhor estruturada do que o de Meira Mattos, que foi criada às pressas para atender aos interesses do bloco conservador (ROTHEN, 2008).

Tanto o Relatório Meira Mattos quanto o Relatório elaborado pelo GTRU apoiavam a configuração dos Decretos-Lei 53/1966¹⁹ e 252/1967,²⁰ instituídos por meio do Ato Institucional n.º 2 pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, que define princípios e normas de organização para as universidades federais.

Para exemplificar as diferenças e semelhanças entre os dois relatórios, seria interessante confrontar o que os dois relatórios dizem a respeito da autonomia universitária e do movimento estudantil, uma vez que ambos foram criados para conter as reivindicações estudantis e dos “excedentes”. A comissão Meira Mattos preconiza a imobilização do movimento estudantil:

Meira Mattos considerava que o movimento estudantil estaria controlado por minoria de estudantes de esquerda. No Relatório Meira Mattos foi apontado que, apesar de pesquisas do IBOPE indicarem que a maioria dos estudantes (77%) afirmaram ser ‘antiesquerdista’, a ‘liderança democrática autêntica’ não estaria suficientemente organizada para contrapor-se ao movimento estudantil de esquerda. Como consequência desse diagnóstico, a Comissão considerava que não era momento para a autorização da instalação de entidades estudantis de nível nacional e estadual e propunha que os estudantes não tivessem participação em órgãos colegiados. (RELATÓRIO MEIRA MATOS, 1969, p. 228-232, apud ROTHEN, 2008, p. 465).

¹⁹Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966: fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17/01/2025.

²⁰ Decreto-Lei n.º 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Ementa: Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17/01/2025.

Nesse quesito, os dois relatórios entram em convergência, uma vez que o GTRU vai em contramão à proposta do relatório Meira Mattos:

[...] o GTRU afirmou que ‘o movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e o despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva’ (REFORMA, 1969, p. 123 apud ROTHEN, 2008, p. 465).

Nesse sentido, o GTRU declara que os estudantes precisam ter sua representação assegurada com atuação legitimada em decisões referentes à instituição que integram.

No que diz respeito à autonomia universitária, a comissão Meira Mattos vai na mesma direção de imobilizar a atuação estudantil. Em seu relatório, buscam a todo custo conter qualquer ação que os estudantes possam desempenhar na universidade. Eles sugerem que até mesmo o reitor seria selecionado a gosto do presidente, além de indicar que as temáticas trabalhadas nas disciplinas teriam que ser submetidas à aprovação prévia (ROTHEN, 2008).

Enquanto isso, o GTRU demonstra-se a favor da autonomia universitária, porém atribui ao Estado o encargo de estimular e regulamentar, e a função regulamentadora ficaria a cargo do GTRU. Segundo os trabalhos da autora Dirce Fonseca (1992), essa medida sugerida e posteriormente posta em vigor pelo CFE provocou grande crescimento nas instituições de ensino privadas entre as décadas de 1970 e 1980, delineando o cenário atual, em que a maioria das instituições de ensino superior trata-se de organizações privadas (ROTHEN, 2008).

Em 16 de agosto e 24 de setembro de 1968, o Ministério da Educação e Cultura, Planejamento, Fazenda e Justiça desempenharam modificações na proposta desenvolvida pelo GTRU, pois, entre as duas comissões responsáveis por discutir e desenvolver propostas para a Reforma Universitária, o GTRU foi o que efetivamente delineou as linhas gerais da reforma de 1968. As modificações fundamentam-se em recomendações do CFE, que pretendiam reforçar o domínio do Estado sobre as instituições de ensino superior (NICOLATO, 1986, apud ROTHEN, 2008).

A Lei n.º 5.540/68 é, por um lado, fruto das discussões que se realizavam sobre o modelo de universidade a ser adotado no país, discussões que nortearam a ação do CFE na fase jurisprudencial, como na elaboração dos Decretos-Lei n.º 53/66 e n.º 252/67, e, por outro, fruto da vontade dos militares, mediante uma legislação centralizadora, de imporem à sociedade civil um consenso sobre o modelo de universidade e diminuírem as resistências internas das universidades ao regime militar (ROTHEN, 2008, p. 471).

A comissão não tinha nenhum representante do grupo universitário; na verdade, as deliberações pensadas para solucionar o problema das instituições de ensino superior do país foram traçadas e discutidas de maneira arbitrária. Em agosto do mesmo ano, a comissão sugeriu a implementação de uma grande reforma universitária no país. Algumas ideias foram admitidas com vigência iminente pelo governo por meio de decreto-lei (WESTIN, 2019).

O fato de o Executivo não utilizar decretos-lei, mas sim enviar ao Congresso Nacional anteprojetos de lei, é interpretado por Germano (1994, p. 95) como uma tentativa dos militares de obter um mínimo de consenso. Na mesma linha de raciocínio, Saviani (1988, p. 99) entende que ‘o regime autoritário resultante do golpe militar de 1964 constituiu uma ditadura envergonhada de si mesma’. Apesar de, inicialmente, alguns deputados considerarem o tempo para a discussão e a aprovação do projeto escasso, o Congresso Nacional cumpriu o seu papel legitimador. (ROTHEN, 2008, p. 470).

A resolução proposta pela reforma universitária para solucionar o excedente universitário, foi revogar a nota mínima de aprovação dos candidatos, bem como determinar nos editais que só seriam aprovados os vestibulandos na quantidade equivalente ao número de vagas; conferir empréstimos e exoneração fiscal ao ramo empresarial que pretendesse fundar faculdades; e, por último, facilitar a formação de novos cursos (WESTIN, 2019).

No período de redemocratização do Brasil, o sistema público de ensino superior vivenciou a grande crise econômica que ocorreu nos países latino-americanos, bem como a crise política e econômica simultânea ao desenvolvimento da abertura política brasileira. Foram anos de subfinanciamento, conturbações administrativas, tensões sociais e inúmeros protestos. Em 1985, houve uma iniciativa reformista em torno do sistema universitário, que possibilitaria revisar e consertar os desacertos da reforma universitária de 1968. O governo de José Sarney criou a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior com o propósito de viabilizar meios de reformular uma nova política para o ensino superior do país; contudo, nenhum projeto de lei foi enviado ao parlamento (MARANGONI, 2012).

A Reforma Universitária desempenhada pelo governo militar de Artur da Costa e Silva preparou o terreno para a formação de dois diferentes processos de ensino. O primeiro referia-se ao sistema de ensino público, de caráter rigorosamente acadêmico, devido seu perfil estar atrelado à pesquisa e à pós-graduação. Enquanto o primeiro tratava de um sistema estritamente seletivo, em que o ingresso era fundamentado no mérito pessoal, o segundo referia-se ao sistema de ensino privado, muitas vezes custeado com dinheiro público (a partir

das inúmeras exonerações fiscais), desassociado da pesquisa e cuja duração do curso pode ser reduzida ou não (CORBUCCI, KUBOTA, MEIRA, 2016 Apud SAMPAIO, 2011).

A Reforma de 1968 forneceu uma conjuntura fértil para a constituição do ensino privado com fins lucrativos, uma vez que essa reestruturação universitária propiciou a fundação de um sistema educacional fundamentado em ideias mercadológicas e corporativas. Essa reforma modificou a configuração do ensino superior do país, que anteriormente era constituído exclusivamente por entidades públicas ou instituições privadas religiosas.

1.3 A abertura política

A década de 1960 é marcada como um período extremamente conturbado na conjuntura política brasileira: inflação altíssima, instabilidade econômica, conflitos políticos, além do crescimento da dívida externa gerada pelo programa desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. É nesse cenário caótico que o golpe civil-militar é instaurado em 1964, perdurando por mais de duas décadas no quadro político brasileiro. É importante ressaltar que cada general que ocupou a presidência no período ditatorial (1964-1985) desempenhou políticas e estratégias distintas para se manter no poder; portanto, não podemos generalizar esse período como um só. Cabe a nós diferenciar tais gestões, concentrando-nos no período de abertura política até o governo Sarney, nosso objeto de estudo (AMORIM, 2008).

1.3.1 Geisel e o projeto de “institucionalização” da ditadura

No dia 15 de março de 1974, Ernesto Geisel toma posse da presidência em um cenário de extrema tensão: o “milagre econômico” entra em ruína, a legitimidade do governo entra em colapso com a relutância democrática ao regime e há um crescente enfraquecimento na relação entre o governo e seu bloco de apoio, o setor empresarial. Na gestão de Geisel, o cenário internacional muda rapidamente em relação ao governo de Emílio Garrastazu Médici, que havia sido favorecido pelo modelo econômico adotado pelos golpistas a partir de 1964.

Apesar da grande dívida externa deixada pelo “Milagre Econômico” de Médici (que mais que triplicou a dívida deixada por Costa e Silva), a postura econômica adotada por Geisel foi optar pela marcha forçada do crescimento econômico, dando forma ao II Plano Nacional de Desenvolvimento/PND (1975-1979), coordenado pelo ministro da Fazenda Reis Velloso, com a pretensão de estimular o crescimento econômico, além de restringir a dependência externa (NETTO, 2014).

[...] II PND privilegia a ênfase na produção de bens de capital, na ampliação da base do sistema industrial com forte investimento na produção de insumos por via das empresas estatais (com o papel do setor estatal dependendo do financiamento externo) e no aumento do grau de inserção da economia brasileira no conjunto da divisão internacional do trabalho. Evidentemente, parte dos componentes do II PND implicava um reposicionamento do país nas relações internacionais (NETTO, 2014, p. 188).

Por mais que Geisel tenha dado prosseguimento à conservação do crescimento econômico (BELLINGIERI, 2005, p. 15) “O objetivo básico do plano (II PND) era promover um ajuste na estrutura de oferta de longo prazo”. Portanto, um dos pilares desse plano econômico era gerar capacidade produtiva interna (incluindo a infraestrutura necessária para tal) para sustentar um crescimento econômico mais autônomo em um futuro próximo:

Ao contrário do período do Milagre, baseado no crescimento do setor de bens de consumo duráveis com concentração de renda, a estratégia do II PND baseou-se no apoio à indústria de base (bens de capital, bens intermediários e insumos básicos) e centrou-se nos seguintes pontos: a) realização de grandes investimentos, pelas empresas estatais, na produção de aço, alumínio, zinco, carvão, bauxita, cobre e minério de ferro (Projeto Carajás); b) diversificação da matriz energética do País: acordo com a Alemanha para programa de energia nuclear no Brasil (construção de usina em Angra dos Reis-RJ); lançamento do Pro-álcool, em 1975, que desenvolveu o álcool combustível; aumento da exploração de carvão; aumento da geração de energia elétrica (construção da usina hidrelétrica de Itaipu); c) d) mudanças nos investimentos de transportes, a fim de se reduzir gastos com petróleo: incentivo ao transporte hidroviário e de massa (ônibus e trens); eletrificação da rede ferroviária; concessão de estímulos fiscais, creditícios e, em alguns casos, reserva de mercado (por exemplo, Lei da Informática) às empresas privadas nacionais, com o objetivo de fortalecê-las perante as empresas privadas estrangeiras e estatais (BELLINGIERI, 2005, p. 15).

Na década de 1970, há uma mudança relevante no contexto político e econômico internacional: a derrota dos Estados Unidos para os comunistas vietnamitas (1955-1975); abertura do diálogo entre a diplomacia norte-americana e a República Popular da China; a agitação devido ao *escândalo de Watergate*,²¹ que evidenciou um dos maiores casos de corrupção política envolvendo o presidente norte-americano Richard Nixon, resultando em

²¹ 2. Ocorreu no começo da década de 70, final do século XX. O escândalo Watergate foi um caso político e criminal ligado à administração do presidente e candidato à reeleição, Richard M. Nixon, em que se comprovou a realização de contribuições políticas ilegais por empresas, internas e estrangeiras. O estopim para o início das investigações, e que dá o nome ao caso, foi a prisão de cinco pessoas que teriam invadido o Edifício Watergate, sede do Partido Democrata, para implantar escutas telefônicas e roubar documentos, e que seriam ligadas à campanha de Nixon (CABRAL, 2011 Apud DESTERRO, 2020, p. 60).

sua renúncia em 1974; e a eleição do presidente democrata James Earl Carter Jr. em 1977 (NETTO, 2014).

Com a eleição de Carter em 1977, ocorreram algumas mudanças expressivas na política externa desempenhada pelos Estados Unidos, entre elas, a mais importante envolvia a *política de defesa dos direitos humanos*²², quando Carter deixou de apoiar as ditaduras empreendidas, especialmente na América Latina, pelos governos norte-americanos anteriores.

[...] o governo Carter deixou de respaldar, nos organismos internacionais, as ditaduras e os seus aparatos repressivos e estimulou, nos países vitimados pela violência estatal, os movimentos em defesa da integridade física de dissidentes (NETTO, 2014, p. 186).

No âmbito econômico, ao longo da década de 1970, há um grande abalo na dinâmica econômica capitalista nos países desenvolvidos, marcado pela fusão entre estagnação econômica e alta inflação.

A recessão de 1974-1975 (que seria sucedida por outra, em 1980-1982) abriu um período em que o sistema capitalista experimentaria uma onda longa recessiva, com taxas de crescimento muito inferiores àquelas dos cerca de trinta anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial (NETTO, 2014, p. 187).

Essas mudanças no cenário internacional tiveram grandes impactos no governo de Geisel, que em cada ano, vivenciava uma conjuntura crítica distinta: quedas abruptas no PIB brasileiro (que cresceu 14% no ano de 1973, caindo nove pontos percentuais em apenas dois anos, chegando a 5,1% em 1975); o declínio da indústria, que crescia 17,03% em 1973, caindo para 4,9% no ano de 1975; e o crescimento da inflação, que estava em 28,6% em 1973, passando a 41,2% em 1975 (NETTO, 2014).

Diante desse cenário, a política externa adotada por esse governo foi denominada pelo próprio Geisel de “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”, que gerou mudanças relevantes em torno da diplomacia brasileira. Essa política consistia na variação diplomática, reduzindo a relação de dependência com os Estados Unidos, ampliando as possibilidades de acordos econômicos com outras regiões, mesmo que esses países não estivessem alinhados com a ideologia norte-americana no contexto da Guerra Fria:

²²“Porque somos livres, nunca podemos ser indiferentes ao destino da liberdade em outros lugares. Nosso senso moral dita uma preferência clara por aquelas sociedades que compartilham conosco um respeito permanente pelos direitos humanos individuais. Discurso inaugural de Carter, proferido em 20 de janeiro de 1977. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1977-1980/human-rights>. Acesso em: 21/01/2025.

Geisel denominou sua política externa de ‘Pragmatismo Responsável e Ecumênico’. A atuação externa brasileira deveria ser pragmática no sentido de estabelecer relações que fossem satisfatórias ao Brasil, deixando num segundo plano o peso ideológico do conflito leste-oeste, mas deveria ser responsável para não se deixar contaminar pelas doutrinas políticas dos países com os quais poderia se aproximar para fins econômicos (SOUZA, 2013, p. 5).

No cenário internacional, Geisel se empenhou em estabelecer relações diplomáticas e comerciais com a Europa Ocidental e o Oriente, enfraquecendo, assim, sua relação com o governo norte-americano:

Geisel visitou a França e a Inglaterra, em abril/maio de 1976 [...] reataram-se as relações diplomáticas com a República Popular da China em agosto de 1974 e em 1978 firmou-se com ela um acordo comercial [...] Premido pela dependência do petróleo do Oriente Médio, o Brasil alterou a sua postura frente aos problemas da região: em novembro de 1975, votou favoravelmente à Resolução n.º 3.379 da Assembleia Geral da ONU, condenando o sionismo; em 1976, permitiu a instalação, em Brasília, de uma representação diplomática da *Organização para a Libertação da Palestina*/OLP e incrementou as suas relações econômicas com os países árabes. E foram interesses econômicos, mas também estratégicos, que levaram o país, no final de 1975, a reconhecer rapidamente (e contra as pressões norte-americanas) o governo que se instalou em Luanda, dirigido por Agostinho Neto, líder marxista do Movimento Popular de Libertação de Angola/MPLA (NETTO, 2014, p. 189).

A política desempenhada por Geisel provocou grandes perturbações com o governo norte-americano, e esse conflito se aprofundou ainda mais quando o Brasil rompeu o “Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento da Energia Atômica” firmado em 1955 com os Estados Unidos para firmar um acordo com a República Federal da Alemanha, consumando o “Acordo Nuclear Brasil-Alemanha” em junho de 1975. O “Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares”, firmado em 1968, expressava o interesse estritamente pacífico em torno da utilidade que o país daria à energia nuclear (NETTO, 2014).

O rompimento com o acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos ocorreu no segundo semestre de 1974, durante o governo de Gerald Ford (1974-1977), devido às alterações que o governo norte-americano realizou no contrato firmado no primeiro semestre do mesmo ano. As alterações contratuais deixavam o Brasil numa posição de completa dependência, uma vez que tal subordinação não interferiu somente no que diz respeito ao controle tecnológico, mas também no abastecimento do combustível (NETTO, 2014).

Com a eleição de Jimmy Carter em 1977, seu posicionamento em relação ao rompimento contratual entre o Brasil e os Estados Unidos conduziu à pressão política sobre Geisel e seu vice-presidente. A pressão política, somada à crítica de Carter sobre o cenário brasileiro de violação dos direitos humanos, resultou em outra ruptura entre os dois países. Dessa vez, o “Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos”, firmado em 1952, foi oficialmente encerrado (NETTO, 2014).

Diante dessa nova conjuntura internacional, Geisel não pretendia acabar com a relação econômica de dependência, mas buscava estabelecer relações econômicas variadas, transferindo sua posição de dependência de um (no caso, os Estados Unidos) para diferentes sedes capitalistas, visando pactos e negociações pertinentes à sua estratégia de “crescimento forçado” (NETTO, 2014).

O desfecho do II PND de Geisel foi o fechamento da dívida externa em 49,9 bilhões de dólares em 1979 (32,8 bilhões acima do valor apresentado em 1974) , além da inflação, que chegou a 53,9%, um pouco mais de 11% acima do valor encontrado em 1974 (NETTO, 2014).

No final do governo de Médici, duas facções do corpo militar (os “castelistas” e os “profissionais”) começaram a elaborar um projeto de “distensão” política, firmando uma aliança que buscava restabelecer gradativamente alguns direitos civis básicos. O exemplo disso fica evidente em algumas reformas posteriores desempenhadas pelos governos de abertura, como a Reforma do Sistema Eleitoral de 1974, promulgada no governo de Ernesto Geisel, que flexibilizou algumas diretrizes políticas para o MDB. Mais tarde, essa medida empreendida por Geisel desembocou na Lei do Fim do Bipartidarismo, implementada somente no governo de João Figueiredo. Ambas as facções pretendiam institucionalizar o autoritarismo do regime, empreendendo uma política de liberalização extremamente dosada para que as mudanças necessárias para a “redemocratização” não saíssem do controle do regime vigente (SALLUM JUNIOR, 1994).

Os “castelistas” eram a corrente simpatizante do primeiro presidente do golpe (Castello Branco), que estava alinhada com os ideais norte-americanos, com as políticas econômicas liberais e, além disso, tinha uma percepção mais autoritária em torno do papel político das Forças Armadas. Vale ressaltar que essa corrente estava mais associada aos órgãos de repressão e censura do Corpo Militar e apoiava a permanência dos militares no poder político (por mais que Castello Branco não respaldasse a permanência definitiva dos militares no âmbito político, mas sim como maneira provisória). Os “profissionais” tencionavam disciplinar os órgãos de segurança e informação, como o SNI, o DOI-CODI,

DOPS etc., ou seja, os órgãos de inteligência, repressão e censura do regime militar, e defendiam a permanência dos militares no âmbito político, desde que eles conservassem a ordem e o crescimento econômico (SALLUM JUNIOR, 1994).

Com o firmamento da aliança entre os “castelistas” e os “profissionais”, Ernesto Geisel era a figura que mais se adequava aos objetivos das facções, fazendo com que ele fosse empossado como presidente em 15 de março de 1974.

A partir desse projeto de abertura política, Geisel tenciona incorporar duas importantes medidas. A primeira das aspirações era de cunho político e buscava estabelecer consistência institucional. Essa estratégia pretendia suprimir uma das matrizes de poder de grupos da oposição, retirando as Forças Armadas do domínio político, reprimindo o exercício das categorias relacionadas à informação e coibição do Estado (CODATO, 2005).

A segunda tática do governo Geisel baseava-se na perenização da Ditadura Militar por meio de uma “cortina de fumaça”. Esse plano consistia em tornar o modelo político mais flexível a partir da reintegração gradativa de alguns direitos civis básicos para camuflar a ditadura vigente em um molde mais próximo da democracia. O objetivo do corpo político de Geisel era o de institucionalizar o autoritarismo, estabelecendo um programa de “distensão”, estratégia que mais tarde também seria usada no governo de João Figueiredo (1979-1985), denominada como “política de abertura”. Essas medidas de distensão foram resultado da repercussão das tensões sociais deliberadas pelos mesmos grupos (classe dominante de viés conservador) que outrora haviam apoiado a intervenção militar na política brasileira e que, nesse momento, defendiam a “democratização” do país. Além disso, podemos mencionar as tensões no interior do corpo militar, que tinham opiniões distintas acerca dos rumos que a ditadura tomaria dali em diante (CODATO, 2005, p. 92).

A proposta de Geisel consistia em uma “lenta, gradativa e segura distensão” com o propósito de desempenhar uma reforma no regime ditatorial vigente, estabelecendo certa abertura no espaço político para legitimar o Estado ditatorial. Esse projeto de abertura política era extremamente restritivo, pois mantinha a essência do Estado autocrático, refreando qualquer organização do movimento democrático, bem como sua atuação nos espaços políticos (NETTO, 2014).

O conceito que expressa os planos de Geisel se encontra na teoria elaborada por Antônio Gramsci, intitulada “Revolução Passiva”. Esse conceito define um tipo específico de transformação social na qual não há participação ativa da sociedade, ou seja, é uma reforma de “cima para baixo”, em que os anseios da classe dominante são preservados, enquanto as

reivindicações populares são neutralizadas com mudanças que mantêm a estrutura original do Estado.

Revoluções passivas são processos de revolução sem revolução em que as elites políticas das classes dominantes se apropriam total ou parcialmente da agenda dos setores subalternos, cooptando suas lideranças, afastando outras, em uma estratégia de conservar-mudando, tal como nas palavras de um personagem do romance *O leopardo*, a obra-prima do italiano Giuseppe Lampedusa, que sentenciava ser necessário mudar para que as coisas permanecessem como estavam (WERNECK, 2011, p. 172, apud SEINO; ALGARVE; GOBBO, 2013, p. 33).

Um exemplo que ilustra a conceituação de Gramsci no governo Geisel foi o fato ocorrido em 1974, durante a reunião ministerial, em que, dias depois de Geisel declarar seu empreendimento no “aperfeiçoamento democrático”, deliberou ao Procurador-Geral da República que acionasse o Supremo Tribunal Federal (STF) para autuar o deputado Francisco Pinto, mais conhecido como Chico Pinto²³, devido a um de seus pronunciamentos na Câmara, em que critica a ditadura de Pinochet no Chile. Essa atuação de Geisel demonstra que o processo de abertura política que entrava em vigor era uma maneira de refrear e moldar o processo de redemocratização aos moldes da ditadura (NETTO, 2014).

Para exaltar a ARENA²⁴ (o partido político da ditadura militar) e empreender campanhas que favorecessem o partido nas eleições municipais de 1976, Geisel instituiu, em primeiro de julho, a Lei Falcão²⁵ (em menção ao ministro da Justiça e criador das regulamentações, Armando Falcão), que diz respeito a uma série de restrições aos candidatos:

²³ O Supremo Tribunal Federal (STF) condena o deputado baiano Chico Pinto, da ala “autêntica” do MDB, a seis meses de prisão, com perda do mandato e dos direitos políticos. O crime do deputado: ter feito um discurso criticando a presença no país do general Augusto Pinochet, chefe da Junta Militar que governava o Chile. Pinochet foi um dos ditadores sul-americanos que compareceram à posse de Ernesto Geisel na Presidência do Brasil, em 15 de março. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/preso-por-criticar-ditador-do-chile>. Acesso em: 23/01/2025.

²⁴ A Aliança Renovadora Nacional (Arena) foi um partido político criado pela ditadura militar implantada por meio de um golpe de Estado conservador que congregou forças militares e parte da sociedade civil na deposição do presidente da República em 1964. Por meio do Ato Institucional n.º 2, decretado em 1965, os militares elaboraram uma arquitetura política na qual foram extintas as antigas legendas e implantado um sistema bipartidário, composto pela Arena, partido de situação, e pelo MDB, que desempenharia o papel de uma oposição controlada. Disponível em: <https://www.uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/resumos/8662.html>. Acesso em: 24/01/2025.

²⁵ É promulgada a Lei 6.339/76, que modifica o Código Eleitoral e proíbe os candidatos de fazer qualquer tipo de pronunciamento no horário eleitoral do rádio e da TV. A partir das eleições municipais daquele ano, os partidos só poderiam divulgar o nome, o número e um breve currículo de cada candidato, além de sua fotografia na TV. A lei do silêncio nas campanhas eleitorais ficou conhecida pelo sobrenome do seu idealizador, o ministro da Justiça, Armando Falcão. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/lei-falcao-silencia-a-campanha-eleitoral>: <https://memorialdademocracia.com.br/card/lei-falcao-silencia-a-campanha-eleitoral>. Acesso em: 24/01/2025.

“os candidatos não poderiam debater nem apresentar mais que o seu currículo, a sua foto 3X4 e a menção ao seu número e partido” (NETTO, 2014).

Além desse silenciamento dos candidatos e, consequentemente, da oposição (MDB), para promover a ARENA, Geisel atuou em diversas regiões e municípios com discursos e promessas políticas, com o intuito de obter mais eleitores que simpatizassem com seu partido. Apesar do apelo de Geisel, ao final da campanha, os resultados das eleições foram expressivos: o MDB obteve mais votos nos centros urbanos, enquanto a ARENA conquistou os votos dos municípios interioranos, onde se concentravam os eleitores mais conservadores. Em linhas gerais, o MDB alcançou votos muito expressivos, o que preocupou Geisel em relação aos resultados de eleições futuras, bem como o encolhimento da maioria de seu partido no Congresso (NETTO, 2014).

Suas preocupações não tardaram a se concretizar; no ano seguinte, Geisel enviou um projeto de emenda, que foi recusado pelo Congresso:

Geisel teve a demonstração das enormes dificuldades que encontraria em março de 1977: o projeto de Emenda Constitucional que reformava o Judiciário, enviado por ele ao parlamento, foi rejeitado no dia 30 — não obteve $\frac{2}{3}$ dos votos de que necessitava. O ditador não vacilou: dois dias depois, determinou o recesso do Congresso Nacional e passou a governar por decreto, como lhe autorizava o AI-5 (NETTO, 2014, p. 196).

Assim que Geisel reabriu o Congresso Nacional no dia 15 de abril, ele decretou um conjunto de medidas que ficou conhecido como pacote de abril²⁶. O pacote de abril era formado por duas Emendas Constitucionais decretadas nos dias 13 e 14 de abril, ou seja, dois dias antes de Geisel reabrir o Congresso. A primeira foi a Emenda Constitucional n.º 7²⁷, que propunha a reforma do poder Judiciário sem mesmo ser aprovada pelo Congresso, e a segunda Emenda foi a n.º 8²⁸, que modifica intensamente as normas que compunham a legislação eleitoral. As duas emendas demonstram a reação autocrática de Geisel diante do

²⁶ Duas semanas depois de usar o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) para fechar o Congresso Nacional, o general-presidente Ernesto Geisel baixa um conjunto composto por uma emenda constitucional e seis decretos autoritários com o objetivo de conter o avanço eleitoral da oposição e garantir sobrevida à ditadura. O Pacote de Abril, como ficou conhecido, devolveu à Arena o controle do Legislativo, cancelou as eleições diretas para governador previstas para o ano seguinte e determinou a escolha indireta de um terço dos senadores, entre outras medidas. Foi o maior retrocesso político no país desde a edição do AI-5, em dezembro de 1968. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/pacote-de-abril-impoe-novo-retrocesso>. Acesso em: 25/01/2025.

²⁷ Incorpora ao texto da Constituição Federal disposições relativas ao Poder Judiciário. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11292267/emenda-constitucional-n-7-de-13-de-abril-de-1977>. Acesso em: 25/01/2025.

²⁸ Altera artigos da Constituição Federal, incluindo-se em seu Título V os artigos 208, 209 e 210. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1970-1979/emendaconstitucional-8-14-abril-1977-366978-norma-pl.html>. Acesso em: 25/01/2025.

regime, como o DOI-CODI³² e o Serviço Nacional de Informações³³ (SNI), além de manter o bipartidarismo (ARENA e MDB). Portanto, o AI-5 foi extinto, mas seus aparatos repressivos se mantiveram, agora restabelecidos pelo artifício do governo que declarou desempenhar um “gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”. Segundo Netto (2014, p. 206), “não passava de uma reciclagem a que o regime se viu compelido a realizar, mudando para conservar a sua essência ditatorial”.

1.3.2 João Figueiredo, política de “abertura política” e a transição (in)completa

As pressões empreendidas pela classe empresarial desempenharam função crucial nesses ensaios de “flexibilização” (no governo Geisel) e “política de abertura” (no governo Figueiredo).

No início do mandato de Geisel, empresários protagonizaram uma ruidosa campanha denunciando o gigantismo do Estado na economia: tecem loas à ‘iniciativa privada’ e lamentam que esta se visse tutelada por uma orientação estatista; tais loas e choradeira encontraram eco na chamada grande imprensa e ressoaram sobretudo através da revista *Visão*, de São Paulo, à época nas mãos de Henry Maksoud, magnata da *Hidroservice* (uma empresa de engenharia); nos anos seguintes, a defesa da ‘iniciativa privada’ foi peça central no combate à política de ‘reserva de mercado’ para a informática (política iniciada em 1976 e que, depois de várias modificações, foi encerrada em 1992) (NETTO, 2014, p. 199, grifo do autor).

No dia onze de março de 1979, o governo de João Figueiredo incube-se do ofício presidencial e procura elaborar um modelo burocrático diferente, com a intenção de refrear as tensões sociais desempenhadas pelos grupos empresariais e outros importantes setores das

³² Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi foi inspirado no modelo da Operação Bandeirante (Oban), que reunia forças civis e militares. O departamento se tornaria conhecido como a central de tortura e assassinato dos adversários do regime. Apenas pelo DOI-Codi do 2º Exército (São Paulo) passaram mais de 6.700 presos, dos quais pelo menos 50 foram assassinados sob custódia entre 1969 e 1975, segundo o pesquisador Pedro Estevam da Rocha Pomar. Nesse período, foram totalmente desarticuladas, por assassinatos e prisões, organizações como Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Ala Vermelha, entre outras. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar>. Acesso em: 26/01/2025.

³³ Concebido pelo general Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações (SNI) é criado pela Lei n.º 4.341 com a finalidade de assessorar o presidente da República e o Conselho de Segurança Nacional. O SNI se tornou o principal órgão de espionagem da ditadura e peça-chave do Sistema Nacional de Informações (Sisni). Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/sni-nasce-monstro-da-espionagem>. Acesso em: 26/01/2025.

Classes dominantes. Em sua gestão, Figueiredo executa uma “política de abertura”, recuperando os métodos de participação política da elite nos assuntos políticos do país (CODATO, 1995).

Assim como a regência de Geisel, o cenário econômico em que Figueiredo se encontra também é crítico, somado à conjuntura internacional desfavorável da época, como o “segundo choque do petróleo³⁴”, por exemplo, a dívida externa e a alta inflação deixada pelos governos anteriores dificultaram o “quebra-cabeça” que Figueiredo teria que resolver. Para vislumbrarmos o teor da complexidade da conjuntura internacional do final da década de 70, destacamos alguns acontecimentos que marcaram o governo de João Figueiredo:

a) profundas mudanças no cenário internacional: em 1979, ocorreu o 2º choque do petróleo (o barril foi de US\$ 15 para US\$ 35) e também o aumento das taxas de juros internacionais puxado pelos EUA, que reduziu a liquidez mundial e dificultou a captação de novos empréstimos, ao mesmo tempo em que aumentou os encargos da dívida externa brasileira, contratada a juros flutuantes; b) deterioração da situação fiscal do governo, com redução da carga tributária bruta, aumento do pagamento de juros da dívida interna, aumento do déficit das estatais, etc. c) desequilíbrio externo, disparada do preço do petróleo e déficits públicos faziam acelerar a inflação, que tendia a propagar-se devido à de indexação na economia (correção monetária) (GREMAUD et al. 2004 apud BELLINGIERI, 2005, p. 15-16).

Além de se preocupar com o contexto econômico, Figueiredo também teria que dar prosseguimento aos planos de Geisel, desempenhando a abertura política sem alterar a essência do governo ditatorial.

Outro problema encontrado pelo governo seria a insatisfação tanto da elite (descontente desde a regência anterior com as políticas de estatização) quanto dos civis contrários ao regime ou aos que sentiram na pele as altas da inflação somadas ao arrocho salarial³⁵. Diante desse cenário, em dezembro de 1982, o governo foi forçado a admitir o desastre cometido por seu “modelo econômico”.

As negociações com o FMI, iniciadas em 1982, e a moratória deixaram clara a vulnerabilidade a que o ‘modelo econômico’ implementado pelo regime ditatorial conduziria o país — vulnerabilidade que saltou à vista numa

³⁴ Em 1979, a paralisação da produção iraniana, consequência da Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini, provocou o segundo grande choque do petróleo, elevando o preço médio do barril ao equivalente a US\$ 80 atuais. Os preços permaneceram altos até 1986, quando voltaram a cair. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_choque2.shtml#:~:text=Em%2079%2C%20a%20paralisa%C3%A7%C3%A3o%20da,1986%2C%20quando%20voltaram%20a%20cair. Acesso em: 28/01/2025.

³⁵ A estratégia do arrocho salarial havia sido empregada pela primeira vez em 1964, com o objetivo de “estabilizar a economia” durante o governo do general-presidente Castelo Branco. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/ordem-do-fmi-mais-arrocho-salarial>. Acesso em: 28/01/2025.

conjuntura em que a recessão mundial acompanhava-se pela alta dos juros, pela queda dos preços das matérias-primas no mercado mundial e pela interrupção do fluxo de créditos internacionais (NETTO, 2014, p. 213).

O aumento da taxa de juros afetou vários outros países subdesenvolvidos, que se viram encurralados diante de dívidas externas quase impagáveis. Essa conjuntura levou a Polônia e a Argentina, em 1982, à completa incapacidade de pagar suas dívidas, ao passo que o México decretou a suspensão temporária dos pagamentos, fazendo com que os Estados Unidos não concedesse mais recursos aos países subdesenvolvidos. O resultado disso foi a alternativa de recorrer a empréstimos do FMI, que impôs grandes restrições à política econômica brasileira (BELLINGIERI, 2005).

O momento econômico estava em completa ruína, o que fez com que Figueiredo executasse uma estratégia. Para isso, nomeou Mário Henrique Simonsen (ex-ministro da Fazenda de Ernesto Geisel) como ministro do Planejamento. Simonsen buscou realizar o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) sob uma tática que freasse o crescimento econômico. Houve grande descontentamento em torno do objetivo do planejamento, o que fez com que Antonio Delfim Netto (um dos economistas mais influentes da ditadura militar), até então ministro da Agricultura, tomasse as rédeas do plano econômico (NETTO, 2014).

Com a queda de Simonsen em 1979, Delfim Netto desenvolveu uma estratégia pautada no crescimento econômico que não demandasse exclusivamente de interferência externa para isso, ou seja, um crescimento autossustentado. Não demorou muito para que o resultado promovido pelo projeto recaísse sobre a população brasileira (NETTO, 2014).

O índice de preços era de 91,2% em 1981, atingindo a marca de 217% no final de seu governo em 1985. Outro fator de impacto foi o PIB,³⁶ que reduziu 12% em seu governo, chegando ao pior índice registrado na história da República. Entre 1979 e 1984, a renda per capita despencou; entre 1982 e 1985, os salários sofreram um encolhimento de 20%; o desemprego assolou a conjuntura brasileira; a população em situação de extrema pobreza aumentou cerca de 6,45 milhões entre 1979 e 1985; e houve um grande corte nas verbas destinadas à saúde pública. Enquanto o desastre econômico prejudica a maioria da população no governo Figueiredo, a concentração da renda e da propriedade manteve-se em constante crescimento (NETTO, 2014).

³⁶ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 29/01/2025.

É importante ressaltar que grande parte dessas medidas foram determinações do FMI, que impôs uma série de medidas, como o arrocho salarial, por exemplo, para que o Brasil conseguisse pagar parte da dívida externa:

A recessão, acompanhada da forte queda do salário real, entre 1981-83 (que fez reduzir as importações), mais a entrada dos recursos do empréstimo do FMI, determinou o sucesso do ajuste externo já em 1983-84, com a geração de superávits externos. O Brasil voltou a crescer em 1984, mas um problema que se agravava cada vez mais era a inflação, que aumentava ano a ano, em virtude da deterioração das contas públicas e do alto grau de indexação da economia, que realimentava os aumentos dos preços. A inflação em 1984 chegou a 223%. É neste contexto que ocorria a abertura política, com o movimento em prol de eleições diretas, em 1984. O governo era duramente criticado por se submeter às regras do FMI, impondo recessão e arrocho salarial à população (BELLINGIERI, 2005, p. 16).

Diante desse verdadeiro desastre econômico-social, o descontentamento ultrapassa a linha da oposição à ditadura, fazendo com que ocorra a insustentabilidade do governo ditatorial. Em resposta ao movimento democrático que se mantém em constante crescimento, manifestam-se os pró-ditadura de extrema direita, que empenharam uma sucessão de atentados terroristas: sequestro de defensores dos direitos humanos, atentados a bancas de jornais que exibiam manchetes de esquerda, perseguição contra líderes sindicais e até mesmo o atentado que ocorreu em 30 de abril de 1981, na véspera de comemoração ao Dia do Trabalho, que contou com atrações artísticas grandiosas como Chico Buarque e mais de 20 mil espectadores alinhados com os ideais políticos de esquerda e o movimento sindicalista. O atentado foi uma tentativa de incriminar a militância de esquerda, além de inibir e coagir o crescimento do movimento pelas Diretas Já. O resultado da transgressão foi a morte de um dos agentes e graves ferimentos do outro, que, porventura, eram os portadores dos explosivos que causariam uma tragédia imensurável caso fosse consumada (NETTO, 2014).

O atentado foi desempenhado pela facção “castelista”, que, não por acaso, ambos os autores do terrorismo pertenciam aos órgãos de inteligência e repressão política, bem como aos “porões” do regime militar. Nenhum dos extremistas foi responsabilizado por seus crimes; muito pelo contrário, o oficial Guilherme Pereira dos Santos, que morreu no atentado, foi enterrado com homenagens e honrarias. Hoje há evidências que comprovam que a atuação

dos envolvidos foram solicitados em prol da missão 115³⁷, conduzida por Freddie Perdigão Pereira, responsável pela Casa da Morte de Petrópolis³⁸ (NETTO, 2014).

Os conflitos entre os oficiais da “linha dura” e os militares que empenharam a política de abertura foram solucionados por negociações sigilosas, que fizeram com que os culpados do atentado não fossem punidos de nenhuma maneira; em troca, eles teriam que se conformar com a política de abertura. Esse acordo se completou com a demissão de um dos maiores estrategistas do regime. Golbery do Couto e Silva foi dispensado, realçando assim a derradeira ruína do regime em questão (NETTO, 2014).

A transição política mudaria os dispositivos da ditadura, todavia, de um modo que a população tivesse a menor participação política possível. Isso teria que ocorrer de maneira contida. Apesar de os movimentos sociais em oposição à ditadura não serem o principal motor da política de abertura, é inegável a sua parcela de contribuição nesse processo, que teve papel decisivo na ruína da ditadura.

É notório que, apesar de a abertura política ser negociada entre a elite militar e a elite político-econômica civil, os movimentos sociais, apesar de não serem o principal ‘motor’ da abertura, fizeram parte de um contexto histórico de pressão política, que contribuiu sobremaneira para acelerar o ritmo rumo ao fim da já desgastada ditadura militar brasileira (ALMEIDA 2017, p. 15,160).

Os rumos para a transição demandam o resgate de características institucionais básicas. Para isso, Figueiredo restabeleceu o alargamento dos partidos, instaurando em 1979 a reforma partidária³⁹. Isso sinalizava o retorno de elementos democráticos; contudo, Figueiredo uniu o útil ao agradável quando abriu mão do bipartidarismo para dividir a oposição e obter vantagem nas eleições iminentes.

³⁷ Missão 115 foi o nome atribuído pelo DOI-CODI (órgão de repressão do exército durante a ditadura militar) a uma suposta operação de “vigilância” no Rio de Janeiro, durante show musical no Riocentro pelo Primeiro de Maio de 1981. Na verdade, tratava-se de um atentado a bomba, afinal frustrado, que visava sabotar a redemocratização do país. Pela primeira vez, um dos membros daquela equipe de terroristas, o ex-policia Claudio Guerra, conta em detalhes como a operação foi planejada e executada. Os trabalhos recentes da Comissão Nacional da Verdade também jogam novas luzes sobre o episódio e as sucessivas tentativas de apuração ao longo de mais de três décadas. Disponível em: <https://ims.com.br/filme/missao-115/>. Acesso em: 29/01/2025.

³⁸ Tombada em 2018, a Casa da Morte de Petrópolis foi um centro clandestino para ações dos agentes da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/casa-da-morte-de-petropolis/>. Acesso em: 29/01/2025.

³⁹ O Congresso Nacional aprova a Lei 6.767, que declara extintos Arena e MDB, os dois partidos criados pelo Ato Institucional n.º 2 (AI-2), de 1965. A Lei Orgânica dos Partidos institui novas regras para a criação de legendas, formadas pela adesão de pelo menos 10% dos parlamentares federais no exercício do mandato ou pela criação de diretórios em pelo menos nove estados. A fundação de partidos comunistas continua vetada pela Lei de Segurança Nacional. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/estados.a-coloca-fim-a-arena-e-ao-mdb>. Acesso em: 30/01/2025.

Em 1980 foi fundado o Partido Democrático Social⁴⁰ (PDS) para substituir a ARENA, que havia sido extinta com a reforma partidária que ocorreu em 1979. Como sucessor da ARENA, o PDS era a base parlamentar da ditadura. Do outro lado, o antigo MDB foi substituído pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fazendo com que a maioria política que pertencia ao MDB migrasse para o novo partido de oposição do regime. É importante ressaltar que os dois partidos comunistas que existiam (até então na ilegalidade) permaneceram na clandestinidade e só puderam atuar livremente em 1985, no fim da ditadura militar.

Com o multipartidarismo, surgiram outros partidos, como o Partido Popular⁴¹ (PP) (oposicionistas conservadores do regime vigente liderado por Tancredo Neves), o Partido Democrático Trabalhista⁴² (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro⁴³ (PTB), o Partido dos Trabalhadores⁴⁴ (PT) e outros partidos menores que não tiveram tanto impacto político como os mencionados.

O PDS (Partido Democrático Social), antiga Arena, apoiava o governo e reunia setores da burguesia e proprietários rurais. O antigo MDB, em torno do qual, durante a ditadura, se agrupou a oposição de diversos matizes, tornou-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Outros partidos formaram-se em torno de antigos políticos – como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Ivete Vargas; o PDT (Partido Democrático Trabalhista), de Leonel Brizola; e o PP (Partido Popular), de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, liberal-conservador, reunindo parte da alta

⁴⁰ Partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979. Sucessor direto da Arena, o PDS foi o destino das principais lideranças que apoiavam o regime militar. Nasceu governista e majoritário nas duas casas do Congresso Nacional e foi o principal sustentáculo político do presidente João Figueiredo (1979-1985), que a ele se filiou. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6099>. Acesso em: 30/01/2025.

⁴¹ Partido político nacional criado em dezembro de 1979, após a aprovação pelo Congresso Nacional, em 29 de novembro, da reforma partidária que abriu caminho ao restabelecimento do pluripartidarismo no país. Incorporou-se em 1982 ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Diante da iminente extinção da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro, um grupo de arenistas de tendência liberal e de emedebistas moderados resolveu se unir para fundar um novo partido. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6179>. Acesso em: 30/01/2025.

⁴² Partido político nacional fundado em 16 de setembro de 1980 por Leonel Brizola, após ter perdido para Ivete Vargas a luta pelo registro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a que ambos haviam pertencido até sua extinção em 1965, pelo Ato Institucional nº 2. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6101>. Acesso em: 30/01/2025.

⁴³ O Partido Trabalhista Brasileiro, de 1980, é fruto da refundação do antigo Partido Trabalhista. Formado por políticos articulados ao redor da ex-deputada Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Disponível em: <https://neamp.pucsp.br/organizacoes/partido-trabalhista-brasileiro-ptb-pos-golpe-civil-militar-de-1964>. Acesso em: 30/01/2025.

⁴⁴ Partido político nacional criado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980. A novidade do partido decorre, antes de tudo, da forma pela qual ele surgiu: do movimento social de trabalhadores, com base na classe operária, e não a partir de bases congressuais ou de partido preexistente, o que, de resto, tem caracterizado a emergência de todos os partidos brasileiros; a exceção é o Partido Comunista, fundado em 1922. O PT se declara diferente porque defende a autonomia dos movimentos e organizações populares e, sobretudo, em virtude de seus objetivos políticos. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6108>. Acesso em: 30/01/2025.

burguesia brasileira e que, posteriormente, foi absorvido pelo PMDB (RODRIGUES, 1999, p. 16 Apud SEINO; ALGARVE e GOBBO, 2013, p. 34).

Não satisfeito com a reforma partidária, Figueiredo pôs em jogo mais uma de suas táticas em 1980, decretando uma série de reformas nos processos eleitorais.

Pela Emenda Complementar n.º 14, de 9 de setembro, suspendeu as eleições municipais marcadas para novembro, prorrogando mandatos de prefeitos e vereadores até janeiro de 1983. Como contrapartida, através da Emenda Complementar n.º 15, de 19 de novembro, aceitou tornar diretas as eleições de 1982 para os governos dos estados, ao mesmo tempo que mantinha o mandato dos senadores ‘biônicos’ e conservava a ‘eleição’ indireta para as prefeituras das capitais e das ‘áreas de segurança nacional’ (NETTO, 2014, p. 222).

Em relação às prefeituras mencionadas, as eleições só ocorreram em 1985, quando a ditadura militar havia sido rompida oficialmente. Nesse momento, Figueiredo concentrou-se em dividir o PMDB (que sucedeu o antigo MDB), provocando tensões entre os integrantes do partido, uma vez que o grupo político abrangia muitas linhas político-ideológicas (NETTO, 2014).

Em novembro do ano seguinte, outras reformas foram propostas por Figueiredo, sendo aprovadas pelo parlamento em janeiro de 1982. Dessa vez, a Lei n.º 6.978⁴⁵ vetava as alianças entre dois ou mais partidos políticos. Essa deliberação causou muitos conflitos nos partidos de oposição, uma vez que essa lei impedia em muitas regiões a candidatura de grupos políticos que não dispunham de todos os requisitos dentro dos conformes jurídicos. Esse aparato jurídico não só causou tensões na oposição, como também favoreceu explicitamente o PDS, que detinha todos os quesitos legais em grande parte das regiões (NETTO, 2014).

Outro mecanismo de divisão da oposição, ocorreu com a Emenda Constitucional n.º 22⁴⁶, que, entre suas diversas deliberações, reinaugurou as alianças parlamentares, possibilitando que desertores de outros partidos de oposição mudassem para o PDS, além de retardar por 1 ano as eleições que determinariam o sucessor de Figueiredo (NETTO, 2014).

⁴⁵ Lei n.º 6.978, de 19 de janeiro de 1982, estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6978.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.978%2C%20DE%2019.1982%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 30/01/2025.

⁴⁶ Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal. Disponível em: <https://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/06/Emenda-Constitucional-22-de-29-de-junho-de-1982.compressed.pdf>. Acesso em: 30/01/2025.

Diante dos inúmeros descontentamentos da população, seja política, econômica ou os dois simultaneamente, os movimentos operários e sindicais, em associação com outros movimentos sociais (além dos setores da burguesia que naquele momento quiseram se desvencilhar de quem tanto estimavam), tiveram papel importante na transição política brasileira.

Antes de adentrar nos movimentos grevistas que explodiram ao longo do governo de Figueiredo, é importante lembrar que a ditadura instaurada no Brasil foi permeada pela Doutrina de Segurança Nacional e pelo terror autoritário do Estado. As nódoas deixadas por essas características do Estado caíram sobre os movimentos sociais em geral, uma vez que o golpe empresarial-militar desencadeou um contexto de organização entre os trabalhadores do campo e da cidade, e os movimentos estudantis, por exemplo, além da discussão intelectual que permeia o início da década de 60.

Para refrear toda essa efervescência de mudanças que se alastrava pelo país, os golpistas usufruíram de mecanismos políticos de repressão, como o AI-5, decretado por Costa e Silva em 1968; o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que atuou como mecanismo de opressão direta aos inimigos do Estado; o Serviço Nacional de Informações⁴⁷ (SNI), que operava como órgão de espionagem do governo; o Centro de Informações do Exército⁴⁸ (CIE), outro importante mecanismo de repressão utilizado pelos golpistas para perseguir, torturar e assassinar militantes de esquerda; a Operação Bandeirantes⁴⁹ (Oban) de 1968, que atuou como aparelho investigativo que também exercia repressão sobre as organizações de esquerda; e o Departamento de Ordem Política e Social⁵⁰ (DOPS), que foi

⁴⁷ Concebido pelo general Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações (SNI) é criado pela Lei n.º 4.341 com a finalidade de assessorar o presidente da República e o Conselho de Segurança Nacional. O SNI se tornou o principal órgão de espionagem da ditadura e peça-chave do Sistema Nacional de Informações (Sisni). Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/sni-nasce-monstro-da-espionagem>. Acesso em: 31/01/2025.

⁴⁸ Em 2 de maio de 1967, é criado o Centro de Informações do Exército (CIE), que seria um dos maiores responsáveis pela repressão, tortura e assassinatos de membros de organizações de esquerda no Brasil. Ligado diretamente ao gabinete do Ministério do Exército, o CIE colaborou para a implantação de centros de tortura em dependências militares e em aparelhos clandestinos de repressão, como a Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), a “boate” de Itapevi e a Fazenda 31 de Março, ambas em São Paulo. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/militares-entram-na-repressao-politica>. Acesso em: 31/01/2025.

⁴⁹ Na presença do governador de São Paulo, Abreu Sodré, e dos comandantes locais da Marinha e da Aeronáutica, o comandante do 2.º Exército, general José Canavarro Pereira, lança a Operação Bandeirante – Oban, que viria a ser o maior centro de tortura e assassinatos na ditadura. A Oban foi criada para centralizar as investigações e o desmantelamento das organizações de esquerda – armadas ou não – sob direção do Centro de Informações do Exército (CIE). O objetivo era dar mais eficiência à repressão, coordenando os diversos aparelhos policiais (militares e civis) e as Forças Armadas. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp>. Acesso em: 31/01/2025.

⁵⁰ DOPS foi um centro de tortura durante a ditadura do Estado Novo, retomando essa prática no regime militar. Nos dois períodos ditatoriais, as vítimas preferenciais eram os militantes de partidos de esquerda. Com a centralização da repressão política pelos DOI-CODIs, a partir de 1969, passou a ter um papel secundário, mas não deixou de ser um porão da repressão, onde sevícias hediondas eram praticadas. Disponível em:

um centro de tortura que caçava figuras “subversivas”, especialmente os militantes de partidos de esquerda. Todos os órgãos mencionados foram implementados para conter e dominar qualquer figura que representasse ameaça à ordem burguesa vigente.

No governo de abertura política não foi diferente; Figueiredo também se apropriou de instrumentos de repressão sobre a classe trabalhadora para conter uma série de greves que ocorreram pelo país. Diante da greve de 1979, empenhada pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (que logo se expandiu pela região industrial de São Paulo), Figueiredo decretou a ilegalidade das greves, fazendo com que os trabalhadores que reivindicavam melhorias, estivessem propensos a punições, tanto pelo patronato quanto pela ordem policialesca⁵¹. Além disso, os três mais importantes sindicatos dos metalúrgicos são obrigados a dispensar seus líderes, com o objetivo de decompor a organização do sindicato (NETTO, 2014).

O conjunto de greves empenhadas nessas regiões mencionadas, afetou assalariados de todas as regiões do país, influenciando centenas de greves empreendidas por mais de 3 milhões de trabalhadores de diferentes áreas. Agora a greve era contra o Estado e o patronato (NETTO, 2014).

A coibição que o governo desempenhou em uma unidade da Volkswagen envolveu mais de 2 mil policiais armados, além de cavalaria e veículos à prova de balas. Diante desse cenário de completo terror, os grevistas decidiram, coercitivamente, que cessariam a greve. A ação de repressão do Estado foi só o início. Após a paralisação promovida pelos trabalhadores, o castigo ficou a cargo do patronato, que realizou uma represália que envolveu abatimento do salário dos funcionários, além de demitir os ativistas que estiveram à frente da paralisação (NETTO, 2014).

Essa greve exemplifica muito bem a parceria concreta entre o Estado e o empresariado na coibição dos trabalhadores e a quem se destina o termo tão usado por Figueiredo: “bato” e “arrebento”. A guerra não acabou por aí; depois dessa paralisação, veio uma avalanche de greves contra os dois inimigos em comum.

Essas ondas de greve iniciadas no cinturão industrial paulista retornaram no segundo semestre do mesmo ano. Dessa vez, Figueiredo não convocou uma tropa para amedrontar e conter o movimento grevista. Nessa paralisação, houve o registro de um assassinato envolvendo a polícia militar, que matou o trabalhador pertencente à militância Pastoral :

<https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/a-repressao/departamento-de-ordem-politica-e-social-dops/>. Acesso em: 31/01/2025.

⁵¹(Netto, 2024, p. 225) “O patronato, com a experiência adquirida em 1978, impediu a ocupação das fábricas, forçando o movimento a desenvolver-se nas ruas e a recorrer a piquetes, tornando-o objeto de caçadas policiais”.

Operária⁵², chamado Santos Dias da Silva⁵³. Em paralisações que ocorreram em Minas Gerais, também foram registradas algumas mortes pelo confronto com a polícia: em Belo Horizonte, houve a greve da construção civil e, na paralisação, Orocílio Martins Gonçalves⁵⁴ foi assassinado a sangue frio pela polícia; em Divinópolis, a vítima foi Benedito Gonçalves⁵⁵, operário da Metalúrgica Pains; e em Betim, o operário da Fiat, Guido Leão Santos⁵⁶ (NETTO, 2014).

⁵² “Atua como presença da Igreja junto à classe trabalhadora e presença da classe trabalhadora na Igreja, no compromisso de agir com o povo e não para o povo, com o objetivo de resgatar a cidadania plena e o protagonismo dos/as empregados/as formais, informais e desempregados/as, na construção da sociedade justa e solidária, tendo como chave a questão do trabalho [...]”. Assim se autodefine a : <https://jubileusul.org.br/noticias/pastoral-operaria-completa-50-anos-caminhando-junto-a-classe-trabalhadora/>; <https://jubileusul.org.br/noticias/pastoral-operaria-completa-50-anos-caminhando-junto-a-classe-trabalhadora/>. Acesso em: 01/02/2025.

⁵³ Santo Dias da Silva era operário metalúrgico e membro da Pastoral Operária de São Paulo. Foi morto pela Polícia Militar quando comandava um piquete de greve, no dia 30 de outubro de 1979. Santo Dias era lavrador, mas foi expulso da terra onde vivia com a família em 1961, após participar de um movimento por melhores condições de trabalho. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/santo-dias-da-silva/>. Acesso em: 01/02/2025.

⁵⁴ Orocílio Martins Gonçalves, de Sete Lagoas (MG), trabalhava como tratorista e participava da organização do Movimento dos Trabalhadores na Construção Civil, em Belo Horizonte (MG). Orocílio foi alvejado por um tiro disparado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, após ter sido detido e espancado durante passeata dos operários da construção civil, em Belo Horizonte. A agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Belo Horizonte monitorou as atividades do movimento grevista desde o dia 15 de julho, com destaque para a assembleia do dia 29 e a deflagração da greve no dia 30 de julho. Tal agência descreveu os acontecimentos daquele confronto nos seguintes termos: “A situação tornou-se mais crítica quando um disparo de arma de fogo atingiu mortalmente o operário Orocílio Martins Gonçalves.” Nos documentos apresentados à CEMDP foi anexado o parecer dos legistas Euclides de Matos Santana e Ludércio Rocha de Oliveira, que atesta a morte do operário em decorrência de “hemorragia interna consequente a ferida perfurocontusa causada por projétil de arma de fogo, constatada em necropsia”. Segundo o laudo do legista, o tiro atingiu Orocílio pelo alto, sugerindo que o disparo não teria ocorrido à queima-roupa. A esposa de Orocílio afirma que foi impedida de ver o corpo de seu marido pelo Departamento de Medicina Legal, que fora entregue à firma onde ele trabalhava. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/orocilio-martins-goncalves/>. Acesso em: 01/02/2025.

⁵⁵ Benedito Gonçalves trabalhou na cidade de Divinópolis (MG) como metalúrgico na Companhia Siderúrgica Paim. Casado com Maria da Conceição Gonçalves e pai de cinco filhos, Benedito participava de ato grevista em 13 de agosto de 1979, quando foi agredido pela Polícia Militar de Minas Gerais, que tentava desmobilizar o piquete. O metalúrgico morreu no Hospital São João de Deus, em Divinópolis, em 20 de agosto de 1979, no mesmo dia em que completava 48 anos de idade. Seis dias após ter sido agredido por golpes de cassetete na cabeça pela Polícia Militar de Minas Gerais, enquanto participava de uma greve em frente à fábrica onde trabalhava. A imprensa local, como os jornais Diário do Oeste e Estado de Minas, à época dos fatos, divulgou as circunstâncias em que Benedito foi morto. O metalúrgico foi internado por alguns dias na UTI do Hospital São João de Deus, em Divinópolis, devido à fratura e afundamento do crânio, conforme relato do livro Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/benedito-goncalves/#:~:text=O%20metal%C3%BArgico%20morreu%20no%20Hospital,frente%20%C3%A0%20f%C3%A1brica%20onde%20trabalhava.> Acesso em: 01/02/2025.

⁵⁶ Aos 23 anos de idade, Guido participava de ato em frente à fábrica quando a cavalaria da PM investiu contra manifestantes, provocando dispersão. Assustado, ele correu em direção à Rodovia Fernão Dias e acabou sendo atingido gravemente por um ônibus. O operário morreu numa ambulância da Fiat a caminho do Hospital Nossa Senhora do Carmo, em Betim. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/18/fiat-mantinha-sistema-de-espionagem-e-sala-exclusiva-para-interrucao>; <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/18/fiat-mantinha-sistema-de-espionagem-e-sala-exclusiva-para-interrogar-funcionarios-na-ditadura>. Acesso em: 01/02/2025.

Em meio às greves e aos escândalos que envolviam assassinatos executados pela polícia militar, Figueiredo se vê encurralado, fazendo com que ele implemente a Lei n.º 6.708⁵⁷ em 1979, para reformular a política salarial que rompe com o arrocho salarial implantado no início do golpe. Não demora muito para ele desempenhar modificações em torno da política salarial; logo ele estabelece a Lei n.º 6.886⁵⁸ em 1980, fazendo algumas alterações que favoreciam o patronato e que visavam diminuir as tensões no ambiente de trabalho, por meio da correção do valor monetário dos salários (NETTO, 2014).

Essa medida fez com que o número de greves tivesse uma queda em 1980, mas isso no quesito quantitativo, pois o movimento sindical manteve a atividade de resistência contra o empresariado. A resposta do patronato logo se manifestou, resultando em uma caçada em torno das atividades sindicais. Quando os “agitadores” eram identificados, o método punitivo encontrado pelo empresariado foi implementar a comunicação com outros empresários do mesmo ramo para “riscar” esses indivíduos da lista de contratados, fazendo com que esses trabalhadores se tornassem permanentemente inativos no “mundo do trabalho” (NETTO, 2014).

Enquanto isso, no mesmo ano, ocorreu a ocupação simbólica dos estudantes em torno da antiga sede da UNE, localizada na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro. Essa ocupação foi contida pela polícia militar e depois o local foi destruído pelo Estado. Essa movimentação ocorreu em meio à primeira eleição da UNE em outubro do mesmo ano. A partir disso, o Estado não conseguiu mais controlar o movimento estudantil nas ruas do país (KONRAD, 2018).

As greves de 1980 não cessaram. Paralisações promovidas por diferentes setores, do portuário ao metalúrgico, tomaram as ruas de São Paulo. No sétimo dia de paralisação, o Ministério do Trabalho entrou em contato com os sindicatos, mas não obteve êxito. Com o prosseguimento da greve, ocorreram prisões de líderes do movimento dos metalúrgicos do cinturão industrial paulista. A resistência promovida pelos grevistas contou com o apoio de outros setores da sociedade, como a Igreja Católica, movimentos políticos de oposição ao

⁵⁷ A Lei n.º 6.708, de 30 de outubro de 1979, dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16708.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.708%2C%20DE%2030%20DE%20OUTUBRO%20DE%201979.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20corre%C3%A7%C3%A3o%20autom%C3%A1tica,Art. Acesso em: 01/02/2025.

⁵⁸ A Lei n.º 6.886, de 1980, dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16708.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20corre%C3%A7%C3%A3o%20autom%C3%A1tica,salarial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 01/02/2025.

regime e simpatizantes do movimento. Depois de mais de 40 dias de paralisação, o operariado não obteve sucesso em suas reivindicações. Esse fato, somado ao esgotamento físico, fez com que os trabalhadores voltassem ao trabalho. Triunfantes, o patronato desempenhou uma série de demissões em massa como mecanismo punitivo (NETTO, 2014).

A coibição do Estado e do empresariado, somada ao contexto de calamidade em torno da economia, encolheu o fluxo de paralisações nos dois anos seguintes. Apesar da redução de greves, o movimento se manteve vivo: a greve na Fiat em maio de 1981; um mês de greve dos professores e funcionários das universidades federais em 1982; a greve de nove mil operários contra as demissões em massa que ocorreu na fábrica da Ford do cinturão industrial paulista; a luta pela moradia em 1982; greve dos 48 mil servidores federais do Rio Grande do Sul em 1983; a greve de 20 mil sapateiros de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no mesmo ano; entre outras inúmeras paralisações (KONRAD, 2018).

O ano de 1982 é marcado pela realização das eleições. As tão esperadas eleições diretas para governadores, deputados federais, estaduais e senadores foram motivo de extrema preocupação para o regime ditatorial. As reformas empenhadas entre 1981 e 1982, a contínua repressão aos movimentos grevistas, bem como o acobertamento das paralisações e a investida de deturpação dos resultados eleitorais por parte da maior emissora de televisão do país, a *Rede Globo*⁵⁹, expressavam muito bem a grande tensão por parte dos golpistas e do empresariado (NETTO, 2014).

Por meio dessas apelações, juntamente com o grosseiro coronelismo, típico da Primeira República, desempenhado nas cidades do interior, asseguraram ao PDS uma boa repercussão nos resultados eleitorais. Apesar dos satisfatórios resultados do PDS, a oposição conquistou o governo de regiões importantes do país. Além disso, a conjuntura econômica cada vez mais embaraçosa encurralava o governo ditatorial, que, como reflexo, novamente executa golpes duríssimos na classe trabalhadora (NETTO, 2014).

⁵⁹ Nas eleições de 1982, os votos eram dados em cédulas de papel. No pleito de 1982, o processo de contagem previa que os votos seriam apurados nas próprias mesas coletoras e, dali os resultados parciais seguiriam para a totalização nas zonas eleitorais – no caso do Rio, a totalização geral era de responsabilidade da empresa *Proconsult*, que prometia agilidade e confiabilidade de resultados num tempo em que ainda havia quem denominasse os computadores de ‘cérebros eletrônicos’. O esquema da fraude deveria funcionar na etapa de totalização final dos votos, quando, em função de um cognominado ‘diferencial delta’, os programas instalados nos computadores da empresa Proconsult, contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio para o serviço, subtraíram uma determinada porcentagem de votos dados a Brizola, transformando-os em votos nulos, ou promoveriam a transferência de sufrágios em branco para a conta do então candidato governista, Moreira Franco. A falsificação na contagem foi descoberta graças ao trabalho da imprensa, sobretudo a partir do esquema de apuração paralela ao do TRE-RJ montado pela Rádio Jornal do Brasil — cuja cobertura daquelas eleições concorreu e levou larga vantagem sobre o aparato armado pelo conglomerado de mídia hegemônico no estado, as Organizações Globo. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/a-globo-e-a-proconsult/>. Acesso em: 01/02/2025.

Em 1983, Figueiredo revoga a Lei n.º 6.708 (que encerra o arrocho salarial) e implementa o Decreto-Lei n.º 2.012,⁶⁰ que retomava a política de arrocho salarial. Além disso, decretou outras leis, como os Decretos-Lei n.º 2.024⁶¹, n.º 2.045⁶² e n.º 2.036⁶³. Logo, a classe trabalhadora foi às ruas, desempenhando fervorosas ondas grevistas. Não se tratava apenas das medidas desempenhadas pelo governo; agora o Estado teria que lidar com uma paralisação geral com clara significação política (NETTO, 2014).

Próximo à greve geral, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, o vice-presidente na presidência interinamente (devido à cardiopatia de Figueiredo), delibera o Decreto-Lei n.º 88.540⁶⁴ e, novamente, o governo usa a força policial para conter as greves:

Em São Paulo, o ‘dia nacional de protesto’ foi exitoso: na capital, 300 mil metalúrgicos cruzaram os braços e, no ABC, a greve foi quase geral, com a adesão de 95% dos trabalhadores [...] O governo federal promoveu novas intervenções em sindicatos e, em algumas áreas, houve repressão grossa (especialmente em São Bernardo, com oitocentos presos, muitos espancamentos e a invasão da catedral, onde se refugiavam os trabalhadores perseguidos). No conjunto do país, entretanto, se houve protestos, não ocorreu a greve geral (NETTO, 2014, p. 236, 237).

⁶⁰ Decreto-Lei n.º 2.012, de 25 de janeiro de 1983, dá nova redação ao artigo 2.º da Lei 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=2012&ano=1983&ato=f5akXRq10dBpWTa14> Acesso em: 01/02/2025.

⁶¹ Decreto-Lei 2024/1983. Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências. Disponível em: https://antilegis.antt.gov.br/action/ActionDatalegis.php?acao=detalharAto&tipo=DEL&numeroAto=00002024&seqAto=000&valorAno=1983&orgao=NI&nomeTitulo=codigos&desItem=&desItemFim=&cod_modulo=420&cod_menu=7145 Acesso em: 01/02/2025.

⁶² Decreto-Lei n.º 2.045, de 13 de julho de 1983, altera a Lei n.º 6.708, de 30 de outubro de 1979, que trata da política salarial, e a Lei n.º 7.069, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o reajustamento de aluguéis em locações residenciais, adota medidas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2045-13-julho-1983-363045-publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em: 01/02/2025.

⁶³ Decreto-Lei n.º 2.036, de 28 de junho de 1983, estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados e dirigentes da Administração Pública Direta e Autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del2036.htm#:~:text=DECRETO%20DEI%20N%C2%BA%202.036%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201983.&text=Estabelece%20limite%20de%20remunera%C3%A7%C3%A3o%20mensal.Territ%C3%B3rios%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 01/02/2025.

⁶⁴ Decreto n.º 88.540, de 20 de julho de 1983, regulamenta a convocação de Polícia Militar prevista no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 667, de 2 de julho de 1969, alterado pelo Decreto-lei n.º 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1983/d88540.html#:~:text=Regulamenta%20a%20convoca%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADcia.12%20de%20janeiro%20de%201983.&text=II%20%2D%20para%20prevenir%20ou%20reprimir,ou%20amea%C3%A7a%20de%20sua%20irrup%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 01/02/2025.

O acúmulo de descontentamentos, a depreciação das políticas empreendidas pelo governo e as “rachaduras” na base parlamentar do regime provocaram, entre 1983 e 1984, a ruína derradeira da ditadura empresarial-militar. No final de 1983, foi aprovada uma nova emenda em torno da Lei de Segurança Nacional, que, embora apresentasse alguns avanços, mantinha a estrutura de perseguição aos ativistas de esquerda ou indivíduos dados como “subversivos” (NETTO, 2014).

Os militares iniciaram nesse momento uma aproximação com políticos conservadores da oposição, e foi justamente nesse momento que houve contato entre as Forças Armadas e Tancredo Neves, demonstrando certa afinidade entre ambas as figuras. O dismantelamento do regime começou a se concretizar quando setores da elite começaram um movimento de busca de novos candidatos para representá-los, mas, naquele momento, teria que ser uma figura que não estivesse associada à ditadura. Enquanto isso, os partidos de oposição desempenharam algumas atuações para a queda do regime, entre elas a Emenda Dante de Oliveira,⁶⁵ além da corrente de aproximação com as massas para instaurar o movimento conhecido como “Diretas já” (NETTO, 2014).

O movimento engajado pela oposição mobilizou todo o país, impulsionando o maior movimento de massas desde o golpe de 1964. Em meio à efervescência de passeatas e manifestações de rua que reuniam milhares de pessoas que clamavam pelas eleições diretas, a Rede Globo (que no início não noticiou as movimentações em protesto à ditadura) “engoliu seco” e foi obrigada a transmitir a maior passeata cívica do século XX. Em resposta, o governo decretou “estado de emergência”, e Newton Cruz (conhecido por liderar o Serviço Nacional de Informações (SNI)) ficou encarregado de refrear os protestos (NETTO, 2014).

No dia da votação que permitiria o retorno imediato das votações diretas, a emenda Dante de Oliveira foi vetada, mesmo diante dos intensos protestos, faltando apenas 22 votos para ser aprovada. Apesar de sua rejeição, naquele momento fica evidente o desmoronamento iminente do regime, pois, a ditadura não tinha mais sua base inicial (o apoio da elite

⁶⁵ Em fevereiro de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, apresentou projeto de emenda constitucional, que se tornaria conhecido como emenda Dante de Oliveira, propondo o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcando para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente. Em abril do mesmo ano, o diretório nacional do PMDB deliberou promover uma campanha nacional em prol da realização de eleições diretas para a presidência. Dois meses depois, o ministro das Minas e Energia, César Cals, propôs a reeleição do presidente João Figueiredo. Descartou-se, contudo, a hipótese da reeleição, propondo-se em seguida a candidatura do ministro do Interior, Mário Andreazza, pelo Partido Democrático Social (PDS). Simultaneamente, a campanha oposicionista começava a ampliar-se. Governadores do PMDB divulgaram uma declaração conjunta em que pediam ao Congresso eleições diretas para a presidência. No fim de novembro, realizou-se em São Paulo, patrocinada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a primeira manifestação popular em favor dessa reivindicação, que reuniu cerca de dez mil pessoas. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/3917>. Acesso em: 02/02/2025.

empresarial) e também não poderia mais contar com o seu próprio partido, uma vez que membros do PDS votaram a favor da aprovação da emenda constitucional proposta pelo PMDB. Esses votos desertores ocorreram por questões estratégicas, em que grande parte dos dissidentes veio a compor a Frente Liberal, que tinha em mente a candidatura indireta de Tancredo Neves. É importante ressaltar que José Sarney compôs a lista de trãsfugas, aumentando o número de candidatos estritamente atrelados à ditadura e seu partido, mas que agora, levantavam a bandeira da democracia.

A atuação do movimento operário impulsionou a derrocada da ditadura, pois grande parte dos trabalhadores assalariados foi conquistada pela luta a favor da democracia, pressionando os processos pró-democratização. Com a rejeição do projeto de emenda constitucional Dante de Oliveira, outras medidas foram tomadas pela oposição ao regime. Nesse momento, dão maior visibilidade a uma demanda desenvolvida em 1967 pelo Partido Comunista Brasileiro⁶⁶ (PCB) e outros partidos clandestinos de oposição, que projetavam e solicitavam a intimação de uma Assembleia Nacional Constituinte como voto direto, além da substituição do presidente designado de maneira ilegítima. Apesar de a proposta não ser suficiente para desempenhar uma transição efetiva da ditadura para a democracia, ela demonstrava ser uma exigência fundamental para o processo de democratização (NETTO, 2014).

Diante dessa movimentação: do resultado da votação da emenda Dante de Oliveira, da derrocada contínua do PDS e do isolamento das Forças Armadas com parte do setor empresarial, começam a surgir horizontes favoráveis a possíveis acordos entre a oposição e os dissidentes do PDS, que queriam (mesmo não tendo mais o regime no qual se ancoraram) participar das questões políticas que os beneficiam e, conseqüentemente, os setores burgueses aos quais integravam. Nesse processo, a burguesia, que tanto fez, lucrou e se beneficiou com o golpe, passa a ser defensora ferrenha da democracia, na medida em que repudia a ditadura.

A oligarquia financeira, a grande burguesia urbana e rural, o latifúndio integrado a ela e os gestores dos interesses imperialistas a que todos aqueles estratos estavam associados lavaram as mãos por 20 anos de

⁶⁶ O Partido Comunista do Brasil, tendo por sigla PCB, foi fundado em março de 1922. Seu objetivo, ao ser criado e ao longo de sua história, era promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. Atuou durante a maior parte de sua existência na ilegalidade. Sobreviveu a todas as alterações político-institucionais pelas quais passou o Brasil desde a sua fundação, assim como sobreviveu às crises internas que em muitos momentos determinaram a saída ou expulsão de vários de seus integrantes. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, com a finalidade de facilitar o registro eleitoral do partido e a sua legalização. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/partido-comunista-do-brasil>. Acesso em: 04/02/2025.

superexploração dos trabalhadores, de transferências de renda para os monopólios, de alienação de riquezas nacionais, de concentração de renda, propriedades e poder, de obscurantismo e de crimes hediondos — e, da noite para o dia, tornavam-se democratas... (NETTO, 2014).

As tentativas de negociações entre o bloco conservador da oposição e os dissidentes se realizaram com a efetivação de algumas condições, como a imunidade aos militares envolvidos no golpe e a garantia de que não haveria revanchismo. As condições eram basicamente de manter a Lei de Anistia,⁶⁷ instaurada em 1979 por Figueiredo. Na mesma medida em que a Lei de Anistia libertou os presos políticos, concedeu o direito de pessoas exiladas retornarem ao país, restabelecendo o direito civil dos políticos cassados, entre outras medidas, que também assegurou impunidade aos agentes responsáveis por perseguições, torturas e assassinatos (NETTO, 2014).

Nem todos os políticos da oposição aceitariam essas condições. Esse dilema estava claro para Tancredo Neves, que estabeleceu sua caricatura conciliadora ainda em 1982:

Sintetizando, a movimentação de Tancredo Neves após as eleições de 1982, Costa Couto, que foi seu auxiliar próximo, escreve que ele ‘fará o discurso de conciliação nacional. [...] Pregará a democracia e não ameaçará os militares [...] temerosos do revanchismo. E poderá conversar com o governo militar [...] e] com todos os atores políticos. É o que realmente faz. Incansavelmente. Contatos, palestras, discursos, entrevistas, encontros reservados com militares’ (NETTO, 2014, p. 301).

As negociações entre os dissidentes e a Frente Liberal resultaram na constituição da Aliança Democrática⁶⁸ e na formação do documento “Compromisso com a Nação”. Esse documento simbolizava o compromisso com a instauração da democracia, o crescimento da economia no país e a execução da justiça social. Além disso, também estabeleceu as eleições indiretas, que seriam realizadas pelo Colégio Eleitoral entre a candidatura de Paulo Maluf e Tancredo Neves. A constituição do documento inaugurou o pacto que, no papel, expressava o anseio pela consolidação da democracia no país, mas que, na prática, foi um acordo

⁶⁷ Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, concede anistia e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 04/02/2025.

⁶⁸ Coalizão formada em 1984, no final do regime militar, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), oposicionista, e pela Frente Liberal, dissidência do Partido Democrático Social (PDS), governista, para apoiar, na eleição presidencial a ser realizada pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, a chapa composta por Tancredo Neves, líder oposicionista moderado, candidato a presidente, e José Sarney, ex-presidente do PDS, candidato a vice. A aliança entre o PMDB e o já então Partido da Frente Liberal (PFL) apoiou de início o governo do presidente José Sarney (1985-1990), mas se desfez gradativamente até chegar ao fim durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5727>. Acesso em: 05/02/2025.

antidemocrático realizado pelo “alto”, sem a atuação popular. Sua formação se iniciou de maneira questionável (NETTO, 2014).

A candidatura de Tancredo Neves foi lançada pelo PMDB e a exigência dos dissidentes era a nomeação de José Sarney como vice-presidente. Isso também se torna questionável, na medida em que a coligação partidária que elaborou o “Compromisso com a Nação” institui o presidente do partido da ditadura para compor a chapa política cujo compromisso era a implantação das instituições democráticas. As controvérsias só crescem quando contemplamos algumas figuras ilustres da ditadura compondo a Aliança Democrática: o vice-presidente de Figueiredo, Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães⁶⁹ (intimamente ligado a Roberto Marinho, fundador da Rede Globo, que tanto favoreceu o golpe de 64) e Jorge Bornhausen⁷⁰, por exemplo (NETTO, 2014).

No começo da década de 1985, a ditadura é derrotada por meio da aplicação de um dos seus principais recursos: o Colégio Eleitoral. Tancredo é nomeado presidente de maneira quase unânime pelo Colégio Eleitoral, vencendo por 480 votos contra 180 de Paulo Maluf, elegendo-se para governar o país no dia 15 de março do mesmo ano. Entretanto, um dia antes de sua posse, Tancredo Neves é submetido a um procedimento médico de emergência, vindo a óbito no dia 21 de abril de 1985. Diante disso, seu vice, José Sarney, assume a presidência no dia 22 de abril, iniciando a “Era Democrática Brasileira” (CPDOC FGV, 2001).

Após a grande tensão social, envolvendo a elite e o âmbito popular, bem como a pressão exercida por ele, a ditadura constituída até então foi finalmente substituída pelo modelo democrático. Mesmo com a transição oficial de um sistema para outro, não podemos falar que o que ocorreu foi uma ruptura definitiva, uma vez que a proposta de Tancredo Neves não propunha nenhuma medida relacionada às questões institucionais que substituíssem a organização autoritária. As escolhas de Tancredo Neves para a formação de seu ministério foram uma das questões a se notar, como sua indicação de alguns militares ligados a Geisel na composição dos ministérios militares: o ministério do Exército foi

⁶⁹ Antônio Carlos Magalhães estabeleceu sua oligarquia no estado da Bahia, mas exerceu nacionalmente sua influência política. Deputado nos anos 1950 e 60 pela UDN (União Democrática Nacional), ACM foi um dos articuladores do golpe militar em 1964. Ingressou na Arena, logo depois assumiu a prefeitura de Salvador em 1967, indicado pelo governo. Foi governador da Bahia por três vezes, duas delas indicado pela ditadura. Comandou a Eletrobrás em 1975, nomeado por Ernesto Geisel, e esteve à frente do Ministério das Telecomunicações durante o governo Sarney nos anos 1980. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/acm-morre-o-simbolo-da-ditadura-militar-e-da-oligarquia/>. Acesso em: 05/02/2025.

⁷⁰ Ingressou na vida política filiado à União Democrática Nacional (UDN), partido no qual sua família exercia grande influência na época. Em 1966, foi um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da qual chegou à presidência do diretório regional catarinense. Disponível em: https://memoriapolitica.ale.sc.gov.br/biografia/1205-Jorge_Bornhausen. Acesso em: 05/02/2025.

confiado ao general Leônidas Pires Gonçalves⁷¹, o almirante Henrique Saboia ficou responsável pelo Ministério da Marinha e Otávio Júlio Moreira Lima ficou encarregado pelo Ministério da Aeronáutica. Além disso, outras funções foram concedidas aos militares que não tiveram ligação com torturas e assassinatos nos órgãos obscuros da ditadura. A parcela concedida aos dissidentes da ditadura foi de cinco dos dezenove ministérios, isso sem contar os do âmbito militar. Dos cinco ministérios, quatro deles eram cargos de grande importância que foram atribuídos a figuras estritamente ligadas à ditadura, como o das Relações Exteriores, o das Comunicações, o da Educação e o de Minas e Energia (NETTO, 2014).

Não demorou muito para a população brasileira perceber os impactos que um ministério “moderado” poderia causar, e, ainda mais, à sombra de José Sarney na presidência. “As classes dominantes livraram-se do ônus da ditadura e davam a volta por cima: a passagem da ditadura à democracia se revelaria, no curto prazo, uma transição truncada” (NETTO, 2014).

1.3.3 José Sarney e a suspensão democrática

Após a anúncio da morte de Tancredo Neves, os brasileiros acompanharam uma sessão do Congresso Nacional em que o ex-presidente do partido da ditadura, que usurpou o poder executivo por mais de duas décadas, agora tomava posse da autoridade máxima dentro do poder executivo na Nova República. A situação política se encontrava em completo caos; inúmeros eventos conturbados ocorreram em um curto período de tempo: passagem do regime militar para o democrático, morte de Tancredo Neves, confrontos sociais, inflação econômica e diversas greves, além da consolidação empreendida pelo regime anterior que unifica a burguesia do capitalismo monopolista.

E foi nesta conjuntura que José Sarney, vice de Tancredo, assumiu a presidência. Vale ressaltar que, após Sarney assumir o poder, houve grande crise de legitimidade ligada à rejeição popular em seu novo cargo, uma vez que, no cenário de transição política pretendido,

⁷¹General de Exército, Chefe do Estado-Maior do I Exército de 1974 a 1976, período em que foi responsável pela chefia do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e por ações no âmbito da Operação Radar, contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e do episódio conhecido como Massacre da Lapa, contra a cúpula dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/veja-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.html>. Acesso em 05/02/2025.

evidenciada por meio dos inúmeros protestos dos civis. Uma nova figura levantaria certa desconfiança e insatisfação da sociedade, que olhava para Tancredo Neves com simpatia.

Diante dessa falta de legitimidade popular, Sarney se alia à esfera conservadora do PMDB e se aproxima ainda mais do ministério do Exército, estabelecendo com esses grupos suas principais bases de apoio.

Até poder traçar um plano realista de legitimação, sem o qual inevitavelmente eu seria expelido do cargo, colocando o país numa terrível encruzilhada. O primeiro passo consistia, obviamente, em buscar apoio nas Forças Armadas. O general Leônidas foi muito importante nesta fase e socorreu-me de nossa velha amizade. (...) Fui um dos que articularam, juntamente com José Richa e Afonso Camargo, sua aproximação com Tancredo. (...) No governo, de saída, estabeleci as diretrizes que guiariam minha ação na área militar e que consistiam, basicamente, em dois pontos inegociáveis: ‘A transição será feita com as Forças Armadas, e não contra elas. Não admitir revanchismo. Se o comandante-em-chefe sou eu, é meu dever zelar pelos comandados’ (SARNEY, 2001, p. 27 apud MACIEL, 2008, p. 69).

Ainda no mesmo ano, foram contabilizadas mais de 900 greves no país, um crescimento significativo em comparação com o ano anterior, que não passava de 700. Esses números evidenciam o difícil contexto social e econômico em que o país se encontrava. Em 1985, o índice de inflação excedeu a faixa de 200%. Diante das inúmeras e fervorosas greves, Sarney atuou de forma extremamente autoritária, realizando os mesmos mecanismos de coerção do Regime Militar, que, estampado na figura da polícia militar, fundamentou suas práticas na Lei de Greve⁷².

O governo de Sarney foi, sem dúvidas, o governo que mais conteve a transição para o regime democrático do país, uma vez que operou sua política em um momento institucionalmente democrático. O Regime Militar tinha oficialmente terminado e a tão esperada democracia finalmente entraria em vigor. Em sua gestão, todas as formas de manifestação eram contidas por meio do slogan oficial da Aliança Democrática, que outrora foi encarnado na figura de Tancredo Neves: “conciliação” e “pacto social”. O resultado desse método foi o aperfeiçoamento que os antigos líderes tanto desejavam: um regime que, em termos burocráticos, fosse democrático, mas que, na prática, fosse antipopulista e antipopular. Esse método político foi designado por Florestan Fernandes como “democracia burguesa”:

⁷² Lei n.º 4.330/1964, de 1.º de junho de 1964, que regula o direito de greve. Mais informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14330.htm. Acesso em: 15/08/2022.

[...] a democracia típica da sociedade capitalista é uma democracia burguesa, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo é o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais; o que existe, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do 'sistema democrático capitalista'. (FERNANDES, 2019, p. 45).

A ditadura é finalmente derrotada, mas sua essência permaneceu viva no âmbito político, econômico e até mesmo cultural. Novamente, os interesses da burguesia foram privilegiados, agora, sob um sistema democrático.

O projeto de Tancredo Neves contemplava somente o debate e o acordo em torno de assuntos econômicos e sociais. Seu planejamento conciliador não discutiu questões de mudança na institucionalidade autoritária efetuada pelo regime anterior. Sua campanha de conteúdo conciliador, estipulava a articulação entre a modernização econômica e a justiça social, ou seja, Tancredo buscou contentar tanto a burguesia quanto os trabalhadores. Sua proposta econômico-social buscou promover algumas mudanças para contornar o cenário caótico em que a economia se encontrava, mas de maneira limitada, uma vez que as tensões entre os dissidentes da ditadura, somadas ao bloco democrático conservador, desempenharam grande pressão em torno da política econômica que Tancredo iria adotar (MACIEL, 2008).

Em 1985 houve uma desvalorização de 10,1% em torno do salário mínimo. A política desempenhada por José Sarney manteve-se fiel ao governo ditatorial, conservando o arrocho salarial durante quase toda sua estadia no aparato político, com ressalva de Figueiredo, que alterou essa política por um tempo (com o objetivo de conter as greves, como mencionado anteriormente), voltando a implantar o congelamento salarial pouco tempo depois. Após longos anos de ditadura e, conseqüentemente, de congelamento salarial, o horizonte de expectativa propiciado por longos períodos de greve promovida por diversos setores da sociedade despertou nos trabalhadores um forte anseio de mudança.

A falta de legitimidade mencionada vai de encontro à análise elaborada por Ivan Colangelo Salomão⁷³ em seu artigo “Da arena ao picadeiro: uma análise da crise de legitimidade do presidente José Sarney (1985-1990)”, em que o autor observa uma dupla fragilidade de legitimidade em torno do governo de José Sarney a partir do conceito de

⁷³ Doutor em Economia. Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE-UFRGS). Disponível em: (PDF) ["Da Arena ao picadeiro: uma análise da crise de legitimidade do presidente José Sarney \(1985-1990\)".](#) Acesso em: 13/08/2025.

dominação⁷⁴ do sociólogo Max Weber, constatando em sua análise que “a dominação apenas legal conferida à sua figura (José Sarney) não lhe fora suficiente para garantir a atuação efetiva que seus poderes constitucionais lhe outorgavam” (SALOMÃO, 2016).

A primeira fragilidade em torno da legitimidade de Sarney se refere à impopularidade inicial, em que grande parte da sociedade brasileira (que acabava de sair de mais de vinte anos de ditadura) encarava sua posse com desconfiança e ceticismo, uma vez que se encontrava imersa na aspiração por mudança (influenciada, em grande parte, pelo movimento grevista e pela ruína econômica que décadas de ditadura implantaram no país), anseio este que assolou a população ainda no período de abertura política.

Diante da derrota da “emenda Dante de Oliveira” e da internação de Tancredo Neves horas antes da cerimônia de posse, a ascensão de um político, cujo nome esteve intimamente vinculado a todos os governos discricionários e que por isso, com ou sem justiça, evocava identificação imediata com todos os males que acometiam o país, não poderia vir desacompanhada de traumas. Essa patente de incoerência, inaceitável aos olhos da população, mas perfeitamente plausível aos dos engenheiros políticos de Brasília, respondeu por parcela majoritária da crise de legitimidade que açoitou seu governo (SALOMÃO, 2016, p. 299).

A segunda fragilidade fica evidente após a tentativa frustrada de Sarney em obter apoio popular com o plano econômico heterodoxo implementado em 1986, denominado “Plano Cruzado I” (que será analisado mais adiante). A revogação do Plano Cruzado I, somada à suspensão temporária do pagamento da dívida externa, resultou no fim da Aliança Democrática no final de 1987. Em suma, o jogo político assumido por Sarney fez com que procedesse a segunda fragilidade, que se refere à insuficiência de legitimidade em torno do Congresso Nacional:

[...] a alta taxa de renovação ministerial do governo Sarney esteve muito influenciada pelas dificuldades enfrentadas para reconstituir a composição de sua base de apoio parlamentar, o que, em última análise, reflete de forma cristalina a sua fragilidade e a sua falta de legitimidade perante o Congresso Nacional (SALOMÃO, 2016, p. 307).

A partir dessas considerações, torna-se evidente a natureza da deslegitimidade atribuída a José Sarney, seja sua falta de legitimidade popular ou sua deslegitimidade perante o Congresso Nacional. Tanto um quanto o outro demonstram a fragilidade política em que José Sarney se encontrava quando assumiu a presidência. Ao assumir o cargo no lugar de

⁷⁴ A dominação se baseia, sobretudo, na probabilidade de se obter obediência a um determinado mandato (WEBER, 2001, p. 128, apud SALOMÃO, 2016)

Tancredo Neves, Sarney gerou a deslegitimidade popular e, como uma tentativa de reparar esta fragilidade, estabeleceu uma série de medidas que gerou a segunda deslegitimidade, além de aprofundar a primeira com a revogação do Plano Cruzado I. A seguir, conseguiremos vislumbrar esse diagnóstico, demonstrando o contexto histórico da insatisfação popular e a oscilação de estratégias políticas de Sarney como uma tentativa de reverter essa oposição, gerando o desabono do Congresso.

A falta de legitimidade popular, somada à postura que José Sarney e seu ministro da Fazenda, Francisco Dornelles,⁷⁵ adotaram em torno da política de arrocho salarial, provocou uma onda de protestos por todo o país. O PT e a Central Única dos Trabalhadores ⁷⁶ (CUT) se uniram para realizar uma nova onda de protestos, mobilizando os trabalhadores e o movimento sindical para recolocá-los no espaço político (MACIEL, 2008).

Em 1985 foram realizadas mais de 900 greves pelo país, um crescimento de 50% em relação ao ano anterior. Apesar desse aumento expressivo, podemos afirmar que a greve foi muito superior ao número mencionado: “Calcula-se que o número de trabalhadores envolvidos nas greves do ano ultrapassou a cifra de 5,3 milhões” (TO, 16.12.1985 a 6.1.1986, apud MACIEL, 2008, p. 71), além da tensão que ocorreu no campo:

No campo, os conflitos sociais também se intensificaram, atingindo o total de 712 em 1985, sendo que destes 636 eram relativos à disputa pela terra e 76 de caráter trabalhista, mobilizando trabalhadores rurais e pequenos proprietários e envolvendo 564 mil pessoas (MEDEIROS, 1989, p. 194 apud MACIEL, 2008, p. 71).

E não parou por aí. No estado de São Paulo, a paralisação dos metalúrgicos do cinturão industrial (o ABC paulista) chegou a cerca de 100 greves, nas quais os sindicatos eram liderados pela CUT. Essa onda grevista promovida no primeiro trimestre de 1985 desencadeou outras paralisações no mês de abril entre os metalúrgicos de outras regiões, além de outras áreas, como professores, setores de energia elétrica, correio, entre outras categorias, chegando a realizar 142 paralisações entre abril e junho (OLIVEIRA apud MACIEL, 2008).

⁷⁵ Francisco Oswaldo Neves Dornelles foi secretário da Receita Federal no governo João Figueiredo, ministro da Fazenda durante o governo Sarney e, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, ocupou a pasta da Indústria, Comércio e Turismo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/175697-francisco-dornelles/>. Acesso em: 07/02/2025.

⁷⁶ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 05/02/2025.

A paralisação realizada pelos metalúrgicos do ABC paulista se estendeu por mais de 50 dias, durante os quais os trabalhadores também ocuparam a indústria da General Motors, localizada no município de São José dos Campos. Essa ocupação foi empreendida por grupos do PT que se alinham com orientações trotskistas. Essa operação fez com que agentes do Ministério do Trabalho intervissem na paralisação. A reação do patronato diante desses movimentos foi negativa para os trabalhadores, o que fez com que o acordo fosse empreendido entre o patronato e o governo. A oferta proposta pelo empresariado era de que as correções salariais seriam repassadas para o valor dos produtos finais. Esse aumento em torno do setor automobilístico não agradou em nada ao governo, que ia em contramão à proposta econômica deles, fazendo com que as negociações finalizassem sem ocorrer qualquer acordo. Apesar das frustrações, os movimentos grevistas se estenderam até o final do ano, mobilizando outros setores, finalizando o primeiro ano da Nova República com grande insatisfação popular, ameaçando o pacto social e os compromissos políticos de José Sarney e companhia (MACIEL, 2008).

No ano de 1986, projetando reduzir a inflação através do arrocho salarial e do congelamento de preços, além de reduzir os instrumentos de reajuste de preços (que são baseados em índices de inflação), foi implantada uma política econômica heterodoxa, e o resultado disso foi a inauguração do Plano Cruzado⁷⁷. O plano econômico de Sarney fez a inflação reduzir durante os primeiros meses de sua implantação; no entanto, causou um expressivo aumento no consumo e, consequentemente, um desabastecimento em torno de produtos essenciais, entre eles, a carne bovina. Segundo as declarações do lançamento do Plano Cruzado feitas por Sarney em 28 de fevereiro de 1986, a substituição da moeda realizaria uma série de mudanças na economia do país.

Brasileiros e brasileiras, as principais decisões são as seguintes: criação de uma nova moeda, o Cruzado; extinção do Cruzeiro com paridade inicial de 1 cruzado por 1.000 cruzeiros; conversão automática em Cruzados de notas, moedas e depósitos à vista no sistema bancário; extinção da correção monetária generalizada; escala móvel de salários; congelamento total de preços, tarifas e serviços (SARNEY, 1986 apud Memória Audiovisual Brasileira (MAB), 2015).

⁷⁷ O governo Sarney implementou, em 28 de fevereiro de 1986, um plano de combate à inflação que ficou conhecido como Plano Cruzado, o nome da nova moeda brasileira que substituiu o cruzeiro. Este plano surgiu como uma esperança para a população brasileira que, na época, se defrontava com uma trajetória ascendente da inflação, que atingiu uma taxa anual de 517% nos meses de janeiro e fevereiro de 1986, de acordo com o índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas. Nove meses depois, o Plano Cruzado fracassou, pois a inflação voltou, e no primeiro bimestre de 1987 a taxa anual de inflação já estava em 337%. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6297>. Acesso em: 07/02/2025.

Dilson Funaro⁷⁸ é empossado em agosto de 1985 como ministro da Fazenda, substituindo Dornelles, que, anteriormente, havia sido indicado por Tancredo Neves. A substituição desencadeou uma série de alterações, entre elas a mudança da direção do Banco Central, em que Fernão Bracher é indicado para a presidência (anteriormente fez parte da diretoria da Área Externa por indicação de Geisel). A substituição ministerial realizada por Sarney consistia na integração da nova formação da diretoria, que corrigiu a formação anterior composta por economistas ultraortodoxos (selecionados por Tancredo Neves), substituindo-os por economistas inclinados à teoria da inflação inercial ⁷⁹, compondo uma nova organização econômica, dessa vez, totalmente distinta da estabelecida por seu antecessor (MACARINI, 2009).

A estratégia econômica de Funaro buscou controlar as inclinações que indicavam o crescimento da inflação, por meio de acordos informais com as redes de supermercados, com a intenção de estabelecer uma pausa temporária em torno das correções de preços dos produtos comercializados, o que, em primeiro momento, funcionou, mas não por muito tempo. No final de 1985 e início de 1986, os preços dos mantimentos tornaram a incidir na inflação, iniciando os conflitos acerca dos preços entre diferentes estabelecimentos, uma vez que os comerciantes se depararam com um impasse entre manter os preços e sair no prejuízo ou desempenhar reajustes nas ofertas. Em reflexo, Funaro e sua equipe buscaram refrear esse processo alterando o índice divulgado acerca da inflação, aplicando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com o objetivo de substituir os índices divulgados anteriormente, além de monitorar a repercussão do Plano Cruzado que havia sido implantado (MACARINI, 2009).

No que diz respeito ao âmbito fiscal, ocorreu a implementação de uma das atuações mais importantes do momento em questão. Nesse período houve o deslocamento da concepção econômica predominante em 1984, que focalizava o controle fiscal por meio de

⁷⁸ Dilson Domingos Funaro (São Paulo, 23 de outubro de 1933 — 12 de abril de 1989) foi um empresário brasileiro do ramo de plásticos, proprietário da fábrica de brinquedos Trol. Foi presidente do BNDES e ministro da Fazenda do Brasil durante o governo de José Sarney, entre 26 de agosto de 1985 e 29 de abril de 1987. Durante seu cargo como ministro da Fazenda, foi responsável pela criação de um plano de estabilização financeira, o Plano Cruzado. Disponível em: <https://www.ccmbr.com.br/assinatura/read.php?id=13> Acesso em: 07/02/2025.

⁷⁹ O ideário de Mario Henrique Simonsen (1970) – apresentado no livro "Inflação: gradualismo x tratamento de choque" – sobre a problemática da indexação culminou na Teoria da Inflação Inercial. A base das teses inercialistas é que, em processos inflacionários crônicos, pode-se encontrar um componente autônomo, ou seja, um COMPONENTE que se reproduz em função de si mesmo, chamado de tendência, e um segundo componente, responsável pela alteração do patamar inflacionário, denominado choque. Uma inflação exclusivamente inercial é necessariamente estável; em outras palavras, a taxa de inflação se repete sem alterações significativas, de período a período (SILVA, A Teoria da Inflação Inercial. Leituras de Economia Política, Campinas, 108-129, ago.-dez. 2008, p. 111, 112.

atuações que acumulavam déficits fiscais e volumosos gastos públicos, além da indexação de custos e dos salários. Já em 1986, a estratégia econômica era interromper a tradição inflacionária dos governos anteriores, adotando uma gestão que envolvia a estratégia de contenção de gastos para legitimar o novo plano econômico de estabilização. A nova política promoveu com êxito um projeto de regulação fiscal para 1986, tencionando encolher um déficit capaz de reduzir em 4% o PIB, de 6% para 1% (MACARINI, 2009).

Para iniciar o caminho que vinha sendo simulado para definir o caráter distinto da República pós-ditadura, Sarney precisava demonstrar engajamento com as promessas feitas por Tancredo Neves, que se comprometeu a destinar parte das verbas públicas para despesas sociais. A concretização disso foi a implementação de programas governamentais, como a expansão da merenda escolar e o programa de distribuição de leite para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Na medida que programas sociais eram implementados, Sarney propiciou a abertura para o exercício de uma *política neoliberal no país*⁸⁰ através de dois decretos. O primeiro decreto transferiu o controle de 14 empresas estatais para o setor privado e o segundo decretou a abertura de capital de outras 4 empresas pertencentes ao Estado⁸¹ (MACARINI, 2009).

O pretexto apresentado por Sarney consistia na hipótese de reorganização dos preços públicos, uma vez que a regulação envolvia quitar o desequilíbrio manifestado pelas empresas estatais, que, somado à recomposição dos fundos públicos, poderia ser revertido em investimentos para o país, que no final das contas, foi ofuscado pelo Plano Cruzado, que implantou uma série de mudanças na economia do período. A regulação fiscal estabeleceu reflexos contraditórios sobre a receita tributária, uma vez que críticos julgaram que a política econômica implementada não se encontrava suficientemente preparada para implantar a

⁸⁰ No final dos anos 1980, o discurso neoliberal já ganhava corpo e ecoava em diversos setores da sociedade. O ataque ideológico colocava na defensiva o desenvolvimentismo, ficando seus defensores acossados pela conjuntura econômica inteiramente desfavorável. É bom que se ressalte que, desde os anos 1980, principalmente, em função das privatizações realizadas no Reino Unido, pela primeira-ministra Margaret Thatcher, também aqui surgiram segmentos favoráveis à diminuição do tamanho do Estado em setores considerados de interesse da iniciativa privada, inclusive segmentos estratégicos. Em decorrência do ciclo econômico declinante, parte do empresariado brasileiro, segundo Diniz (1990), excluído do processo decisório e nem sempre contemplado com as políticas de favorecimento do governo, professava um antiestatismo pouco consistente e realizado sem muito alarde (ARAÚJO; COSTA e MELO. O BNDES nas privatizações do governo Sarney: pragmatismo ou uma política neoliberal? XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Espírito Santo, 2015, p. 21, 22).

⁸¹ O Programa de Privatização — Decreto n.º 91.991, de 28/11/1985 — dispunha sobre a privatização de empresas sob o controle direto ou indireto do governo federal, excluindo as empresas exploradoras de atividades vinculadas à segurança nacional e sob o regime de monopólio estatal. Proibia a criação de novas empresas sob o controle direto ou indireto da União (art. 13), entre outras medidas com o escopo de inibir o crescimento da máquina estatal (ARAÚJO; COSTA e MELO. O BNDES nas privatizações do governo Sarney: pragmatismo ou uma política neoliberal? XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Espírito Santo, 2015, p. 9).

Reforma da moeda. A reforma fiscal era apontada pelos críticos como requisito básico para refrear a inflação inercial, que, segundo a teoria formulada, acreditava que a anulação das razões responsáveis pela inflação era elemento fundamental para seu combate. Diante dessa perspectiva, a atuação posterior, nesse caso, no início de 1986, explica o estabelecimento da Secretaria do Tesouro, providências que propõem atribuir mais racionalidade às políticas fiscais e monetárias (BARROS, 1993, apud MACARINI, 2009).

Não demorou muito para a inflação retornar em ritmo acelerado, chegando a níveis alarmantes ainda no início de 1986. Parte desse cenário sucedeu devido à atuação de agentes agrícolas que foram comprometidos pela estiagem e pela conjuntura de crescimento inflacionário. Naquele momento, as incertezas econômicas que assolavam a sociedade só reforçaram o quadro de crescimento da inflação, que, mais tarde, chegaria à hiperinflação (MACARINI, 2009).

As consequências que daí podem advir são imprevisíveis, já que uma mudança de tal envergadura só será bem-sucedida se contar com a adesão maciça da sociedade, equivalendo, na prática, a um acordo social de largo alcance.” Por outro lado, a paralisia decorrente dessa percepção, v.g., o prosseguimento do gradualismo temperado por ações tópicas visando conter as seguidas tendências de aceleração, ao se mostrar incapaz de reduzir a inflação, “tende a erodir a credibilidade governamental” (e a devorar ministros da área econômica). Nesse quadro: “A indexação se consolida, o sistema de preços torna-se rígido e as expectativas alimentam uma inflação ascendente. Procrastina-se, enquanto isso, a adoção de medidas mais drásticas, dada a imprevisibilidade de seus efeitos. Neste contexto, não é improvável que a audácia se sobreponha à prudência, mesmo diante das incertezas que o futuro contempla...” (MAZZUCHELLI, 1987, p. 31 apud MACARINI, 2009, p. 21, 22).

Diante do cenário de incerteza econômica e da expectativa de aumento das taxas de inflação, que, somados à erosão política devido à insatisfação de alguns integrantes de sua base de sustentação política, foram os fatores que levaram Sarney a implementar um projeto econômico tão audacioso como a reforma monetária. O reflexo do plano econômico suscitou a movimentação dos sindicatos, que reagiram ao crescimento salarial inferior à inflação, pois, apesar de os preços oficiais serem congelados, o ágio dos produtos promovido pelo setor comercial fez com que os valores aumentassem clandestinamente, evitando que a inflação atingisse os parâmetros oficiais e, consequentemente, escapasse do gatilho salarial.

“[...] as empresas preferiam recompor seus ganhos por meio da cobrança de ágio, favorecida pela crise de abastecimento. Desta forma, muitas empresas

A parcela que votou no PMDB está ilustrada em verde na imagem, indicando a vitória do partido em quase todas as regiões do país, elegendo governadores em 22 dos 23 estados, 38 senadores de 49 vagas e 260 deputados federais e estaduais de 478 cadeiras a serem ocupadas. O congelamento implementado pelo Plano Cruzado foi amplamente apoiado por grande parte da população, que, anexada à jogada de marketing do governo, abraça a causa e se torna fiscal do presidente. Nesse momento, Sarney conquista a aprovação popular que tanto almejava ao ingressar no poder executivo; todavia, como retorno, obteve a deslegitimidade no Congresso Nacional, como veremos adiante.

Essa estratégia promovida pelo governo não agradou em nada o setor empresarial, que interpretou a atuação do novo presidente com receio. Os conflitos que ocorreram nos primeiros meses do acordo interempresarial (empreendido sem a intervenção do Estado) propiciaram uma deflação. Segundo o Índice Geral de Preços (IGP) e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), a deflação ficou limitada ao mês de março; no entanto, no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) industrial, a inclinação da deflação se estendeu por alguns meses (CARNEIRO, 1987 Apud MACARINI, 2009).

Essa deflação refere-se à atuação do investimento, que ostenta um cenário fértil em 1986, por meio do crescimento de 21,9% do setor industrial de bens de capital. Apesar dos avanços nesse setor, ainda existiam grandes obstáculos que inibiram o ciclo de crescimento econômico no país. O estrangulamento econômico das instituições estatais (aprovado pelo projeto de estabilização ao distanciar-se de um possível choque tarifário) interrompeu a previsão que visava o retorno do investimento público e dos investimentos futuros (MACARINI, 2009).

O descompasso entre o crescimento da demanda e a insuficiência produtiva foi agravado pelas políticas de congelamento de preços. Esse desequilíbrio, resultou em escassez de produtos, que, somadas às políticas de congelamento de preços, propiciaram um choque inflacionário. A partir de agosto, os mantimentos começaram a ser comercializados por valores acima do congelamento estabelecido (seja pelo mercado paralelo ou pela escassez de oferta), impactando diretamente a população, que começou a reconhecer o problema econômico que se encontrava. A escassez de carne bovina, por exemplo, levou a população a optar pelo consumo de outros produtos, como peixe e frango, o que aumentou amplamente a procura por esta substituição:

[...] a falta de componentes (reação aos preços “defasados”) levou à falta de marcas e modelos de TVs, geladeiras, ou à fila de espera para automóveis novos (os fabricantes de pneus, em particular, julgavam incorreto o preço

tabelado); o consumo de leite, subsidiado pela política econômica, levou à falta de leite em pó e do tipo C (o mais barato); ágio (sobrepço) atingindo diferentes produtos (ovos, tijolo, ferro-gusa, etc.) ou na forma disfarçada de adulteração de peso (apenas um exemplo: alumínio, com casos registrados em que o industrial pagava 1 tonelada e recebia 800 quilos); difusão da “maquiagem” de produtos, de forma a configurar o produto como “novo” e assim escapar do congelamento/tabelamento (uma pesquisa do Procon detectou 100 casos) (MACARINI, 2009, p. 29).

Como mencionado, apesar das contrariedades encontradas no plano econômico formulado para o país, o partido do Sarney (PMDB) venceu em quase todas as regiões do país nas eleições realizadas em 1986. Após reverter a falta de legitimidade popular (comprovada pela vitória eleitoral), Sarney mudou sua postura e lançou um segundo plano econômico, denominado Plano Cruzado II, com aumento de tarifas públicas, arrocho salarial, além dos reajustes dos preços. O congelamento e todas as políticas que a população tanto estimava foram extintas, e, pela segunda vez, os brasileiros se sentiram enganados.

Apesar do sucesso inicial e do grande apoio popular recebido, o que garantiu a vitória do governo nas eleições de 1986, rapidamente o plano evidenciou sua ineficácia e incapacidade em resolver os problemas estruturais do país. Daí o agravamento da crise econômica nos anos finais do governo Sarney e a própria ‘conversão’ dos chamados ‘economistas de oposição’ às teses neoliberais, levando o governo a adotar medidas de inspiração neoliberal, cortando ainda mais os gastos públicos (CRUZ, 1997, apud MACIEL, 2008, p. 16).

É pertinente notar que a mesma estratégia exercida por Figueiredo em 1982 é usada por Sarney em 1986. Em 1982, ano de eleições, Figueiredo revoga o arrocho salarial através da Lei n.º 6.708 e, logo após as eleições, no ano seguinte, implementa o Decreto-Lei n.º 2.012, que retomava a política de arrocho salarial.

O plano econômico que conquistou positivamente a população, foi a maneira encontrada por Sarney para alcançar a vitória de seu partido nas eleições de 1986, mesmo ano em que foi desempenhado o Plano Cruzado I. A essa altura, Sarney precisava de legitimidade política para continuar na presidência, pelo menos, até 1988, período tão almejado tanto pela esquerda quanto pela direita, uma vez que, quanto mais cadeiras políticas no Congresso Nacional, maior seria o peso para a disputa em torno da formulação da Constituição de 1988. A vitória de seu partido (que já não era mais o mesmo PMDB, que promoveu importante papel na luta contra a ditadura) desencadeou a vitória da bancada conservadora, ou melhor, do “partido da burguesia”, conquistando sua permanência na presidência para a elaboração da Constituição de 1988.

CAPÍTULO 2: ARTICULAÇÃO DA BURGUESIA NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUINTE DE 1988, EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PERÍODO DE ABERTURA, EDUCAÇÃO SUPERIOR DA NOVA REPÚBLICA E O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”.

2.1 Articulação da burguesia na elaboração da Constituinte de 1988

As eleições de 1986 foram decisivas para o processo de lutas de classe no âmbito político, além de impactar diretamente os caminhos que a transição democrática tomaria após 21 anos de ditadura no país. Essas eleições decidiram a composição do Congresso Nacional. Além de constituir os governadores dos estados brasileiros, o sufrágio compôs $\frac{2}{3}$ do Senado Federal, constituiu o conjunto das cadeiras da Câmara Federal e das Assembleias Legislativas. Acima de tudo, as votações influenciaram na formulação da Assembleia Constituinte, encarregada de consolidar o regime democrático no país (MACIEL, 2012).

Os rumos que poderiam delinear o país estavam em jogo, o que fez com que algumas entidades e organizações se mobilizassem com suas respectivas classes para articular, de maneira organizada (ou até mesmo isolada), uma estratégia que favorecesse seus interesses nos rumos políticos do país. Um exemplo disso foi a atuação empenhada pela Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais⁸⁴ (Cedes), constituída na década de 1980 pelo empresariado de diversos ramos, como a Fiesp⁸⁵, Febraban⁸⁶, entre outras, que se empenharam em intervir nas eleições de 1986. Essa organização de essência ideológico-cultural apoiou a candidatura de Delfim Netto⁸⁷ (uma das principais figuras da

⁸⁴ O Centro de Estudos e Debates Estratégicos é um órgão técnico-consultivo, composto por 23 parlamentares, com a atribuição de propor uma agenda de atividades e conduzir estudos estratégicos para o Brasil, desenvolvidos com o apoio da Consultoria Legislativa. O trabalho do colegiado é dedicado a temas de caráter inovador ou com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do país. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios>. Acesso em: 19/02/2025.

⁸⁵ O significado de Fiesp é Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Seu objetivo é representar o setor industrial do Estado, exercendo uma forte influência política. A sua finalidade é, portanto, fomentar a atividade industrial, buscando mais competitividade, assim como possibilitar o acesso ao crédito e a novas tecnologias. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/fiesp/>. Acesso em: 19/02/2025.

⁸⁶ A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) é a principal entidade que representa o setor bancário brasileiro. Foi fundada em 1967 no estado de São Paulo; é uma associação sem fins lucrativos, que visa fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade. Disponível em: <https://www.politize.com.br/febraban/>. Acesso em: 19/02/2025.

⁸⁷ Antonio Delfim Netto, economista formado pela USP em 1951, foi ministro da Fazenda dos governos militares (1964-1967). É lembrado, ainda, por ter sido um dos signatários do Ato Institucional n.º 5, de

política econômica da ditadura militar, que empenhou medidas que beneficiaram o capital internacional, fomentando o crescimento econômico, sem se preocupar com questões sociais, ampliando, assim, a desigualdade social) para a Câmara Federal. Além disso, organizações desse tipo também pressionaram o poder político para lançar a candidatura de expoentes que atendessem aos interesses do setor empresarial, compondo um projeto de mobilização em torno de um modelo neoliberal para a formulação da constituinte (MACIEL, 2012).

Essa organização era a favor da abertura internacional para fomentar as exportações e a entrada de capital externo, defendia o afastamento do protecionismo nas importações e também defendia maior liberdade do mercado, privatizações, flexibilização das leis trabalhistas, etc., ou seja, a desregulamentação da economia (DREIFUSS, 1989, p. 49-57).

Esse projeto foi acolhido por outras organizações que também articulavam iniciativas na mesma direção da Cedes. No final de 1985, foram surgindo algumas entidades sindicais, como a Confederação Nacional das Instituições Financeiras⁸⁸ (CNF), que, diferente do sindicalismo de outrora, era guiada pelos fundamentos da Confederação Nacional da Indústria⁸⁹(CNI). A CNF organizava federações e sindicatos do mesmo ramo para sustentar princípios liberais, como a livre iniciativa e a diminuição do Estado no setor econômico (DREIFUSS, 1989, p. 57-59). Além da CNF, a União Democrática Ruralista⁹⁰ (UDR) também se mobilizou em prol de seus interesses na elaboração constitucional. No ano das eleições, os setores dominantes agrários se articulam para realizar grandes manifestações públicas, e foi exatamente neste contexto que surgiu a Frente Ampla para a Agropecuária Brasileira⁹¹ (FAAB), organização que abrange múltiplas áreas para além da economia, que foi

dezembro de 1968, medida que endureceu o regime militar. Disponível em: <https://memoriasdadtadura.org.br/personagens/delfim-netto/>. Acesso em: 19/02/2025.

⁸⁸ CNI é sigla para Confederação Nacional da Indústria, uma entidade sindical que representa as federações industriais em nível federal, com o objetivo de defender os interesses do setor, especialmente diante do governo. Desta forma, busca-se incentivar a criação de políticas públicas que beneficiem as atividades da indústria. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/c/cni>. Acesso em: 20/02/2025.

⁸⁹ A Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) foi criada em 1985 para representar diferentes segmentos da indústria financeira no campo político-institucional e reuniu representantes que buscavam o debate ético e fluido entre os agentes do mercado e da sociedade. A CNF, associação civil sem fins lucrativos, tem como objetivo unificar a atuação dos diferentes segmentos do sistema financeiro, patrocinar discussões e participar ativamente dos temas de interesse nacional, em colaboração com o poder público e a sociedade civil. Disponível em: <https://cnf.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 20/02/2025.

⁹⁰ A União Democrática Ruralista (UDR), para além das entidades tradicionais, sindicatos rurais patronais, associações de proprietários rurais, marcadamente cartoriais e pouco efetivas na conjuntura política dos anos de 1980, representantes de determinados setores do empresariado rural buscavam uma organização que pudesse atuar política e ideologicamente no sentido de alinhar suas estratégias de poder, controle da terra e direito de propriedade dentro do jogo democrático. Essa verdadeira organização do patronato rural, por conseguinte, visava articular ou unificar os grupos ruralistas, ou seja, organizar uma “união ruralista” que conseguisse mobilizar o meio agrário, e foi nessa perspectiva de organização que nasceu, em maio de 1985, a União Democrática Ruralista (UDR) (CASIMIRO, 2018, p. 144, 145).

⁹¹ Frente Ampla para a Agropecuária Brasileira (FAAB) [...] lançando mão de uma doutrina liberal, os setores organizados em torno da FAAB passaram a defender uma nova orientação programática. Buscando se constituir

sugerida pela Organização das Cooperativas Brasileiras⁹² (OCB) e apoiada por outras organizações, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil ⁹³(CNA) e pela Sociedade Rural Brasileira⁹⁴ (SRB) (MACIEL, 2012).

A FAAB é caracterizada a partir de dois importantes aspectos. O primeiro diz respeito a uma organização que articula a mobilização em torno dos interesses do patronato rural. O segundo elemento que define a FAAB é sua capacidade estratégica, que se apropriou das principais pautas das posições conservadoras do patronato rural brasileiro. A FAAB organizou as principais corporações da agricultura moderna nas regiões economicamente mais desenvolvidas do país com o intuito de interferir diretamente na elaboração da Constituinte nas pautas que dizem respeito à questão agrícola no país. Segundo Dreifuss, a FAAB foi uma das principais entidades de articulação política do patronato rural no período denominado como “Nova República” (FERNANDES, 2016).

[...] neste contexto, a intenção dos empresários com maior visão política era a de criar órgãos fora dos formatos tradicionais de associação patronal, isto é: não só envolvidos com análise, consultoria e lobby, mas também com o planejamento e a coordenação da ação política classista. (DREIFUSS, 1989, p. 49, apud FERNANDES, 2016).

Outra entidade que desempenhou importante papel de articulação política em prol dos interesses ruralistas foi a UDR.

como face moderada do patronato rural brasileiro, esta frente igualmente lançou mão de mobilizações de rua, e forte lobby durante a Constituinte de 1988, elegendo constituintes e articulando bancadas parlamentares. [...] Ocupou papel central na defesa de uma lei agrícola que favorecesse a grande agricultura moderna (FERNANDES. A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira na Constituinte de 1988: O patronato rural e o projeto de modernização conservadora do campo. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh Rio, 2016).

⁹² A OCB – Organização das Cooperativas do Brasil – é a entidade que congrega todas as cooperativas brasileiras, ou seja, todos os ramos do cooperativismo. A OCB é uma entidade privada, que representa formal e politicamente o sistema nacional. Em suma, integra todos os ramos de atividade do setor e mantém serviços de assistência, orientação geral e outros de interesse do Sistema Cooperativo. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/ocb-organizacao-das-cooperativas-do-brasil/>. Acesso em: 21/02/2025.

⁹³ A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é responsável por congrega associações e lideranças políticas e rurais em todo o país. A CNA também apoia a geração de novas tecnologias que possam auxiliar o produtor no plantio e manejo e a criação de agroindústrias responsáveis por aumentar a produtividade rural. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/institucional-cna>. Acesso em: 21/02/2025.

⁹⁴ Fundada em 1919, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) é uma associação de produtores rurais que trabalha, há mais de cem anos, na representação política em defesa do setor agropecuário no país. Disponível em: <https://www.srb.org.br/a-rural/>. Acesso em: 21/02/2025.

[...] a União Democrática Ruralista (UDR), que com um discurso agressivo contra a reforma agrária, ganhou protagonismo no período da Nova República, atuando desde a base, por meio da mobilização massiva de produtores rurais, até o exercício de poderoso lobby junto ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional (BRUNO, 2002, apud FERNANDES, 2016).

Em 1986, essa organização ampliou sua atuação, difundindo suas pautas, como a defesa da propriedade privada e da livre iniciativa, bem como a oposição à esquerda, denominada pela entidade como “radical”, atuando nos meios de comunicação e utilizando-se da violência (como citarei adiante). No início de 1986, a UDR sugeriu uma manifestação na mesma data do Dia Nacional de Ocupação (promovida pelos movimentos dos trabalhadores rurais), denominando o movimento como Dia Nacional em Defesa da Propriedade Privada, para confrontar e intimidar o movimento dos trabalhadores agrários (RUA, 1990, p. 290, apud MACIEL, 2012, p. 175).

Em manifestações como essa, a UDR se utilizava da violência contra a oposição (no caso, os trabalhadores rurais), além de promover confrontos agrários contra os líderes do movimento dos trabalhadores. O crescimento da violência pode ser constatado na Comissão Pastoral da Terra⁹⁵ (CPT), que registrou o aumento de assassinatos de 261 em 1985 para 298 no ano seguinte (SIMÕES, 12.2.1987, apud FERNANDES, 2016).

Além de atuar nas manifestações públicas, a UDR também atuou na política, promovendo a campanha de candidatos do Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Liberal (PL), Partido Democrático Cristão (PDC), além do PMDB, que tinha muitos candidatos da ala conservadora, além de sua grande relevância política, que poderia trazer suas pautas de interesse para a elaboração da Constituinte. Para além do campo político, a UDR também providenciou relações com o setor do empresariado, como a União Brasileira de Empresários (DREIFUSS, 1989, p. 69-85 apud MACIEL, 2012, p. 175).

⁹⁵ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 21/02/2025.

O resultado dessa articulação foi a eleição de 290 candidatos aliados às suas pautas, entre candidatos do PDS, PMDB, PFL, PDC e PTB, do total de 559 cadeiras do parlamento federal (RUA, 1990, p. 292 apud MACIEL, 2012, p. 175). Os candidatos dos respectivos partidos políticos iriam integrar o núcleo político que posteriormente seria chamado de “Centrão” e, mais adiante, formariam a ala da “Bancada Ruralista” (BRUNO, 1997, p. 66-68, 78 e 87 Apud MACIEL, 2012, p. 175).

Para além das organizações político-ideológicas dos interesses rurais, a década de 1980 é marcada pela disputa ideológico-cultural dos interesses burgueses em geral. Como vimos anteriormente, na década de 60 (diante do contexto de figuras vinculadas à esquerda no mais alto cargo do poder político), houve articulação do setor burguês para atuar diretamente no poder político (a maneira que encontraram para realizar tal empreendimento foi a instituição do golpe de 1964), como a atuação empreendida pelo IPES, IBAD, por exemplo. Na década de 1980 não foi diferente, mas agora, a burguesia precisava se articular para não perder sua influência e atuação no âmbito político, além de implantar seu ideário na sociedade brasileira.

Essa movimentação precisaria ocorrer se tais setores quisessem continuar no controle político, já que a ditadura instaurada por eles (juntamente com os militares pertencentes à mesma classe) tinha chegado oficialmente ao fim. Esse empreendimento precisaria ser construído, principalmente no período de democratização, em que haveria alterações institucionais com a formulação da nova Constituinte.

Em 1983, surge no Rio de Janeiro o Instituto Liberal⁹⁶ (IL), entidade burguesa abraçada por vários ramos do setor empresarial, seja no setor financeiro até o agroexportador. Essa organização contou com a participação de intelectuais orgânicos, desempenhando o mesmo papel do IPES, promovendo palestras, conferências, edição de obras, etc., para difundir seus ideais, empreendimento este que só se alargou ao longo da campanha eleitoral de 1986 (BIANCHI MENDEZ, 2004, p.200-201; DREIFUSS, 1989, p. 56-57, apud MACIEL, 2012, p. 176).

⁹⁶ O Instituto Liberal (1983) e o Instituto de Estudos Empresariais (1984) fizeram parte da primeira onda de institutos liberais construídos no Brasil. Figuras como Hayek e Fisher tiveram papel importante na construção de laços com membros de uma elite empresarial brasileira, como Og Leme, Donald Stewart, Henry Maksoud, Nahum Manela e José Stelle, aconselhando e apoiando-os na criação de institutos liberais (VIDAL e BRUM, 2022, p. 9) Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/vmLnv7xHMhcRDPkb3BX5trN/>. Acesso em: 21/02/2025.

Ainda nesse sentido, com algumas alterações no perfil das organizações, também são formadas algumas entidades de viés mais conservador, reunindo anticomunistas ferrenhos e figuras ligadas ao golpe de 1964, como políticos, empresários e/ou militares. Ironicamente, entre essas associações, podemos mencionar a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), a União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD), Movimento de Defesa do Brasil (MDB) e o Partido de Ação Nacionalista (PAN), que contava com o apoio do Partido Nacional Socialista (Panaso) e da Ação Integralista Brasileira⁹⁷ (AIB) de caráter nazifascista (DREIFUSS, 1989, p. 85-99 apud MACIEL, 2012, p. 176).

Foi de perplexidade a reação de quase todos os parlamentares que tomaram conhecimento, no Congresso, da fundação da Associação Brasileira de Defesa da Democracia, formada por militares e civis ligados ao regime militar. O deputado Euclides Scalco, líder do PMDB na Constituinte, revelou-se o mais assustado. 'É inacreditável que aqueles que foram responsáveis pela destruição do país, pelo endividamento externo e pela crise social, se organizem agora como arautos da democracia', disse, referindo-se aos que, anteontem à noite, se reuniam no Clube de Aeronáutica, no Rio, para ouvir uma pregação anticomunista do professor Jorge Boaventura, do corpo permanente da Escola Superior de Guerra (JORNAL DO BRASIL, 09/10/1987⁹⁸).

Entre as entidades que mais obtiveram sucesso em torno da capacidade de articulação, foi a União Brasileira de Empresários (UB), cujo principal mentor foi o presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Jorge Oscar de Mello Flôres, um dos principais organizadores do golpe de 1964, juntamente com os integrantes do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES).

⁹⁷ O integralismo brasileiro é considerado o maior movimento fascista da América Latina. A ideologia integralista nasceu dentro de um contexto de mudanças no país e no mundo a partir da década de 1930, tais como o fim da Primeira Guerra Mundial, crises econômicas e avanço da Revolução Industrial. No campo político, ideias autoritárias como a Revolução Soviética e a ascensão de movimentos nazifascistas na Europa, cresciam para fora da Europa. O integralismo defendia a criação de um Estado Integral de partido único, governado por intelectuais em uma estrutura hierárquica baseada na concepção doutrinária ultranacionalista liderada por Plínio Salgado, que era reverenciado como chefe político e religioso. Disponível em: https://www.politize.com.br/integralismo-brasileiro/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=CjwKCAiA5eC9BhAuEiwA3CKwQqD6V3hLJSbHb_pY2WnBHq47V3PhB6GQdoDiJ9h9_5pjAAAdpgC6N5BoCg8YQAvD_BwE. Acesso em: 21/02/2025.

⁹⁸ Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/133310>. Acesso em: 21/02/2025.

A União Brasileira de Empresários (UB), em ato solene na sede da CNI (Confederação Nacional da Indústria), convocou comerciantes, industriais, banqueiros e proprietários rurais a se engajarem na defesa dos interesses da iniciativa privada na Constituinte. A entidade selecionou 24 emendas supressivas, que, segundo o presidente da Fierj (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), Arthur João Donato, devem ser defendidas junto a cada constituinte, "como se fosse uma luta pela sobrevivência, na qual não há possibilidade de rendição". A plateia de 200 empresários reunia representantes dos principais setores da economia, como o presidente do grupo Votorantim (o maior investidor privado do país), Antônio Ermírio de Moraes; o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Roberto Bornhausen; e o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato (JORNAL DO BRASIL, 21/07/88⁹⁹).

Entre as pautas abraçadas pela UB e seus apoiadores, estavam bem semelhantes às pautas da UDR e de todas as entidades que atuavam na articulação dos interesses burgueses, como a livre iniciativa, a oposição à esquerda, redução do Estado e a defesa da propriedade privada. Um dos principais objetivos da UB e de organizações similares, era apoiar a candidatura de diversos candidatos que representassem seus interesses no âmbito político, visando eleger 70% das cadeiras do Congresso (DREIFUSS, 1989, p. 58-65 apud MACIEL, 2012, p. 177).

Para além da articulação entre o patronato, a UB também atuou no núcleo do movimento sindical dos trabalhadores, difundindo a ideologia de cooperação entre capital e trabalho, instituindo, assim, a formação da nova direita sindical pautada no “sindicalismo de resultado”¹⁰⁰. Além de patrocinar essa nova corrente sindical, a UB também promoveu a participação dos líderes dessas organizações sindicais nos meios de comunicação para obterem mais visibilidade e garantirem funções representativas dentro da estrutura governamental (DREIFUSS, 1989, p.65-69, apud MACIEL, 2012, p. 177).

⁹⁹Disponível

em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/120451/JUL%2088%20-%200515.pdf?sequence=1&isAllo wed=y> Acesso em: 21/02/2025.

¹⁰⁰ O sindicalismo de resultado nasceu, inicialmente, da confluência de duas atuações sindicais que vivenciaram trajetórias distintas e que, num dado momento, na segunda metade da década de 1980, abraçaram o mesmo projeto. Referimo-nos à confluência da atuação de amarelos ou pelegos com a ação de líderes pragmáticos. Assim formou-se, no Brasil, uma nova direita no movimento sindical, distinta do velho ‘peleguismo’ e perfeitamente inserida na onda neoliberal, que penetrou também no movimento sindical em nosso país. Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/60/f1151concep-es-e-correntes-sindicais-n-brasil---amaril do-e-domingos.pdf>. Acesso em: 21/02/2025.

No que diz respeito ao aparato partidário, o PMDB foi a esfera de concentração em que as elites e suas organizações fincaram seus esforços para dominar o principal partido político do período em questão e interferirem, conseqüentemente, na Constituinte. A preferência pelo partido ocorreu devido à sua forte influência em todo o país, que dominava quase todos os municípios brasileiros, além de sua ampla estrutura burocrática e sua vasta representação política. Após a posse de José Sarney em 1985, o partido tornou-se componente crucial na transição democrática, apreendendo influências do regime ditatorial e instituindo seu lugar de hegemonia central no âmbito político do país (MACIEL, 2012).

Após a implantação do plano Cruzado e sua edição no final de 1986, os candidatos mais progressistas perderam influência dentro do PMDB, pois, insatisfeitos com a atuação antipopular política, desempenharam grande crítica à perda de identidade reformista e democrática que ocorria no interior do partido. Com a consolidação da aliança da ala conservadora, que avançava nesse período (principalmente após a eleição de governadores conservadores que conseguiram se eleger graças ao apoio promovido pela elite), os setores da esquerda perderam força política e foram suprimidos dentro do PMDB. Assim, o Plano Cruzado foi o marco do desmantelamento da ala esquerda do partido, que perdeu espaço ao contestar a formação do setor moderado-conservador que dominava o governo e, conseqüentemente, o PMDB.

O exemplo desse avanço conservador e da dominação burguesa do partido foi o debate eleitoral de 1986 (isto é, na última eleição antes da constituinte), que consistia sumamente em propostas propagandistas para repercutir de maneira positiva na opinião pública, sem discutir propostas mais profundas que teriam grande impacto na sociedade, como a elaboração da Constituinte, por exemplo, além de nada dizer sobre a consolidação democrática (assunto de suma importância para o processo de democratização após 21 anos de ditadura instalada no país) (MACIEL, 2012).

Outro acontecimento que evidencia a dominação conservadora burguesa no PMDB, foi o apoio que Ulysses Guimarães¹⁰¹ (presidente do partido e conhecido como “Senhor Diretas”) forneceu ao programa de presidencialismo com quatro anos para José Sarney, como salienta Wells (1986). O “Senhor Diretas”, nesse momento, defendia a permanência do ex-presidente do partido na ditadura no mais alto cargo do executivo, justamente no período decisivo para a construção da constituinte que consolidava a tão sonhada democratização que tanto apoiava (MACIEL, 2012).

Dessa forma, vemos, de um lado, ou melhor, dentro da Constituinte, a organização do chamado centrão e, de outro, no Palácio do Planalto, a pretendida e anunciada organização do bloco de apoio a Sarney. Na verdade, ambos se somam e se confundem, uma vez que têm uma indiscutível homogeneidade quanto aos compromissos e pretendem a defesa de um projeto nacional conservador (FLEISCHER; MARQUES, 1999, p. 187, apud BARBOSA, 2022, p. 583).

Antes do desvio identitário, o PMDB apoiava um programa econômico que reduzisse a profunda dependência econômica exterior, construindo um projeto pautado no fortalecimento do mercado nacional, apoiando os pequenos e médios negócios. Além disso, defendia a reforma agrária de propriedades improdutivas, crescimento dos direitos sociais, elevação dos salários, entre outras propostas sociais (MACIEL, 2012, p. 180). Essas propostas com viés mais social estão presentes no Anteprojeto Constitucional organizado por Afonso Arinos¹⁰² e no documento fundador da Aliança Democrática:

¹⁰¹ Ulysses Silveira Guimarães, político e advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP), teve forte atuação na oposição à ditadura militar. Em 1968, quatro anos após o golpe militar de 1964, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura. Três anos mais tarde, assumiu sua presidência. Em protesto contra a farsa da eleição presidencial promovida pela ditadura, prevista para janeiro de 1974, lançou-se antecandidato à Presidência da República. Dois anos depois, com o fim do bipartidarismo, o MDB se tornou Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual Ulysses seria presidente. Guimarães participou ativamente da campanha das Diretas Já, no início da década de 1980, e foi apelidado de “Senhor Diretas”. A emenda que instituía a volta das eleições presidenciais diretas foi derrotada no Congresso e Ulysses passou a articular a campanha vitoriosa de Tancredo Neves na eleição indireta de 1984. Foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte e anunciou a promulgação da chamada Constituição Cidadã, em vigor até hoje. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/ulysses-guimaraes/>. Acesso em: 26/02/2025.

¹⁰² Afonso Arinos (1905-1990) foi um político, jurista, historiador, ensaísta e professor brasileiro. Foi o autor da lei que proibiu a discriminação racial no Brasil. Foi eleito para a Cadeira n.º 25 da Academia Brasileira de Letras, em 1958. A carreira política de Afonso Arinos começou em 1947, quando assumiu a vaga de deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), para a qual tinha sido eleito suplente. Disponível em: https://www.ebiografia.com/afonso_arinos/. Acesso em: 26/02/2025.

Em uma nação marcada pela pobreza e ameaçada pelo desespero dos marginalizados, a administração pública deve se caracterizar pela credibilidade e pela participação e se pautar sempre pela austeridade e moralidade. É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, assegurar a igualdade de oportunidades, propiciar melhor distribuição da renda e da riqueza, proporcionar o reencontro com os valores da nacionalidade (“MANIFESTO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA”, 1984, apud BARBOSA, 2022, p. 580).

É justamente na crise ditatorial e no momento de formação da Aliança Democrática (composta também pelos dissidentes do golpe de 1964) que ocorre a supressão dos princípios primários do PMDB, seja na defesa e na pretensão democrática ou no projeto econômico-social. A partir desse dismantelamento policlassista que abrigava candidatos de diversos perfis políticos, a classe dominante tomou posse do controle partidário, conquistando o apoio dos dissidentes da ditadura, bem como dos defensores do regime de caráter conservador, pragmático e clientelista. Apesar da transição oficial da ditadura para a Nova República, a configuração política conservou os princípios do regime anterior, com mudanças concretas limitadas em torno do perfil dos líderes governamentais e das práticas exercidas por eles, além do silenciamento e marginalização dos grupos de esquerda com perfis mais progressistas no interior do partido (MACIEL, 2012).

A perda de identidade programática e social tornou-se inevitável; o dilema institucional do partido, que apontamos em outro lugar (MACIEL, 2004, p. 248-253), foi superado pela sua transformação plena num partido institucional, dando origem a consideráveis consequências futuras, como a dependência crescente ao governo, o surgimento da dissidência que cria o PSDB e a derrota acachapante nas eleições presidenciais de 1989. Os liberais e a esquerda do partido foram os grandes derrotados neste movimento transformista imposto pela lógica autocrática do Estado e do governo brasileiros ao PMDB. Seu projeto reformista também (MACIEL, 2012, p. 181).

No âmbito da representação política, a burguesia conservadora obteve êxito. Enquanto isso, outros setores de articulação dos interesses burgueses desempenhavam estratégias para se infiltrar no movimento que muitas vezes importunou seus planos: o movimento sindical. Para conter o movimento que poderia ameaçar seus interesses políticos, os setores de articulação do patronato já trataram de colocar em ação a estratégia que fragmentaria a mobilização do sindicato brasileiro. Além da formação da nova direita sindical pautada no “sindicalismo de resultado”, outro elemento crucial para contenção do movimento dos trabalhadores foi a centralidade atribuída ao setor estatal em torno do controle do movimento sindical. Essa tutela estatal, somada à separação entre partido e sindicato, impactou negativamente o “novo sindicalismo”, que tinha em suas lideranças figuras importantes no movimento grevista a favor dos interesses dos trabalhadores, como Lula¹⁰³, Djalma Bom¹⁰⁴ e Olívio Dutra¹⁰⁵. As reformas nas configurações sindicais estatais, bem como a constitucionalidade autoritária emplacada pelo governo vigente, abalaram a mobilização dos trabalhadores, afastando-os da perspectiva mobilizadora pautada na transformação social, deslocando-os a um comportamento passivo, além de anular a combatividade que outrora estava presente nesses movimentos (MACIEL, 2004, p. 177-186; 280-289, apud MACIEL, 2012, p. 184).

E, finalmente, em 1986, o PMDB vence as eleições e, conseqüentemente, a burguesia

¹⁰³ Luiz Inácio da Silva, que décadas depois incorporaria o apelido de Lula oficialmente ao nome civil, emergiu na cena política nacional ao liderar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e por ser um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Em abril de 1980, meses após a aprovação da Lei da Anistia (1979) — ainda sob a ditadura militar —, cerca de 140 mil trabalhadores da região do ABC Paulista participaram de uma greve organizada pelos sindicatos locais, inclusive o presidido por Lula. No terceiro dia de greve, o governo federal, sob o comando do general João Figueiredo, afastou os dirigentes dos sindicatos e Lula foi preso em sua casa, em São Bernardo do Campo (SP). A informação foi imediatamente repassada à imprensa pelo bispo católico Dom Paulo Evaristo Arns, que apoiava movimentos de combate à ditadura. Lula passou 31 dias, seis dos quais em greve de fome, na carceragem do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/lula-trajetoria-sindical-e-politica-ex-presidente-busca-derrotar-bolsonaro-eleicoes-2022>. Acesso em: 26/02/2025.

¹⁰⁴ Djalma de Souza Bom nasceu no dia 29 de março de 1939 em Medina, localizada no Vale do Jequitinhonha, no interior de Minas Gerais. Como militante sindicalista, participou das greves do ABC em 1978, 1979 e 1980, sendo preso pelo Deops/SP no dia 19 de abril de 1980. Passou 31 dias preso ao ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional por incitação à greve. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo eleito deputado federal em 1982. De 1989 a 1993, foi vice-prefeito de São Bernardo do Campo. De 1996 até 2000, cumpriu mandato como deputado estadual. Atualmente é metalúrgico aposentado e militante sindical, com atuação na Comissão Nacional da Verdade (CNV). Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/djalma-de-souza-bom/>. Acesso em: 26/02/2025.

¹⁰⁵ Bancário, formado em Letras, Olívio Dutra nasceu na cidade de Bossoroca em 1941. Presidiu o Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul e liderou a greve da categoria em 1979. É um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores), do qual foi presidente estadual de 1980 a 1986, e nacional em 1987. Deputado federal constituinte em 1986, elegeu-se prefeito de Porto Alegre em 1988. De 2003 até 2005, foi ministro das Cidades do Governo Lula. Disponível em: <https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/olivio-dutra>. Acesso em: 26/02/2025.

triunfa novamente, elegendo seus candidatos para comporem a maior parte da Assembleia Nacional Constituinte, concedendo a Sarney maior liberdade para poder atuar de acordo com seus interesses no ano seguinte. Essa vitória peemedebista promoveu uma nova reforma econômica no país, dando outro golpe nos trabalhadores brasileiros. O Plano Cruzado II foi instituído no dia 21 de novembro, isto é, uma semana após as eleições de 1986, promovendo reajustes brutais no bolso dos brasileiros em setores básicos, como combustível, correios, energia elétrica, remédios, leite, etc. (MACIEL, 2012).

[...] no final de novembro de 1986, após um mini-pacote de readequação econômica, apelidado de Cruzado II, o rumo da economia tomava uma forma diferente, que só foi revelada após a contagem de votos da eleição de 15 de novembro. O Cruzado II permitiu, de diapasão, aumentar o preço dos combustíveis, energia elétrica, telefonia, bebidas e outros produtos de consumo. O dique da represa eleitoral havia rompido, deixando à descoberta a real intenção de Sarney em fazer ouvidos moucos para a crise de abastecimento que datava das primeiras semanas do Plano original (ROSSATTI; REZZIERI, 2024, p. 104).

Enquanto a inflação retornava a todo vapor, o governo implementou medidas que favoreceram o capital financeiro e os investidores, como a instalação da minidesvalorização cambial diária, que garantiu que os investidores com ativos relacionados ao câmbio não tivessem prejuízos em seu poder de compra; a fundação das Letras do Banco Central¹⁰⁶ (LBCs), que assegurou o reajuste monetário dos contratos financeiros, favorecendo os investidores que realizaram aplicações no mercado financeiro; e permitiu que as instituições bancárias emitissem Certificado de Depósito Bancário¹⁰⁷ (CDBs), possibilitando aos investidores um meio sem riscos e lucrativo, em que seus rendimentos equipararam-se com a inflação que se estendia. Enquanto o setor financeiro e os investidores lucravam com a ampliação da inflação, a população sentia os impactos reais entre a dissonância do consumo e

¹⁰⁶LBC, ou Letras do Banco Central, são títulos de renda fixa emitidos pelo Banco Central do Brasil. Esses títulos são utilizados como instrumento de política monetária, com o objetivo de controlar a quantidade de dinheiro em circulação na economia e regular a taxa de juros. As LBC são uma forma de captação de recursos pelo governo, que emite esses títulos e os vende para investidores, como bancos e fundos de investimento. Disponível em: <https://glossariofinanceiro.com/glossario/o-que-e-lbc-letras-do-banco-central/>. Acesso em: 27/02/2025.

¹⁰⁷ O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é uma das opções de investimento mais populares no mercado financeiro brasileiro. Trata-se de um título de renda fixa emitido por instituições financeiras, como bancos, com o objetivo de captar recursos para financiar suas atividades. A aplicação em CDB é uma forma de investir o seu dinheiro e obter rendimentos a partir do pagamento de juros. Disponível em: <https://glossariofinanceiro.com/glossario/o-que-e-aplicacao-em-certificado-de-deposito-bancario-cdb/?highlight=CDB>. Acesso em: 27/02/2025.

da renda salarial (MACIEL, 2012).

Um dos motivos que levaram ao fim do Plano Cruzado e ao ajuste do Plano Cruzado II, foi a atuação do setor empresarial e de figuras influentes (como Guilherme Afif Domingos¹⁰⁸, Mário Amato¹⁰⁹, Mário Henrique Simonsen¹¹⁰, entre outros), que reivindicaram o fim do congelamento e interferiram diretamente no reajuste da política econômica desempenhada por José Sarney logo após as eleições de 1986, indicando claramente a quem se destinam as atuações governamentais do regime democrático burguês que se instaura de maneira institucionalizada e desassociada ao regime anterior.

Diante da deslealdade do governo, que instaura uma política econômica extremamente impopular uma semana após as eleições, o movimento sindical se mobiliza imediatamente, promovendo uma greve geral em 12 de dezembro de 1986 para protestar contra as alterações promovidas pelo Plano Cruzado II: o reajuste nos índices oficiais de inflação, subtraindo alguns elementos no cálculo, fazendo com que, oficialmente, os índices inflacionários fossem menores que a real inflação (o que afetava diretamente os reajustes salariais); o fim do congelamento progressivo promovido pela nova política econômica; e a alteração em torno da escala móvel de salário, que era um dispositivo que corrige automaticamente os salários de acordo com a inflação (MARQUES, 1988).

¹⁰⁸ Guilherme Afif Domingos atuou na diretoria da Indiana Seguros, o que permitiu um amplo contato com o mundo empresarial paulista. Ocupou e ocupa cargos de relevo em empresas da esfera privada e pública, além de entidades de classe. Foi presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo – BADESP (1979) e diretor-presidente da Indiana Cia. de Seguros Gerais, função que ainda exerce atualmente. Ocupou a presidência do Diretório Acadêmico 21 de Junho da faculdade onde se formou. Em 1976, ingressou na ACSP, ocupando cargos diretivos. Foi superintendente do Diário do Comércio, do Digesto Econômico e do Instituto de Economia Gastão Vidigal. Foi eleito para a presidência da ACSP, para o triênio 1982-1984. Concentrou esforços para impulsionar atividades que estivessem voltadas para o micro, médio e pequeno empresário, defendendo a ideia de que estes eram responsáveis por irrigar a economia nacional e que contribuíam de forma decisiva para a estabilidade social. No ano de 1982, mais uma distrital era criada. Em 17 de março, daquele ano, a Zona Leste da cidade recebia a sua unidade em São Miguel Paulista. Mais detalhes disponíveis em: <https://app.acsp.com.br/galeriapresidentes/item-single.html?id=39> Acesso em: 27/02/2025.

¹⁰⁹ A trajetória empresarial começou na sociedade com a Amorim e Coelho Cortiças S.A., que posteriormente se tornaria um complexo industrial. Também teve participação em empresas de outros ramos, entre elas: Metal Frio, Panasonic, Móveis de Aço Fiel e Springer-Carrier. Em 1986, formou chapa com Moreira Ferreira como primeiro vice-presidente, e foi eleito presidente da FIESP/CIESP para o triênio 1987-1989. Em agosto de 1989, Amato concorreu à reeleição para a presidência da FIESP como candidato único, sendo eleito por unanimidade. Foi também presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça, do Conselho Superior do Instituto Euvaldo Lodi e da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria. Fundador do Centro de Integração Empresa-Escola, também foi membro dos conselhos deliberativo da União Cultural Brasil-Estados Unidos e consultivo da Associação Comercial de São Paulo, entre outros. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/presidentes/mario-amato/>. Acesso em: 27/02/2025.

¹¹⁰ Mário Henrique Simonsen foi um destacado economista brasileiro, professor e autor de importantes obras, como “Macroeconomia”. Atuou como Ministro da Fazenda de 1974 a 1979, durante o governo de Ernesto Geisel, em que focou no controle da inflação e na gestão da dívida externa. Sua gestão foi marcada por políticas econômicas ortodoxas em um período de crise global. Simonsen deixou um legado significativo na academia e na política econômica brasileira, influenciando gerações de economistas. Disponível em: <https://espacoalexandria.ufrj.br/mario-henrique-simonsen-trajetoria-de-um-economista-brilhante/> Acesso em: 27/02/2025.

O ponto mais polêmico do Cruzado II, que gerou fortes reações de toda a sociedade, foi a tentativa do governo de, mais uma vez, alterar o índice oficial de inflação. Antecipando o forte impacto que os aumentos de preços teriam sobre a taxa de inflação medida pelo IPCA67 e, portanto, sobre a escala móvel de salários, foi decretado que o índice de inflação passaria a ser o IPC restrito a uma cesta básica de consumo de famílias com rendimentos de 1 a 5 salários-mínimos, excluindo fatores sazonais, impostos indiretos e despesas com fumo, bebidas alcoólicas e açúcar. Enquanto o IBGE não procedesse ao cálculo do novo índice, seria utilizado o INPC limitado aos itens de consumo básico dos trabalhadores: alimentação, transporte e moradia. A reação a esta arbitrariedade do governo em relação à metodologia de cálculo do índice oficial de preços foi tão negativa que este foi obrigado a voltar atrás em sua decisão e reintroduzir o INPC pleno como indexador salarial (MARQUES, 1988, p. 461).

Segundo a CUT, a paralisação reuniu mais de 25 milhões de trabalhadores, enquanto a SNI contabilizou um pouco mais de 10 milhões. Por mais que não tenha um consenso em relação ao número de trabalhadores, o que não podemos contestar é a magnitude da greve, que sem dúvidas, foi a mais numerosa do ano de 1986, evidenciando a dimensão do descontentamento que o Cruzado II gerou na população (especialmente na classe trabalhadora), que elegeu uma semana antes os candidatos apoiados pela mesma pessoa que lhes conferiu tamanho golpe, como ilustrado na manchete do periódico abaixo:

Figura 3 - Greve Geral: os trabalhadores retomam a ofensiva



Fonte: Em Tempo: Periódico Nacional, dezembro de 1986¹¹¹.

¹¹¹ Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_EM_TEMPO_1986_0214.pdf. Acesso em: 06/03/2025.

Uma semana após a implantação do Plano Cruzado II, e, consequentemente, diante da greve dos trabalhadores, houve outra tentativa de estabelecer um pacto social para conter o movimento instaurado pelos trabalhadores e pelo sindicato. A CUT e a CGT só aceitariam participar do acordo se algumas de suas condições fossem aceitas pelos governantes, entre elas, a discussão para além de questões salariais, além de outras importantes determinações, como a revogação dos processos contra os trabalhadores e líderes sindicais penalizados pela greve geral, além da anulação do Plano Cruzado II. Enquanto isso, o empresariado prezava pelo descongelamento de preços e outras ações de cunho neoliberal lideradas pela Escola de Chicago¹¹², que defendia controle dos gastos públicos e a rejeição de qualquer intervencionismo estatal. Devido à dificuldade de se estabelecer um acordo que satisfizesse as duas esferas sociais, o governo articulou a reelaboração de um “pacto social por cima”, isto é, um pacto social elaborado pelas esferas burguesas da sociedade com mínima ou nenhuma participação da população civil (MACIEL, 2012).

[...] uma vez que a ‘participação popular’, sob um Estado democratizado pela cartografia do neoliberalismo, se mostra um embaraço; a ação governamental correta deve ser abafar a dissonância dos grupos de pressão no intuito de evitar qualquer ação discriminatória. Um bom governo é limitado em sua ação, pois, por pior que seja sua decisão, este nunca deve ceder às pressões da massa de descontentes; uma vez que isso seja feito, os grupos de pressão arrombarão a porta e sempre quererão mais e mais (ROSSATTI; REZZIERI, 2024, p. 107).

Nesse momento, há uma crise de hegemonia gerada pela incapacidade da classe dominante de impor sua ideologia à sociedade, grande parte ocasionada pelas tentativas falhas do poder político em estabelecer um pacto social, como ocorreu em 1977 (sob a direção de João Figueiredo) e a tentativa de 1987 (com o verdadeiro fracasso do Plano Cruzado implementado por Sarney) .

[...] a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual

¹¹² Em geral, a Escola de Chicago defende uma política econômica liberal, com intervenção menor do Estado na economia. Mesmo sendo partidária do livre mercado, ela difere da doutrina liberal clássica ao reconhecer a existência de falhas de mercado, isto é, situações em que ele não promove, por si só, uma alocação de recursos da forma mais eficiente possível. Por outro lado, essa corrente econômica tende a enfatizar que as falhas de governo normalmente são maiores do que as de mercado. Assim, a interferência governamental não é desejável na maior parte das vezes, embora haja formas de reduzir a sua ineficiência quando ela é necessária. Disponível em: https://www.politize.com.br/escola-de-chicago/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=CjwKCAiArKW-BhAzEiwAZhWslCS6NPCuE9MfvGPFE_t7MQ2JsZQPF6oV0XSK-9ECFBMUKytCfjKVBoC9RgQAvD_BwE. Acesso em: 06/03/2025.

pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passam subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2000, p. 60 apud MACIEL, 2012, p. 225).

Diante da crise hegemônica, gerada em grande parte pelo insucesso da implementação do pacto social (que foi o motivo de intensas greves organizadas pelo movimento dos trabalhadores), o governo recompõe sua postura autoritária e repressiva do pré-Cruzado com o intuito de reprimir o movimento social que se intensificava e que passou a ser mobilizado mais pelos movimentos sindicais do que pelos partidos políticos (MACIEL, 2012).

As consequências dessa crise foram as crises políticas e partidárias que ocorreram no bloco conservador (entre eles, o PFL e o PMDB), o que evidenciou o préstimo militar sob o governo da Nova República.

No PFL, essa situação gerou uma cisão entre os ‘governistas’ [que apoiavam Sarney e pretendiam manter uma relação estável] e os ‘autonomistas’ [que tencionavam mais independência política em relação ao governo], só contida nos limites da unidade partidária graças ao fisiologismo congênito do partido. No PMDB, ocorreu o agravamento da crise de identidade programática, em curso desde 1985, polarizando o partido entre os membros do ‘Centrão’ e a ala esquerda (MACIEL, 2012, p. 227).

Diante das fragilidades políticas em que Sarney se encontrava, sua postura foi justamente se aliar aos militares, fazendo com que a atuação deles se ampliasse no cenário político. Entre suas atuações, podemos mencionar a repressão contra os movimentos oposicionistas (como os sindicatos e os movimentos sociais), constantes ameaças de golpe e conspirações golpistas, além de intervenções na Constituinte. Além disso, Sarney também se associou a parlamentares de maneira individual, desconsiderando questões formais dos partidos políticos, convertendo-se na ruína da Aliança Democrática (que em primeiro momento, sustentava o governo eleito de maneira indireta), bem como na composição da nova base de sustentação política do governo, intitulado como “Centrão”. De viés conservador, essa nova base governista atuou de forma extremamente reacionária, impedindo todos os tipos de transformações políticas mais progressistas, abandonando qualquer resquício reformista que continha inicialmente (MACIEL, 2012).

Na verdade, o ‘centro’, o ‘centro-direita’ e a ‘direita’ designavam as forças autocráticas presentes na Constituinte, variando entre elas o grau de

preservação da institucionalidade autoritária reformada na institucionalidade política emanada da nova Carta, incluída aí a tutela militar sobre o governo civil. Este grande campo autocrático era composto por nada menos que 381 parlamentares, ou 68,1% da Assembleia Constituinte (MACIEL, 2012, p. 244).

Com a derrota política do Plano Cruzado II, os movimentos sociais, juntamente com o movimento partidário de esquerda, iniciaram um movimento de reorganização política e ideológica. A partir dessa organização, formou-se a possibilidade de um caminho alternativo ao bloco conservador, alcançando espaço significativo no campo político e social, limitando os efeitos de retrocesso que a maioria das cadeiras parlamentares conservadoras poderiam desempenhar na Constituinte. Graças a essa mobilização, os estragos não foram maiores, o que garantiu alguns direitos sociais, bem como o desenvolvimento no campo democrático na escrita do texto constitucional (MACIEL, 2012).

Apesar dos avanços democráticos da Constituinte, o procedimento político foi extremamente restrito devido aos instrumentos que refreiam alterações mais intensas, como a atuação dos blocos de poderes burgueses, que buscaram atenuar as demandas populares e abrir mão de algumas pautas defendidas por eles, para impedir avanços significativos no campo democrático. Os esforços realizados pelos blocos conservadores baseavam-se na concessão de alguns direitos sociais e políticos (mas, claro, concessões que não afetassem a estrutura política autocrática), para proteger a estrutura política atual, com a intenção de assegurar o controle político para a classe burguesa (MACIEL, 2012).

A institucionalização dessa política “passivadora” impediu que ocorresse uma ruptura com o regime autocrático anterior, ao passo que realizou uma transição negociada, limitando ao máximo os avanços democráticos e sociais no anteprojeto constitucional. Por fim, a Constituição de 1988 foi o resultado dessas lutas políticas entre o campo conservador (que buscava garantir o controle burguês no aparelho político) e os movimentos sociais e alguns partidos de esquerda (que buscavam desenvolvimento democrático para dar fim à estrutura autocrática burguesa desempenhada pelo golpe de 1964). O resultado dessa disputa desembocou na incorporação de alguns direitos sociais no texto constitucional, mas também espelhou as limitações determinadas pela configuração política, bem como a atuação operada pela burguesia conservadora (MACIEL, 2012).

Um exemplo dessa disputa é mencionado por Brandão (2009):

A descentralização dos trabalhos constituintes permitiu maior participação e influência (positiva e negativa) tanto dos deputados não

ligados às elites partidárias quanto aos próprios movimentos sociais. Assim, embora tenham sido muitas as derrotas, também se tornaram possíveis algumas conquistas pontuais, inclusive no Projeto-A, votado pela Comissão de Sistematização. No entanto, a reação às influências dos setores progressistas da esquerda e do PMDB veio com a formação do “Centrão” (composto por parlamentares de parte do PMDB com parlamentares do PFL, PDS e PL), que aprovou, no dia 5 de janeiro de 1988, um novo Regimento Interno, invertendo o ônus de se ter a maioria (280 votos) para a manutenção de qualquer trecho do Projeto-A da Comissão de Sistematização (considerado progressista demais para a maioria conservadora da ANC) (BRANDÃO, 2009, p. 23).

Como evidenciado por Brandão, apesar das conquistas da ala mais progressista, a atuação reacionária do novo grupo de sustentação de Sarney, o Centrão, promoveu em 5 de janeiro de 1988 a incorporação de um novo Regimento Interno, que alterava a lógica de contabilização para a aprovação dos textos elaborados pelo “Projeto A” (elaborado pela Comissão Arinos, Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que elaborou um anteprojeto bastante detalhado no que diz respeito às questões democráticas e sociais, envolvendo demandas populares do período), modificando a lógica de 280 votos para aprovação, para 280 votos no plenário para manter qualquer proposta presente no texto do Projeto A.

Essa movimentação realizada pelo Centrão, os beneficiou, uma vez que eram a maioria no plenário, permitindo que a ala conservadora extinguisse ou alterasse propostas progressistas, como evidenciado na figura 4, especificamente nos artigos 1, 2 e 3 da Resolução n.º 3 de 1988.

Figura 4 - Assembleia Constituinte: Resolução n.º 3 de 1988.



ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1988

Altera o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

Faço saber que a Assembleia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica facultada à maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e de emendas a dispositivos do Projeto de Constituição.

§ 1º Caso sejam apresentados dois ou mais substitutivos sobre a mesma matéria, terá prioridade para votação aquele que contiver o maior número de subscritores; sendo estes em igual número, terá preferência o oferecido em primeiro lugar.

§ 2º Os substitutivos e as emendas apresentados com base neste artigo terão preferência automática, não sendo submetida a votos, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem de idêntico conteúdo.

§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do Plenário.

Art. 2º Excetuadas as emendas populares, consideram-se prejudicadas todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores do processo de elaboração constitucional.

Art. 3º Publicado no **Diário da Assembleia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á o prazo de 7 (sete) dias para apresentação de:

I — substitutivos e emendas coletivas, na forma do art. 1º desta Resolução;

II — emendas individuais, que deverão incidir sobre artigo, parágrafo, inciso ou alínea do Projeto

de Constituição, limitadas ao número máximo de 4 (quatro) para cada Constituinte.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo subemendá-la ou concluir por substitutivo.

§ 2º Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas, desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão, seja assinada pelos primeiros signatários das emendas, que lhe deram origem, e encaminhada à Mesa antes de iniciada a votação respectiva.

§ 3º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

Art. 4º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer do Relator, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, limitados ao número máximo de 6 (seis) para cada Constituinte, que deverão incidir, no todo ou em parte, sobre o texto de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do Projeto de Constituição.

Art. 5º O requerimento de preferência para votação dos destaques de que trata o artigo anterior deverá ser subscrito por, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à apreciação do Título a que diga respeito. No caso de ocorrer o término da votação de um Título e no mesmo dia iniciar-se a votação do Título seguinte, a apresentação de preferência para este último dar-se-á 2 (duas) horas antes de iniciada a sua votação.

§ 1º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores, salvo acordo em contrário.

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 3º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo autorização por escrito do primeiro signatário a um de seus subscritores.

Fonte: Câmara dos Deputados - CEDI/CELEG/SEDOP. Impresso em 26-11-2003 18:44.¹¹³

O regimento instituído pelo Centrão garantiu o direito do parlamento de desenvolver no máximo quatro emendas (o que incluía modificar emendas, títulos, seções, etc.) ao

¹¹³ Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembleia-nacional/resolucao-3-1987. Acesso em: 07/03/2025.

rascunho da Constituinte para a Comissão de Sistematização. Se essas propostas enviadas fossem aprovadas pela maioria (nesse caso, se obtivessem 280 votos em diante), as emendas teriam prioridade quanto ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, devido ao fato de serem votadas anteriormente ao anteprojeto da Comissão. Essa artimanha possibilitou ao Centrão conter ao máximo os avanços sociais e anti-autocráticos que os movimentos sociais desempenharam ao longo do período de redemocratização, além da revogação das conquistas alcançadas, uma vez que o bloco conservador era maioria no plenário.

A aprovação do novo regimento equivale a um verdadeiro golpe do ‘Centrão’ sobre a Constituinte, pois invalidou todo o processo de discussão, elaboração e negociação que já tinha sido realizado, permitindo que nos pontos em desacordo, o processo recomeçasse do zero (MACIEL, 2012, p. 295).

Esse golpe, somado ao movimento de “acomodação à direita” (que consistiu na estratégia de conservar o relacionamento da ala moderada e de esquerda do PMDB com o governo e com o bloco de poder do plenário que se instalou com a ascensão do Centrão), à formação do Centrão e à recomposição ministerial desempenhada por Sarney em razão do desmantelamento da Aliança Democrática, foram ingredientes importantes para a vitória conservadora na Constituinte de 1988.

No momento de formação do chamado “Centrão”, Sarney articula uma estratégia que consistia estritamente nas relações entre os parlamentares de maneira individual para ampliar suas bases de apoio no Congresso, além de firmar sua base de apoio dos partidos do governo e enclausurar integrantes mais progressistas do partido. Essa estratégia tinha intenções sorrateiras de solidificar a institucionalidade autoritária para além do estabelecimento de laços com os setores conservadores e apoiadores. A formação do Centrão se baseou na metodologia política fisiológica; o exemplo disso foi o gasto de 183 bilhões com dinheiro público até maio de 1987, desempenhado por Sarney (JB, 24.5.1987, apud MACIEL, 2012, p. 249), além de permutas que consistiam em troca de favores, como o fornecimento de cargos, por exemplo (MACIEL, 2012).

A decomposição da Aliança Democrática foi um acontecimento de suma importância para o sucesso do bloco burguês conservador em torno da Constituinte. Esse desmantelamento ocorreu progressivamente e foi engrossado com uma sucessão de ocorrências. Entre elas, podemos destacar a saída de Marco Maciel do Ministério da Educação em 1987. Quando Maciel renuncia ao cargo, ele resolve consolidar e fortalecer o

PFL em maio do mesmo ano, juntamente com Aureliano e Antônio Carlos, uma vez que o partido tinha perdido o seu lugar de principal partido da ala conservadora.

Esse processo de desvinculação do PFL com o PMDB desembocou no fim da Aliança Democrática em setembro de 1987, o que não significou exatamente a desvinculação do PFL com o governo, uma vez que as relações de fisiologismo político se mantiveram presentes no seio do partido, em que integrantes do PFL ocupavam cargos importantes no aparelho político (MACIEL, 2012).

Em meio ao colapso dos principais partidos políticos de viés conservador e autocrático, as classes dominantes se encontraram em cenário desconfortável, em que as forças progressistas poderiam colocar em xeque seus interesses diante da construção da Constituinte de 1988. Entre eles, o anteprojeto Cabral I, elaborado por Bernardo Cabral, do PMDB-AM, apresentava-se como proposta que se enquadrava entre os obstáculos que tanto incomodavam as classes dominantes. Diante disso, a burguesia precisava articular outras estratégias para refrear os avanços sociais e preservar a institucionalidade autocrática burguesa no aparato democrático pós-ditadura (MACIEL, 2012).

Entre as estratégias das classes dominantes, destacam-se os mecanismos de ação direta, em que instituições como a União Brasileira dos Empresários (entidade que liderava os planos e estratégias em prol dos interesses da burguesia empresarial), Defesa da Livre Iniciativa, o Fórum Informal da Defesa dos Empresários e até mesmo a mídia (para influenciar a opinião pública a favor dos argumentos do setor empresarial, além de transmitir as declarações de alguns líderes das entidades de articulação empresarial) desencadearam uma verdadeira operação para desbancar as forças que atuavam em defesa dos interesses populares (DREIFUSS, 1989; FONSECA, 2005 Apud MACIEL, 2012).

Essa tática de ‘ação direta’, determinada pela necessidade de ‘fazer política’ em função da fragilidade dos partidos e das idiossincrasias do governo, levou as principais lideranças empresariais a erigirem-se como ‘quase-constituintes’, frequentando assiduamente os gabinetes parlamentares e plenários de votação, participando informalmente de comissões, concedendo entrevistas como se fossem deputados e senadores (MACIEL, 2012, p. 268).

Como se não bastasse o empresariado nacional interferir diretamente nas disposições políticas, o capital externo também busca seu lugar ao sol nos rumos políticos do Brasil. O capital internacional reuniu os líderes de empresas multinacionais, especialmente norte-americanas, para intervir na Constituinte e assegurar que os interesses deles sejam

alcançados, empregando o discurso de dependência econômica do país mediante o sistema capitalista global (MACIEL, 2012).

De maneira geral, a Constituinte foi composta por forças unilaterais, reunindo interesses do empresariado brasileiro, das multinacionais compostas pelo capital externo, pelo patronato agrário (materializado em grande parte pela mobilização promovida pela União Democrática Ruralista), pelos militares (que uniram suas forças com o bloco empresarial para atuar na Constituinte na medida em que articulavam a deslegitimação do governo Sarney com uma série de ações conspiratórias com o intuito de empreender outro golpe, além de refrear os avanços do movimento grevista, atuando de maneira violenta para reprimir a mobilização popular) e, claro, não podemos deixar de citar a mobilização popular e as forças democráticas, que, por meio de muita luta, conseguiram instituir algumas conquistas em torno da Constituinte, como o art. 5º¹¹⁴, que discorre acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelecendo e reconhecendo direitos e garantias fundamentais, como a inclusão de diversos direitos humanos, por exemplo.

Por meio de diversas entidades de articulação burguesa, sejam nacionais, internacionais, rurais ou citadinas, além do Centrão (que representava os mesmos interesses dos blocos burgueses na política nacional), conseguiram refrear os avanços sociais e democráticos da Constituinte, estabelecendo uma Constituição extremamente conservadora, esgotando todo potencial democrático que ela deveria ter exercido para instituir um sistema democrático de fato. Além disso, incorporou as temáticas sociais e trabalhistas ao projeto de “acomodação à direita¹¹⁵”, alterando ou extinguindo algumas demandas tão estimadas pela classe trabalhadora, que haviam sido previamente debatidas no plenário por meio do anteprojeto Cabral I e que, por ser muito “progressista”, desembocou no Cabral III e, posteriormente, o Cabral III foi alvo do golpe instituído pelo Centrão (mencionado anteriormente), evidenciando ainda mais as modificações, limitações e anulações de demandas e questões importantíssimas para os trabalhadores.

¹¹⁴ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade(...). Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/AbrirPDF?LivroId=0000004097> Acesso em: 26/03/2025.

¹¹⁵ Em diversos pontos, direitos sociais e trabalhistas foram mantidos, mas suas abrangências e conteúdos foram limitados, evidenciando uma estratégia adotada pelos setores liberais-moderados e de esquerda do PMDB, partido majoritário, os quais, diante das pressões dos setores conservadores, de um lado, e da mobilização popular, de outro, optaram por este movimento de ‘acomodação à direita’. Pensavam que desse modo, poderiam evitar o descrédito público e a hostilidade dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, preservar seus canais de articulação junto ao bloco no poder e ao governo (MACIEL, 2012, p. 288).

Em diversos pontos, direitos sociais e trabalhistas foram mantidos, mas sua abrangência e conteúdo foram limitados. [...] Do Cabral I ao Cabral III, o princípio de estabilidade no emprego foi transformado em garantia contra demissão imotivada; a jornada de trabalho foi aumentada de 40 para 44 horas semanais; o pagamento em dobro das férias caiu para o acréscimo de apenas $\frac{1}{3}$; a licença-paternidade caiu de dez para cinco dias; a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas caiu para dois anos após o término do contrato de trabalho; a hora extra foi estabelecida como pagamento em dobro; o princípio da unicidade sindical foi restabelecido plenamente, com a possibilidade de existência de apenas um sindicato por categoria na base territorial. (JD, 1987c apud MACIEL, 2012, p. 288).

Não contentes com o recuo de direitos trabalhistas que o Cabral III continha em relação ao Cabral I, o golpe de 5 de janeiro de 1988 buscou reverter todos os direitos assegurados até então. A estratégia desse golpe era justamente dizimar o máximo de direitos possíveis para beneficiar o empresariado e o patronato, em suma, a classe dominante nacional e internacional.

Com as mudanças, as emendas apresentadas pelo ‘Centrão’ adquiriram primazia sobre o Cabral III, obrigando as forças de esquerda a renegociarem uma série de conquistas já garantidas, sob o risco de perderem-nas inteiramente. Desta forma, a estratégia de ‘acomodação à direita’, já iniciada nas negociações entre o Cabral I e o Cabral III, seria intensificada, num esforço desesperado para ‘salvar as aparências’ e sobreviver à avalanche conservadora [e essa conciliação conservadora obteve aceitação até de Ulysses Guimarães, o rei das Diretas Já]. [...] A ala liberal-moderada que comandava o PMDB rendeu-se e adequou-se ao controle conservador. [...] A partir de então, o ‘Centrão’ teria condições de dirigir a Constituinte (MACIEL, 2012, p. 295, 296).

O estabelecimento da nova Constituinte em 1988 representa um avanço em alguns pontos, mas em outros estampa a vitória da autocracia burguesa na institucionalidade democrática, estabelecendo um sistema representativo que conservou o aparato autocrático do Estado, além de assegurar a perpetuação de condutas políticas típicas da República Velha. A partir da composição ministerial desempenhada por Sarney, conseguimos vislumbrar também o viés econômico que seria adotado no Brasil a partir de então, demonstrando a orientação econômica que o bloco burguês queria implementar. O neoliberalismo expressa a caracterização do domínio burguês, agora no âmbito econômico, definindo a personificação dos interesses autocráticos da burguesia nacional e internacional.

Diante de um arranjo neoliberal, a opinião pública só é reconhecida quando ela é favorável à diretriz “natural” do mercado e nunca o contrário. Para o sistema neoliberal, é impossível alcançar a compreensão representativa das vontades da população a

democracia (ROSSATTI; REZZIERI, 2024, p. 108), por isso a democracia instaurada pós-ditadura é uma democracia burguesa, como estabelece Florestan Fernandes (1979).

2.2 Educação Superior: Reflexos da Reforma Universitária

Antes de adentrar nas políticas educacionais que permeiam a educação superior no país nos períodos delineados, faz-se necessário falar o quanto as políticas e ideologias econômicas interferem diretamente nas atuações em torno da educação, seja básica ou superior. Como já mencionado anteriormente, os interesses externos intervêm de maneira direta nos rumos políticos, inclusive no golpe instituído em 1964, que perdurou por mais de duas décadas no Brasil e em outros países latino-americanos.

A política desenvolvimentista instalada nas atuações políticas foi fortemente influenciada pelos interesses externos, especialmente norte-americanos, que queriam realizar a mercantilização da educação, bem como introduzir uma nova modalidade de controle sob o ensino das periferias do capitalismo industrial: o controle ideológico, como salienta Fernandes (1979): “tentam introduzir em nosso meio uma nova e perniciosa modalidade de controle (o controle ideológico), pelo qual esperam assegurar-se uma drástica e ilimitada tutela sobre a composição, a estrutura e o funcionamento da universidade brasileira”.

Na convenção entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na década de 1960, é instituída uma série de acordos com a intenção de modernizar a educação aos moldes estadunidenses de capacitação, e tudo isso seria implementado com o auxílio financeiro e técnico dos Estados Unidos. A influência norte-americana foi tão presente no governo pós-golpe que, no ano de 1969, foi promovida a Reforma Universitária de acordo com o novo modelo econômico que se aprofundou pós-64. Isso expressa muito bem o quanto o modelo econômico interfere diretamente nas políticas educacionais, fazendo compreender a subordinação do ensino, inclusive superior, à lógica de mercado.

No Brasil, e na maior parte da América Latina, o campo educacional, nos seus diversos níveis de ensino, foi cooptado pelos desígnios do sistema produtivo e incorporado às estratégias e políticas situadas no âmbito da nova ordem estabelecida, caracterizando-se enquanto locus de formação de mão de obra e acumulação de capital. [...] A histórica dependência e subordinação do Brasil às demandas do capital têm assumido novos contornos. Sendo assim, faz-se necessário entender que a mercantilização da educação superior no Brasil, para além de outros

fatores que a determinam, também é um resultado da posição subserviente que o país tem ocupado na dinâmica do capital global e que se materializa por meio da rendição do Estado a políticas econômicas e sociais de cunho reformista que vão ao encontro de um projeto neoliberal (SILVA; SANTOS, MARIA; SANTOS, PEDRO. 2022, p. 295).

Diante disso, temos em mente os desígnios que os governos que operaram na ditadura militar brasileira tinham em torno da educação, e é justamente com esse olhar que devemos analisar a educação superior nos governos de transição, nesse caso, Geisel e Figueiredo.

Assim que a ditadura foi instalada no país em 1964, foi instituída uma série de medidas legislativas referentes ao ensino superior no país. Uma das ações legislativas promovidas nesse período foi a Lei n.º 5.540/1968, mais conhecida como a Lei da Reforma Universitária, que determinou novos regulamentos em torno da estrutura de funcionamento da instituição e estabeleceu sua articulação com a escola média. Para analisar essas medidas, é necessário fixar que a reforma foi promovida por Costa e Silva, o mesmo governante que instituiu o AI-5 e também o presidente que desempenhou maior repressão política do regime militar brasileiro. A reforma desempenhada no ensino superior tinha como objetivo determinar uma série de mudanças para limitar a autonomia universitária, ampliar a tutela em torno das instituições e controlar o que Florestan Fernandes chamou de “Radicalismo Intelectual”.

O que é essencial, em nossas meditações, vem a ser o grau de radicalismo intelectual que precisa ser incentivado pelas instituições universitárias de que carecemos. Não precisamos da universidade como um bem em si, como um símbolo de progresso e de adiantamento cultural. Precisamos dela como um meio para avançarmos da periferia para o núcleo dos países que compartilham a civilização baseada na ciência e na tecnologia científica (FERNANDES, 1979, p. 33).

O radicalismo intelectual estava estritamente ligado ao ideal universitário, denominado por Fernandes como Universidade Multifuncional¹¹⁶, que ia em contramão ao

¹¹⁶ A Universidade Multifuncional traz a ideia de que a instituição deve oferecer e investir nas diversas áreas de formação, contemplando a sua representatividade interna (nos colegiados) e democratizando seus espaços políticos em seus encaminhamentos. Além disso, é necessário que a universidade possibilite aos alunos de todas as frentes formativas o acesso ao conhecimento científico que os capacite a compreender não somente as especificidades do seu labor, mas os dilemas nacionais. Ela deve ser integrada com os problemas da sociedade, isto é, deve exercer o papel de pensar os dilemas nacionais, não apenas preparar os estudantes para atuarem em seus ofícios específicos. A universidade, para o autor, tem o papel de auxiliar nos avanços tecnológicos e democráticos, não apenas em atender às demandas restritas ao mercado. Ela deve elaborar o conhecimento científico para as soluções, visando o bem da sociedade. Para isso, os alunos precisam ser preparados, sobretudo nos cursos de pós-graduação, para atuar como cientistas, apontando os cenários e possíveis soluções para esses problemas (FERNANDES, 2021, apud OKUMURA; NOVAES, 2024, p. 350, 351).

conceito de “escolas superiores” ou à conglomeração de escolas superiores, conhecidas como “universidade”. A manipulação desse controle ideológico era imprescindível para conservar a tutela que queriam exercer sobre as instituições de ensino superior brasileiras. Esse controle partia, em suma, de forças externas, que visavam limitar e inspecionar o ensino e o conteúdo explorado nas instituições.

A Reforma Universitária foi a maneira encontrada para conter a insatisfação crescente em torno da insuficiência de vagas, bem como do sistema de cátedras, que gerou pautas de diversos debates em torno do ensino superior. Mas isso não era o que incomodava os interessados na tutela, pois, a partir dos debates e discussões em torno do ensino superior, surgiram novos ideais e anseios referentes à autonomia e democratização universitária. Para conter o descontentamento crescente com as instituições, a reforma que queriam desempenhar consistia na união do útil ao agradável, pois, na medida em que continham as insatisfações, exerceriam interferência direta em relação ao arranjo, organização e funcionamento das universidades brasileiras, além de preservar o *status quo*¹¹⁷ e conter os debates que ocorriam em torno do ensino superior.

A contrarrevolução, em 1964, elevou-se ao poder com duas ambições. Primeiro, destruir o processo em curso, que fazia da ‘crise da escola superior’ uma ‘crise de controle conservador’ da universidade. Segundo, equacionar a ‘solução conservadora’ da reforma universitária, canalizando as alterações qualitativas inevitáveis em um sentido aparente puramente técnico, mas, de fato, dominado pelo afã de criar novos mecanismos de tutela conservadora do ensino superior e do tipo emergente de universidade [...] Sob a pressão constante de tendências modernizadoras, que partiam do interior do país, dos Estados Unidos e de organismos econômicos, educacionais ou culturais internacionais, e sob o desafio crescente da rebelião estudantil, a reação conservadora preferiu tomar a liderança política da ‘reforma universitária’. Ao proceder desse modo, rompia, naturalmente, com o padrão de escola superior, herdado do passado. Mas conquistava uma posição que lhe permitia dirigir a ‘reforma universitária’ de acordo com os interesses, as conveniências e os valores da atual situação conservadora (FERNANDES, 1979, p. 61, 62, 63).

Portanto, a reforma que queriam implementar consistia na conversão dos mesmos mecanismos conservadores (agora com novos princípios alinhados com a direção que o capitalismo central determina) sob uma nova roupagem para refrear os debates e acalmar os crescentes protestos. As mudanças desempenhadas pós-golpe iniciaram antes mesmo da materialização da Reforma Universitária em 1968 com Costa e Silva. Em 1966 e 1967, sob o

¹¹⁷ O termo “status quo” refere-se à manutenção das condições ou estado atual das coisas em um determinado momento, seja na política, nas relações sociais, econômicas ou internacionais. Disponível em: <https://relacoesexteroes.com.br/glossario/status-quo/>. Acesso em: 06/05/2025.

comando de Castelo Branco, foram implementados dois novos decretos-lei: nº 56 (de 18/XI/1966) e nº 252 (de 28/II/67)¹¹⁸. Por meio desses decretos, houve uma reestruturação em torno da organização do ensino superior, substituindo o sistema de cátedras pelo sistema de departamentos. O antigo sistema de cátedras era extremamente excludente e obsoleto, além de ser uma das pautas debatidas em torno da reforma universitária. No entanto, sua substituição não assinalou democratização (uma das pautas discutidas em torno desse sistema), mas sim outra forma de tutela, uma vez que sua transição restringia o poder individual do corpo docente. Além de limitar o poder dos professores, a reforma forneceu centralização administrativa, em que os departamentos seriam o pilar da organização universitária, com direções e autoridades escolhidas pelo Estado, isto é, pelo regime vigente.

Foi um impacto de cima para baixo, que passou a ser obedecido *pro forma* e que tende a ser neutralizado pela persistência de condições pré-existentes. As vantagens obtidas são propriamente políticas e transitórias. Facilitou-se a contaminação da universidade nova, agora mais do que nunca sujeita às influências das manipulações conservantistas, procedentes do interior ou do exterior da vida universitária (FERNANDES, 1979, p. 63).

A reforma universitária de que os cientistas, professores, movimentos estudantis e grupos sociais mais enérgicos falavam, era uma reforma completamente diferente dos ajustes desempenhados. Seus anseios e lutas se destinavam à construção de uma universidade totalmente nova, em que a educação fosse criadora (não reprodutora), fosse um ambiente para praticar intelectualmente a criticidade, um espaço democrático, em que todos tivessem acesso (não somente as elites ou grupos sociais privilegiados), além de um lugar socialmente atuante. Em suma, buscavam uma verdadeira revolução no ensino superior, superando todas as estruturas herdadas da escola superior tradicional, vertical e excludente.

A escola superior vigente se refere ao reflexo social que se moldou historicamente a um cenário de completa dependência cultural. Sua subordinação era determinada pelo centro

¹¹⁸ Decreto-Lei n.º 252, de 28 de fevereiro de 1967: estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Art. 1.º A reestruturação das universidades federais far-se-á de acordo com as disposições do Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966, e com as normas desta lei. Art. 2º As unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas departamentos, cujos chefes constituirão, na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o art. 78 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02/06/2025.

do capitalismo e se baseava numa dinâmica de perpetuação da dependência dessas periferias em relação ao centro do capitalismo.

É inegável o estímulo externo para a “modernização” do ensino superior; todavia, essa mobilização externa em prol da expansão do ensino é estritamente delimitada e direcionada para a manutenção da posição de dependência cultural e educacional desses países. Seu fomento girava em torno da conservação da ordem social, econômica e cultural, em que esses países do capitalismo subdesenvolvido se mantivessem em sua posição de completa subordinação à ordem estabelecida pelos centros do capitalismo global.

Esses países do capitalismo central (em especial, os Estados Unidos) e os organismos internacionais, como a ONU¹¹⁹, CEPAL¹²⁰, UNESCO¹²¹ etc., obtiveram vantagens devido à sua posição central no jogo econômico, para implantar nas periferias uma ordem que buscava estabelecer dois tipos de influência sobre o ensino superior brasileiro. O primeiro se concentrava na pulverização da estrutura de ensino, enquanto a segunda medida procurava configurar um modelo de ensino ajustado aos interesses econômicos de uma sociedade que atenda às demandas de mercado, além de implementar a competitividade entre os indivíduos.

Um exemplo disso é a Aliança para o Progresso, organizada no início dos anos 60 pelo pacto entre MEC/USAID, que desempenhou mudanças estruturais profundas, em especial no ensino superior, evidenciando como a educação foi usada como importante mecanismo de controle ideológico e, sobretudo, como instrumento de dominação das superpotências do capitalismo.

O privilegiamento dos interesses econômicos fica cada vez mais evidente e se reforça na Reforma Universitária concretizada em 1968. Nesse período, há um avanço progressivo da iniciativa privada em torno da administração do ensino superior público. O convênio com o

¹¹⁹ A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional fundada em 1945 para intermediar as relações internacionais, harmonizar a ação das nações diante de objetivos comuns, atuar para o desenvolvimento mundial e garantir a paz. A ONU busca desenvolver relações amistosas entre as nações e atua para obter uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário. Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/conteudos-formativos/glossario/onu/>. Acesso em: 03/06/2025.

¹²⁰ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em: 03/06/2025.

¹²¹ A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é uma agência especializada dedicada a fortalecer nossa humanidade compartilhada por meio da promoção da educação, da ciência, da cultura e da comunicação. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/brief>. Acesso em: 03/06/2025.

setor privado ou a PPP¹²² (Parceria Público-Privada) promoveu o financiamento dessas instituições particulares em torno das pesquisas em troca de direitos patentários ou até mesmo sobre os resultados da pesquisa. Em suma, os frutos da pesquisa ficariam nas mãos do setor privado, fazendo com que ele comercializasse os resultados apresentados posteriormente, como foi o caso dos patrocínios exercidos pelo setor farmacêutico (FERNANDES, 1979).

Além disso, também podemos mencionar os editais temáticos, em que as universidades passaram a fomentar pesquisas em setores lucrativos, como o agronegócio e energia, por exemplo, criando linhas de pesquisa sintonizadas com os interesses do capital industrial e internacional. A reforma empreendida, provocou a profissionalização do ensino, alinhada com os anseios econômicos estimulados ao longo do regime, privilegiando o mercado capitalista nacional e internacional. Enquanto isso, as áreas de humanidades foram amplamente prejudicadas, tanto pelo não investimento em pesquisas científicas na área quanto pelo isolamento de alguns docentes importantes, como foi o caso de Florestan Fernandes. A reforma empreendida por Costa e Silva resultou na subordinação da produção científica às demandas de grandes instituições privadas, promovendo o abandono crítico em torno do papel da universidade em uma sociedade, além de implantar uma ideologia política que reproduzia as intenções da burguesia local e internacional acerca do monitoramento do conhecimento produzido nessas instituições de ensino (FERNANDES, 1979).

O fenômeno se tornou visível em virtude dos avanços da iniciativa privada no sentido de exercer influências e controles diretos sobre a administração e a direção de estabelecimentos de ensino superior ou universidades públicas. Todavia, esse não é o nível de manifestação mais profunda do fenômeno. Ele surge na preocupação de ajustar a diferenciação e a qualidade do ensino aos requisitos de uma sociedade urbano-industrial; e, especialmente, no anseio de colocar a produção intelectual da universidade, em particular a que resulta da pesquisa científica e da pesquisa tecnológica, a serviço dos interesses privados. É aqui que se esboça uma orientação definitivamente política (FERNANDES, 1979, p. 124).

¹²² As parcerias público-privadas consistem em um dos principais instrumentos que podem ser utilizados pelo Estado brasileiro para realizar investimentos em infraestrutura e/ou para modernizar o modo como um serviço público é prestado para a população. Por intermédio de uma PPP, a União, os Estados ou os Municípios podem selecionar e contratar empresas privadas, que ficarão responsáveis pela prestação de serviços de interesse público por prazo determinado. Disponível em: <https://radarppp.com/blog/o-que-e-ppp/>. Acesso em: 07/06/2025.

2.2.1. Governo Geisel e a repressão universitária na abertura política

Como mencionado anteriormente, o governo de Ernesto Geisel inaugurou o processo de abertura política, instituindo uma lenta, segura e gradual distensão, restabelecendo a democracia de maneira estritamente controlada, com o intuito de dominar os rumos do sistema democrático, além de manter os mecanismos da ditadura no “novo” momento político que seria instalado.

A repressão de Geisel também se abateu sobre o movimento estudantil, grupos políticos menores e sobre qualquer indivíduo que atuasse de maneira “subversiva”. Diferente dos governos precedentes, na gestão de Geisel, as mortes e torturas empreendidas pelo corpo militar foram dando lugar ao desaparecimento ou suicídio, como foi o caso de Vladimir Herzog¹²³ (1975), Manoel Fiel Filho¹²⁴ (1976) ou Zuleika Angel Jones¹²⁵ (1976).

Em se tratando de repressão política, os sequestros, as torturas e mortes, dão lugar à figura dos desaparecidos. De acordo com Napolitano (2016: 243), ‘dos 169 militantes desaparecidos no Brasil, 53 ocorrências foram no ano de 1974, boa parte após a posse de Geisel’ (ALMEIDA, 2017, p. 6).

¹²³ Vladimir Herzog, ou Vlado, foi jornalista, professor e cineasta brasileiro. Em 24 de outubro do mesmo ano, foi chamado para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que Vladimir Herzog teria se enforcado com um cinto, e divulgaram a foto do suposto enforcamento. Testemunhos de jornalistas presos no local apontaram que ele foi assassinado sob tortura. Além disso, em 1978, o legista Harry Shibata confirmou ter assinado o laudo necroscópico sem examinar ou sequer ver o corpo. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/vladimir-herzog/>. Acesso em 24/01/2025.

¹²⁴ operários metalúrgicos mortos pela ditadura militar. Em janeiro de 1976, foi preso por dois agentes do DOI-Codi, na fábrica, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia seguinte à sua prisão, os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Manoel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias. Porém, de acordo com colegas, quando preso, usava chinelos sem meias. Quando os parentes conseguiram a liberação do corpo para ser enterrado, verificou-se que apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos e no pescoço. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo, assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, simplesmente confirmava a versão oficial do suicídio. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/manoel-fiel-filho/>. Acesso em 24/01/2025.

¹²⁵ Zuleika Angel Jones, ou apenas Zuzu Angel, foi uma das mais importantes estilistas da história da moda no país, além de incansável oponente da violência do governo militar. Mãe de Stuart Edgar Angel Jones, torturado e assassinado pela ditadura, Zuzu passou anos denunciando as arbitrariedades da repressão até morrer em um acidente de carro suspeito em 1976. Na manhã do dia 14 de maio de 1971, seu filho Stuart, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi preso no Rio de Janeiro e levado para a Base Aérea do Galeão. Segundo depoimento do preso político Alex Polari de Alverga, que esteve com ele naquela unidade da Aeronáutica, Stuart foi brutalmente torturado e não resistiu, vindo a falecer na noite daquele mesmo dia. A partir daquele momento, Zuzu passou a buscar informações sobre o filho e o direito de sepultá-lo, denunciando as arbitrariedades praticadas pela ditadura à imprensa e a órgãos internacionais. Zuzu morreu em 1976, no que a ditadura classificou como um acidente automobilístico. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/zuzu-angel/>. Acesso em: 24/01/2025.

No âmbito da cultura, a figura de Armando Falcão, ministro da Justiça do governo de Geisel, desempenhou inúmeras ações repressivas, inclusive no setor cultural. Em 1975, a peça teatral *"Rasga Coração"*, de Oduvaldo Vianna Filho, foi premiada em primeiro lugar no *Concurso de Peças* empreendido pelo Serviço Nacional do Teatro (SNT), dirigido por Orlando Miranda. Contudo, no ano de 1977, a peça foi proibida pelo ministro da Justiça. Entre outras proibições, entra para a lista um tape de Romeu e Julieta em 1976, o romance Zero de Ignácio de Loyola Brandão, também em 1976, além de ter censurado livros e periódicos oriundos do exterior em 1977 (NETTO, 2014).

Quando olhamos para alguns dados isoladamente, o saldo repressivo do governo Geisel não autoriza falar em democracia ou mesmo em distensão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada, abrandando-se somente em meados de 1976; o Congresso foi fechado durante 15 dias (NAPOLITANO, 2016, p. 234 apud ALMEIDA, 2017, p. 5).

No ensino superior, o governo também atuou de maneira repressiva a fim de conter os protestos e as atuações dos discentes e de integrantes pertencentes à instituição. O governo precedente, nesse caso o de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), empenhou-se em dar prosseguimento à gestão amplamente repressora de Costa e Silva, apropriando-se do decreto n.º 477¹²⁶ de 1969 e do Ato Institucional n.º 5 (AI 5¹²⁷), para coibir os movimentos estudantis nas instituições de ensino superior, além de reprimir qualquer atuação considerada “subversiva” pelo governo ditatorial. Com a intenção de coagir atuações contrárias à ditadura, bem como de espionar os programas empreendidos pelos discentes, docentes e corpo técnico-administrativo das universidades, em 1971 foi criada a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI). Posteriormente, a AESI passou a adotar a nomenclatura de Assessoria Especial de Segurança (ASI) (ALMEIDA, 2017).

¹²⁶ Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969: define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacao-origina-1-pe.html>. Acesso em 23/01/2025.

¹²⁷ Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar implementou o Ato Institucional n.º 5, um instrumento legal que retirou os direitos constitucionais que restavam depois do golpe de 1964, aprofundando a repressão no Brasil. Os Atos Institucionais foram decretos emitidos para legitimar as ações políticas dos militares durante a ditadura e conferir poderes extraordinários ao presidente. Por meio do AI-5, o presidente criava poderes para si, como: fechamento do Congresso; cassação de mandatos; intervenção nos estados; decretação do estado de sítio sem os trâmites legais da Constituição; suspensão de direitos políticos dos cidadãos; prisões sem justificativa; suspensão do direito do habeas corpus e suspensão da atuação do Judiciário nos atos enquadrados no AI-5. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/destaques/ai-5-nunca-mais>. Acesso em: 24/0/2025.

A AESI coletava informações sobre atividades das lideranças estudantis e de professores, interferia na nomeação de cargos, controlava viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censurava livros e materiais estudantis, proibia manifestações, proibia ou suspendia entidades estudantis, efetuava prisões, entre outras coisas. Nesse contexto de suspeição, vários professores e técnicos administrativos foram perseguidos ou demitidos. Muitos alunos foram suspensos das aulas, perderam bolsas e outros benefícios ou foram desligados da universidade (ALMEIDA, 2017, p. 3).

A AESI afetava a estrutura das instituições para silenciar e desarticular as entidades estudantis e todos os integrantes que compõem o corpo acadêmico. No interior das instituições acadêmicas, as ASIs também se tornaram recorrentes no governo de Geisel, e o ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, empenhou uma gestão que oscilava entre tolerância e violência. Ney Amyntas de Barros Braga, mais conhecido como Ney Braga, pertenceu ao corpo militar, ocupando o cargo de patente intermediária de major do exército. Como major, seu encargo se preocupava em liderar e gerenciar as unidades militares, o que posteriormente o levou a se interessar pela atividade política, na qual construiu uma extensa carreira (prefeito, governador, senador, ministro etc.), além de estabelecer certa influência no ramo.

A direção de Ney Braga como ministro da Educação e Cultura (empossado no mesmo período em que Geisel assumiu a presidência) buscou acalmar o ambiente acadêmico e, simultaneamente, os reitores (que eram escolhidos a dedo pelo governo federal) atuavam de maneira autoritária, adotando os preceitos do regime no interior das instituições de ensino superior. Um exemplo disso é a Universidade de Brasília (uma das universidades mais relevantes do período), em que o reitor coordena a instituição de maneira militarista e extremamente repressiva (NETTO, 2014).

Enquanto isso, em outras instituições, os reitores impossibilitaram a realização de eventos acadêmicos que pudessem ter uma posição crítica, como foi o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade de São Paulo (USP), cujos reitores se negaram a apoiar a execução da XXIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O motivo da recusa se concentra no fato de que, entre 1973 e 1974, esse evento acadêmico havia se tornado um ambiente de protesto e denúncia à ditadura (NETTO, 2014).

O governo [...] atua de modo a reprimir e tentar evitar ao máximo os alardes estudantis e da academia como um todo. As ASIs das universidades atuaram de forma acelerada, na identificação de alunos, professores e auxiliares administrativos que estavam espalhando ideias contrárias ao governo, o que

podemos verificar ao analisar os documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), das ASIs e relatórios da Comissão da Verdade de algumas universidades, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade de Brasília (UnB). Logo depois dos relatórios expedidos pelas assessorias, os ‘agitadores’ recebiam a devida punição por parte da reitoria e/ou outros órgãos do governo (ALMEIDA, 2017, p. 10, 11).

Em meio a essa conjuntura de repressão às universidades brasileiras, 1977 se torna um marco quando o dom Paulo Evaristo Arns (que é lembrado como inspiração na defesa da democracia) dispõe a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo para a realização da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (NETTO, 2024, p. 195).

Além disso, no mesmo período, o movimento estudantil mobilizou o movimento político de volta às ruas, conquistando o apoio de civis e outros setores de oposição à ditadura, tornando-se ícone de resistência. Em meio aos protestos de 1977, Ney Braga se manifesta sobre o assunto, criticando o movimento nas redes abertas de televisão e rádios:

[...] Nós, que entendemos a importância da universidade, não aceitamos que agitadores procurem tumultuar a vida tão calma, tão orientada, das instituições de ensino desta nação. A universidade repele a agitação. A universidade não aceita a radicalização. Tivemos demonstração disso nos dias da semana passada, quando parcela extraordinária de brasileiros ficou realmente nas salas de aula, estudando, se dedicando e sabendo que juntos estamos construindo o futuro desta nação. [...] O bom estudante aí está, participando nos estudos e participando no trabalho. [...] Esses merecem o nosso respeito (GAZETA DO POVO, 1977, mai., dia 18:9 apud ALMEIDA, 2017, p. 11).

Em sua fala, Ney Braga expressa claramente seu posicionamento, que oscila entre tolerância e violência, uma vez que repele os protestos, referindo-se ao movimento como “agitadores radicais”, e afirma que esse tipo de atitude não seria tolerado dentro dos espaços acadêmicos, deixando a função de coibição aos reitores das instituições. Além disso, sua fala expressa o cerne da política educacional que buscava promover dentro das universidades: estudantes domesticados que cumprissem seu papel de se formar para desenvolver o país (demanda crucial do programa de governo de Geisel) sem discutir ou interferir nas deliberações do governo ditatorial.

Sua postura ambígua também foi identificada no âmbito cultural com algumas realizações importantes na área, como assinala Almeida (2017, p. 12):

Podemos destacar como avanços as seguintes realizações: desenvolvimento da Política Nacional de Pós-Graduação e do Crédito Educativo; reformulação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), fundindo dois órgãos que atuaram na mesma área (Instituto Nacional de Cinema e a própria Embrafilme); foram criados a Fundação Nacional da Arte (FUNARTE), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) e o Conselho Nacional de Direito Autoral. A profissão de artista foi regulamentada.

No âmbito cultural, Ney Braga buscou estabelecer relações com a classe artística; no entanto, esse interesse tinha intenções claras de supervisioná-los, na medida em que concedia alguns benefícios, uma vez que os considerava “porta-vozes de vastos setores da sociedade” (BRAGA, 1996 Apud ALMEIDA, 2017).

A escolha de Geisel em empossar Ney Braga como Ministro da Educação e Cultura reside em sua habilidade de lidar com algumas situações por meio do diálogo, sem adotar medidas radicais (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 267 apud ALMEIDA, 2017, p. 9) “[...] era um homem ligado a mim. Eu achava que, pelo seu feitio, pela sua ponderação, pelo seu diálogo, poderia se dar bem com a classe estudantil. Queria alguém que tivesse predicados essenciais [...] não fosse radical”. Para desempenhar sua política de distensão, Geisel desempenhou uma transição política, buscando se desvencilhar de qualquer indício que o levasse ao perfil “linha dura” do exército.

A escolha por Ney Braga expressa muito bem a estratégia de Geisel, uma vez que o Movimento Estudantil articulou a atuação do movimento político de volta às ruas, fazendo com que o fluxo de protesto contra a ditadura ganhasse cada vez mais força na medida em que conquistava a atenção e estima dos civis. Em resposta, o governo atuou de maneira repressiva, utilizando órgãos especiais como a Assessoria Especial de Segurança (ASI) para conter ao máximo a agitação e a consequente visibilidade que o Movimento Estudantil alcançava com sua movimentação. Assim, os discentes, docentes e agentes administrativos que propagavam de alguma maneira conteúdos contrários ao regime, foram identificados como “agitadores” e punidos pela reitoria e/ou por órgãos do governo ditatorial, enquanto Braga apontava e reforçava a ideia de que o movimento estudantil era empreendido por uma minoria que tencionava prejudicar a ordem interna, além de atrapalhar o “bom estudante” (ALMEIDA, 2017).

[...] Nós, que entendemos a importância da universidade, não aceitamos que agitadores procurem tumultuar a vida tão calma, tão orientada, das instituições de ensino desta nação. A universidade repele a agitação. A universidade não aceita a radicalização. Tivemos demonstração disso nos dias da semana passada, quando parcela extraordinária de brasileiros ficou

realmente nas salas de aula, estudando, se dedicando e sabendo que juntos estamos construindo o futuro desta nação. [...] O bom estudante aí está, participando nos estudos e participando no trabalho. [...] Esses merecem o nosso respeito (GAZETA DO POVO, 1977, mai., dia 18:9 apud ALMEIDA, 2017, p. 11).

Essa distinção entre o “bom” e o “mau” estudante fazia parte da postura assumida por Ney Braga, que incorporava “tolerância”, quando, na verdade, adotava uma postura violenta de intimidação moral. Essa ambiguidade se manteve ao longo de toda a gestão de Braga no Ministério da Educação e Cultura. Como ministro, Braga empreende um processo de modernização no âmbito do ensino superior, expandindo a oferta de vagas estudantis, ampliando o corpo docente para atender à demanda de alunos, além de estimular as pesquisas acadêmicas. O paradoxo entre a modernização tecnocrática e os ideais conservadores do regime vigente evidenciou a contradição dos governos de abertura política. Nesse caso, a antítese reside na questão de que, na medida em que ele expandiu e modernizou o ensino superior, fragilizou sua estratégia de contenção crítica do âmbito acadêmico. Com a expansão de vagas, o ingresso de novos docentes e o desenvolvimento científico (componente importante da modernização requisitada por forças externas), fez com que se ampliasse o grupo de oposição às atuações repressivas e autoritárias do regime vigente. Portanto, a ilusão de que o projeto de modernizar sem democratizar foi rapidamente arruinada, pois, ao dedicar recursos ao ensino superior e às pesquisas, cultivou um terreno fértil para a formação de novos pensadores críticos à ditadura, que agora se rebelavam contra as amarras que o regime tencionava efetuar em torno das instituições universitárias por meio da repressão sofisticada que as ASIs desempenhavam no núcleo da instituição.

Desenvolvimento e repressão foram os dilemas que assombraram a ditadura no período de abertura política, e, no exemplo do ensino superior, fica evidente a crescente ruína do governo ditatorial, que se encerraria oficialmente na segunda metade da década de 1980.

2.3 Educação na Nova República: conjuntura pós-ditadura

A década de 1980 é marcada pelas convenções e discussões em torno da educação do país, o que expressa a manifestação de novas ideias e perspectivas sobre o âmbito educacional. Com a queda do Regime Militar, surgem novos projetos e concepções para redirecionar as políticas educacionais do país. Nesse contexto, emergem duas ideias em torno das políticas que permeiam a educação.

A primeira corrente dos pensadores da educação propôs políticas educacionais com destaque à democratização de ensino, a partir de políticas que universalizem a gestão democrática nas instituições. A segunda corrente de ideias era formada por departamentos relacionados ao Estado, pelo setor empresarial e campos importantes da instituição católica, que discutiam a qualidade da educação, bem como o oferecimento de vagas nas escolas. A segunda corrente de pensamento tinha como objeto de interesse o valor socioeconômico do ensino e entendia a educação como negócio, pois, pretendia diminuir o tempo de formação dos estudantes, tencionando reduzir os gastos no setor educacional (SANTOS, 2010).

Em meio a esses discursos, o governo de José Sarney comprometeu-se a providenciar uma reestruturação nas políticas ligadas à educação do país. A campanha de seu governo declarou que haveria uma prestação de contas, retomando a ideia de que o setor público tinha uma “dívida social” com a sociedade. Para realizar as promessas pronunciadas em sua propaganda política, foram desenvolvidos ambiciosos projetos no âmbito educacional, entre eles a garantia de acesso à educação de boa qualidade, universalização do 1.º grau, desenvolvimento e ampliação do 2.º grau e alteração das categorias supletivas e especiais de ensino (SANTOS, 2010).

O projeto educacional proposto por José Sarney foi nomeado Programa Educação para Todos, que consistia em algumas medidas, como a universalização da educação básica, reforma na infraestrutura de escolas com situações precárias, fornecimento e entrega de livros didáticos aos estudantes, bolsa de estudos aos alunos economicamente carentes e o projeto merenda escolar, bem como o reforço e a ampliação do mesmo (MENSAGENS AO CONGRESSO NACIONAL, 1986).

Em 1985, em seu primeiro ano de mandato, Sarney promoveu o Dia Nacional do Debate acerca da Educação Básica, batizado de Dia D. Em 18 de setembro de 1985, todas as instituições básicas de ensino, em especial as escolas públicas, precisariam debater as mudanças a serem promovidas para alcançar uma educação de qualidade. Para promover uma jogada de marketing sobre o Dia D, foi desempenhada uma grande campanha nas mídias para reforçar o interesse do novo governo pela educação do país.

Além do Programa Educação Para Todos, o projeto EDUCAR foi inaugurado para substituir o antigo projeto MOBREAL¹²⁸. O projeto EDUCAR consistiu em viabilizar a

¹²⁸ Movimento Brasileiro de Alfabetização. O objetivo prioritário inicial do Mobral era o de alfabetizar a população urbana iletrada de 15 a 35 anos. A partir de 1974, isso muda e volta-se, também, para os jovens de nove a 14 anos. A concentração de esforços na primeira faixa etária foi justificada pela sua importância produtiva e, na segunda, pela necessidade de aliviar a primeira série do ensino regular de primeiro grau, congestionada por excesso de alunos novos e repetentes. Disponível em:

atividade educativa a jovens e adultos, que seria equivalente à primeira etapa do ensino supletivo. O objetivo do programa promovido por Sarney era o de estimular a concretização de projetos de alfabetização oferecidos aos indivíduos que, por algum motivo, foram impedidos do acesso à educação básica. Na prática, o programa EDUCAR promoveu um ensino mecanizado que consiste na memorização, sem o desenvolvimento de outras habilidades que o ensino deveria propiciar. Com seu fracasso total, o projeto foi extinto em 1990, não só pelo frustrado método de ensino, mas também pelo desvio de recursos para fins não associados à alfabetização e à introdução de jovens e adultos no ambiente escolar (SANTOS, 2010).

A política de privatização (uma das correntes educacionais anteriormente mencionadas) de convênios manteve-se, e o poder público prosseguiu com a política de bolsa de estudos em instituições privadas. Essas instituições, que, aliás, algumas se autodeclaravam filantrópicas, prosseguiram isentas de inúmeros impostos. Apesar do grande investimento, não houve grande crescimento no índice de alunos nas instituições de ensino do país.

As ações promovidas pelo governo Sarney não trouxeram as transformações pretendidas; portanto, as perspectivas de transformação no campo educacional foram transferidas para a discussão acerca do escrito constitucional sucedido no decorrer da construção da Assembleia Nacional Constituinte, que iria regulamentar os deveres do governo na educação nacional. No interior dessas discussões, havia dois discursos de ideias; entre eles, o primeiro pensamento compunha o grupo ligado à educação, como o magistério, pensadores da área da educação vinculados à ideologia de esquerda, estudantes e integrantes das universidades públicas.

O primeiro movimento foi extremamente marcante na história, e seu posicionamento ficou registrado na Carta de Goiânia, na qual projetavam extinguir resíduos do autoritarismo típico do regime anterior, estabelecendo garantias como o direito à educação, educação laica, aprimoramento da gestão e preparação do corpo docente, além da universalização do ensino. O segundo movimento era composto por filiados do "Centrão", cuja maioria pertencia a partidos de centro, como o PMDB (mesmo partido de José Sarney), além de outros integrantes, como civis ligados aos governos militares, líderes e membros de instituições de ensino privado e integrantes dos mais altos cargos da Igreja Católica.

Assim como o primeiro movimento, essa corrente de pensamento também defendia a universalização do ensino; todavia, eles não eram favoráveis à universalização do ensino

público. Eles apoiavam a política de convênios entre o setor público e as instituições privadas, bem como a exoneração de diversos impostos para as instituições de ensino que se autodenominavam filantrópicas. A justificativa dessa corrente era pautada no discurso de que o setor público era inapto para administrar assuntos relativos ao ensino do país; portanto, a participação do setor privado seria indispensável neste processo de discussões sobre a educação brasileira (SANTOS, 2010).

Diante desse panorama, o escrito constitucional de 1988 acerca da educação converteu-se em um reflexo desses debates, dando maior ênfase à segunda corrente de pensamentos, apesar da intensa atuação de grupos populares, que pendiam para a primeira corrente e lutavam para alcançar o estabelecimento de alguns direitos. A corrente dos educadores (que foi apoiada pelo movimento popular) obteve algumas conquistas cruciais para a educação, como demarcação de fundos públicos específicos para a educação, a universalização do ensino fundamental e sua gradual ampliação do ensino médio gratuito. No final das contas, o grupo pertencente ao “Centrão” foi vencedor sobre um dos principais temas de discussão: o destino dos fundos públicos, além do incentivo financeiro de instituições de ensino privadas. As políticas de convênio foram protegidas e asseguradas, bem como a exoneração de impostos de instituições conveniadas, principalmente às que se autodenominavam filantrópicas (SANTOS, 2010).

Diante disso, as políticas educacionais realizadas pelo poder público apresentaram os impasses e obstáculos do país, mediante o fato de não estabelecer uma política democrática, além de não integrar todas as frações da sociedade no aparelho político, social e econômico. Portanto, a esperada reestruturação em torno da política educacional não correspondeu como política de transformação para a sociedade, uma vez que a doutrina autoritária relativa ao regime anterior se institucionalizou em uma estrutura tida oficialmente como democrática. O clientelismo político e o autoritarismo disfarçado de democracia permaneceram suprimindo e desconsiderando os interesses da maior parte da população, moldando a tão esperada reforma acerca da constituição, ocorrida em 1988, aos gostos e interesses de grandes setores econômicos, bem como dos integrantes incorporados no meio político para atender aos interesses da elite (SANTOS, 2010).

O problema político que se coloca, então, para as elites que controlam o regime ditatorial e para os setores burgueses externos, é saber como passar da ditadura para uma “democracia forte”. Esta consiste numa variedade de república burguesa na qual a vigência de mecanismos específicos de segurança em favor dos estratos estratégicos das classes capitalistas não adquira muita saliência e tais mecanismos possam ser concentrados em

certas funções do Estado, sem que a forma política de governo assumia o caráter explícito de ditadura e seja combatida como tal (FERNANDES, [1981] 1982b, p. 10. Apud JUNIOR, Aristeu Portela, 2015).

Em linhas gerais, a figura de Sarney se torna mais “maleável” aos interesses econômicos de viés liberal da elite externa e local, e passa de um regime autoritário, que inclusive eles mesmos provocaram (uma vez que, em 1961, João Goulart assume o poder e atua na presidência com propostas voltadas para as classes populares, direcionando a política para questões sociais, o que obviamente não agradou à elite que, desde a proclamação da República, detinha o poder político integralmente), para um regime aparentemente democrático, mas que, na verdade, só atende aos interesses de uma minoria da população, ou seja, da burguesia nacional e internacional.

A “democracia forte” foi resultado de uma crise do Regime Militar, que, a partir de uma série de fatores, como o conflito no interior do corpo militar (entre castelistas e os profissionais); a falta de consenso em torno do modelo econômico (os desenvolvimentistas e os liberais); além da crise do autoritarismo, que não conseguia mais sustentar o regime vigente diante do movimento democrático promovido por setores empresariais insatisfeitos com o desenvolvimentismo desempenhado por Geisel, além do sindicato, da militância e dos trabalhadores que foram prejudicados durante anos pelas políticas adotadas pelos golpistas.

2.3.1. José Sarney e a educação superior

Em 1985, o governo de Tancredo Neves desenvolveu alguns projetos para a educação. Entre eles, pretendia empreender uma reforma em torno da Educação Superior por meio do Decreto n.º 91.177/1985, devido ao cenário de inúmeras crises, incluindo a crise das universidades brasileiras (RELATÓRIO GERES, 1986).

Essa temática foi alvo de diversos debates entre progressistas (que não se sentiram contemplados com a Reforma Universitária de 1968) e por grupos conservadores (que queriam conter ao máximo as reivindicações indicadas pela oposição). Após a morte de Tancredo Neves e o empossamento de José Sarney, o recém-presidente (apesar de afirmar que seguiria com os planos do falecido presidente, honrando seu plano de governo) faz diversas alterações em torno das indicações ministeriais. Uma das mudanças desempenhadas dizia respeito ao cargo de ministro da Educação e Cultura, em que substituiu Antônio Ferreira de Oliveira Brito, nomeado por Neves, para nomear Marco Maciel (um dos principais líderes do PFL) e Jorge Bornhausen.

Em 1986, o Ministério da Educação de José Sarney formou o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) para mediar as propostas e as realizações que queriam desempenhadas na Educação Superior. Entre os temas debatidos no relatório, consta a insuficiência das reformas universitárias empreendidas em 1968, além dos principais tópicos de grande relevância no que tange ao ensino superior, como a autonomia e avaliação universitária, reformulação do Conselho Federal de Educação (CFE) e a carreira docente e da comissão técnica da instituição. O relatório discorre sobre os temas de interesse universitário e sugere transformações por meio de dispositivos jurídicos, desenvolvendo anteprojetos de lei em torno dos temas mencionados (RELATÓRIO GERES, 1986).

O trabalho desenvolvido pelo GERES, no final das contas, foi arquivado sem ao menos ter sido discutido e votado no Congresso Nacional, indicando que a comissão era meramente uma artimanha do governo em questão para atenuar a situação de crise em torno do sistema universitário brasileiro, inserindo uma comissão oficial para discutir os problemas e possíveis soluções.

As únicas mudanças realizadas no ensino superior brasileiro só foram concretizadas na Constituinte de 1988, por meio dos artigos 205, 130 e 206¹²⁹, que promulgaram a educação como direito de todos e dever do Estado, além de deliberar algumas diretrizes em torno do ensino. É importante lembrar que, apesar dos avanços realizados na educação, o centrão e as forças conservadoras tiveram maior peso na consolidação da Carta Magna, o que refreou muitas das reivindicações da academia e dos pensadores mais progressistas influenciados pela Escola Nova. O exemplo disso foi o avanço expressivo do setor privado no ensino

¹²⁹ Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03/07/2025.

superior nos anos seguintes, decorrentes do Art. 206, III¹³⁰ (que não proibiu a atuação do setor privado no ensino); do Art. 209¹³¹ (que assentiu o estabelecimento de instituições de ensino superior ao setor privado, além de flexibilizar a qualidade de ensino nesse setor sem estabelecer parâmetros claros e muito menos regulação rigorosa); e o Art. 213¹³² (que abriu brecha para o financiamento público à iniciativa privada). Essa abertura do setor privado no ensino superior, possibilitou a crescente expansão de instituições particulares, fazendo com que ultrapassasse as matrículas no ensino superior público.

É importante ressaltar que esse crescimento do setor privado no ensino superior não se deve exclusivamente à Constituição de 1988, mas também à Lei n.º 5.540/1968¹³³ (promulgada no Regime Militar no mesmo ano da Reforma Universitária), que permitiu a atuação do setor privado em torno das instituições de ensino superior, como demonstra a figura 5:

¹³⁰ III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03/07/2025.

¹³¹ Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03/07/2025.

¹³² Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

¹³³ Lei n.º 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03/07/2025.

Figura 5 - Evolução das matrículas da educação superior brasileira por categoria administrativa (pública e privada) – 1964-1994

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5
1984	1.399.539	571.879	40,9	827.660	59,1
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1964-1974 □%	559,8	289,1	-	990,1	-
1974-1984 □%	49,3	67,7	-	38,7	-
1984-1994 □%	18,7	20,7	-	17,3	-
1964-1994 □%	1.065,7	687,6	-	1.673,7	-

Fonte: MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior. Vide também AMARAL, 2008, p. 11.

Apud SGUISSARDI, 2008, p. 997.

A partir da Lei n.º 5.540, ocorreu um verdadeiro “boom” no número de matrículas no ensino superior privado, saindo de 54.721 matrículas em 1964, passando para 596.565 em 1974, chegando a ultrapassar as matrículas no setor público, que registrou 341.028 matrículas em 1974. Essa abertura promovida pelas políticas do Regime Militar e reiterada na Constituinte de 1988, formou a base para a constante expansão da iniciativa privada nos estabelecimentos de ensino superior nos anos seguintes, permitindo, por meio de aparatos estruturais e jurídicos, a atuação de políticas de liberalização, flexibilização e desregulamentação em torno do ensino superior, como ficou explícito nos governos liberais, em especial de Fernando Henrique Cardoso na década de 90.

2.4 Surgimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Como desdobramento do movimento dos pensadores da Escola Nova de 1932, surge em 1959 o Manifesto dos Educadores¹³⁴ para debater e impulsionar a Campanha em Defesa da Escola Pública e Gratuita¹³⁵. Diante deste contexto, surge a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (FFCLF)¹³⁶ em 1962 como fruto histórico dos debates em torno da educação, bem como do avanço dos ideais progressistas nessa esfera. O golpe de 1964 foi o marco para a retração e isolamento do debate que percorreu as décadas de 50 e 60. A partir da tutela militar no governo brasileiro, a mudança tão almejada para a educação, que parecia finalmente florescer, agora seria executada pelas mãos das forças conservadoras que disputavam e rejeitavam as transformações apontadas pelos pensadores progressistas (VIEIRA, 2001).

A partir do decreto 6.814 de junho de 1962¹³⁷, a FFCLF é criada em Franca, interior de São Paulo, pelo deputado estadual Onofre Gozuem, do Partido Democrata Cristão, que fazia parte de um dos principais núcleos políticos conservadores da cidade. Um marco importante para a constituição da FFCLF ocorreu em 1961 com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que fez com que se impulsionasse a criação de instituições de ensino superior no interior de São Paulo, promovendo a criação de diversas instituições no interior de São Paulo, inclusive em Franca. Além disso, a LDB de 1961 também fomentou e auxiliou instituições de

¹³⁴ Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados (janeiro de 1959), redigido por Fernando de Azevedo. Esta mensagem, decorridos mais de 25 anos da primeira que, em 1932, nos sentimos obrigados a transmitir ao público e às suas camadas governantes, marca nova etapa no movimento de reconstrução educacional que se procurou então desencadear, e que agora recebe a solidariedade e o apoio de educadores da nova geração. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.º especial, p. 205–220, agosto de 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4922/doc2_22e.pdf. Acesso em: 30/06/2025.

¹³⁵ Intelectuais divulgam manifesto de educadores intitulado “Mais uma Vez Convocados”, em favor do ensino laico, público, obrigatório, integral e gratuito. Redigido por Fernando de Azevedo — um dos expoentes do movimento da Escola Nova na década de 1930 —, o texto é assinado por Anísio Teixeira, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/as-ruas-defendem-o-ensino-publico>. Acesso em: 30/06/2025.

¹³⁶ A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (FFCLF) foi criada em 1962 como Instituto Isolado de Ensino Superior do Estado. Com oferta inicial de 4 cursos (Geografia, História, Letras, Pedagogia), a FFCLF voltava-se para a formação de professores. Na ditadura, com o ensino demarcado política e ideologicamente pela Guerra Fria, sofreu mudanças em suas diretrizes, aderindo ao ensino da Educação Moral e Cívica. Também passou a agregar forças políticas conservadoras locais no Centro Superior de Civismo, criado em 1971. Marcada pelo conservadorismo, a cidade de Franca chegou a realizar sua “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” para comemorar o golpe de 1964, que contou com a presença de empresários, políticos e professores da FFCLF. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-de-franca-ffclf/>. Acesso em: 30/06/2025.

¹³⁷ Lei n.º 6.814, de 20 de junho de 1962, cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no município de Franca. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1962/lei-6814-20.06.1962.html>. Acesso em: 01/07/2025.

ensino privadas com dinheiro público, favorecendo grandemente o empresariado desta área (VIEIRA, 2001).

Apesar de a expansão do ensino superior em São Paulo demonstrar grande avanço no quesito quantitativo, a qualidade oferecida por essas instituições não cumpria os parâmetros básicos de qualidade:

[...] mais de 8% dessas escolas não tinham nenhuma biblioteca e 19% tinham bibliotecas que não emprestaram livros; mais de 35% das bibliotecas existentes possuíam menos de 3 mil livros e, dessas, $\frac{1}{3}$ possuía menos de 1000 livros; quase 60% das escolas remuneraram os professores por hora-aula e apenas 32%, por mês (SGUISSARDI, 1993 Apud VIEIRA, 2001, p. 54).

Entre os fatores de expansão quantitativa das instituições de ensino superior em São Paulo, podemos elencar as conveniências políticas, em especial do interior do estado, que queriam elevar sua influência política ofertando educação superior nessas regiões, para descentralizar a exclusividade que a Universidade de São Paulo (USP) continha como instituição de ensino superior público. Além disso, não podemos esquecer de mencionar o movimento de luta dos estudantes secundários, bem como a União dos Estudantes Secundaristas de Franca (UESF), que foram elementos fundamentais para o processo de implantação dos institutos de ensino superior nas cidades interioranas (VIEIRA, 2001).

Trazer essas instituições para o interior do estado (por mais que os políticos não se preocupassem com a qualidade de ensino) representava um avanço na educação, pois os estudantes não precisariam abrir mão de sua cidade natal para poder ingressar no ensino superior, o que de modo consequente, corresponde a mais influência política para os agentes que empreendessem estas realizações (VIEIRA, 2001).

Esse processo de interiorização do ensino superior, no final da década de 50 e ao longo da década de 60, efetivou o projeto do deputado do Partido Democrata Cristão (PDC), Onofre Gozuem, no ano de 1959. As justificativas para a realização de seu projeto, envolviam argumentações econômicas (como o desenvolvimento da indústria de calçados e a consequente urbanização), além da descentralização do ensino superior. Poucos anos depois, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (FFCLF) foi criada no mesmo cenário em que Franca obteve destaque no setor calçadista. Enfim, em 19 de junho de 1963, por meio da Lei n.º 6.814 (que cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no município de Franca), decretada um ano antes, permitiu-se a operação da instituição, que funcionou temporariamente nas instalações da escola estadual "Grupo Escolar Homero Alves" (VIEIRA, 2001).

A questão estritamente política da criação da FFCLF fica evidente na aula inaugural do instituto, que contou com o oportunismo de mobilizações eleitorais de políticos ligados ao Partido Social Progressista (PSP) para a candidatura de Hélio Palermo para a prefeitura da cidade, que só foi concretizada nos anos 70 e 80 com 2 mandatos na cidade (VIEIRA, 2001).

Assim como outras cidades interioranas, Franca tinha uma tradição extremamente conservadora, tanto no âmbito social quanto no político, com fortes traços oligárquicos devido ao seu passado agrário. Essas características fizeram com que a população local elegeisse, por décadas e décadas, políticos de direita e centro-direita. A criação da FFCLF demonstra a atenção e os cuidados das classes dominantes da cidade em estabelecer nessa instituição, o ideal político conservador, recrutando funcionários da própria região alinhados com seus interesses para atuar em todos os setores da FFCLF:

Contratação de funcionários, de professores e a própria nomeação dos diretores tinham dedo das pessoas da terra, articuladas com os partidos e com os políticos. A própria faculdade passou a contribuir para a confusão pelas comunidades, não faltando a participação do clero local (VIEIRA, 2001, p. 61 Apud ABREU, 1989, p. 91).

Consolidada em 1963, a FFCLF surgiu um ano antes do golpe empresarial-militar de 1964. Nesse contexto, podemos observar a atuação conservadora da FFCLF juntamente com o autoritarismo e conservadorismo pós-golpe. A propagação do discurso anticomunista foi extremamente recorrente no imaginário da sociedade francana, interiorizado nas instituições de ensino, por discursos dos agentes políticos (como foi o caso de Hélio Palermo, que atuou como defensor oficial do golpe) e até mesmo nos meios de comunicação, como foi o exemplo da coluna Objetiva do jornal Comércio de Franca, que incentivou a participação da população local para a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade¹³⁸, realizada um mês após o golpe.

¹³⁸ Marcada pelo conservadorismo, a cidade de Franca chegou a realizar sua “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” para comemorar o golpe de 1964, que contou com a presença de empresários, políticos e professores da FFCLF. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-de-franca-ffclf> Acesso em: 30/06/2025.

Figura 6: Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Um Milhão de Pessoas na "Marcha da Família"

SAO PAULO, 19 (Sucursal) — "Todos viemos aqui para dizer ao Brasil que estamos alerta, que os democratas não permitirão que os comunistas sejam donos da pátria", exclamou o senador Auro de Moura Andrade, em um discurso "teorizado" de aplausos calorosos, na concentração-monstro, em que culminou a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", e diante de uma multidão de cerca de um milhão de pessoas, vindas de vários Estados brasileiros.

A CONCENTRAÇÃO
As já bonas começaram a chegar às representações das 22 sedes do Paraná, Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro, bem como elementos de associações existentes em São Paulo e que representam a coesividade dos demais Estados.

As 16 horas já não havia mais para mais ninguém na praça da República. As ruas adjacentes, Ipiranga, S. Luis, N. S. do Carmo, Barão de Itaipuaçu, Avenida, Avenida 24 de Maio e São de Alencar, estavam totalmente tomadas por grande massa popular.

A MARCHA
As 18h00, com a toada de um grupo de clarins da Força Pública, foi dado início à marcha da liberdade. O povo seguiu com destino à praça da Sé, ponto culminante da Jornada cívica.

Na sacada dos edifícios cujos pedais de papel e letreiros cantavam com entusiasmo, já havia visto o Ilho Nacional, a frente do destino, formando ala de homens que já cantavam as palavras de uma tribo democrática, culminaram quase duas centenas de ex-combatentes da revolução de 1932. Entre eles, homens e mulheres da maior representação social de São Paulo. Muitos desses ex-com-

A opinião dominante é de que São Paulo viveu, hoje, emocionante página de sua História. Homens, mulheres, crianças, operários de todas as categorias, estudantes de todas as escolas, saíram às ruas para a "Marcha da Família", sob intensa vibração, cantando unânime, e empunhando centenas de faixas, da praça da República até a praça da Sé, onde foi lida a "Oração da Mulher Paulista" e ouvidos os oratórios.

O deputado Herbert Levi, falando em seguida, declarou: "que ocorre hoje em São Paulo é a demonstração de que o povo brasileiro não quer ditadura, não quer comunistas, e que o povo quer a paz e progresso. O espírito de 32, resuscitado pelos quatro cantos de São Paulo, na preservação, mas uma vez, da Constituição. Vamos todos — homens, mulheres, crianças, jovens, idosos — para as trincheiras para defender com o nosso sangue, se necessário for, as liberdades ameaçadas. Não é uma manifestação de hoje, advertindo ao presidente da República e ao seu círculo para que não brinquem com o povo de São Paulo."

GRITO DE GUERRA
"Está dado o grito de guerra da gente paulista, do povo brasileiro contra aqueles que desejam comutar a nossa querida pátria brasileira; que o presidente compreenda agora que a resistência será a honrada, quente e que os paulistas, observados em 32, e que o Brasil não será boicoteado, ainda que isto custe nossa vida, a vida de nossos filhos, disse a deputada Conceição da Costa Neves, que fez longamente a abertura.

"Breve será sua oração, dizendo: «brasileiros, e machucem livre do que viver escravos»."

«SE NÃO, NÃO»
O último orador foi o presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade, que disse: "alguém é um dia de importância histórica para o Brasil. Quando brasileiros e brasileiros, esta data: 19 de março. Centenas de milhares de homens e mulheres, velhos e moços, vieram à praça pública manifestar a sua vontade de «sever: não a resistência que se faz necessária para evitar que as liberdades democráticas sejam tocadas, até a morte»."

Todos estavam aqui para dizer ao Brasil que estamos alerta que os comunistas não permitirão que os comunistas sejam donos da pátria. Desse modo, as condições de vida do povo, mas focal na Constituição, não. Reformas socializantes, se não, não. Toda a liberdade, se não, não. Pela democracia, pelas liberdades, pela constituição, se não, não.

ORAÇÃO DA MULHER
No instante em que o Leão Mendes de Barros subia a escadaria da Catedral da Sé, para, lido a lado com os filhos paulistas, tomar parte na manifestação, d. Amal Rose de Oliveira, da Oração da Mulher Paulista, que é a seguinte:

Venhamos, pais e mães, Anchieta. Venhamos de longe, quando curvado sobre o cílio de Ipiranga de Vitória, do Príncipe, quando com a semente da fé, a semente da pátria, que florescem no tráfego de cidades e de templos.

Venhamos de longe. Venhamos dos palmares e dos Guarapós — venhamos dos arrefecidos Pernambuco, e fronteiras, contra a espada, buscando a fronteira — as penas e promessas, impulsionados os passos dos pássaros e dos vendavais da pátria.

Venhamos de longe — trazemos na alma as fúrias de clivagem de patriotismo e de fé que correm da boca de Vieira, de Nóbrega, de Rui e de José do Patrocínio.

Transemos no corado os poemas de Castro Alves e Gonçalves Dias — de Eiler e de Guilherme de Almeida, gritos de guerra saem, com que nossas mães nos embraçam com estímulos de ninar, plantando as nossas almas, na coragem e na fé.

IMAGENS DOS HERÓIS
Vimos de longe, trazemos na nossa retina, a imagem dos nossos heróis: Henrique Dias e Camarão, Osório e Caxias, os heróis do Forte e general Salgado, mártires e guerreiros da pátria.

Venhamos de longe, trazemos na nossa mente as lúbas e o exemplo dos constituintes da Nação, dos fundadores da ordem e da paz, dos missionários e dos bandeirantes, do patriarca da Independência e do regente do Império, dos convencionais da Iti, e do Conselho de 32, De Nóbrega e Anchieta, de Tibiriça e Bartira, — de Pádua Dias e Ruy de Faria — de João Bonifácio e Paiva — de Presidente de Moraes e Campos Sales — de Pedro de Toledo e Armando Sales de Oliveira.

Venhamos de longe. Venhamos do chão sagrado da praça da Candelária na 11ª página)



Fonte: Diário de Notícias, 20/03/1964.

A marcha realizada em Franca reuniu aproximadamente dez mil manifestantes de diversos setores, seja do sindicato, estudantes, empresários, além de professores e estudantes da FFCLF. Os atos pós-golpe realizados em Franca propagaram e difundiram ideias positivas acerca do golpe, além de promover a ideologia política e econômica da ditadura.

No ano de 1968, durante o governo de Costa e Silva e, consequentemente, na conjuntura da Reforma Universitária, o Conselho Estadual de Educação (CEE) estabeleceu a formação de um órgão colegiado chamado de Congregação. A Congregação ficava responsável pelas questões administrativas e acadêmicas, como aprovar ou reprovar projetos, o destino do orçamento da instituição, até mesmo o de autorizar ou não a programação de disciplinas e sua grade curricular, entre outras funções. De maneira geral, a Congregação substituiu o antigo sistema de cátedras, que era uma das pautas reivindicadas pelo movimento estudantil pela reforma no ensino superior do país (VIEIRA, 2001).

Como já vimos anteriormente, a reforma universitária empreendida pelos militares foi a maneira encontrada para conter as manifestações dos estudantes que tomaram as ruas na década de 60. Já que a reforma seria inevitável, os governantes se empenharam em realizar uma reformulação do ensino superior de maneira que não alterasse a estrutura autoritária e de vigilância em torno da instituição, além de implantar um modelo de ensino superior alinhado com o modelo empresarial.

A Congregação foi uma das táticas dos golpistas, que, apesar de abolir o sistema de cátedras, empregando as congregações (que, aparentemente, pareciam ser um sistema mais democrático que o anterior), conservou a centralização dos institutos isolados sob seu monitoramento, cooptando agentes de seu interesse na composição da Congregação, como foi o caso de FFCLF. Sob uma fachada democrática, a Congregação permitiu a participação estudantil nas decisões do órgão, delegando uma cadeira para representação discente. Apesar do avanço extremamente limitado, o Estado manteve sua autoridade em relação às nomeações de diretores, bem como da composição dos integrantes do órgão, especialmente após a promulgação do AI-5 (VIEIRA, 2001).

No final de 1968, foi decretada a Lei n.º 5.540¹³⁹, que refletiu de maneira positiva no âmbito dos institutos isolados de ensino superior no estado de São Paulo. No ano seguinte, houve uma aproximação significativa entre a Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP) e o governo, o que gerou grandes vantagens para os institutos isolados do estado de São Paulo dali em diante. O exemplo disso fica evidente em meados da década de 70, quando o professor e presidente do CEE, Carlos Pasquale, enviou uma proposta ao governo do estado, que buscava converter os institutos isolados de ensino superior em entidades autônomas, isto é, converter os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (IIESESP) em autarquias, que logo foi aprovada pelo governo (VIEIRA, 2001).

No dia 30 de janeiro de 1976, o governador Paulo Egydio Martins decreta a Lei n.º 952¹⁴⁰, tirando os IIESESP das mãos do CESESP e determinando direção própria à instituição na forma de universidade subordinada ao governo do estado de São Paulo. Em conformidade com a Lei n.º 952, o governador criou a Universidade Estadual Paulista (UNESP), cujo nome do jornalista, educador e intelectual Júlio de Mesquita Filho foi incorporado à nova

¹³⁹ Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Essa lei fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 15/07/2025.

¹⁴⁰ LEI Nº 952, DE 30 DE JANEIRO DE 1976 (atualizada até a manutenção de partes vetadas, em 20 de abril de 1976). Cria a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/compilacao-lei-952-30.01.1976.html> Acesso em: 15/07/2025.

instituição por sugestão do então presidente do CEE, Moacyr Expedito Marret Vaz Guimarães, como forma de homenagear o jornalista brasileiro. Por fim, o nome foi acatado pelo governador Paulo Egydio Martins, estabelecendo, assim, o nome oficial da instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Figura 7: O governador Paulo Egydio Martins na assinatura da criação da Unesp, em palanque montado na praça principal de Ilha Solteira em 30 de janeiro de 1976



Fonte: Unesp, 40 anos¹⁴¹

No ano seguinte, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLF) é oficialmente extinta e passa a compor a Universidade Estadual Paulista, ao passo que o campus de Franca é transformado em um Instituto de História e Serviço Social (IHSS), tirando da região os cursos oferecidos anteriormente, fornecendo somente o curso de História e Serviço Social no município.

¹⁴¹ Disponível em: https://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/01_livro_unesp_40_anos_final_09_jul.pdf
Acesso em: 15/07/2025.

2.4.1 Universidade Estadual Paulista e o simbolismo do nome de Júlio de Mesquita Filho para a instituição

Jornalista, professor, intelectual e empresário, Júlio de Mesquita Filho¹⁴² foi uma figura central para a constituição da Universidade de São Paulo (USP) na década de 1934 e posteriormente foi homenageado compondo o nome da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Entre as pautas de suas reivindicações em seus discursos e escritos para o ensino superior estavam a modernização educacional, o desenvolvimento do centro de pesquisa dentro da universidade e, em especial, sempre deixou claro que o ensino deveria ser dividido em duas diferentes esferas: o da educação técnica e o da educação especializada.

Ao longo de sua vida, Filho lutou para defender as pautas de sua posição social, que, no caso, se enquadra na elite. Tendo isso em mente, podemos entender como funcionava a divisão de ensinos segundo o jornalista. Segundo Filho, a educação técnica deveria ser destinada às classes subalternas devido à necessidade de gerar mão de obra para as indústrias que cresciam em ritmo acelerado. Enquanto isso, o ensino especializado estava reservado às elites que seriam preparadas para dirigir o país, ou seja, a educação especializada serviria para habilitar a burguesia nas funções decisivas e deliberativas de uma sociedade, inclusive no ramo político. Segundo seus ideais, cada classe tinha seu papel estritamente delineado, por isso a universidade era destinada exclusivamente às elites.

Além de demarcar o público-alvo das universidades, Filho também indicava quem tinha ou não aptidão moral e cognitiva para integrar a instituição de ensino superior. Em seus pronunciamentos e escritos, o jornalista julgava que o ensino superior pertencia somente às famílias brancas e abastadas, enquanto os negros e indígenas tinham a função meramente subserviente. Além do mais, ele foi contra a abolição da escravatura: “já agora, decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fora assinada e que os seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões da senzala, desceu o nível moral da nacionalidade na proporção de mescla operada” (FILHO, O Estado de S. Paulo, 15 nov. 1925, p. 2. Apud SANTOS. Júlio de Mesquita Filho e o projeto de ensino superior paulista: seus escritos, sua atuação. (1920-1938), São Paulo, 2018, p. 13).

¹⁴² O Dr. Júlio de Mesquita Filho nasceu em São Paulo-SP, em 14 de fevereiro de 1892, e, faleceu, em São Paulo-SP, em 12 de julho de 1969. O doutor Júlio de Mesquita Filho, "Seu Julinho", dirigiu o jornal O Estado de S. Paulo, o ESTADÃO, desde a morte, em 1927, de seu pai, o Dr. Júlio Mesquita, até 1969, quando faleceu. Em 1934, o doutor Júlio de Mesquita Filho, (junto com seu cunhado e sócio no "Estadão", o Governador do Estado de São Paulo, o Doutor Armando de Sales Oliveira, ambos herdeiros do Dr. Júlio Mesquita, proprietário do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO e falecido em 1927, foi um dos criadores e organizadores da Universidade de São Paulo, a USP. Disponível em: <https://www.ict.unesp.br/#!///sobre-o-ict/institucional/historia/biografias/julio-de-mesquita-filho/>. Acesso em: 17/07/2025.

Outra observação relevante, é o fato de que, por meio de seu trabalho jornalístico e obras, podemos afirmar que Filho era monarquista e acreditava que a educação poderia ser o instrumento de unificação do “império brasileiro”, nunca perdendo de vista a questão racial e social (SANTOS. Júlio de Mesquita Filho e o projeto de ensino superior paulista: seus escritos, sua atuação. (1920-1938), São Paulo, 2018).

Não podemos perder de vista que Filho era um homem do século XIX e pertencia à elite, o que explica em grande parte seu posicionamento e conceitos sobre a universidade. O mais importante, na realidade, é questionar o motivo que levou o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, nomeado pelo então presidente Ernesto Geisel, a nomear as sete instituições isoladas, que agora seriam pertencentes a um só instituto, com o nome Júlio de Mesquita Filho, uma vez que sua ideia racial e social está muito bem delineada em seus escritos e pronunciamentos. Apesar de defender a universidade no estado de São Paulo e salientar alguns quesitos de modernização do ensino superior (como a implantação de centros de pesquisa no interior das instituições da mesma, por exemplo), sua luta só representa os interesses das classes dominantes em detrimento do restante da população, que, nesse caso, foi central para o desenvolvimento e ampliação das universidades brasileiras, uma vez que empreendeu anos de manifestação e labuta para conquistar a abertura para algumas melhorias no ensino em questão.

A fundação da Universidade com o nome de Mesquita Filho imprime muito bem a intenção e a simbologia de estampar no nome da instituição a ideologia burguesa acerca do ensino superior e o público-alvo a que foi destinado, além de representar a modernização educacional que a Reforma Universitária de 1968 prometeu desempenhar no ensino superior do país.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE FONTE: POLÍTICA DE TRANSIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR?

Neste capítulo, pretende-se examinar as fontes propostas, fazendo uma análise comparativa a fim de confrontar questões que tangem o âmbito do ensino superior, no geral, do período de abertura e do governo de José Sarney. Em seguida, buscaremos fontes que retratem a Universidade Estadual Paulista para evidenciarmos o pacto social entre a elite e o Estado autoritário. Por fim, analisaremos as permanências, ou não, de aspectos conservadores¹⁴³ que permaneceram no governo de José Sarney, para, enfim, designar se houve ou não continuidade do autoritarismo do Regime Militar em sua direção.

Antes de analisarmos as fontes propostas, devemos desenvolver uma reflexão acerca da confiabilidade que as mensagens presidenciais representam no estudo, por se tratar de uma fonte de cunho narrativo. Uma vez que se trata de ser um texto, as fontes eleitas para análise estão permeadas por um discurso, como declara Le Goff, ao afirmar que os textos nunca são absolutos. A partir dessa consideração, o papel do historiador é observar os documentos e buscar parâmetros científicos norteados por uma reflexão crítica acerca da prática historiográfica, nesse caso, examinando a construção das narrativas que os presidentes selecionados desempenharam para anunciar as políticas públicas que o governo adotaria ao longo do ano (LE GOFF, 2003).

Segundo Souza (2004), o planejamento governamental brasileiro se inicia ainda no século XIX, durante a República Velha, em que o governo do período arquitetou um projeto conhecido como Plano de Viação¹⁴⁴ com o intuito de promover a realização do planejamento governamental que buscasse sistematizar as contas públicas no Brasil. Apesar do pontapé inicial da República Velha, foi somente na década de 30, ao longo do Estado Novo, que o país iniciou, de fato, o planejamento governamental (MACIEL, 1989 Apud SOUZA, 2004).

Após a implementação do golpe empresarial-militar em 1964, os militares buscaram expandir o poder intervencionista e centralizador do Estado, apresentando uma reforma.

¹⁴³O conceito compreendido como conservador utilizado na pesquisa é o “conservadorismo moderno” teorizado por Karl Mannheim: ‘[...] o conservadorismo moderno, segundo o autor, é uma entidade com uma continuidade histórica e social que se constituiu, desde o princípio, de modo consciente e reflexivo, ou seja, como um ‘contramovimento em oposição consciente ao movimento ‘progressista’ altamente organizado, coerente e sistemático’ (ibidem, p.157). Trata-se, portanto, de um movimento intencional e, sobretudo, proposital em relação às circunstâncias, que mudam de uma época para outra (WELLER; BASSALO. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. Estudos Avançados. São Paulo, 2020, p. 393).

¹⁴⁴ Decreto n.º 159, de 15 de janeiro de 1890. Providência sobre o modo de organização de um plano de viação federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-159-15-janeiro-1890-523603-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 03/12/2025.

administrativa, em que a disposição burocrática é pautada em regimentos formais, buscando fortalecer mecanismos de controle, normatividade e administração técnica, como demonstra o Decreto-Lei n.º 200/67¹⁴⁵. Este decreto concretiza uma gestão administrativa pautada na formalização de diretrizes, na distribuição lógica de funções, além de categorizar as estruturas no interior do aparelho estatal (SOUZA, 2004).

As Mensagens Presidenciais estão intrinsecamente ligadas ao Plano de Viação, uma vez que ambos compõem o processo de planejamento governamental, embora o primeiro tenha surgido muito antes, ainda no período imperial no país, como uma adequação às Falas do Trono¹⁴⁶. Enquanto as Mensagens Presidenciais buscam construir e justificar um conjunto de orientações indicadas pelo chefe de Estado, o Plano de Viação atua como mecanismo que possibilita a implementação dessas orientações de maneira concreta. Tanto um quanto o outro compõem o planejamento governamental.

Por se tratar de um documento de caráter discursivo, devemos nos atentar às informações contidas nas Mensagens Presidenciais, uma vez que tais fontes não expressam necessariamente o plano concreto, mas sim o planejamento e o discurso presente na narrativa dos respectivos presidentes. Um exemplo disso são as Mensagens Presidenciais de 1975, em que Geisel fala sobre o “aperfeiçoamento democrático” em sua primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional:

De fato, como então foi anunciado, envidamos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64.

Continuamos empenhados no aperfeiçoamento das práticas democráticas e vigilantes quanto a possíveis atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, desejam de fato violentá-la ou destruí-la (BRASIL, 1975, p. 29).

¹⁴⁵ Decreto-Lei n.º 200, DE 25 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-norma-atualizada-pe.html>. Acesso em: 03/12/2025.

¹⁴⁶ Falas do Trono é um ritual inaugurado por Pedro I em 1823. O documento se chamava "Fala do Trono". Hoje, o presidente da República apenas remete a mensagem ao Poder Legislativo. No período imperial, o monarca comparecia ao Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio, e proferia a fala do trono numa concorrida cerimônia, deixando claro o que esperava dos senadores e deputados naquele ano. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/02/02/em-ritual-imperador-elencava-prioridades-do-brasil>. Acesso em: 04/01/2026.

Nesse trecho, podemos perceber o esforço de Geisel em mencionar o diálogo e o respeito como componentes indispensáveis no “aperfeiçoamento democrático” que pretendia desempenhar no cenário político do país. Como observamos ao longo da pesquisa, Geisel utilizou diversas formas de repressão. Quando seus planos não saíam como o esperado, Geisel não media esforços para realinhar os acontecimentos de acordo com seus interesses, como foi no caso do fechamento do Congresso Nacional em 1.º de abril, quando seu projeto de reforma do Judiciário foi rejeitado pelo Congresso Nacional; a repressão ao movimento estudantil, que desempenhou grande oposição ao regime militar; ou os desaparecimentos e mortes declaradas como suicídio, quando indivíduos eram interpretados como “subversivos” pelo regime.

Por mais que a abertura democrática estivesse presente no discurso de Geisel, não foi o que ocorreu na prática. Justamente por isso houve um grande esforço em detalhar os governos estudados nos capítulos anteriores, tanto a conjuntura política e econômica, quanto a educação superior dos respectivos governos, para finalmente termos uma bagagem histórica mais ampla para assumir uma postura de crítica permanente diante das fontes selecionadas.

3.1 Mensagens ao Congresso Nacional: O discurso desenvolvimentista de Geisel para o ensino superior

Enviada em 1976 ao Congresso, iniciaremos nossa análise em torno da segunda Mensagem Presidencial de Geisel para refletir os desdobramentos da Reforma Universitária desempenhada em 1969 por Costa e Silva. Na sessão em que Geisel discorre acerca do ensino superior, ele inicia sua narrativa apontando estatísticas relacionadas ao *boom* do crescimento das matrículas que houve desde 1964, salientando que o início do golpe empresarial-militar até 1975, no início do seu governo, foi o período de crescimento acelerado da expansão do ensino superior.

No período de 1964 a 1975, o crescimento do alunado universitário foi de 670%, tendo **aumentado as matrículas de 142 mil em 1964 para quase um milhão em 1975**. Crescimento tão expressivo permite esperar que, **até 1979, se confirmem as previsões do PND, que antevê, no final da década, um sistema universitário com cerca de 1,8 milhão de estudantes** (BRASIL, 1976, p. 114, autor).

Esses apontamentos demonstram a intenção do presidente em enaltecer o regime implantado, uma vez que o crescimento das matrículas se mostrava expressivo desde metade da década de 1940 (MARTINS, 2009, p. 17, 18): “O período de 1945-1965 se destacou por um crescimento acelerado do ensino superior público, sendo que, durante esse intervalo de tempo, suas matrículas saltaram de 21 mil para 182 mil estudantes”.

Não podemos negar que de fato, houve um crescimento muito expressivo em torno das matrículas desde a Reforma Universitária até o momento designado por Geisel. Todavia, o fato de ele salientar a data de 1964 como primeiro momento do crescimento de matrículas se revela tendencioso, deixando a impressão de que essa expressiva ampliação se deve à ditadura implantada. Se observarmos os dados do IBGE, notamos um crescente aumento das matrículas desde o início dos anos 60, em que o número de matrículas total do território brasileiro é de 93.202, como evidenciam as figuras a seguir:

Figura 8: Número de matrículas do Ensino Superior (1960)

SITUAÇÃO CULTURAL											309
II — ENSINO EXTRAPRIMÁRIO											
C) Ensino superior (Comum)											
Principais resultados no início do ano letivo, por Unidades da Federação — 1960											
DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO OS RAMOS DO ENSINO											
3. ALUNOS MATRICULADOS											
RAMOS DO ENSINO	ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO LETIVO (continua)										
	Segundo as Unidades da Federação										
	BRASIL	Amazonas	Pará	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe
Cursos de formação	93 202	288	1 252	601	296	1 995	517	1 074	5 237	987	347

Fonte: Século XX. IBGE¹⁴⁷.

Enquanto em 1960 o número de matrículas é de 93.202, em 1964 há um aumento de 55,77%, fechando o ano de 1964 com 142.386 alunos matriculados no ensino superior.

147

Disponível

em:

https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1960/educacao1960aeb_23a24.pdf

Figura 9: Número de matrículas do Ensino Superior (1964)

444

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1965

VI — ENSINO SUPERIOR

B) Dados preliminares — 1964

ENSINO SUPERIOR, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

b) Matrícula no início do ano, segundo os ramos do ensino

RAMOS DO ENSINO	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO (continua)										
	Brasil	Segundo as Unidades da Federação									
		Amazonas	Pará	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe
Cursos de graduação	142 386	523	2 415	714	431	4 152	1 137	1 843	7 719	992	363

Fonte: Século XX. IBGE.

Se analisarmos de 1960 a 1964, parece um aumento expressivo, mas se visualizarmos o ano de 1963, a diferença deixa a narrativa de Geisel pouco convincente:

Figura 10: Número de matrículas do Ensino Superior (1963)

380

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

II — ENSINO EXTRAPRIMÁRIO

A) Resultados preliminares — 1963

Ensino superior, por Unidades da Federação

3. DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA NO INÍCIO NO ANO, SEGUNDO OS RAMOS DO ENSINO

RAMOS DO ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO LETIVO (continua)										
	Brasil	Segundo as Unidades da Federação									
		Amazonas	Pará	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe
Cursos de graduação.....	120 959	452	1 636	645	453	3 416	809	1 519	6 681	1 012	350

Fonte: Século XX. IBGE.

De 1963 para 1964, o aumento no número de matrículas é de 17,71%, com um aumento de 21.427 matrículas entre o final do governo de João Goulart e o período da implementação do golpe empresarial-militar em 1964.

Se Geisel ressalta o ano de 1964 como “ponto de partida” da expansão do ensino superior baseado no número de matrículas (com a intenção de promover o Regime Militar como responsável pelo crescimento), podemos ver o quanto sua narrativa é tendenciosa se compararmos o ano de 1969 (com a Reforma Universitária, implementada no fim de 68) com o início da década de 70:

Figura 11: Número de matrículas do Ensino Superior (1969 e 1970)

716

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1971

5.1.5 - ENSINO SUPERIOR

5.1.5.2 - Principais resultados, por Unidades da Federação

5.1.5.2.1 - CURSOS EXISTENTES, MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, E CONCLUSÕES DE CURSO NO ANO ANTERIOR, SEGUNDO OS RAMOS DE ENSINO - 1969-70

a) Cursos de graduação

(continua)

(continua)

RAMOS DE ENSINO	PRINCIPAIS RESULTADOS							
	1969				1970			
	Cursos	Matrícula no início do ano		Conclusões no ano anterior	Cursos	Matrícula no início do ano		Conclusões no ano anterior
		Total	Feminino			Total	Feminino	
BRASIL								
Jornalismo	17	1 547	961	263	21	2 181	1 303	68
Medicina	61	27 726	5 751	2 769	67	32 287	7 095	3 313
Medicina veterinária	13	2 804	308	434	13	2 830	339	471
Médico-biológica e tecnologia-ciências	6	403	134	42	4	301	119	63
Médico-biológico	6	403	134	42	4	301	119	63
Museologia	1	132	102	15	2	205	169	21
Nutrição	6	673	626	66	6	799	577	87
Obstetrícia	2	61	61	27	1	63	63	19
Odontologia	42	8 530	2 784	1 404	44	9 254	3 089	1 717
Química industrial	7	580	117	72	7	839	177	100
Relações públicas	3	193	121	-	5	906	589	-
Serviço social	37	4 909	4 563	707	39	6 201	5 784	850
Tecnologia de alimentos	1	35	6	-	1	55	10	6
TOTAL	2 023	342 886	126 015	41 534	2 166	425 478	160 173	54 642

Fonte: Século XX. IBGE.

Entre 1969 e 1970, há um aumento de 24,09%, tendo um crescimento de 82.592 matrículas, aumento muito expressivo se comparado às 21.427 matrículas entre 1963 e 1964. A partir desses dados, podemos vislumbrar o primeiro elemento propagandístico de Geisel, que menciona 1964 como o “ponto de partida” da expansão das matrículas do ensino

superior, quando, na verdade, o ponto crucial na expansão ocorre a partir da Reforma Universitária.

É importante ressaltar que o crescimento em torno do número de matrículas não significa necessariamente a expansão do ensino superior público, uma vez que a reforma universitária expandiu o ensino superior privado e os números se referem a todas as instituições de ensino, sejam estaduais, municipais, federais ou privadas. Ao analisar esses dados, não devemos relacionar o crescimento das matrículas diretamente com o investimento estatal em instituições de ensino superior público, pois esses números escondem a insuficiência de políticas públicas direcionadas para o fortalecimento do ensino superior gratuito e de qualidade.

Se observarmos a expansão das matrículas na década de 60 e 70, devemos levar em consideração a forma como os números estão divididos entre setor público e privado:

Figura 12: Evolução das matrículas em cursos de graduação no setor público e privado

Ano	Pública		Privada		Total
	Matrículas	Total (%)	Matrículas	Total (%)	
1960	59.624	58,6	47.067	41,4	101.691
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1	2.694.245
2010	1.461.696	26,8	3.987.424	73,2	5.449.120

Fonte: Inep/MEC.

Elaborado por: Corbucci, Kubota e Meira.¹⁴⁸

Nessa tabela, vislumbramos a diferenciação da expansão das matrículas no setor público e privado, distinguindo o aumento e expansão em cada setor. Enquanto o setor privado contava com 41,4% do valor total das matrículas na década de 1960, a categoria pública continha 58,6% das matrículas, ou seja, 17,2% a mais do que o setor privado. Após a

¹⁴⁸Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/7adab28e-1e19-4ce8-8dd2-f8394dc00392/content>
Acesso em: 21/01/2026.

Reforma Universitária, ocorre a flexibilização legislativa educacional focada na expansão quantitativa, transferindo para o âmbito privado a responsabilidade do ensino superior.

A reforma desempenhada por Costa e Silva no final da década de 60 revela a estrutura dos planos educacionais que os líderes do poder executivo, a partir de 1964, queriam estabelecer na educação superior pública do país: um ensino repressivo e subordinado às necessidades do capital, ou seja, uma educação aos moldes do regime militar (MARTINS, 2009, p. 18). “Com a instauração do regime militar, as medidas repressivas desencadeadas pelos novos governantes, com relação ao movimento estudantil, e a estrita vigilância dos docentes se combinaram com propostas de modernização e de expansão do ensino superior”.

Os resultados da reforma ficam evidentes quando observamos a década seguinte, em que o setor privado supera as matrículas do domínio público, aumentando cerca de 357%, indo de 47.067 mil matrículas na década de 60, para 214.865 na década seguinte.

Nas Mensagens Presidenciais de Geisel, o apoio e incentivo fiscal e financeiro à educação privada¹⁴⁹ ficam evidentes em algumas passagens ao longo dos documentos. Na passagem selecionada a seguir, o presidente reforça o caráter quantitativo em torno do ensino, utilizando essa narrativa para justificar o incentivo que desempenhou à iniciativa privada. Com o aumento no número de matrículas do ensino superior, Geisel poderia utilizar a estatística desse aumento como forma de apontar a expansão do ensino superior e, consequentemente, reforçar a sua narrativa de incentivo à educação superior.

Deve-se salientar também que, dada a importância que atingiu o setor privado entre as instituições de ensino superior no país, cerca de Cr\$ 1,4 bilhão foram liberados pelo FAS¹⁴⁹ para a construção de prédios escolares das entidades particulares, beneficiando diretamente mais de 70 instituições (BRASIL, 1977, p. 161).

Outra informação que merece atenção especial foi o “aperfeiçoamento da gestão administrativa dos diversos setores da universidade”, mencionado na Mensagem Presidencial de 1977, que foi um dos mecanismos de repressão utilizados no período de “aperfeiçoamento democrático” de Geisel para controlar e reprimir o ambiente acadêmico.

Outra linha de atuação do governo, que mereceu especial atenção em 1976, diz respeito ao **aperfeiçoamento da gestão administrativa dos diversos setores da universidade: planejamento geral e físico, orçamento, programação acadêmica, bibliotecas e centros de computação**

¹⁴⁹, Lei n.º 6.168, de 9 de dezembro de 1974, cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6168.htm Acesso em: 08/01/2026.

eletrônica. Foram investidos Cr\$ 3,9 milhões para treinar intensivamente 800 especialistas dos diversos setores da administração universitária, o que representou um incremento de 50% sobre o exercício anterior (BRASIL, 1977, p. 172, grifos da autora)

O “aperfeiçoamento da gestão administrativa” em torno dos setores da universidade evidencia o fundamento da “modernização conservadora” apontada por Florestan Fernandes em 1975. A modernização conservadora, salientada pelo autor, diz respeito a uma modernização que sugere renovação das políticas educacionais vigentes, quando, na verdade, mantém as estruturas de dominação. O “aperfeiçoamento” salientado por Geisel buscou fortalecer a burocracia universitária, na qual essas instituições são centralizadas ao controle estatal. Nesse sentido, o governo passa a atuar nas decisões acadêmicas de suma importância, como o controle orçamentário e a programação acadêmica, por exemplo, que demonstram a pretensão do regime em controlar os conteúdos, os métodos de ensino e quais pesquisas serão valorizadas ou não no interior da instituição.

A contrarrevolução de 1964, em 1964, elevou-se ao poder com duas ambições. Primeiro, destruir o processo em curso, que fazia da ‘crise da escola superior’ uma ‘crise do controle conservador’ da universidade. Segundo, **equacionar a ‘solução conservadora’ da reforma universitária**, canalizando as alterações qualitativas inevitáveis em um sentido aparente puramente técnico, mas, de fato, dominado pelo afã de **criar novos mecanismos de tutela conservadora do ensino superior** e do tipo emergente de universidade (FERNANDES, 1979, p. 61, 62, grifos da autora).

No discurso de Geisel sobre o ensino superior, ele sempre busca destacar números e dados que somente revelam a preocupação quantitativa de ensino. Nesse sentido, a racionalização administrativa da universidade não aspirava à autonomia intelectual dos discentes; a reforma em torno da gestão administrativa tencionava a adequação da instituição de ensino superior aos interesses do Estado e, conseqüentemente, do capital.

Esse modelo de ensino não é um elemento característico do plano educacional de Geisel; o ensino tecnocrático acompanhou a educação ao longo do período da ditadura brasileira. A educação pautada nos interesses mercadológicos submeteu a formação acadêmica a um esvaziamento reflexivo, além do abandono da autonomia crítica, para implantar um modelo de ensino exclusivamente pautado na racionalidade técnica e subordinado puramente aos interesses privados.

Ele surge na preocupação de ajustar a diferenciação e a qualidade do ensino aos requisitos de uma sociedade urbano-industrial; e, especialmente, no

anseio de colocar a produção intelectual da universidade, em particular a que resulta da pesquisa científica e da pesquisa tecnológica, a serviço dos interesses privados (FERNANDES, 1979, p. 124).

As Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) traduzem bem o interesse de tutela sofisticada sobre o ensino superior brasileiro, atuando como instrumento sistemático, contínuo e institucional do governo, para vigiar, conter, punir e controlar o ambiente acadêmico, ajustando o ensino superior aos moldes ideológicos da classe dominante. “Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos, como o Exército) ensina «saberes práticos», mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da «prática» desta” (ALTHUSSER, 1980, p. 22).

As Mensagens Presidenciais de Geisel nos revelam os princípios basilares da política que desempenhou no país. Suas políticas desenvolvimentistas refletiram fortemente na educação, buscando desempenhar incentivos aos cursos economicamente vantajosos, seja pelo barateamento de mão de obra com o incremento de cursos tecnólogos com duração mais curta (de 2 a 3 anos), com foco prático e direto no mercado de trabalho, ou pelo estímulo a cursos relacionados à ciência agrária (base econômica do agronegócio e às suas exportações). Além disso, também observamos as políticas de endividamento externo que, pouco tempo depois, trouxeram vulnerabilidade econômica para o Brasil com o aumento de juros.

Com relação à expansão de cursos em áreas relevantes para o desenvolvimento nacional, deve-se sublinhar a ênfase dada aos cursos de formação de tecnólogos e aos programas específicos para as ciências agrárias. Em 1976, atingiu-se um total de 70 cursos de formação de tecnólogos, com a criação de mais de 8, o que proporcionou expansão de oferta em torno de 640 vagas. Os recursos para esse fim atingiram cerca de Cr\$ 10 milhões, no ano findo. Tiveram prosseguimento os Programas de Educação Agrícola Superior e Desenvolvimento das Ciências Agrárias, nos quais se investiram Cr\$47,3 milhões, além de US\$ 1 milhão proveniente de acordo internacional (BRASIL, 1977, p. 161, 162).

Analisando os trechos sobre educação superior no documento, vislumbramos muitos aspectos da política desempenhada por Geisel durante seu cargo presidencial. Além do incentivo às instituições de educação privada, há também uma precarização do ensino superior público (que, ao invés de expandir estruturalmente, melhorando gradativamente tanto quantitativa quanto qualitativamente a educação superior), que foi submetido a cursos

de formação tecnológica, suscitados pela Lei n.º 5.540/68¹⁵⁰, que abriu brecha para os cursos superiores de curta duração, tanto em estabelecimentos públicos quanto nos setores privados, para atender de modo imediatista às exigências do mercado.

No documento enviado ao Congresso em 1977, Geisel menciona as escolas superiores isoladas localizadas nos interiores:

As escolas isoladas de ensino superior constituem hoje 71% das instituições de ensino superior no Brasil. Embora o modelo opcional brasileiro se incline para a universidade, motivos de ordem variada fizeram surgir esse novo tipo de estabelecimento, que atua sobretudo no interior (BRASIL, 1977, p. 162)

A unificação das instituições isoladas de ensino, especificamente a unificação promovida por Egydio Martins (nomeado como governador de São Paulo por Geisel), foi uma ação movida pelos preceitos da Reforma Universitária, que prezavam pela racionalização administrativa e financeira, o que resultaria em redução de custos, na centralização do poder decisório e, conseqüentemente, na ampliação do controle estatal no interior das instituições de ensino superior. Como uma brecha legislativa do Art. 8º¹⁵¹, tanto as instituições públicas quanto privadas puderam constituir essa união de estabelecimentos de ensino, determinando, mais uma vez, normas flexíveis e favoráveis à expansão do setor privado.

[...] desde o final dos anos de 1960 até a década de 1970, a expansão do setor privado laico ocorreu basicamente por meio da proliferação de estabelecimentos isolados de pequeno porte. A partir da segunda metade da década de 1970, o processo de organização institucional do setor privado sofreu uma transformação gradual. Num primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federações de escolas, por meio de um processo de fusão. Num momento posterior, a partir do final da década de 1980, o movimento de transformação de

¹⁵⁰ No art. 23 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixa-se que os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

§ 1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

§ 2º Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 13/01/2026.

¹⁵¹ Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Art. 8º Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 13/01/2026.

estabelecimentos isolados em universidades se acelerou: entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 a 64 estabelecimentos. Tudo leva a crer que a expansão das universidades privadas foi orientada pela percepção de seus proprietários de que a existência de estabelecimentos maiores, oferecendo cursos mais diversificados, teria vantagens competitivas no interior do mercado do ensino superior (MARTINS, 2009, p. 23).

O Art. 8.º da Lei n.º 5.540/1968 promoveu papel importante na expansão das instituições de ensino superior privado, ao instituir opções economicamente mais acessíveis ao permitir que instituições de ensino isoladas se unificassem sem precisar se converter em universidades integrais, ou seja, com fomento de pesquisa ou produções científicas, que a Lei n.º 5.540 propunha no Art. n.º 2¹⁵², afirmando que o ensino superior deve estar ligado à pesquisa. Na mesma medida em que estabelece que a correlação entre ensino e pesquisa, o governo abre uma brecha legal importante no excerto “e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados”, contribuindo com a expansão da iniciativa privada voltada, sobretudo, para a capacitação profissional.

Se a Reforma de 1968 produziu efeitos inovadores, por outro lado, abriu condições para o surgimento de um ensino privado que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o antigo padrão brasileiro de escola superior, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (FERNANDES, 1975, p. 51-55, apud MARTINS, 2009, p. 17).

Confirmando as premissas de Fernandes, Geisel (que estava alinhado com as concepções estabelecidas pela Reforma de 68) manifesta o preceito da educação tecnocrática e mercadológica em torno do ensino superior, que, juntamente com as políticas desenvolvimentistas de seu governo, uniu o útil ao agradável ao aplicar os princípios da Reforma em harmonia com suas políticas econômicas, além da política de investir no ensino superior para atender às necessidades do setor empresarial.

¹⁵² Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 14/01/2026.

Procurou-se diversificar os cursos, como os de formação de tecnólogos, que, de um total de 27, em 1973, elevaram-se em 1978, para 126. Indissociáveis são os aspectos da expansão e melhoria qualitativa do ensino superior. **Ao lado dessas medidas, interpenetram-se outras, de caráter nitidamente qualitativo, voltadas para a elevação do padrão do ensino universitário, em resposta às exigências do presente estágio do desenvolvimento econômico-social do país** (BRASIL, 1979, p. 136, grifos da autora).

Quando Geisel traz questões que se referem à qualidade de ensino, não se trata de ampliação das pesquisas de ciências humanas e similares, nem sobre a elevação do padrão de qualidade que forme cidadãos críticos, autônomos e protagonistas de suas próprias vidas, e muito menos de um ensino que aspire à transformação social. Quando se refere à qualidade de ensino, Geisel se limita ao ensino técnico-instrumental, que atende à demanda do mercado e, claro, a um ensino que rejeita as ciências humanas para constituir um sistema de ensino superior acrítico, que não questione a legitimidade do regime em questão. Essa ideia fica evidente quando Geisel menciona questões sobre a pós-graduação brasileira:

A implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação permitiu a consideração de três frentes extremamente importantes para o desenvolvimento nacional: titulação de professores para o ensino universitário, preparação de pesquisadores para o desenvolvimento da investigação científica e de **profissionais altamente especializados para atender necessidades empresariais** (BRASIL, 1979, p. 136, grifos da autora).

Os editais temáticos que buscavam estimular pesquisas em setores alinhados com os planos econômicos, como a agronomia, por exemplo, tiveram um aumento significativo ao analisarmos os dados contidos no registro de diplomas de cursos de pós-graduação, em que os cursos relacionados à área de ciências agrárias saltam de 21 diplomas em 1975 para 188 em 1976 e para 929 no ano seguinte, segundo os registros do IBGE¹⁵³.

¹⁵³ Informações disponíveis em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1978/educacao1978m_aeb_098_1.pdf (1975-1976) e https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1979/educacao1979m_aeb_096_1.pdf (1976-1977).

Enquanto os cursos de interesse das políticas econômicas de Geisel cresciam a todo vapor no campo da pós-graduação, as áreas de ciências humanas tiveram uma queda brusca nos anos de 1975 e 1976, indo de 488 diplomas em 1975 para 227 no ano seguinte, evidenciando o desenvolvimento seletivo em torno da educação superior.

Estabelecer uma educação de acordo com os interesses do mercado foi uma característica em comum dos líderes da ditadura implantada em 1964. Castelo Branco instituiu um terreno fértil para a implementação da Reforma Universitária de 1968 por meio do Decreto-Lei n.º 53/1966¹⁵⁴ e da Constituição de 67¹⁵⁵, reconhecendo a iniciativa privada no âmbito da educação superior, além de estabelecer normas sobre a disposição das universidades federais.

Em 1968, Costa e Silva implementa a Reforma Universitária de cima, ignorando todo debate que ocorreu na década de 50 e 60 entre correntes de ideias acerca dos projetos pedagógicos, instaurando uma reforma alinhada com o tecnicismo educacional, sem reconhecer questões calorosamente debatidas em anos de discussão sobre o ensino superior. Conforme Saviani (1983), o tecnicismo pode ser resumido da seguinte maneira:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, [...] advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. (...) ... na pedagogia tecnicista (...) é o processo que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão (SAVIANI, 1983, apud FREITAS, 2016).

Geisel, em sintonia com a Reforma de 68, desempenha políticas educacionais que aprofundaram a reforma, estabelecendo um projeto alinhado com seus interesses econômicos e com o “aperfeiçoamento democrático” que buscou evidenciar em suas narrativas. Seu governo empreendeu uma política educacional autoritária, repleta de mecanismos de controle universitário e profundamente tecnicista. Sua educação, assim como seu plano de governo em outras áreas, estava alinhada, fundamentalmente, com a filosofia do golpe de 64, articulando o lema “desenvolvimento e segurança” em seu plano de governo, como afirmou durante seu discurso perante a Convenção Nacional da ARENA.

¹⁵⁴ Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966, fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15/01/2026.

¹⁵⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em 15/01/2026.

Nossa ação futura deverá ser a de prosseguir na mesma trilha, **obedecendo a essa mesma filosofia de governo**, a essa mesma estratégia de desenvolvimento integrado e a essa mesma metodologia racional, alicerçando o êxito, em grande parte, na continuidade [...] Eis por que a segurança é e será, talvez em escala maior, condição essencial ao próprio desenvolvimento da Nação, **fundamentando ambos — o desenvolvimento e a segurança** (BRASIL, 1973, p. 17, 18 e 19, grifos da autora).

3.2 João Figueiredo e seu projeto de estagnação na ampliação do ensino superior

Nas Mensagens Presidenciais de Figueiredo não há muitas informações sobre a educação superior. Todas as mensagens enviadas durante sua liderança executiva foram rasas e concisas, além da escassez bibliográfica que aborda especificamente o ensino superior do último presidente do regime.

Diante dessa problemática, buscaremos identificar pontos de contato entre a política desempenhada por Geisel e o governo seguinte, buscando evidenciar questões acerca da expansão do ensino privado, que permaneceram em constante crescimento, além de observar e refletir sobre o último governo de abertura política e quais políticas de repressão, perseguição e falta de autonomia universitária permaneceram ou não em seu governo.

Assim como no governo de Geisel, a gestão de João Figueiredo desempenhou políticas para continuar o projeto de financiamento de instituições de ensino superior privadas, mesmo que o cenário econômico estivesse em completo caos devido às consequências do desenvolvimentismo de Geisel (que promoveu inúmeros empréstimos para empreender o II PND, que, somado ao cenário internacional com o 2.º choque do petróleo, à elevação acentuada da taxa de juros, à privação de novos empréstimos e a juros flutuantes sob os empréstimos realizados). Diante disso, Figueiredo promoveu uma política com inúmeros cortes de gastos públicos, além de outras medidas que prejudicaram a classe trabalhadora (BELLINGIERI, 2005).

Mesmo diante desse contexto de crise e cortes públicos, Figueiredo, que é extremamente conciso na sessão que tange o ensino superior, em todas as mensagens aponta questões como a continuação de investimento em torno da infraestrutura dos campi e também aborda em algumas passagens questões sobre a qualidade de ensino. Além disso, também

Podemos mencionar aspectos que permaneceram do governo anterior, como o crescimento forçado e a educação superior direcionada aos interesses do mercado.

No sistema de pós-graduação, são oferecidos 766 cursos de mestrado e 285 cursos de doutorado. **Atualmente, 18.749 professores universitários dedicam-se à atividade de ensino e pesquisa nesse nível.** Esses programas têm contribuído significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. **Merecem destaque as pesquisas realizadas na Universidade Federal de Viçosa que, nos últimos anos, desenvolveram 45 diferentes tipos de semente de soja,** adaptadas aos diversos climas do país, **incrementando a produção dessa leguminosa, a ponto de colocar o Brasil entre os maiores exportadores mundiais desse produto** (BRASIL, 1985, p. 181, grifos da autora).

Em uma das passagens do documento, Figueiredo indica três políticas educacionais que iria adotar em torno do ensino superior, assumindo o não expansionismo em torno da área, com a justificativa de ampliar a qualidade nas instituições já existentes; objetividade e consistência à dimensão qualitativa em torno do desempenho em termos de eficiência, evidenciando aspectos claros da educação tecnicista em termos de eficiência funcional ao mercado; e a associação entre o ensino superior e o ensino básico, indicando a formação de professores que atuariam no sistema básico de ensino.

Nesta área, a conjuntura indicou a necessidade de dar sequência operativa a três pressupostos da política educacional: (1) o não-expansionismo, ou seja, a ideia de não favorecer o crescimento do sistema, orientando-se o desenvolvimento da rede privada à luz da conveniência de induzir qualidade e racionalidade no processo de expansão e recomendando-se à rede federal a consolidação e manutenção das estruturas existentes; (2) o estímulo à adoção de medidas e mecanismos que confirmem objetividade e consistência à dimensão qualitativa do desempenho das instituições de ensino superior, em termos de eficiência interna e externa; e (3) o propósito de adequar o trabalho das instituições de ensino superior ao imperativo de fortalecer a educação básica, promovendo-se a integração dos três níveis de ensino (BRASIL, 1984, p. 148)

Nessa passagem, percebemos o que Florestan Fernandes chamou de “modernização conservadora”, em que há modernização e racionalização em torno da gestão, mas não há preocupação nenhuma em democratizar o acesso ao ensino superior, uma vez que as políticas educacionais assumem contenção em torno da ampliação do acesso ao ensino superior. Uma das justificativas das políticas de conter a expansão do sistema se refere ao aumento da qualidade que haveria no interior das instituições já existentes:

A qualidade do ensino foi o objetivo das atividades desenvolvidas a nível de educação superior. Nesse sentido, procurou-se inverter a tendência expansionista do ensino universitário (Decreto n.º 86.000, de 13 de maio de 1981), e procedeu-se à reestruturação da carreira do magistério superior nas instituições federais, proporcionando ao docente universitário maiores oportunidades de profissionalização e melhores níveis salariais (BRASIL, 1982, p. 131).

Nessa perspectiva, Figueiredo afirma preocupação em torno da qualidade para justificar o não expansionismo do ensino superior, colocando em vigor o Decreto n.º 86.000¹⁵⁶, além do fato de entregar a responsabilidade da ampliação às universidades à iniciativa privada.

O crescimento apresentado pela matrícula nas instituições de ensino superior, a partir de 1980, mostra claramente o efeito das medidas restritivas da expansão deste nível de ensino, uma vez que cresceu somente 13% neste período, sendo 10% na década e 3% no período 1989-1991. As universidades estaduais, municipais e particulares foram as que mais contribuíram para a expansão das matrículas, visto que, isoladamente, cresceram em 88%, 43% e 50%, respectivamente, sendo que o setor federal permaneceu praticamente inalterado, tendo aumentado somente a partir de 1990, em decorrência da política do governo que se iniciava (BATISTA, 1993, p. 11).

Se o não expansionismo decorreu, segundo Figueiredo, da ampliação da qualidade, cabe a nós buscar fragmentos que demonstrem de alguma forma a ampliação desse quesito tão estimado nas mensagens enviadas ao Congresso. Antes de buscar aspectos que tangem à qualidade de ensino, é pertinente observar, por meio dos dados numéricos, o desenvolvimento da quantidade de instituições de ensino superior na década de 80, bem como a distribuição de acordo com as esferas responsáveis:

¹⁵⁶Decreto n.º 86.000, de 13 de maio de 1981. Dispõe sobre a suspensão temporária de criação de novos cursos de graduação e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86000-13-maio-1981-435882-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/01/2026.

Figura 13: Evolução do número de instituições por natureza e dependência administrativa - Brasil - 1980-1989

Ano	Total Geral	Universidades					Fac. Integradas e Centros Universitários				Estabelecimentos Isolados				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	882	65	34	9	2	20	20	1	-	19	797	22	43	89	643
1981	876	65	34	9	2	20	49	1	1	47	762	18	68	126	550
1982	873	67	35	10	2	20	51	-	2	49	755	18	70	122	545
1983	861	67	35	10	2	20	57	-	1	56	737	18	69	111	539
1984	847	67	35	10	2	20	59	-	1	58	721	18	64	108	531
1985	859	68	35	11	2	20	59	-	1	58	732	18	64	102	548
1986	855	76	35	11	3	27	65	-	2	63	714	18	79	115	502
1987	853	82	35	14	4	29	66	-	-	66	705	19	69	99	518
1988	871	83	35	15	2	31	67	-	1	66	721	19	72	89	541
1989	902	93	35	16	3	39	64	-	-	64	745	19	68	79	579

Fonte: MEC/INEP/SEEC¹⁵⁷

As universidades federais tiveram um aumento de apenas 1 instituição entre 1980 e 1985 e uma diminuição de 2 estabelecimentos isolados federais no mesmo período. Enquanto isso, as universidades privadas mantiveram 20 instituições, aumentaram 39 faculdades integradas e centros universitários e tiveram uma diminuição de 112 nos estabelecimentos isolados no âmbito privado entre 1980 e 1985.

Diante desse cenário, conseguimos vislumbrar a estagnação em torno das universidades federais, que vivenciaram o aumento de apenas uma instituição ao longo de uma década, na medida em que as despesas realizadas pelo Ministério da Educação cresceram em 125% no período entre 1980-1989 (BATISTA, 1993).

Se o não investimento em torno da expansão é fundamentado pela ampliação da qualidade dos estabelecimentos já existentes, e houve um aumento de 125% em torno dos gastos públicos com ensino superior, devemos analisar dados que revelem de alguma maneira outro aspecto que envolva os investimentos públicos em torno do ensino:

¹⁵⁷ Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf Acesso em: 17/01/2026.

Figura 14: Evolução do número de concluintes por natureza e dependência administrativa Brasil - 1980 1989

Ano	Total Geral	Universidades					Fac. Integradas e Centros Universitários				Estabelecimentos Isolados				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	226.423	91.470	42.367	12.197	2.603	34.303	32.597	547	1.086	30.964	102.356	1.986	7.643	12.519	80.208
1981	229.856	93.229	40.972	12.295	2.482	37.480	34.039	-	1.346	32.693	102.588	2.323	8.111	11.690	80.464
1982	244.639	92.594	40.568	12.469	2.948	36.609	40.752	-	1.711	39.041	111.293	2.295	9.380	11.836	87.782
1983	238.096	94.478	41.829	13.207	2.768	36.674	35.043	-	468	34.575	108.575	2.313	8.807	11.285	86.170
1984	227.824	92.010	39.180	13.280	2.886	36.664	33.127	-	577	32.550	102.687	2.012	7.701	11.514	81.460
1985	234.173	102.770	41.894	13.035	3.533	44.308	32.098	-	581	31.517	99.305	1.981	8.802	12.618	75.904
1986	228.074	103.533	41.504	15.161	3.693	43.175	33.046	-	-	33.046	91.495	2.354	8.027	9.978	71.136
1987	224.809	101.437	37.711	16.597	2.320	44.809	32.570	-	165	32.405	90.802	2.284	8.442	9.445	70.631
1988	227.037	108.816	39.560	15.851	2.941	50.464	29.931	-	-	29.931	88.290	1.809	8.990	7.964	69.527
1989	232.275	109.508	36.609	16.911	2.795	53.193	31.972	-	-	31.972	90.795	2.193	8.867	9.472	70.263

Fonte: MEC/INEP/SEEC¹⁵⁸

Ao analisar a evolução do número de concluintes, podemos investigar não apenas o acesso dos estudantes ao ensino superior (como o número de matrículas indica, por exemplo), mas também a capacidade do sistema de ensino em assegurar a permanência do discente ao longo do curso e garantir que os alunos mais pobres tenham condições para concluir os cursos de graduação que iniciaram.

No ano de 1980, 42.367 discentes concluíram o ensino superior em universidades federais, havendo uma diminuição progressiva nos anos seguintes, fechando o ano de 1984 em 39.180 conclusões, ou seja, uma diminuição de 3.187 conclusões de graduação em universidades federais. Enquanto o número de concluintes do ensino superior federal diminuiu, houve um aumento em estabelecimentos isolados. Em 1980 foram 1.986 conclusões, tendo um crescimento no ano seguinte e pequenas variações nos anos posteriores, finalizando 1984 com 2.012 conclusões.

Nas universidades privadas houve um aumento progressivo, tendo 34.303 concluintes em 1980, saltando para 37.480 no ano seguinte. Nos anos posteriores, houve uma queda de 871 em 1982, finalizando 1984 com 36.664 concluintes. Nas faculdades integradas e centros universitários privados, houve um aumento significativo entre 1980 e 1982, saltando de 30.964 para 39.041 em 1982, voltando a diminuir em 1983 e 1984, fechando 1984 com 32.550 concluintes. Assim como nas faculdades integradas e centros universitários privados, nos estabelecimentos isolados houve um salto e algumas variações no período de 4 anos, iniciando 1980 com 80.208 conclusões, tendo um grande aumento em 1982, com um pouco

¹⁵⁸ Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf Acesso em: 20/01/2026.

mais de 87.700 conclusões, diminuindo nos dois anos seguintes, fechando 1984 com 81.460 conclusões.

Quando pensamos na evolução em relação ao número de concluintes dos cursos de graduação nos estabelecimentos públicos, podemos vislumbrar parcialmente os investimentos públicos em torno da permanência dos estudantes nos cursos de graduação. Observando as instituições de ensino federal, podemos concluir que não houve um aumento significativo em torno das conclusões, indicando que o governo federal não dispôs de investimentos significativos em torno da permanência estudantil nas instituições de sua responsabilidade, indicando, mais uma vez, a transferência de responsabilidade em torno do ensino superior à iniciativa privada, que, apesar das oscilações, obteve resultados mais satisfatórios em relação aos índices de conclusões no âmbito da graduação.

A partir dessas informações, que, somadas ao Decreto n.º 86.000, notamos a indiferença de Figueiredo em relação à expansão do ensino superior público, freando o crescimento e deixando à iniciativa privada toda a responsabilidade de acesso a esse nível de ensino, solidificando, portanto, a mercantilização do ensino superior,

(1975-1985) foi caracterizado como um período de acomodação, visto que, a partir de 1975, começam a surgir os decretos proibindo a criação de novos cursos e abertura de novas vagas. A grande expansão que vinha ocorrendo começa a decair, provocando queda nas taxas de crescimento da matrícula e decréscimo no número de instituições, em decorrência das agregações de instituições isoladas em faculdades integradas de regimento unificado, sendo que no quinquênio 1980-1985, chegou a apresentar taxas negativas de crescimento [...] O projeto de educação superior não foi conjugado com o projeto de ciência e tecnologia de que o país necessita para conseguir os objetivos de uma nação que busca o desenvolvimento econômico e social. Nesse aspecto, a educação não é tratada como prioridade nacional e, conseqüentemente, não é utilizada como recurso estratégico para reduzir a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos. As variáveis do ensino superior permaneceram praticamente estáveis, evidenciando uma política de contenção deste ensino que foi viabilizada através de atos governamentais, ao proibir a criação de novos cursos e aumento significativo de vagas, o que retrata, por parte do governo autoritário, de transição (nova república) e democrático, as hesitações referentes à implementação de diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Ensino Superior (BATISTA, 1993, p. 10).

Para vislumbrar os efeitos dessas políticas sobre o ensino superior brasileiro, podemos analisar a situação geral em que o ensino superior se deparou no último ano integral do último presidente do período ditatorial, em 1984.

Figura 15: Vagas oferecidas, inscrições e ingresso pelo vestibular nos cursos de graduação - 1984

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS										
	Total	Em universidades					Em estabelecimentos isolados (1)				
		Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
VAGAS OFERECIDAS											
BRASIL	335 028	118 579	46 929	17 771	4 025	49 854	216 449	2 300	10 610	23 082	180 457
INSCRIÇÕES											
BRASIL	1 095 050	698 523	380 177	152 237	10 079	156 030	398 527	17 187	27 940	37 878	313 542
INGRESSOS PELO VESTIBULAR											
BRASIL	267 946	104 009	41 682	17 359	3 348	41 620	163 937	1 951	9 200	18 721	134 065

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria-Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura¹⁵⁹

A partir da figura 15 podemos visualizar a desigualdade social e a insuficiência de vagas para atender aos interessados em ingressar neste nível de ensino. Ampliar a qualidade é importante, mas expandir o ensino superior para atender a mais indivíduos é essencial para a democratização do acesso a uma educação que, em um período não muito distante, pertencia essencialmente às elites.

Em 1984, tiveram 1.095.050 inscrições para ingressar nas instituições de ensino superior, e a maior parte das inscrições foi justamente para as universidades federais, contabilizando um total de 380.177 só nessa esfera. Dessas 380.177 inscrições, menos de 13% poderiam ingressar nas universidades federais, e o percentual só diminui quando observamos o acesso pelo vestibular. No geral, cerca de 11% dos estudantes que se inscreveram para as universidades federais conseguiram ingressar na instituição, ou seja, 89% dos inscritos não obtiveram acesso ao ensino superior público, fazendo com que muitos desses estudantes que não obtiveram êxito nas instituições públicas fossem posteriormente

¹⁵⁹

para estabelecimentos privados. Esse quadro de estagnação permaneceu ao longo da década de 80, evidenciando os efeitos lamentáveis do decreto instituído por Figueiredo:

Figura 16: Ensino superior, matrícula nas IFES (1980/1990)

EXERCÍCIO	MATRÍCULA
1980	316715
1981	313217
1982	316940
1983	340118
1984	326199
1985	326522
1986	325734
1987	329423
1988	317831
1989	315283
1990	347165

Fonte: MEC/CPS/Coord. Inf. Planejamento/Senesu

Esses dados só evidenciam a segregação institucionalizada de um sistema de ingresso extremamente seletivo, em que estudantes abastados, que usufruíram do melhor ensino disponível, competiam com estudantes que só tiveram acesso à educação pelo sistema básico de ensino público em um cenário de duas décadas de governos que claramente não tiveram o menor interesse em estabelecer uma educação pública de qualidade. Enquanto as vagas praticamente paralisaram no ensino superior público, o setor privado atraía o excedente, fazendo com que a iniciativa privada crescesse desenfreadamente.

‘[...] alegada injustiça do sistema atual, uma vez que, argui-se, os alunos vindos de famílias de maior poder aquisitivo frequentariam as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, ao passo que os alunos mais pobres iriam para as IES privadas’ (PINTO, 2004, p. 16. Apud NIEROTKA, TREVISOL, 2019, p. 35. Pode-se dizer que havia nesse período dois movimentos: um de inclusão, por meio da oferta do ensino privado, e outro de exclusão, por meio do caráter meritocrático do vestibular (NIEROTKA, TREVISOL, 2019, p. 35).

Em um cenário de estagnação do ensino superior público e de constante ampliação do setor privado, evidenciam-se claramente as políticas educacionais de João Figueiredo acerca do ensino superior brasileiro, declarando o “não-expansionismo”, na medida que anunciava apoio financeiro às instituições privadas nos primeiros anos de seu governo:

As instituições de ensino particular obtiveram financiamento do FÃS para ampliação de sua base física e instalações, além de apoio' técnico nos planos administrativo e pedagógico, e' assistência financeira por critério de desempenho (BRASIL, 1981, p. 82)

Diante dessa narrativa, fica claro o projeto educacional selecionado pelo Estado, que ao longo do seu governo, promoveu o crescimento do ensino superior privado através de financiamento público, além de proporcionar a ele apoio técnico e financeiro à iniciativa privada. Se, por um lado, constatamos nitidamente as políticas educacionais de Figueiredo, precisamos analisar, a partir de suas narrativas demonstradas nas Mensagens Presidenciais, o teor autoritário do regime em questão.

Em um dos documentos presentes na Biblioteca da Presidência da República, conseguimos vislumbrar claramente, por meio de um dos pronunciamentos proferidos por Figueiredo, após receber os líderes do PDS (o partido da ditadura) no Congresso Nacional, o teor autoritário do regime, evidenciando a tutela que o Estado realizaria sobre a juventude.

Daí, eu peço aos senhores que redobrem a vigilância em todas as áreas, em particular junto à juventude, porque é a juventude idealista que mais está à mercê dos argumentos dessa gente. Cabe aos jovens, dizer aos camaradas e seus companheiros de bancos escolares e bancos universitários, onde está a verdade (BRASIL, 1980, p. 220).

Nesse trecho, Figueiredo solicita aos companheiros políticos do seu partido que intensifiquem a fiscalização com a juventude, que segundo ele, seria facilmente influenciada. Nesse trecho, ele não especifica explicitamente a quem ele se refere, mas, ao que tudo indica, ele se refere aos movimentos contrários ao golpe, seja o movimento de “Diretas já!”, pelas correntes progressistas e democráticas, e, principalmente, aos grupos de esquerda revolucionária, evidenciado no momento em que utiliza a palavra “camaradas”.

Em sua narrativa, Figueiredo se refere ao movimento estudantil (que tanto alarmou o regime autoritário pós-golpe), incitando os membros do PDS (que apesar do movimento de redemocratização, possuíam uma bancada expressiva no Congresso Nacional) a “redobrar a vigilância” (BRASIL, 1980, p. 220). “[...] Peço aos senhores que redobrem a vigilância em todas as áreas, em particular junto à juventude [...] Cabe aos jovens, dizer aos camaradas e seus companheiros de bancos escolares e bancos universitários”.

Apesar de a ASI ser oficialmente extinta em 1979, há relatos de instituições federais em que a Assessoria Especial de Segurança (ASI) continuou operando mesmo após sua extinção:

Em 1980, a ASI/UFBA enviou ao SNI e à Polícia Federal informações sobre um grupo de vinte estudantes moradores da residência universitária, apontando-os como usuários de drogas alucinógenas [...] O chefe da extinta ASI/Ufes, por exemplo, que era também professor de EMC, ainda em 1986, desejava continuar o trabalho de informação por conta própria, e, para isso, levava parte dos arquivos do órgão para casa. Além do empenho de alguns agentes, certos reitores ligados à direita preferiam manter o aparato de informação ativo, pois o consideravam útil para vigiar seus desafetos [...] Com a queda do ministro Portella, no final de 1980, e sua substituição pelo general Rubens Ludwing, o aparato de informação parece ter se sentido à vontade para estimular a reativação das ASIs onde houvesse condições políticas favoráveis. De modo significativo, em outubro de 1981, a DSI/MEC informou aos reitores que as ASIs tinham sido desativadas, e não extintas. Certamente era um convite para os que desejavam mantê-las em funcionamento ou reativá-las, a depender do caso (MOTTA, 2019, p. 310, 485).

Por mais que a ASI tenha sido oficialmente encerrada no final de 1979, há evidências que comprovam a persistência no início da década de 80, em que as perseguições e espionagens continuaram assombrando os estudantes, professores e o corpo técnico das instituições federais de ensino superior. Se na fala de Figueiredo fica clara a questão da vigilância aos membros considerados subversivos pelo regime, há clara ligação entre o seu governo e a permanência das ASI, uma vez que sua narrativa estimula a continuação das espionagens aos membros que vão em contramão aos seus ideais.

3.3 Mensagens presidenciais de José Sarney e seu discurso democrático para educação superior

Após mais de duas décadas de ditadura e ações autoritárias e conservadoras em torno do ambiente universitário, em 1985 é instaurado o novo regime político denominado como “Nova República”, em que o discurso democrático ressoava de maneira otimista nos ouvidos de quem foi atingido pela repressão ditatorial (seja o movimento estudantil, o movimento sindicalista ou qualquer grupo social que ia em contramão aos preceitos ditatoriais) ou pelos que sentiram na pele os prejuízos econômicos causados pelas medidas políticas desempenhadas pelos governantes do Regime Militar.

Nas mensagens de Sarney em 1986, seu discurso para o ensino superior reforça a questão da qualidade para este nível de ensino, além de discorrer sobre seus projetos para resolver as problemáticas que assombram o ensino superior brasileiro e propor investimento para esta área:

Para equacionar os problemas referentes à universidade, foi instalada a Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior, cujo relatório final encontra-se em fase de discussão com os segmentos da sociedade interessados na questão. Implantaram-se ainda comissões em áreas específicas desse nível de ensino, com o objetivo de identificar problemas e propor medidas que elevem seu padrão de qualidade [...] o Ministério da Educação destinou recursos em termos nominais cinco vezes superiores aos de 1984 e lançou o programa «Nova Universidade», que tem por objetivo apoiar as instituições de ensino superior na criação de condições para melhorar o processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1986, p. 95).

Institucionalmente, o programa Nova Universidade tinha alguns objetivos estabelecidos, propondo uma reestruturação sob este nível de ensino.

[...] o programa de apoio e fomento ao ensino superior, denominado Programa Nova Universidade, que constava das linhas programáticas do I PND-NR, objetivando restaurar a dignidade da universidade brasileira, através do apoio às ações voltadas para a solução dos pontos críticos do sistema de educação superior, tais como: melhoria da qualidade do ensino de graduação; capacitação dos docentes; apoio institucional aos programas de pós-graduação e pesquisa; interação com o setor produtivo; e revisão do sistema de bolsas de estudo de pós-graduação. Esse programa foi apresentado com muita motivação política, e pouco planejamento para implementá-lo, devido à limitação financeira (BATISTA, 1993, p. 13).

Na teoria, as políticas implementadas pelo governo federal pareciam atender a alguns dos anseios estudantis em torno do ensino superior; todavia, as diretrizes sugeridas pelo programa revelam uma visão instrumentalista de ensino, pois não havia uma discussão em torno do compromisso da instituição (atributo imprescindível no contexto democrático) após anos de centralização, repressão e autoritarismo do regime anterior. Além disso, o plano governamental para a educação superior deu enfoque somente às questões que tangem à “eficiência administrativa” das instituições de ensino, desempenhando as mesmas políticas tecnicistas empreendidas pelo regime militar.

Nota-se que neste plano, existia uma firme disposição do governo em resolver as questões atinentes à educação superior. Contudo, as diretrizes

estabelecidas para o setor concentram-se em questões de ordem institucional e administrativa, partindo da premissa de que, sem resolver os problemas conjunturais de autonomia administrativa, financeira e acadêmica, as instituições de ensino superior não teriam condições de cumprir seus objetivos. O enfoque era solucionar a questão administrativa, pois não foi traçada uma política visando estabelecer as condições para que a universidade executasse com eficiência sua missão de centro efetivo de formação cultural e intelectual dos cidadãos, e de elaboração e difusão do conhecimento (BATISTA, 1993, p. 13).

A educação superior sempre foi tratada como prioridade nos projetos governamentais; todavia, as políticas implementadas pelos dirigentes, principalmente no período do regime militar, foram somente de cunho administrativo, sem se preocupar com funções sociais, com a democratização do acesso a este nível de ensino, com a formação cultural e intelectual dos estudantes, e muito menos vincular ensino, pesquisa e extensão como tripé indissociável para a emancipação. Quando a eficiência administrativa é desempenhada sem estabelecer uma função social clara no interior da instituição, o setor privado passa a dominar a área de ensino (como vimos ocorrer na década de 60 com a Reforma Universitária, em que as instituições de ensino privado cresceram aceleradamente e dominaram o setor educacional).

Uma das medidas jurídicas do programa Nova Universidade, foi a instituição do Decreto n.º 91.177, de 29 de março de 1985¹⁶⁰, criando a Comissão Nacional que visava à reformulação da educação superior. No papel, o plano buscava promover um grupo de estudos para discutir questões importantes da educação superior que a Reforma Universitária não havia resolvido, viabilizando maior participação democrática nas decisões que seriam implementadas na Constituinte de 1988.

O debate que estava em curso no ambiente universitário, dizia respeito a questões que a ditadura tanto reprimiu, como a autonomia universitária, a democratização do acesso e questões referentes à qualidade e à finalidade da instituição de ensino, retomando o debate que ocorreu entre as décadas de 50 e 60. Para aliviar a tensão dos estudantes e interessados na temática, Sarney implantou, no início de seu governo, o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES), com a intenção de refrear a pressão estudantil, criando um grupo que discutiria algumas diretrizes para a reforma do ensino superior em meio ao cenário de elaboração da Constituinte de 1988.

¹⁶⁰ Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. BRASIL. Ministério da Educação. *Nova universidade*. Brasília: MEC, 1985. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/199902/novauniversidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

O governo não pretende um simples diagnóstico nem deseja uma avaliação apenas dos graves e angustiantes problemas que afligem a universidade. O que esperamos, na verdade, é muito mais: queremos um debate amplo, profundo, abrangente, necessariamente contraditório, mas, nem por isso, inconclusivo. As ideias surgidas no seio da Comissão, ou que lhe forem trazidas por aqueles a ela convocados, ou que espontaneamente perante ela comparecerem, serão instrumentos extremamente úteis para que se componha o vasto e diversificado painel que reflita, no atual momento, a realidade universitária do País. [...] Esperamos, assim, colher ensinamentos preciosos, para que sobre eles se debruce a sociedade, exerça sua crítica pela voz de todos os interessados e, finalmente, decida em sua soberania, a representação política brasileira. Creio que estamos, por esta forma, exercitando a teoria da representação participativa [...] (BRASIL, 1985, p. 12, 13).

Apesar do discurso democrático que Sarney buscava salientar com a formação do Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior, o projeto desenvolvido, no final das contas, foi arquivado sem ao menos ter sido discutido e votado no Congresso Nacional, demonstrando que o único artifício democrático em torno das decisões sobre o ensino superior era uma manobra política para refrear as tensões sobre a temática, ao propor uma discussão acerca das universidades brasileiras, promovendo uma política aparentemente democrática, alinhada com o ideal do novo momento político.

O discurso de Sarney sempre trazia à tona a questão democrática, como evidenciado em seu discurso introdutório das Mensagens ao Congresso Nacional, na abertura da 1.^a sessão legislativa:

O trabalho de elaboração constitucional, apenas iniciado, há de resgatar para a sociedade brasileira os valores permanentes das modernas democracias: uma ordem política estável e participativa, uma ordem social calcada nos princípios da solidariedade e uma ordem econômica mais justa e sem discriminações [...] Este clima de intensa e inédita participação popular, no entanto, não teria sido possível, se não vivêssemos um processo de transição pacífico e sem confrontos, sem que o estado de direito sofresse qualquer abalo (BRASIL, 1987, p. 13, 14).

Na medida em que Sarney fala sobre o resgate democrático, ele faz questão de mencionar as políticas não punitivistas dos militares que interditaram a democracia. Seus pronunciamentos eram extremamente ambíguos, pois, na medida em que Sarney fala sobre democracia, em seguida ressalta a impunidade dos militares como eixo central do estabelecimento democrático, ignorando toda luta que houve em torno da redemocratização. Além disso, podemos mencionar a fragmentação interna que ocorreu dentro das Forças Armadas.

Ao analisarmos o pronunciamento de Sarney presente no trecho anterior, podemos vislumbrar a mesma estratégia narrativa que Geisel empreendeu em seus discursos, ao falar sobre o “aperfeiçoamento democrático”, ao passo que enaltece os preceitos da ditadura. A diferença é que no momento em que Sarney discursa, a ditadura havia sido oficialmente encerrada, inibindo, assim, qualquer glorificação explícita ao momento em questão.

Ao observarmos as Mensagens Presidenciais de José Sarney, deparamo-nos com seu programa de privatizações, ao qual é dedicado um tópico específico no documento enviado ao Congresso no ano de 1987.

A privatização das empresas estatais é parte importante da estratégia de reorganização do setor público no que tange à delimitação de suas funções, ao saneamento das finanças públicas e à racionalização de seus dispêndios[...] O programa dedica-se a orientar o processo de transferência de empresas públicas ao setor privado. Neste governo, com a criação do Conselho Interministerial de Privatização, através dos Decretos n.º 91.991 e 91.992, ambos de 28 de novembro de 1985, definiram-se a forma de encaminhamento e um conjunto de empresas estatais privatizáveis. Atualmente, mais de 70 empresas integram este conjunto, ou encontram-se em processo de transferência ao setor privado. O programa tem sido retardado pela complexidade natural dos procedimentos, que envolvem aspectos trabalhistas, econômico-financeiros, societários e outros. As empresas só são atrativas ao investidor privado se passarem, antes, por um saneamento que as torne economicamente viáveis (BRASIL, 1987, p. 73, 74).

O decreto 91.991/85¹⁶¹ é um exemplo das políticas não democráticas de Sarney, uma vez que não há participação popular, seja dos trabalhadores das empresas ou dos estudiosos da área, em torno do processo de elaboração, incluindo somente o envolvimento do Conselho Interministerial de Privatização, conforme o Art. 6º¹⁶² indica.

¹⁶¹ DECRETO N.º 91.991, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1985. Dispõe sobre o processo de privatização de empresas sob controle direto ou indireto do Governo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91991-28-novembro-1985-442714-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12/02/2026.

¹⁶² Art. 6º. Fica instituído o Conselho Interministerial de Privatização, com a finalidade de enquadrar os processos de privatização, na forma deste Decreto. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91991-28-novembro-1985-442714-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12/02/2026.

Diante do horizonte de privatizações, podemos ver os reflexos dessas políticas desempenhadas ao observarmos o âmbito universitário, em que o número de instituições privadas mais do que triplicou entre a gestão de Sarney até o ano de 1996:

[...] entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 a 64 estabelecimentos. Tudo leva a crer que a expansão das universidades privadas foi orientada pela percepção de seus proprietários de que a existência de estabelecimentos maiores, oferecendo cursos mais diversificados, teria vantagens competitivas no interior do mercado do ensino superior (MARTINS, 2009, p. 23).

Para evidenciar esses dados, também podemos vislumbrar as estatísticas demonstradas pelo Ministério da Educação em torno do número de instituições superiores em cada modalidade administrativa entre 1986 e 1988:

Figura 17: Instituições de ensino superior por dependência administrativa - 1986-1988

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR										
		Total	Universidades				Estabelecimentos isolados (1)					
			Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa			
				Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL.....	1986	855	76	35	11	3	27	779	18	79	117	565
	1987	853	82	35	14	4	29	771	19	69	99	584
	1988	871	83	35	15	2	31	788	19	72	90	607

Fonte: Ministério da Educação, Secretaria-Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Ao observarmos a figura 17, notamos que o número de instituições particulares teve um aumento significativo em três anos: de 1986 para 1988, há um aumento de 4 universidades e de 22 estabelecimentos isolados, enquanto as universidades federais permanecem estagnadas, com o acréscimo de somente uma instituição isolada.

Após a Constituinte de 1988, o crescimento das instituições privadas se prolifera a todo vapor devido à nova legislação do ensino superior, que flexibiliza o princípio da autonomia universitária, abrindo uma brecha legislativa, possibilitando ao setor privado criar e abolir cursos na própria instituição (MARTINS, 2009).

[...] o movimento de criação de novas universidades particulares foi impulsionado pela nova legislação do ensino superior. **Ao dispor sobre o princípio da autonomia para as universidades, a Constituição de 1988 possibilitou ao setor privado criar e extinguir cursos na própria sede das instituições e remanejar o número de vagas dos cursos oferecidos, sem se submeter ao controle burocrático de órgãos oficiais.** A criação dessas novas universidades particulares visava também obter um maior rendimento simbólico no interior do campo do ensino superior, pois formalmente elas passavam a se distinguir academicamente das faculdades isoladas e outros tipos de instituições. Em boa medida, várias dessas universidades com fins lucrativos, criadas nas últimas décadas, constituem um simulacro de verdadeiras universidades, pois tendem a funcionar como um conglomerado de escolas profissionais que não consolidaram a carreira acadêmica de seus professores e não institucionalizaram a pesquisa em seu interior (BARREYRO, 2008; ALTBACH, 2005; SAMPAIO, 2000, apud MARTINS, 2009, p. 23, 24, grifos da autora).

A partir do marco jurídico do art. 207¹⁶³ e do art. 209¹⁶⁴ da Constituinte, a expansão do setor privado na educação superior só se ampliou, pois, na prática, as instituições particulares tiveram mais liberdade para estruturar as vagas e os cursos, submetendo-se somente a avaliações posteriores, sem precisar necessariamente de licença prévia para poder atuar. A flexibilização mascarada de autonomia foi uma das artimanhas jurídicas implementadas pelo governo de Sarney para o setor privado continuar a se desenvolver e se expandir. Os reflexos disso ficam escancarados quando vislumbramos os dados presentes na figura a seguir:

¹⁶³ Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12/02/2026.

¹⁶⁴ Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12/02/2026.

Figura 18: Instituições de ensino superior por dependência administrativa - 1989

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR												
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	Natureza										
		Universidades					Federações de escolas e faculdades integradas (1)	Estabelecimentos isolados				
		Dependência administrativa						Dependência administrativa				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL.....	902	93	35	16	3	39	64	745	19	68	79	579

Fonte: Ministério da Educação, Secretaria-Geral, Secretaria de Planejamento, Coordenação de Informações para o Planejamento Educacional.

Em apenas um ano, as instituições privadas tiveram um aumento de 8 instituições, indo de 31 instituições em 1988 para 39 no ano seguinte, enquanto as demais dependências administrativas tiveram um aumento de apenas uma universidade, com exceção das instituições federais, que mantiveram o total de 35 universidades.

Além da estagnação das instituições de ensino superior federal, houve um aumento no número de evasão escolar na graduação ao longo da Nova República de Sarney:

Figura 19: Estimativa de evasão escolar no Ensino Superior (1980-1990)

ANO	% DOS ALUNOS QUE SE FORMAM	EVASÃO
1980-84	64,0	36,0
1981-85	65,0	35,0
1982-86	63,0	37,0
1983-87	63,0	37,0
1984-88	63,0	37,0
1985-89	63,0	37,0
1986-90	61,0	39,0

Fonte: MEC/Coord. in. Planejamento

Entre 1986 e 1990, o número de evasão escolar cresceu 2% em relação aos anos anteriores, atingindo 38,0% de evasão, enquanto no início da década o percentual era de 36,0%. O aumento da evasão no período democrático demonstra a insuficiência de diretrizes sólidas em torno das políticas para o ensino superior (BATISTA, 1993).

Esses resultados evidenciam problemas em torno do planejamento e financiamento apropriado para o setor em um contexto de constantes debates para discutir as fragilidades do ensino e, finalmente, resolver questões estruturantes que iriam compor a Constituinte e estabelecer mudanças reais na esfera. Se observarmos os textos que constituem o documento “Nova Universidade”, vemos, por meio da narrativa da fonte, que a promessa era justamente promover um debate entre diferentes setores da sociedade para a elaboração da Carta Magna, simulando no discurso o espírito democrático que o documento teria:

Vivemos, sem dúvida, nova etapa histórica, em que hão de predominar novas perspectivas políticas voltadas para o atendimento dos mais profundos anseios nacionais. Nesse contexto, assume uma especial relevância a legítima aspiração de mobilidade social que o saber universitário pode viabilizar. Iniciam-se, agora, os trabalhos desta Comissão, na qual está **representada a sociedade brasileira** por seus segmentos mais significativos. Aqui estão **educadores, estudantes, cientistas, religiosos, empresários e trabalhadores**. Desta forma, não é só a universidade que vai refletir sobre si mesma, pois seus problemas interessam ao país como um todo (BRASIL, 1985, p. 19, grifos da autora).

No final das contas, as ações desempenhadas na Constituinte favorecem, prioritariamente, o setor empresarial em detrimento dos educadores, estudantes, cientistas e trabalhadores, reformulando somente questões técnicas e administrativas em torno do ensino superior, na medida em que manteve a estrutura elitista e excludente que atenderia à lógica do mercado, mantendo e ampliando, assim, condições favoráveis para a constante expansão do ensino privado.

Em um dos trechos das Mensagens Presidenciais de 1990, Sarney menciona as políticas de contenção da expansão em torno do ensino superior público desempenhadas por Figueiredo no início da década de 80, demonstrando claro apoio às políticas assumidas por ele:

O ensino superior brasileiro vem apresentando um crescimento residual, como consequência de uma decisão do Governo Federal, que a partir de 1981, vem procurando disciplinar a expansão do sistema, através de sucessivos decretos que, ou sustaram a abertura de novos cursos, ou condicionaram essa abertura ao atendimento de condições estritas de natureza pedagógica, social e financeira.

A matrícula atual é de 1.527.577 alunos, com a seguinte distribuição em termos percentuais: no âmbito federal, 21,14%; estadual, 12,69%; municipal, 5,10%; e, particular 61,07% (BRASIL, 1990, p. 122, 123).

Segundo a narrativa revelada no documento, é notável a aprovação de Sarney com as políticas de contenção acerca da expansão do ensino, atribuindo essas medidas a um Estado que se posicionou de maneira racional diante de uma expansão desorganizada, além de descrever essas políticas de contenção como algo necessário para assegurar a ampliação da qualidade. Na afirmativa “uma decisão do Governo Federal, que a partir de 1981 vem procurando disciplinar a expansão do sistema, através de sucessivos decretos”, fica clara a intenção de Sarney de legitimar as medidas restritivas de Figueiredo, apresentando suas políticas como algo positivo e imprescindível para melhorar a qualidade no setor.

Essa romantização das políticas de Figueiredo revela a ressignificação que Sarney queria incorporar ao regime anterior, selecionando muito bem as palavras para que as ações tomadas pelo governo anterior carregassem caráter positivo como resposta ao cenário em que a educação superior se encontrava no momento em questão.

Outro aspecto que podemos extrair desse trecho são os dados que Sarney busca apresentar logo após sua saudação às medidas desempenhadas por Figueiredo. O fato de ele

discorrer sobre os números e percentuais sem fazer nenhum comentário a respeito é outro indício do acolhimento que Sarney demonstra no documento, uma vez que o percentual alcançado pela dependência administrativa do Governo Federal nem chega perto dos índices demonstrados pela iniciativa privada, demonstrando estagnação na primeira e o sucessivo crescimento da segunda ao longo da década de 80.

Outro ponto a se ressaltar é a validação da hegemonia da iniciativa privada no ensino superior em relação ao ensino público proporcionado pelo Governo Federal, legitimando a contenção de um para o desenvolvimento do outro. Dessa maneira, o posicionamento narrativo de José Sarney demonstra continuidade discursiva e política entre os dois governos, mesmo que em um deles a democracia seja inexistente e, no outro, a democracia opere em termos oficiais.

Outra passagem que demonstra o predomínio do setor privado nas políticas de Sarney é evidenciada no trecho das Mensagens Presidenciais de 1989:

Ao Programa Integrado de Desenvolvimento do Ensino Superior, que objetiva fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi destinado o montante de NCz\$ 18,2 milhões. **Já o Programa de Apoio a Instituições Universitárias Não Federais, aplicou a soma de NCz\$ 2,3 milhões nas instituições públicas e NCz\$ 4,9 milhões nas demais instituições.** O Programa de Construção, Equipamento e Instalação, que abrange recuperação e manutenção da infraestrutura física e de equipamentos, recuperação de hospitais universitários e a transferência e absorção de tecnologia ótica, absorveu recursos no valor de NCz\$ 27,6 milhões (BRASIL, 1989, p. 68).

No Programa Integrado de Desenvolvimento do Ensino Superior, que se refere às atividades do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), Sarney destinou 18,2 milhões de Cruzados Novos sem especificar a quais dependências administrativas foi destinado e como foi distribuído o montante. No Programa de Apoio a Instituições Universitárias não Federais, seu governo aplicou 2,3 milhões de Cruzados Novos em instituições públicas (estaduais e municipais) e o dobro, cerca de 4,9 milhões, para as instituições privadas. Seu governo destinou 113,04% a mais para a iniciativa privada, dobrando o investimento em relação às instituições públicas neste programa, evidenciando o domínio do setor privado na educação superior, que daí em diante só cresceria.

Para vislumbrarmos nos dados concretos a implementação dessas políticas, buscaremos nas estatísticas esse processo de homogeneização do ensino superior privado no

Brasil ao longo do governo de José Sarney. Para facilitar a análise, coletamos e organizamos uma sequência de informações e dados. Primeiro observaremos o número de instituições de cada dependência administrativa, em seguida as matrículas, os ingressos nas instituições, as conclusões e, por último e não menos importante, as despesas no âmbito da educação. Analisaremos essas informações entre os períodos de 1985, 1986, 1987 e 1988.

Como já mencionado, a década de 80 foi marcada pela estagnação do número de instituições de ensino superior federal, empreendidas por um decreto de João Figueiredo. José Sarney manteve o número de 35 instituições, introduzindo somente em 1989 a implementação de um estabelecimento, continuando, portanto, a política de estagnação em torno da expansão do ensino superior. Enquanto isso, o setor privado se ampliava a cada ano. Em 1986, 1987 e 1988, as universidades particulares atingiram 27, 29 e 31 instituições, e os estabelecimentos isolados, 565, 584 e 607, respectivamente, como demonstra a figura 17.

Em relação às matrículas entre 1986 e 1988, houve um encolhimento nas universidades federais e um aumento nos estabelecimentos isolados:

Figura 20: Número de matrículas do Ensino Superior (1986 e 1988)

ANOS	Em universidades						Em estabelecimentos isolados (1)				
	Total	Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1986	1 418 196	722 863	313 520	104 816	20 600	283 927	695 333	12 214	48 973	77 509	556 637
1987	1 470 555	761 236	315 956	114 418	26 180	304 682	709 319	13 467	53 621	61 323	580 908
1988	1 503 560	770 240	304 465	129 785	17 178	318 812	733 320	13 366	60 951	59 606	599 397

Fonte: Ministério da Educação, Secretaria-Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Em 1986, 1987 e 1988, há uma variação no número de matrículas das universidades federais. Em 1986 foram registradas 313.520 matrículas; em 1987, 315.956 matrículas (obtendo um aumento de 2.427 matrículas); e em 1988, 304.465, havendo uma queda de 11.491 matrículas se comparado ao ano anterior e uma redução de 9.064 em relação ao ano de 1986. Nas universidades privadas, houve um aumento progressivo, com um crescimento de 34.885 matrículas entre 1986 e 1988. Em relação aos estabelecimentos isolados federais, ocorre a mesma variação das universidades da mesma dependência administrativa: 12.214 em 1986, 13.467 em 1987 e 13.366 em 1988, havendo uma diminuição de 1.152 matrículas de 1986 para 1988. Nas universidades particulares, houve um aumento gradual de 42.760 matrículas entre 1986 e 1988. Nesse momento, percebemos a ampliação das universidades particulares, que ganham grande força, ultrapassando o número de matrículas dos estabelecimentos isolados, que anteriormente detinham destaque no setor privado:

[...] a partir do final da década de 1980, o movimento de transformação de estabelecimentos isolados em universidades se acelerou: entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 a 64 estabelecimentos. Tudo leva a crer que a expansão das universidades privadas foi orientada pela percepção de seus proprietários de que a existência de estabelecimentos maiores, oferecendo cursos mais diversificados, teria vantagens competitivas no interior do mercado do ensino superior (MARTINS, 2009, p. 23).

Em relação aos ingressos nos cursos de graduação, investigamos os mesmos períodos das matrículas, ou seja, 1986 a 1988:

Figura 21: Ingresso nos cursos de graduação (1986-1988)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	INGRESSOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO										
		Total	Em universidades				Em estabelecimentos isolados (1)					
			Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa			
				Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
TOTAL												
BRASIL.....	1986	431 374	193 747	69 401	27 179	7 338	89 829	237 627	2 737	17 510	29 709	187 671
	1987	433 020	193 923	65 452	28 417	9 445	90 609	239 097	3 209	19 593	21 926	194 369
	1988	432 264	194 356	62 292	32 811	5 532	93 721	237 908	3 141	19 337	21 199	194 231

Fonte: Ministério da Educação, Secretaria-Geral, Serviços de Estatísticas da Educação e Cultura.

Ao observarmos o ingresso nos cursos de graduação em universidades federais, deparamo-nos com um encolhimento contínuo nos momentos apurados, tendo uma queda de 7.109 ingressos entre 1986 e 1988. Enquanto isso, as universidades particulares tiveram um aumento gradativo de 3.892 ingressos entre o mesmo período, iniciando 1986 com 89.829 e 93.721 ingressos em 1988. Em relação às instituições isoladas federais, ocorreu uma variação, iniciando o ano de 1986 com 2.737 ingressos, 3.209 em 1987 e 3.141 em 1988. O mesmo ocorreu nos estabelecimentos privados, com 187.671 ingressos em 1986, 194.369 em 1987 e 194.231 em 1988, embora vejamos um avanço expressivo no setor, que obteve um crescimento de 6.698 ingressos em apenas um ano (1986-1987).

Em relação às conclusões, tivemos que investigar dois documentos para realizar uma análise em torno dos períodos observados nos parágrafos anteriores (1986-1988). O primeiro se refere a 1985 até 1987 e o segundo ao ano de 1988:

Figura 22: Conclusões nos cursos de graduação (1985-1987)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	CONCLUSÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO										
		Total	Em universidades					Estabelecimentos isolados (1)				
			Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa			
				Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL.....	1985	234 173	102 770	41 894	13 035	3 533	44 308	131 403	1 981	8 802	13 199	107 421
	1986	228 074	103 533	41 504	15 161	3 693	43 175	124 541	2 354	8 027	9 978	104 182
	1987	224 809	101 437	37 711	16 597	2 320	44 809	123 372	2 284	8 442	9 610	103 036

Fonte: Ministério da Educação, Secretaria-Geral, Serviços de Estatísticas da Educação e Cultura.

Nos períodos apresentados no documento, vemos o panorama de conclusões dos primeiros anos do governo de José Sarney, apresentando a gradativa diminuição de 4.183 conclusões das universidades federais entre 1985 e 1987 e uma pequena variação nas universidades privadas de 44.308 em 1985. 43.175 em 1986 e 44.809 em 1987, mantendo o número de concluintes na faixa dos 40.000 por ano.

Nos estabelecimentos isolados do âmbito federal, há um aumento nos dois primeiros anos do governo Sarney (1.981 em 1984 e 2.354 em 1986), tendo uma pequena queda no ano de 1987 (2.284 conclusões). O mesmo ocorre nas instituições isoladas particulares, obtendo 107.421 em 1984, 104.182 em 1986 e 103.036 conclusões em 1987.

Em 1988, ocorreram algumas mudanças:

Figura 23: Conclusões nos cursos de graduação (1988)

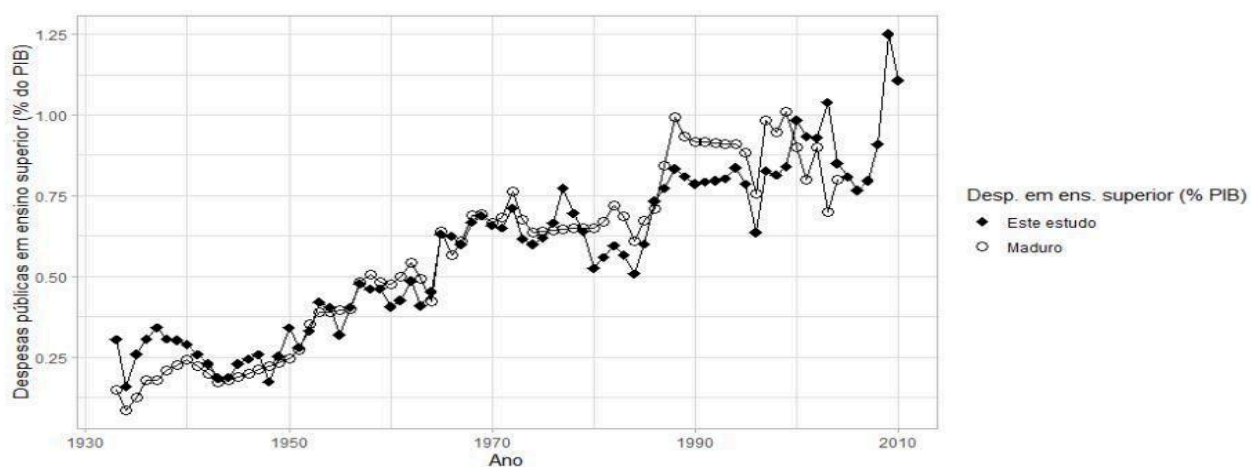
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CONCLUSÕES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO											
	Total	Natureza										
		Universidades					Federa- ções de esco- las e fa- culdades integra- das (1)	Estabelecimentos isolados				
		Dependência administrativa						Dependência administrativa				
		Total	Federal	Estadual	Muni- cipal	Parti- cular		Total	Federal	Estadual	Muni- cipal	Parti- cular
BRASIL.....	227 037	108 816	39 580	15 851	2 941	50 484	29 931	88 290	1 809	8 990	7 964	69 527

Fonte: Ministério da Educação, Secretaria-Geral, Secretaria de Planejamento, Coordenação de Informações para o Planejamento Educacional.

No ano de 1988, houve um crescimento de 1.869 conclusões em torno do índice de concluintes nas universidades federais em comparação ao ano anterior. O mesmo ocorre nas universidades particulares, saltando de 44.809 em 1987 para 50.464 no ano seguinte, ou seja, há um aumento de 5.655 conclusões. Nos estabelecimentos isolados federais e privados, há uma queda no número de concluintes, atingindo um encolhimento de 475 conclusões nas instituições federais e uma redução de 33.509 concluintes nos estabelecimentos privados.

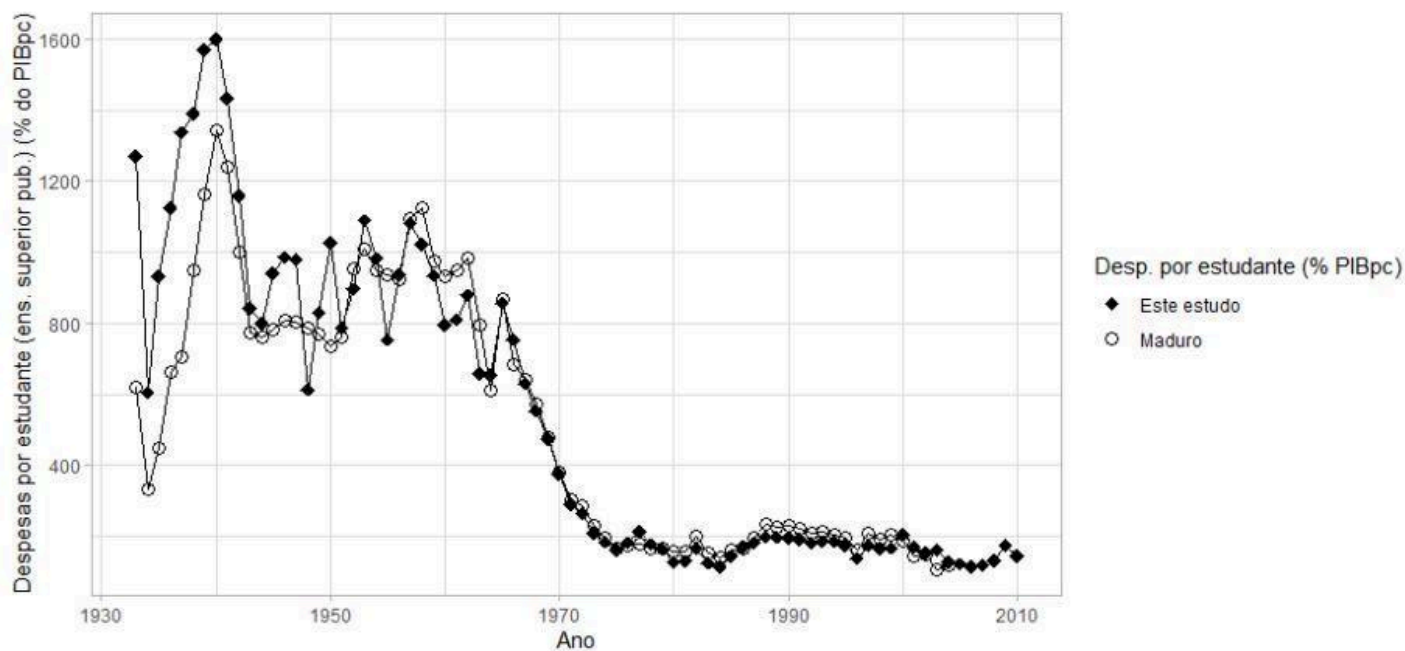
Em relação às despesas no âmbito da educação superior, resolvemos trazer um panorama geral em torno do índice de gastos com este nível de ensino através de dois gráficos:

Figura 24: Panorama das despesas com o ensino superior como proporção do PIB (%), comparação de estimativas, Brasil, 1933-2010



Fonte: KANG; MENETRIER, 2023; MADURO, 2007.

Figura 25: Panorama das despesas por estudante da rede pública como proporção do PIB per capita (%), ensino superior, e comparação de estimativas, Brasil, 1933-2010



Fonte: KANG; MENETRIER, 2023; MADURO, 2007.

Na figura 24, observamos algumas variações na década de 80 e um aumento gradativo a partir de 1985 até o início da década de 90, evidenciando maior gasto, ou seja, um aumento em torno dos investimentos com o ensino superior. Na figura 25, que se refere às despesas por estudante no ensino superior, observamos uma queda brusca a partir da década de 40, apresentando variações até a segunda metade dos anos 60 e, a partir disso, uma contenção gradual até o início de 1980, tendo um tímido crescimento no início dos anos 90. A partir disso, os índices expressaram certa estabilização; no entanto, notamos que as despesas por estudante do ensino superior se mostram muito pequenas quando observamos as despesas com o ensino superior apresentadas na figura 24.

É importante ressaltar que a pesquisa realizada por Kang e Menetrier (2023) não distingue nos dados a quais dependências administrativas os investimentos foram destinados. A intenção em apresentar os dados estatísticos é justamente demonstrar um panorama geral acerca do investimento público empreendido pelo governo federal na educação superior brasileira.

Como exposto na figura 24, a partir de 1985 há um crescimento em torno das despesas com o ensino superior, como os dados a seguir confirmam:

Figura 26: Despesas com educação do governo federal, 1985-1989

ANO	DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Cr\$ 1.000)
1985	10 137
1986	31 688
1987	116 022
1988	1117 593
1989	14 060 929

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados apresentados pelo IBGE, Diretoria de Pesquisas e Departamento de Contas Nacionais¹⁶⁵.

¹⁶⁵Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1993/educacao1993m_aeb_150.pdf. Acesso em: 18/02/2026.

Como a figura 26 evidencia, há de fato um aumento progressivo no investimento em torno da educação no geral; no entanto, seria extremamente pertinente apresentar os gastos com a educação superior em específico e a quais categorias o investimento é destinado. Infelizmente, não conseguimos dados com os gastos específicos de todos os anos do governo de José Sarney; todavia, encontramos uma fonte que demonstra o destino das verbas em cada área da educação dos anos de 1985 e 1986, além de índices fixados para o ano de 1987.

Figura 27: Despesas realizadas pela União na função educação e cultura, segundo os órgãos da administração direta e os programas - 1985-86

ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E PROGRAMAS	DESPESA REALIZADA PELA UNIÃO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (Cz\$ 1 000)	
	1985	1986
TOTAL	16 771 238	57 561 927
Órgãos da administração		
Presidência da República	725 679	1 826 550
Ministérios	16 045 559	55 735 377
Aeronáutica	256 146	655 441
Cultura	71 362	1 017 674
Educação	12 444 955	37 949 528
Exército	377 114	1 000 559
Fazenda	2 617 413	14 317 751
Interior	-	9 285
Marinha	271 211	753 609
Relações Exteriores	7 358	31 530
Programas		
Administração	836 138	1 880 390
Administração financeira	267 118	579 355
Assistência	8 159	87 238
Assistência a educandos	38 065	88 451
Ciência e tecnologia	8 306	21 659
Cultura	335 633	1 010 837
Educação especial	29 299	113 994
Educação física e desporto	39 086	61 935
Ensino de 1º grau	7 360 399	31 335 556
Ensino de 2º grau	1 154 586	3 865 192
Ensino superior	6 495 370	17 788 505
Ensino supletivo	27 392	58 001
Planejamento governamental	156 206	432 067
Política exterior	5 430	25 980
Programas integrados	-	2 800
Saúde	171	495
Serviço de informações	1 155	2 926
Telecomunicações	8 725	206 546

CATEGORIAS ECONÔMICAS	Realizada (1)		Fixada (2)
	1985	1986	1987
TOTAL	13 610 204	39 592 414	37 163 069
Despesas correntes	11 745 995	34 706 429	31 257 067
Custeio	346 493	909 229	1 213 574
Pessoal	265 765	667 906	833 785
Material de consumo	19 678	75 643	88 901
Serviços de terceiros e encargos	60 765	164 641	290 068
Outras despesas de custeio	285	1 039	820
Transferências correntes	11 399 502	33 797 200	30 043 493
Intragovernamentais	9 010 235	26 220 492	27 550 959
Intergovernamentais	1 946 667	6 259 239	1 290 394
A instituições privadas	76 218	220 958	273 254
Ao exterior	2 926	12 664	12 712
A pessoas	283 505	851 237	607 598
Encargos da dívida interna	22 338	43 170	59 164
Encargos da dívida externa	57 523	189 290	249 177
Outras transferências correntes	90	150	235
Despesas de capital	1 864 209	4 885 985	5 906 002
Investimentos	688 245	221 848	333 998
Obras e instalações	21 719	116 201	37 755
Equipamentos e material permanente	37 445	51 549	293 966
Investimentos em regime de execução especial	627 916	47 052	-
Constituição ou aumento de capital de empresas industriais ou agrícolas	1 165	7 046	2 217
Outros investimentos	-	-	60
Inversões financeiras	225	123	690
Transferências de capital	1 175 739	4 664 014	5 571 314
Intragovernamentais	870 428	3 744 230	3 760 799
Intergovernamentais	137 196	605 194	1 346 542
A instituições privadas	11 481	56 957	90 236
Amortização da dívida interna	33 667	49 968	68 602
Amortização da dívida externa	122 967	207 665	305 135

Fonte: Ministério da Educação, Secretaria-Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

A partir dos dados apresentados na tabela 27, de imediato, notamos que há um aumento significativo acerca das despesas deliberadas pelo governo federal em torno da Educação. Com base no Cz\$1.000 estabelecido na tabela, em 1985 o gasto público com o setor atingiu a marca de Cz\$12.444.955 bilhões, chegando a triplicar os gastos no ano seguinte para Cz\$ 37.949.528 bilhões cruzados.

Apesar do aparente investimento no setor, precisamos levar em conta o contexto econômico do período, que enfrentava um cenário de hiperinflação. No ano de 1986, o Plano Cruzado realizou um congelamento de preços, como vimos anteriormente, mas a inflação continuava a assombrar o contexto brasileiro. Boa parte dos valores apresentados na figura 27 não representa ganhos reais, uma vez que os valores sofreram correção monetária devido à hiperinflação que o país enfrentou.

Um fato que deve ser ressaltado são os valores destinados à iniciativa privada, localizados nos itens “despesas correntes” e “despesas de capital”. Em 1985, as despesas correntes com instituições particulares foram de Cz\$76.218 milhões, passando para Cz\$220.928 milhões no ano seguinte e fixando um valor ainda maior em 1987.

No item “despesas de capital”, os valores registrados foram de Cz\$11.481 milhões em 1985, passando para Cz\$56.957 milhões em 1986 (ou seja, no ano seguinte foi gasto um montante 5 vezes maior do que o do ano anterior), além de fixar Cz\$90.236 milhões de cruzados em 1987. Se compararmos os dois itens nos anos de 1985 e 1986, notamos um aumento expressivo entre um ano e outro. Os custos correntes do privado tiveram um crescimento de 189,86%, enquanto os gastos destinados ao capital do privado obtiveram um aumento de 196,09% entre 1985 e 1986.

Nas despesas correntes, na seção “custeio”, o item “pessoal”¹⁶⁶ se refere a qualquer instituição pública que tenha sua própria equipe de funcionários, que neste caso, por se tratar de uma tabela acerca da Educação, se refere aos custos com os funcionários de Instituições Federais de Ensino Superior, como folha de pagamento e afins. Nesse item, foram destinados Cz\$265.765 milhões em 1985, Cz\$667.906 em 1986 e foi fixado para 1987 Cz\$833.785 milhões de cruzados. Os custos com as IFES entre 1985 e 1986 tiveram um aumento de 151,31%, crescimento muito inferior aos gastos destinados às instituições privadas, indicando a aceleração privatista no governo de José Sarney, ao demonstrar um ritmo de crescimento muito acima do investimento destinado às instituições de ensino superior no âmbito federal.

Os índices de gastos por estudantes de instituições públicas, apresentados na figura 25, demonstraram um tímido crescimento, ao passo que as despesas com o ensino superior no geral, demonstradas na figura 24, aumentaram expressivamente a partir da Nova República em 1985.

É notável que os investimentos não foram destinados aos estudantes de instituições públicas, custeando a permanência estudantil e outros amparos a estudantes em situação de vulnerabilidade social, por exemplo. Esses números podem indicar alguma relação em torno do número de concluintes das universidades federais entre 1985 e 1987, que obteve uma diminuição de 4.183 conclusões, expressas na figura 22. Outro indicador desse não investimento pode ser manifestado na figura 19, que se refere ao índice de evasão escolar. No ano de 1986 a 1990, o MEC registrou uma taxa de 39,0% de evasão, número superior ao início da década de 80 com o governo de João Figueiredo, que variava entre 35,0% e 37,0%.

¹⁶⁶ ADENDO I À PORTARIA SOF N.º 08, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1985: 3.0.0.0 Despesas Correntes; 3.1.0.0 Despesas de Custeio; 3.1.1.0 Pessoal; 3.1.1.1 Pessoa Civil: Despesas com vencimentos, salários de pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), adicionais, auxílios, gratificações, indenizações, diárias, ajuda de custo, horas extras, representações, substituições e outras despesas decorrentes de pagamento de pessoal em serviço na entidade. Disponível em: <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/arquivos/uploads/portaria-sof-8-1985.pdf>. Acesso em: 19/02/2026.

Os investimentos também não foram destinados ao ingresso nos cursos de graduação em universidades federais, uma vez que houve um encolhimento gradual, tendo uma queda de 7.109 ingressos entre 1986 e 1988. Os custos também não se referem à ampliação das instituições de ensino superior federais, que permaneceram estagnadas em 35 instituições até 1989.

Ao observarmos os resultados dos dados coletados, notamos que o governo de José Sarney manteve a lógica de contenção de Figueiredo, que, ao contrário dele, não precisou instaurar um decreto para refrear a ampliação da educação superior federal, apenas reverteu a verba pública para o setor privado, substituindo o decreto por políticas privatistas que contribuíram decisivamente para a hegemonização do setor privado no âmbito da educação superior na década de 1990, ao passo que moderou o investimento da educação superior federal em comparação com o ensino privado. “Os custos global e médio anual dos alunos nas instituições federais foram de US\$8.793¹⁶⁷, e US\$7.475 na década de 80, US\$9.300 e US\$7.724 em 1990, apresentando uma queda significativa no custo per capita em 1991, passando para US\$6.17 e US\$5.407” (BATISTA, 1993, p. 20).

3.4 Análise de fonte: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Nesta seção, analisaremos as fontes propostas para investigar a instituição que elegemos como objeto de estudo. Nesse momento, discutiremos 3 fontes, entre elas a Lei n.º 952¹⁶⁸, ou seja, a Lei de criação da universidade, o Regimento Geral da instituição e o Estatuto da universidade, respectivamente. A escolha das fontes ocorreu devido à credibilidade dos documentos, além do fato de evidenciarem questões estruturais da instituição, principalmente quando pensamos no Regimento Geral e no Estatuto, que se encaminharam como reflexo da Lei n.º 952.

¹⁶⁷ Os valores nacionais foram convertidos em dólares americanos (BATISTA, 1993).

¹⁶⁸ Lei n.º 952, DE 30 DE JANEIRO DE 1976: Cria a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/compilacao-lei-952-30.01.1976.html>. Acesso em: 24/02/2026.

3.4.1 Lei n.º 952, de 30 de janeiro de 1976

No dia 30 de janeiro de 1976, o governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, instituiu a Lei n.º 952, decretando a criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que uniu diversas instituições de ensino superior isoladas localizadas nas regiões interioranas do estado para comporem uma única entidade autárquica. A constituição da universidade possibilitou aos estudantes que residem nessas regiões acesso ao ensino superior sem precisar se mudar para a capital, como ocorria anteriormente.

Ao observarmos os artigos e suas subdivisões acerca da Lei n.º 952, percebemos o autoritarismo do regime muito presente nas decisões do governador de São Paulo (lembrando que Paulo Egydio Martins foi designado ao cargo por Ernesto Geisel). O exemplo disso fica explícito no artigo 6.º, parágrafo 2.º (SÃO PAULO, 1976, art. 6.º): “§ 2.º - Os quadros do pessoal docente, tanto permanente como especial, serão organizados pelo Conselho Universitário, obedecidas as normas da legislação em vigor. (NR)”. Como podemos ver, esse parágrafo foi alterado. Nesse caso, houve uma tentativa de vetar o parágrafo em abril do mesmo ano, como indica o termo (NR) ao final do excerto. Apesar da tentativa do governador em vetar, o parágrafo foi mantido pela Alesp em 20/04/1976.

A situação apresentada, demonstra que houve uma clara dissidência entre o governador e a Alesp na decisão de manter ou não o parágrafo, uma vez que tal conflito dizia respeito à autonomia universitária ao conceder ao Conselho Universitário a decisão de eleger e configurar o quadro docente da instituição. A tentativa de vetar o parágrafo, materializa a intenção de Martins em limitar a autonomia universitária para que ele tivesse maior controle acerca do quadro magisterial, para assim, enquadrá-los de acordo com os preceitos do regime em questão. Sua intenção era centralizar essa decisão ao governo estadual.

Ao analisar o artigo 7º (que diz respeito à Reitoria da universidade), parágrafo 1º, o propósito em restringir a autonomia universitária fica ainda mais ostensivo (SÃO PAULO, 1976, art. 7º): “§ 1º - O Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados pelo Governador com mandato de 4 anos, vedada a recondução consecutiva, escolhidos entre os indicados em listas tríplices apresentadas pelo Conselho Universitário”. Em primeiro instante, a reitoria era o cargo máximo quando pensamos hierarquicamente, pois, até o momento, o Conselho Universitário ainda não havia sido formado, deixando o Reitor no topo da hierarquia, abrindo, portanto, uma brecha que poderia contornar a decisão da Alesp. O reitor designado pelo

governador foi o coordenador da Coordenadoria dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), o Prof. Dr. Luiz Ferreira Martins, eleito em março de 1976:

Figura 28: Posse de Luiz Ferreira Martins como primeiro reitor da Unesp



Fonte: CEDEM¹⁶⁹

Com a nomeação realizada, foi criado um Conselho Provisório para constituir o processo de estruturação inicial da universidade, como a realização do primeiro estatuto da universidade, por exemplo. É importante ressaltar que, antes de 1976, já havia uma articulação em torno da estruturação inicial da instituição, e o coordenador da CESESP (que no ano seguinte seria eleito reitor) se reunia frequentemente com os diretores dos institutos isolados para discutir sobre a disposição inicial da futura Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, da qual fariam parte. (DIAS, 2005, p. 43) “[...] durante todo o ano de 1975, o coordenador da Cesesp se reuniu regularmente com os diretores dos Institutos, muitos dos quais vieram a compor o Conselho Universitário Provisório.”

Após sua nomeação como reitor, Luiz Ferreira Martins compôs o Conselho Provisório, indicando os diretores das unidades (os mesmos que, no ano anterior, haviam empreendido longas discussões em torno das deliberações da instituição que seria formada) para compor o conselho, unindo todos os estabelecimentos isolados que havia nas regiões interioranas de São Paulo para integrarem a universidade:

¹⁶⁹171. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticias/v/id::484/historia-da-unesp-contada-por-luiz-ferreira-martins/>. Acesso em: 24/02/2026.

Quando foi redigido o Projeto de Lei, foram oferecidas cópias para que os diretores o submetessem à discussão em suas respectivas Congregações. As informações eram dadas na forma de notícias e, em nenhum momento, a comunidade acadêmica participou organicamente do processo (DIAS, 2005, p. 43).

A elaboração do anteprojeto que definiria o Estatuto e o Regimento da Unesp foi realizada de maneira totalmente arbitrária, sem estabelecer diálogo, além de impedir qualquer tipo de intervenção de outras esferas da comunidade acadêmica, evidenciando, assim, que o primeiro reitor da instituição estava estreitamente alinhado com a dinâmica do regime em curso.

[...] com base no jogo que se estabeleceu, a UNESP homologada em seu Estatuto é aquela que havia sido previamente planejada pelos gestores [...] O processo foi conduzido de forma centralizada e determinada, em consonância com o momento político que se vivia [...] Por seu turno, a comunidade universitária, espacial e politicamente dispersa, ia recebendo com interesse e apreensão as informações oferecidas (DIAS, 2005, p. 44).

No âmbito legislativo, essas medidas foram estabelecidas nas disposições transitórias do Artigo 2º e seus parágrafos da Lei de criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”:

Artigo 2º - Enquanto não for constituído o Conselho Universitário de que trata o artigo 6º, suas atribuições serão exercidas por um Conselho Provisório, integrado por todos os diretores das unidades universitárias,

pelos dirigentes das autarquias a que se referem os artigos 14 e 15¹⁷⁰ e por representantes do corpo discente, estes na proporção de um quinto do colegiado.

§ 1º - Compete ao Conselho Provisório elaborar e encaminhar as listas tríplices, para efeito de primeira nomeação de Reitor e Vice-Reitor da Universidade, observados os termos do artigo 7º e seus parágrafos.

§ 2º - O Reitor e Vice-Reitor, uma vez nomeados, passarão a integrar o Conselho Provisório.

§ 3º - Cabe ao Presidente do Conselho Estadual de Educação responder pelo expediente do Reitor da Universidade até a nomeação do Reitor, devendo, no prazo de 15 dias, contados da data da publicação desta lei, convocar o Conselho Provisório para a elaboração da lista tríplice a ser submetida ao Governador (SÃO PAULO, 1976, Disp. Trans., art. 2º).

No decreto, observamos que ele cita uma representação discente no Conselho Provisório; todavia, a delegação desse segmento universitário era de apenas $\frac{1}{5}$, quase inexpressiva para alterar qualquer decisão deliberada pelo restante do Conselho. Portanto, o 2.º Artigo das Disposições Transitórias se revela mais como uma tentativa de apresentar alguma parcela de envolvimento do corpo discente em torno das decisões que seriam tomadas acerca do Regimento e do Estatuto da universidade do que uma abertura democrática sobre as decisões.

Quando as disposições que seriam deliberadas nos anteprojetos foram devidamente fundamentadas e justificadas, o rol de propostas elaboradas pelo conselho foi finalmente divulgado à comunidade acadêmica, contendo três eixos centrais no corpo do documento: justificativa (fundamentação do porquê das propostas eleitas) e diagnóstico (evidenciando

¹⁷⁰ Artigo 14 - A Faculdade de Música «Maestro Julião», criada pela Lei n. 236, de 10 de junho de 1974, como autarquia de regime especial, com sede e foro no Município de São Bernardo do Campo, passa a funcionar agregada à Universidade.

§ 1º - Após o reconhecimento da Faculdade de que trata este artigo, nos termos da legislação pertinente, será ela integrada à Universidade, perdendo a personalidade jurídica que lhe foi conferida e passará a constituir unidade universitária.

§ 2º - Os Estatutos e o Regimento Geral da Universidade disporão sobre a agregação da Faculdade e o respectivo funcionamento até a sua integração.

Artigo 15 - O Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza», criado por decreto-lei de 6 de outubro de 1969, fica transformado em autarquia de regime especial, associada à Universidade.

§ 1º - Para os efeitos do disposto no artigo 4º do Decreto-lei Complementar n. 7, de 6 de novembro de 1969, o Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza» vincula-se à Universidade.

§ 2º - A Faculdade de Tecnologia de São Paulo e a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, criadas, respectivamente, pelo Decreto n. 1.418, de 10 de abril de 1973, e pelo Decreto-lei n. 243, de 20 de maio de 1970, serão Unidades de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza».

§ 3º - O Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza» proporá a sua organização, a ser definida nos Estatutos da Universidade.

§ 4º - O Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza» será aprovado por decreto.

§ 5º - Aplicam-se à autarquia de que trata este artigo as disposições dos artigos 12 e 13 (SÃO PAULO, 1976, Art. 14 e 15).

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/compilacao-lei-952-30.01.1976.html>. Acesso em: 25/02/2026.

problemas no interior da instituição para em seguida resolverem) e propostas (para alcançar os objetivos estimados):

O documento tinha o objetivo de apresentar a solução que pareceu aos responsáveis ser a mais "adequada" à realidade da Universidade. **Destacava, desde logo, a carreira que se propunha ao corpo docente**, baseada em três categorias — doutor, adjunto e titular — que garantiria "a mais adequada seleção do pessoal docente a ser estabilizado, evitando-se os inconvenientes de uma efetivação prematura". Com base na necessidade de **otimizar recursos e meios**, defendia-se uma estrutura alicerçada em Institutos e Faculdades, em substituição aos Institutos Isolados, "fruto de diretrizes fixadas a partir de convicções firmadas após adequada análise de nossa realidade e prolongadas reflexões". **As justificativas apresentadas apoiavam-se na política educacional estadual e federal, mencionando vários pontos contemplados pela Reforma Universitária** (DIAS, 2005, p. 46, grifos da autora).

As diretrizes estruturais do documento se apoiavam na Reforma Universitária de 1968, ao passo que estabeleciam nos documentos centrais e estruturantes da instituição o mesmo teor tecnicista, subordinado às necessidades e interesses do capital (DIAS, 2005, p. 47), “admitia-se expansão ‘gradativa e ordenada’ de acordo com o desenvolvimento regional e suas necessidades; se não pudessem ser atendidas nas diferentes áreas do conhecimento, que o fossem nas áreas ‘consideradas prioritárias’”.

3.4.2 Estatuto da Universidade

Instituído no início de 1977 por meio do Decreto n.º 9.449¹⁷¹, o Estatuto da Unesp organizou a vida política e administrativa da universidade, estabelecendo diretrizes gerais que designam a identidade e definem a estrutura de poder da instituição, sendo, portanto, um documento de suma importância para analisar as diretrizes centrais que foram instituídas no interior da universidade.

A primeira característica do modelo que queriam estabelecer na instituição foi identificada no primeiro artigo do Estatuto:

Artigo 1.º - A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), criada pela Lei 952, de 30 de janeiro de 1976, é autarquia de

¹⁷¹ Decreto n.º 9.449. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho». Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-9449-26.01.1977.html>. Acesso em: 26/02/2026.

regime especial, com sede e foro no distrito de Ilha Solteira, município de Pereira Barreto, e com **autonomia didático-científica. Administrativa, financeira e disciplinar, regendo-se pelo presente Estatuto e pelo seu Regimento Geral e sujeita à fiscalização do Governo do Estado, no que disser respeito à tomada de contas e à inspeção da contabilidade** (SÃO PAULO, 1977, Art. 1.º, grifos da autora).

Apesar da aparente autonomia da instituição, o Artigo 1º revela uma contradição quando determina que a tomada de contas e a inspeção da contabilidade, ou seja, questões referentes ao âmbito financeiro da universidade, estariam sujeitas à fiscalização do governo do Estado de São Paulo, indicando a tutela do Estado nas questões financeiras da instituição.

Norteados pelo princípio da Reforma Universitária de 1968, seja pela racionalidade tecnicista ou pela contradição da autonomia, como demonstra o Art. 3.º¹⁷² da Reforma, que na mesma medida, afirma que as universidades teriam autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira; por outro lado, abre uma brecha, subordinando essas autonomias à "forma da lei e de seus estatutos", ou seja, às diretrizes instauradas pelo instrumento jurídico da universidade, nesse caso, o Estatuto, que foi dirigido prioritariamente pelo Reitor nomeado pelo governador.

A tutela do Estado no Estatuto fica ainda mais evidente quando observamos a estrutura da Administração Central, composta pelo Conselho Universitário (CO), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (CEPE) e a Reitoria, concedendo ao CO o topo da hierarquia. A questão não é necessariamente a ordem hierárquica, mas sim como é composto o Conselho Universitário e como o Reitor foi selecionado.

A configuração do Conselho Universitário é revelada no Artigo 13 do Estatuto:

Artigo 13 – O CO, órgão colegiado superior da Universidade, tem a seguinte composição: I – o Reitor, seu Presidente nato; II – o Vice-Reitor; III – os Diretores das Unidades Universitárias; IV – os Dirigentes das Autarquias; V – três representantes dos Professores Titulares; VI – um representante de cada uma das demais categorias docentes; VII – um representante de cada uma das Federações da Agricultura, do Comércio e da Indústria do Estado de São Paulo; VIII – um representante do corpo técnico-administrativo; IX – representação discente (SÃO PAULO, 1977, Art. 13º).

¹⁷² Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968: Art. 3.º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 26/02/2026.

A partir dessa configuração, notamos que cinco das nove representações, ou seja, a maioria, são compostas por membros tendenciosos quando apreendemos as competências que eram concedidas à reitoria, expostas no Artigo 25¹⁷³. O reitor e o vice-reitor eram nomeados pelo Governo de São Paulo; os diretores das unidades eram indicados pela reitoria; o reitor indicava os dirigentes das autarquias; e os representantes das federações da agricultura, do comércio e da indústria do Estado de São Paulo, que, além de serem indicados pelo reitor do governo autoritário, representavam a elite e seus interesses econômicos. Além disso, no Estatuto não é definida a porcentagem de discentes que participariam do CO, deixando em aberto por meio da afirmativa “representação discente”. Além disso, compete ao Reitor (SÃO PAULO, 1977, Artigo 25º, parágrafo X) “estabelecer ou fazer cessar as relações jurídicas de emprego de pessoal docente, técnico e administrativo da UNESP, conforme a legislação vigente”.

Se os três principais membros administrativos da instituição eram o CO, a CEPE e a Reitoria, o Reitor se infiltrou nos dois maiores órgãos administrativos da instituição para centralizar a tutela do Estado no interior da universidade. E as coisas só se agravam quando observamos o Artigo 105º¹⁷⁴, que compete ao Conselho Universitário reformular ou alterar o Estatuto. O Estatuto só poderia ser alterado pela maioria de dois terços da totalidade dos membros do CO, ou seja, aproximadamente 66%, estabelecendo um arcabouço ideal para empreender os ditames do Estado autoritário na universidade por meio do documento central

¹⁷³ Artigo 25 – Ao Reitor compete: I – dirigir e administrar a UNESP e representá-la em juízo ou fora dele; II – zelar pela fiel execução da legislação da UNESP; III – convocar e presidir o CO; IV – superintender todos os serviços da Reitoria; V – dar posse ao Vice-Reitor; VI – escolher e nomear, com base em listas tríplices de Professores Titulares indicadas pela Congregação, o Diretor e o Vice-Diretor de cada Unidade Universitária e dar-lhes posse; VII – nomear os Diretores de outras Unidades; VIII – indicar os Dirigentes das Autarquias vinculadas de regime especial; IX – nomear o Secretário Geral da UNESP indicado pelo CO; X – estabelecer ou fazer cessar as relações jurídicas de emprego de pessoal docente, técnico e administrativo da UNESP, conforme a legislação vigente; XI – exercer o poder disciplinar em seu nível de autoridade; XII – cumprir e fazer cumprir as decisões do CO e do CEPE; XIII – submeter ao CO a proposta orçamentária da UNESP; XIV – autorizar a alienação de bens móveis da UNESP; XV – coordenar o empenho de verbas e respectivas requisições de pagamento, quando for o caso; XVI – autorizar adiamentos, quando for o caso; XVII – conferir graus universitários, correspondentes aos títulos profissionais; XVIII – proceder em sessão pública e solene, a entrega de títulos e de graus, conferidos pelo CO; XIX – convocar a eleição das representações docentes e discentes para o CO e para o CEPE; XX – formular, em tempo hábil, convites as entidades referidas no inciso VII do artigo 13, a fim de que designem os respectivos representantes para o CO; XXI – presidir a quaisquer reuniões universitárias a que compareça; XXII – exercer quaisquer outras atribuições conferidas por lei, pelo Estatuto, pelo Regimento Geral ou por delegação superior; XXIII – delegar atribuições. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-9449-26.01.1977.html>. Acesso em: 26/02/2026.

¹⁷⁴ Decreto n.º 9.449, de 26 de janeiro de 1977: Artigo 105.º – O presente Estatuto somente poderá ser emendado ou reformulado por maioria de dois terços da totalidade dos membros do CO com a aprovação do Conselho Estadual de Educação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-9449-26.01.1977.html>. Acesso em: 26/02/2026.

na designação da identidade da universidade, bem como na estruturação hierárquica da instituição.

Ao analisar as observações apresentadas, notamos que o Estatuto elaborado estava totalmente direcionado para centralizar as decisões realizadas no interior da instituição nas mãos do Estado, que confiou ao cargo de Reitor Luiz Ferreira Martins a missão de desempenhar na recém-universidade os mesmos preceitos do Regime em vigência, uma vez que o próprio governador era indicado pelo governo federal, nesse caso, Ernesto Geisel. O poder estava centralizado e a tutela universitária estava mais concreta do que nunca, agora, materializada no Estatuto, que, desde sua elaboração até sua regulamentação, foi desempenhada de maneira arbitrária, de forma que estivesse estreitamente alinhada com os princípios da ditadura.

3.4.3 Regimento Geral da instituição

Instituído em 18 de agosto de 1977 por meio do Decreto n.º 10.161¹⁷⁵ (meses após o estabelecimento do Estatuto, que foi instaurado em janeiro do mesmo ano), o Regimento Geral da instituição funciona como um documento complementar do Estatuto, definindo o cotidiano acadêmico e administrativo da universidade, além de detalhar as diretrizes de funcionamento, conforme os artigos 1.º e 3.º do Regimento:

Artigo 1.º - O presente Regimento Geral complementa o Estatuto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) [...]
 Artigo 3.º - Os distritos universitários constituídos a partir das regiões administrativas do Estado, conforme estipula o artigo 4.º do Estatuto, constituem a base para o planejamento global das atividades e investimentos da UNESP (SÃO PAULO, 1977, Artigo 1.º e Artigo 3.º).

No capítulo que se refere às competências deliberadas para o CO, conseguimos vislumbrar a importância e influência desse órgão, que designava funções cruciais no ambiente universitário por se tratar de um órgão de administração superior, juntamente com a reitoria. Como observamos no Estatuto, o Conselho Universitário é a associação mais importante da comunidade universitária, ocupando o topo da hierarquia da instituição. Por se

¹⁷⁵ Decreto n.º 10.161, de 18 de agosto de 1977. Aprova o Regimento Geral da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-10161-18.08.1977.html>. Acesso em: 03/03/2026.

tratar de um organismo dominante, o Estado (materializado na figura do Reitor), arquitetou um projeto com o objetivo de constituir um Conselho cuja maioria estivesse alinhada com a reitoria. Com a formação do Conselho Provisório engajado com o Reitor, foi possível formar um CO conveniente para direcionar os preceitos do Governo no funcionamento da universidade por meio do Regimento.

Conforme o Artigo 10º, as competências do CO consistem desde a delegação e atribuições gerais da universidade até a organização e estruturação acadêmica e a oferta de cursos ou extinção dos mesmos:

Artigo 10 - Além das atribuições fixadas no artigo 14 do Estatuto, compete ainda ao CO: I - criar comissões transitórias ou permanentes para sua assessoria; II - fixar, anualmente, o número de vagas para cada curso, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); III - deliberar sobre as áreas de formação universitária em cada distrito universitário; IV - fixar a forma de ingresso dos candidatos nos cursos de graduação; V - analisar, anualmente, a situação educacional de cada um dos distritos universitários; VI - decidir sobre a criação, transformação e extinção de cursos, baseando-se na análise prevista no item anterior, ouvido o CEPE; VII - aprovar a criação, transformação e extinção de departamento nas unidades universitárias por proposta ou não das respectivas Congregações; VIII - aprovar a constituição das unidades auxiliares previstas no. § 2.º do artigo 6.º do Estatuto; IX - deliberar sobre a criação de outras unidades em conformidade com o disposto no artigo 7.º do Estatuto; X - aprovar o Regimento Geral da Pós-Graduação; XI - delegar competência ao CEPE e ao Reitor, exceto as previstas nos incisos V, VI, IX, XV, XVII e XIX do artigo 14 do Estatuto e nos incisos IV, VI e VIII deste artigo; XII - exercer quaisquer outras atribuições decorrentes de lei, do Estatuto e deste Regimento (SÃO PAULO, 1977, Artigo 10º).

Como podemos observar, as competências delegadas ao CO são decisivas para o funcionamento e até mesmo para os métodos de ingresso na instituição, por isso o interesse de um Estado autoritário em interferir diretamente nas decisões do CO. Além do artigo 10, constatamos outras importantes deliberações do Conselho Universitário no Artigo 13º (SÃO PAULO, 1977, Artigo 13º): “Para escolha dos representantes dos docentes, formar-se-á colégio eleitoral em cada distrito universitário, constituído por delegados de cada unidade, conforme seja fixado pelo CO”.

Por meio do artigo 13º, é possível vislumbrar de maneira clara o teor autoritário do Estatuto e do Regimento Geral da universidade, refletindo o cenário autocrático do governo ditatorial, uma vez que elabora um mecanismo que interfere na estrutura normativa da Unesp para que seu domínio predomine na instituição. O Artigo 13º demonstra a instituição da

eleição indireta para a seleção de representantes docentes, atribuindo ao CO a decisão de determinar as regras de representação.

É importante ressaltar que, antes de os institutos isolados se converterem em universidades, grande parte do corpo docente e discente era envolvida com o movimento de resistência à ditadura, empreendendo protestos e exercendo uma relação difícil entre a universidade e o Estado autocrático nos antigos institutos isolados. Um exemplo disso foi a Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, que, em 1.º de abril de 1964, entrou em conflito com a polícia e foi invadida por ela, além de outras unidades isoladas como Rio Claro, Araraquara e Assis, onde as autoridades realizaram uma série de encarceramentos de professores e discentes, que eram designados como “inimigos da ordem”, como estabeleceu Maria Ribeiro do Valle em sua obra “Tenho algo a dizer” (TVT NEWS, 2024).

Outra demonstração do engajamento do corpo docente fica evidente na formação da Associação de Docentes da Unesp (Adunesp)¹⁷⁶, criada seis meses após o nascimento da Unesp. A Adunesp foi a primeira associação docente de ensino superior do Brasil, cujo objetivo era articular o professorado que não tinha voz no Conselho Universitário formado para decidir as diretrizes estruturais da recém-universidade (TVT NEWS, 2024).

Esse engajamento foi um dos motivos que levou o Estado autocrático a empreender pelos altos o Estatuto e o Regimento da instituição, uma vez que teria dificuldades em configurar esses documentos estruturantes com forças divergentes aos preceitos do governo autoritário. Uma das atuações do primeiro reitor em desarticular o corpo docente foi a reorganização em torno do arranjo das unidades universitárias, empreendendo uma série de transferências de docentes para outras unidades, além do fechamento de cursos, fazendo com que alguns professores fossem demitidos ou remanejados de suas respectivas ocupações (TVT NEWS, 2024).

Em relação à reitoria, o segundo órgão de administração superior, juntamente com o Conselho Universitário, as competências atribuídas a esta esfera estão descritas no Artigo 24º do Regimento:

¹⁷⁶ Fundada em 1976, a Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp Seção Sindical tem como base os docentes e pesquisadores vinculados à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp. A luta pelos direitos da categoria, dos específicos aos mais gerais, pela democratização das estruturas de poder da Universidade e contra o projeto neoliberal na educação, tão em voga no final do século passado e no início deste, deu o tom na trajetória da Adunesp desde a sua criação. Disponível em: <https://adunesp.org.br/a-entidade/historia>. Acesso em: 04/03/2026.

Artigo 24 - Além da competência expressa no artigo 25¹⁷⁷ do Estatuto, compete ainda ao Reitor: I - enviar às autoridades competentes, anualmente, o relatório das atividades da Universidade; **II - designar comissões especiais ou grupos de trabalho para assessoria específica; III - baixar portarias e instruções, ouvidos os órgãos competentes, quando for o caso; IV - transferir, conceder aposentadoria, afastamento e licença aos servidores da Universidade, na forma da Lei; V - baixar, por portaria, o Estatuto dos servidores técnicos e administrativos da Universidade, aprovado pelo CO; VI - aprovar normas para acesso e reclassificação de cargos e funções dos quadros de pessoal da Universidade; VII - dar posse ao Secretário-Geral; VIII - estabelecer a pauta dos trabalhos das sessões dos órgãos colegiados a que preside; IX - baixar resoluções decorrentes de decisões do CO e do CEPE; X - em situações especiais, baixar atos "ad referendum" dos órgãos colegiados a que preside; XI - firmar convênios; XII - assinar diplomas; XIII - apor vetos a deliberações de órgãos colegiados, recorrendo "ex officio" de sua decisão ao CO, quando for o caso de infringência flagrante de leis, regulamentos, do Estatuto ou deste Regimento Geral ou quando contrariar os interesses da Universidade; XIV - nomear os presidentes e vice-presidentes dos "campi" universitários, eleitos nos termos do artigo 28 do Estatuto (SÃO PAULO, 1977, Artigo 24º, grifos da autora).**

Como podemos observar, as atribuições concedidas à reitoria são basilares para mudar, reconfigurar e configurar questões da universidade à sua maneira, como demonstram os parágrafos II, III, IV, VI, VII, VIII, X, XIII e XIV. Ao observar as atribuições da reitoria, notamos o teor autoritário e centralizador em torno do ambiente universitário, em que o Regimento concedeu ao Reitor decisões importantíssimas, como designar comissões especiais ou grupos de trabalho (inciso II), baixar portarias e instruções (inciso III), transferir, conceder aposentadoria, afastamento e licença aos servidores da Universidade (IV), por exemplo.

¹⁷⁷ Artigo 25º do Estatuto – Ao Reitor compete: I – dirigir e administrar a UNESP e representá-la em juízo ou fora dele; II – zelar pela fiel execução da legislação da UNESP; III – convocar e presidir o CO; IV – superintender todos os serviços da Reitoria; V – dar posse ao Vice-Reitor; VI – escolher e nomear, com base em listas tríplices de Professores Titulares indicadas pela Congregação, o Diretor e o Vice-Diretor de cada Unidade Universitária e dar-lhes posse; VII – nomear os Diretores de outras Unidades; VIII – indicar os Dirigentes das Autarquias vinculadas de regime especial; IX – nomear o Secretário Geral da UNESP indicado pelo CO; X – estabelecer ou fazer cessar as relações jurídicas de emprego de pessoal docente, técnico e administrativo da UNESP, conforme a legislação vigente; XI – exercer o poder disciplinar em seu nível de autoridade; XII – cumprir e fazer cumprir as decisões do CO e do CEPE; XIII – submeter ao CO a proposta orçamentária da UNESP; XIV – autorizar a alienação de bens móveis da UNESP; XV – coordenar o empenho de verbas e respectivas requisições de pagamento, quando for o caso; XVI – autorizar adiamentos, quando for o caso; XVII – conferir graus universitários, correspondentes aos títulos profissionais; XVIII – proceder em sessão pública e solene, a entrega de títulos e de graus, conferidos pelo CO; XIX – convocar a eleição das representações docentes e discentes para o CO e para o CEPE; XX – formular, em tempo hábil, convites as entidades referidas no inciso VII do artigo 13, a fim de que designem os respectivos representantes para o CO; XXI – presidir a quaisquer reuniões universitárias a que compareça; XXII – exercer quaisquer outras atribuições conferidas por lei, pelo Estatuto, pelo Regimento Geral ou por delegação superior; XXIII – delegar atribuições. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-9449-26.01.1977.html>. Acesso em: 04/03/2026.

Além do Artigo 24º, podemos mencionar os Artigos 26º e 27º, que buscaram instituir um mecanismo de controle sobre o corpo docente no interior da instituição:

Artigo 26 - Diretamente subordinada ao Reitor, funcionará a Comissão Permanente de Regime de Trabalho (C.P.R.T.), como dispõe este Regimento.

Artigo 27 - A C.P.R.T. será composta por nove professores titulares nomeados pelo Reitor, um terço dos quais poderá ser estranho ao corpo docente da UNESP.

Parágrafo 1.º - A presidência e vice-presidência serão exercidas, necessariamente, por docentes da UNESP (SÃO PAULO, 1977, Artigo 27º).

Nos artigos 26º e 27º, a tutela e o autoritarismo ficam ainda mais evidentes, agora sobre o corpo docente, que, por meio dessa comissão, era vigiado através de um processo de fiscalização, como evidenciado no artigo que retrata as competências da comissão, nesse caso, o artigo 28º do Regimento:

Artigo 28 - São atribuições da C.P.R.T. I - propor o plano anual das prioridades para a aplicação do RDIDP ou do RTC aos docentes da Universidade; II - estabelecer normas para: a) julgar as propostas de aplicação dos regimes de trabalho aos docentes da Universidade; b) fiscalizar o cumprimento dos regimes de trabalho concedidos, sem prejuízo da ação do Reitor e dos diretores das unidades; c) apurar, durante o estágio de experimentação, a conveniência ou não da permanência do docente no regime concedido; d) julgar as propostas de aplicação e de supressão do RDIDP ou do RTC; III - submeter ao Reitor, mediante petição fundamentada, os casos que necessitem de interpretação sobre a legislação referente aos regimes de trabalho; IV - organizar os registros dos cargos e funções em RDIDP e RTC, bem como a documentação referente às atividades científicas de seus ocupantes; V - publicar, anualmente, a relação dos cargos e funções em RDIDP ou em RTC; VI - visitar periodicamente as unidades universitárias, com vistas ao aperfeiçoamento dos regimes de trabalho; VII - opinar sobre afastamento de docentes e, por solicitação do Reitor, sobre transferência; VIII - encaminhar ao Reitor os casos para deliberação superior (SÃO PAULO, 1977, Artigo 28º).

A Comissão Permanente de Regime de Trabalho (C.P.R.T.) tinha a função de estabelecer diretrizes, avaliar propostas do trabalho docente, além de fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Comissão em torno dos regimes de trabalho do professorado. Diretamente subordinada ao Reitor, a C.P.R.T. atuou como um mecanismo de controle sobre a atividade docente em um contexto no qual a universidade era julgada pela doutrina de Segurança Nacional como um ambiente tático a ser fiscalizado e controlado, o que pode ter sido uma ótima ferramenta para as ASI's, que atuaram até a década de 80. Foi

guiado por essas diretrizes que o Reitor desempenhou em sua gestão métodos arbitrários, estritamente alinhados aos moldes do regime em vigência, os quais, conseguimos identificar nos documentos estruturantes da instituição.

É importante ressaltar que tanto o Estatuto quanto o Regimento foram elaborados principalmente pelo Reitor, que, por meio de suas atuações, materializou dentro da universidade, o princípio autoritário, além da fiscalização do Estado autocrático nos documentos estruturantes da instituição. Os mecanismos estabelecidos pelos documentos revelam o conteúdo autoritário que queriam instituir na universidade, e isso fica mais evidente quando notamos que os principais órgãos administrativos, ou seja, o Conselho Universitário e a reitoria, estavam alinhados com as orientações autoritárias e centralizadoras da ditadura.

O Conselho Provisório (constituído pelo reitor indicado pelo governador de São Paulo e pelos diretores indicados por ele) constituiu o processo de estruturação inicial da universidade, estabelecendo um mecanismo que buscou aperfeiçoar o controle institucional por meio do Estatuto e do Regimento, criando um aparato em que seus interesses, principalmente os do Estado autoritário, seriam alcançados por meios formais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender os aspectos conservadores e autoritários dos dois últimos governos do regime militar que se mantiveram pós-ditadura no governo de José Sarney. Como já mencionado, o método eleito para realizar tal identificação consistiu na análise comparativa entre os governos de abertura política de Geisel e Figueiredo até a Nova República, pontuando e confrontando as características encontradas ao longo do trajeto. Por este motivo, nos deparamos com as especificidades de cada governo, buscando apresentar o contexto histórico e político, justamente para distinguir as diferenças e os pontos de contato entre as gestões.

Após essa diferenciação entre os governos, realizamos uma análise em torno da Reforma Universitária de 1968 para, em seguida, investigar os programas para Educação Superior de cada presidente em questão, confrontando as políticas empreendidas e os reflexos posteriores, buscando explorar os resultados verificados de maneira crítica, sem deixar de lado as noções apreendidas ao examinar o contexto histórico e político entre as presidências. Outro cuidado imprescindível para a análise de fonte, foi buscar documentos secundários de modo a comparar e comprovar, por meio de dados concretos, as informações expressas nos documentos de cunho narrativo, como as mensagens presidenciais.

O exemplo da importância desse cuidado em examinar as fontes de cunho narrativo se manifesta no discurso de Geisel sobre a abertura política que desempenharia em sua gestão. Notamos em sua narrativa uma tentativa real de salientar a abertura democrática como elemento presente no seu projeto de governo, mas, na prática, vimos que Geisel utilizou diversas formas de repressão. Quando seus planos não saíam como desejado, ele não media esforços para realinhar os acontecimentos com os interesses do governo, como ocorreu em primeiro de abril com o fechamento do Congresso Nacional logo após a rejeição de seu projeto de reforma do Judiciário.

Ao investigar as fontes propostas, notamos muitos pontos de contato acerca da Educação Superior entre as três regências. Grande parte dessa aproximação ocorreu como desdobramento da Reforma de 1968, como o tecnicismo, a ampliação do setor privado, a narrativa democrática e a racionalização administrativa que penetrou nas políticas educacionais exercidas pelos militares pós-Costa e Silva e por José Sarney.

Nas mensagens presidenciais de Ernesto Geisel, notamos que o autoritarismo ainda estava muito presente nas políticas educacionais para o ensino superior, mesmo se tratando de

um momento de abertura política que, como pudemos constatar, tratava-se mais de uma tentativa de aperfeiçoamento dos métodos autoritários exercidos pelas gestões ao longo do Regime Militar do que de fato, de uma abertura democrática.

O exemplo disso foi a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), criada em 1971 no governo de Emílio Garrastazu Médici, que, na gestão de Geisel, passou a adotar a nomenclatura de Assessoria Especial de Segurança (ASI). Ambos funcionam como órgãos de vigilância no interior das universidades com o objetivo de fiscalizar, desmobilizar, coagir e perseguir docentes, estudantes e funcionários da instituição que agissem de maneira contrária aos preceitos do regime em vigor. Como apresentado anteriormente, há indícios de que esse instrumento vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) operou nas universidades públicas até o início da década de 80, sendo utilizado como um mecanismo de controle do ambiente acadêmico, visto pelos militares como reduto de subversão a ser disciplinado.

Não há dúvidas de que Geisel, assim como Figueiredo e Sarney, desempenhou políticas educacionais em sintonia com a Reforma de 68, estabelecendo um projeto alinhado com os interesses econômicos da elite, executando políticas de ampliação do setor privado na educação superior, além do fato de incorporar políticas educacionais profundamente tecnicistas no ensino superior público.

Na mesma linha de Geisel, Figueiredo também desempenha políticas educacionais privatistas, aprofundando ainda mais o expansionismo do ensino superior privado na medida em que desempenha o não expansionismo em torno da educação superior federal com a justificativa de ampliar a qualidade das instituições já existentes. As consequências dessas políticas ficam estampadas no número de instituições de ensino superior federal, que mantêm o mesmo número de universidades, com a construção de apenas uma instituição no final da década de 80.

Essas medidas, também presentes nas políticas de José Sarney, demonstram que o primeiro presidente pós-ditadura sustentou a permanência da estagnação do crescimento de instituições de ensino estabelecidas por Figueiredo, impedindo a ampliação da quantidade de estabelecimentos públicos, na medida em que desviava a demanda crescente para a iniciativa privada, que se manteve em constante expansão na década de 80. Além de conservar essa política, Sarney se posicionou a favor de Figueiredo, afirmando que essas medidas seriam racionais diante da expansão desorganizada, atestando que o não expansionismo era um empreendimento necessário para a ampliação da qualidade no setor, legitimando, assim, as medidas restritivas de Figueiredo.

Assim como Geisel, Figueiredo também assume uma postura autoritária acerca do ambiente acadêmico em uma de suas narrativas proferidas no ano de 1980. Após receber no Congresso Nacional os líderes do PDS, Figueiredo faz um apelo aos companheiros políticos do seu partido, solicitando a eles que intensifiquem a fiscalização com a juventude no interior da universidade. Esse pronunciamento, somado ao fato de as ASI's terem permanecido na década de 80 (mesmo após sua extinção em 1979), pode ter uma relação direta, uma vez que em sua narrativa há um claro estímulo pela continuação das espionagens no ambiente universitário, tornando-se um convite a qualquer pessoa que partilhe dos ideais da ditadura a cooperar com a vigilância para que o governo pudesse disciplinar os agentes “subversivos” no interior das instituições.

José Sarney, ex-presidente do partido da ditadura e o primeiro presidente da Nova República, demonstra em sua narrativa um constante esforço em reforçar a qualidade no ensino superior como forma de resolver as problemáticas do setor, de maneira que atendessem aos anseios de estudantes e indivíduos preocupados com a Educação Superior, estabelecendo assim, um projeto democrático. Para isso, Sarney instituiu o programa Nova Universidade, propondo uma reestruturação na educação superior, apresentando o programa como uma forma de resolver os problemas na área a partir de uma visão instrumentalista, que dava ênfase somente às questões que tangem a “eficiência administrativa” das universidades, estabelecendo, assim, as mesmas medidas tecnicistas executadas pelos governos anteriores.

Esse momento político pós-autoritarismo institucionalizado demandava discutir temáticas estruturais acerca do ensino superior, como o estabelecimento claro do compromisso da instituição, que deveria se preocupar com funções sociais, como a democratização do acesso a este nível de ensino, bem como a formação cultural e intelectual dos estudantes, incluindo ensino, pesquisa e extensão como tripé indissociável para a emancipação. A falta de discussão sobre a função social da universidade, abriu espaço para o setor privado crescer aceleradamente, dominando esse setor educacional, assim como ocorreu após a Reforma Universitária de 1968.

Além do tecnicismo, Sarney também manteve sua atuação alinhada com as atuações arbitrárias dos governos anteriores. O exemplo disso fica evidente com o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES), criado para mediar as propostas e as realizações que desempenhariam na Educação Superior, demonstrando no anteprojeto temas de suma importância, como a autonomia universitária, a democratização do acesso e questões referentes à qualidade, bem como a finalidade da instituição de ensino. De maneira geral, esse grupo foi composto por várias figuras importantes para a educação, trazendo à tona

temas muito debatidos na década de 50 e 60, colocando em pauta assuntos de extremo interesse para a comunidade acadêmica, mostrando-se como um caminho democrático para a resolução dos problemas existentes a serem solucionados por meio da Constituinte de 1988.

No momento decisivo, quando o anteprojeto desenvolvido foi finalmente enviado ao Congresso (atendendo aos anseios de reestruturação do ensino superior brasileiro por meio do debate, como forma democrática de resolver as problemáticas enfrentadas pelo sistema), o documento foi arquivado sem ao menos ter sido discutido e votado no Congresso Nacional, indicando que a criação da comissão era apenas uma forma do governo do ex-presidente do partido da ditadura se inserir no novo cenário político (decisivo para os rumos democráticos do país) como uma figura democrática, diferenciando-se do seu passado não muito distante.

O projeto que reverberou na Constituinte de 1988 sobre a Educação Superior foi justamente a proposta conservadora, alinhada com a Reforma Universitária de 1968, isto é, tecnicista e privatista, mantendo a essência estrutural instaurada pelo Decreto-Lei n.º 5.540/1968. A partir do art. 207¹⁷⁸ e do art. 209¹⁷⁹ da Constituinte, a expansão do setor privado na educação superior pôde se desenvolver a todo vapor, pois, na prática, as instituições privadas tiveram uma maior flexibilidade institucional para estruturar as vagas e os cursos de acordo com os interesses de mercado, submetendo-se somente a avaliações posteriores, sem precisar necessariamente de uma licença prévia para poder atuar. A flexibilização mascarada de autonomia foi um dos marcos jurídicos implementados pelo governo de Sarney, contribuindo grandemente para o crescimento e desenvolvimento do setor privado, alinhado com o espectro conservador e elitista do Congresso.

Como um reflexo do cenário político da segunda metade da década de 70, a Lei n.º 952 de janeiro de 1976, o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” estavam estreitamente ligados ao autoritarismo do regime, especificamente à gestão de Ernesto Geisel. Como pudemos observar ao longo da análise desses documentos, notamos a sequência de medidas autoritárias empreendidas para manter o controle da universidade nas mãos do Estado e, conseqüentemente, da ditadura vigente.

A primeira atuação autoritária se evidencia na lei de criação da universidade, na medida em que o governador de São Paulo tenta vetar uma das resoluções do decreto

¹⁷⁸ Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13/03/2026.

¹⁷⁹ Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13/03/2026.

presente no Artigo 6º, parágrafo 2º,¹⁸⁰ que se tratava da formação do quadro docente. Segundo a resolução, a composição do magistério seria competência do Conselho Universitário (CO), medida que aparentemente não agradou Paulo Egydio Martins. Apesar da tentativa do governador em vetar, o parágrafo foi mantido pela Alesp em 20 de abril de 1976. Como forma de contornar a decisão da Alesp, Martins elege o primeiro reitor da instituição para realizar a primeira investida em centralizar as decisões da universidade nas mãos do Estado.

A escolha do reitor foi uma das primeiras medidas desempenhadas pelo governador do Estado de São Paulo (que, aliás, foi nomeado por Geisel) para garantir que o controle acerca da elaboração dos documentos de estruturação da recém-universidade estivessem em boas mãos. A partir da nomeação de Luiz Ferreira Martins como primeiro reitor da instituição, foram desempenhadas algumas medidas cruciais para manter o domínio estatal acerca da elaboração do Estatuto e do Regimento. Uma delas foi a criação de um Conselho Provisório para desenvolver a estruturação inicial de tais documentos. Em primeiro instante, a reitoria era o cargo máximo quando pensamos hierarquicamente, pois até o momento o Conselho Universitário ainda não havia sido formado, deixando o Reitor no topo da hierarquia, abrindo uma brecha que não só poderia, como contornou a decisão da Alesp (Artigo 6º, parágrafo 2º).

Como era de se esperar, Luiz Ferreira Martins constituiu um conselho composto por um grupo restrito, nesse caso, pelos diretores das antigas entidades isoladas, que não por acaso, tiveram contato devido aos extensos debates acerca da união dos institutos que constituiria uma única instituição, realizados no ano anterior, quando Martins ainda ocupava o cargo de coordenador da Coordenadoria dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP). É importante ressaltar que a CESESP estabeleceu um bom relacionamento com o governo um ano após a Reforma Universitária de 1968, o que gerou grandes vantagens para os institutos isolados do estado de São Paulo dali em diante, o que explica a nomeação do reitor desempenhada por Paulo Egydio Martins.

As deliberações promovidas pelo Conselho Provisório estavam intensamente alinhadas com os preceitos do Estado autoritário, explicitamente evidenciados nos documentos estruturados pelo Conselho. Instaurado no início de 1977 por meio do Decreto n.º 9.449, o Estatuto da Unesp organizou a vida política e administrativa da universidade,

¹⁸⁰ Artigo 6º, parágrafo 2º: § 2º - Os quadros do pessoal docente, tanto permanente como especial, serão organizados pelo Conselho Universitário, obedecidas as normas da legislação em vigor. (NR) (SÃO PAULO, 1976, art. 6º).

determinando normas gerais que designam a identidade e definem a estrutura de poder da instituição.

Como pudemos observar no capítulo 3.4.2, o Estatuto estava estritamente norteado pelos princípios da Reforma Universitária de Costa e Silva, ou seja, guiado pela racionalidade tecnicista e pela contradição da autonomia. Na medida em que alegam autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira na universidade, por outro lado fornecem uma brecha, subordinando essas autonomias à "forma da lei e de seus estatutos", isto é, às diretrizes instauradas pelo Estatuto da universidade, que nesse caso, foram constituídas por um representante vinculado ao Estado autoritário.

O Estatuto elaborado buscou, em todas as instâncias, centralizar as decisões cometidas no interior da instituição nas mãos do Estado, com o propósito central de manter sob controle todas as decisões desempenhadas no ambiente acadêmico, além de mantê-lo sob sua tutela.

Instaurado meses após a instituição do Estatuto, o Regimento Geral foi estabelecido por meio do Decreto n.º 10.161, em 18 de agosto de 1977. Se o Estatuto definia questões gerais sobre a instituição, o Regimento definia questões complementares do Estatuto, como o cotidiano acadêmico e administrativo da universidade, além de detalhar as diretrizes de funcionamento. A partir da análise desse documento, constatamos de forma mais evidente o teor autocrático em torno das universidades, que moldou as diretrizes e as atribuições de cada órgão administrativo de acordo com os interesses do Estado.

Um exemplo disso foi a composição do Conselho Universitário (CO) (órgão hierárquico máximo da instituição), em que o Reitor e o Conselho Provisório arquitetaram um arranjo no documento em que a maioria dos integrantes do CO estivesse alinhada com os preceitos da reitoria. Obter a maior parte do CO seria imprescindível para manter total controle da instituição, que, juntamente com a reitoria, dominaria a administração máxima, prescrevendo todas as deliberações da universidade.

Entre as competências atribuídas ao CO, destacamos a fixação da forma de ingresso dos candidatos do curso de graduação e a escolha dos representantes docentes. Quando nos referimos à forma de ingresso na instituição, de certa forma, falamos sobre quem poderia estudar e quem não poderia ingressar na universidade. Se o Estado autoritário detinha o poder de fixar as formas de ingresso em uma instituição cujo nome homenageia o jornalista, intelectual e empresário Júlio de Mesquita Filho, notamos o estratagema e o peso que essas informações nos fornecem.

A simbologia de estampar no nome da instituição a ideologia burguesa acerca do ensino superior, bem como o público-alvo a que foi destinado, somada à determinação do Estado em torno das formas de ingresso (incorporado na figura do CO), são componentes reveladores acerca dos ideais do Estado do regime em questão. O Estado que forneceu educação superior à elite local para obter melhores cargos e contribuir para a produção científica alinhada com o mercado foi o mesmo que ampliou a educação superior privada, favorecendo economicamente as grandes corporações, sem se preocupar com a qualidade de ensino que seria fornecida, e, conseqüentemente, expandiu o acesso ao ensino superior sem aumentar correspondentemente o gasto público. De maneira geral, o Estado tinha uma ideologia muito bem delimitada sobre o ensino superior e detinha as ferramentas para ordenar o setor de acordo com seus interesses, simbolizando claramente o pacto entre a elite e o autoritarismo.

Outra evidência sobre a arbitrariedade do Regimento Geral acerca das deliberações do CO é a escolha dos representantes docentes no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (CEPE) (o terceiro principal órgão administrativo da instituição, somente abaixo do CO e da reitoria). No Regimento, observamos algumas formas de controlar o corpo docente da instituição (tanto por parte do CO quanto por parte da reitoria), devido ao envolvimento do magistério no movimento de resistência à ditadura antes de os institutos isolados se tornarem uma só instituição.

O exemplo desse engajamento docente fica expresso na fundação da Associação de Docentes da Unesp (Adunesp), primeira instituição de docentes de ensino superior do país, criada no mesmo ano de inauguração da universidade. Devido a esse engajamento docente, os preceitos do Estado, materializados na estruturação dos documentos, não mediram esforços para impedir a participação docente nos assuntos e deliberações centrais da universidade.

No capítulo III do Regimento (que se refere às deliberações da reitoria), o ataque ao magistério se materializa nos artigos 26.^o ¹⁸¹ e 27.^o ¹⁸², que instituem um mecanismo de controle sobre o corpo docente no interior da instituição, com a criação da Comissão Permanente de Regime de Trabalho (C.P.R.T.), que operou como uma espécie de ASI do professorado unespiano.

¹⁸¹ Artigo 26 - Diretamente subordinada ao Reitor, funcionará a Comissão Permanente de Regime de Trabalho (C.P.R.T.), como dispõe este Regimento. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-10161-18.08.1977.html>. Acesso em: 15/03/2026.

¹⁸² Artigo 27 - A C.P.R.T. será composta por nove professores titulares nomeados pelo Reitor, um terço dos quais poderá ser estranho ao corpo docente da UNESP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-10161-18.08.1977.html>. Acesso em: 15/03/2026.

Diretamente subordinada ao Reitor, essa Comissão tinha a função de estabelecer diretrizes, avaliar propostas do trabalho docente, além de supervisionar o cumprimento das normas determinadas pela Comissão em torno dos regimes de trabalho docente, atuando como um mecanismo de controle sobre a atividade do magistério.

O Conselho Provisório e o Reitor constituíram o processo de estruturação inicial da instituição, determinando os mecanismos de controle que buscaram aperfeiçoar por meio do Estatuto e do Regimento, criando um aparato em que seus interesses, ou melhor, os interesses do Estado autoritário, seriam alcançados por meios formais, institucionalizando na estrutura da recém-universidade a mesma ditadura que vigorava no cenário brasileiro.

A investigação das obras eleitas, somada à análise de fonte que nos propomos a realizar, nos fez retornar às premissas iniciais, comprovando que, de fato, os aspectos conservadores e autoritários do regime ditatorial permaneceram presentes no plano educacional de José Sarney ao longo do seu plano de governo. O autoritarismo dos governos pós-golpe foi substituído por um autoritarismo institucionalizado. De maneira geral, é a concretização da “democracia burguesa”¹⁸³ conceitualizada por Florestan Fernandes.

A democracia pós-golpe é constituída pela aliança social entre a elite conservadora e o autoritarismo, que penetraram no poder Executivo, realizando um pacto social por cima, isto é, um pacto social elaborado pelas esferas burguesas da sociedade com mínima ou nenhuma participação da população civil. Na medida em que a Constituinte foi ganhando forma, notamos que as deliberações conservadoras e elitistas se sobressaíram, mantendo a estrutura econômico-social que as beneficia, na medida em que alguns direitos fundamentalmente mais progressistas foram conquistados com muita luta.

É justamente nessa disputa que se evidencia o pacto mencionado anteriormente, uma vez que José Sarney agiu a favor da mesma elite que articulou o golpe, alinhando seu plano de governo de acordo com os interesses privatistas. Na educação superior ocorreu o mesmo fenômeno, na medida em que mantém a estrutura organizacional da Reforma Universitária de 1968, preservando a mesma lógica tecnicista e privatista do ensino superior, enquanto mencionava incansavelmente em seus discursos seu empenho em restabelecer a democracia.

¹⁸³ [...] uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo é o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do “sistema democrático capitalista” (FERNANDES. Apontamentos sobre “A Teoria do Autoritarismo”. Expressão Popular. São Paulo, 2019, p. 45).

Nesse momento, podemos mencionar outra conceitualização de Fernandes quando pensamos na permanência da modernização conservadora no âmbito do ensino superior, em que há modernização e racionalização em torno da gestão, mas não há nenhuma preocupação em democratizar o acesso, transferindo essa demanda à iniciativa privada, conservando, portanto, a estrutura excludente e elitista da universidade.

Na mesma medida em que José Sarney estabelece o princípio da autonomia universitária, ele flexibiliza essa autonomia, abrindo uma brecha legislativa que proporcionou ao setor privado criar e abolir cursos na própria instituição, além de remanejar o número de vagas dos cursos oferecidos, sem se submeter ao controle burocrático de órgãos oficiais. Como podemos constatar, grande parte dos avanços alcançados na educação superior vinha acompanhada de algum privilégio que beneficiava o setor privado. Essa flexibilização viabilizou a expansão vertiginosa do ensino superior particular na década de 90, consolidando a hegemonia deste setor no ensino superior brasileiro.

No caso da Unesp, acompanhamos os reflexos políticos do governo em vigência, reverberando sobre os documentos de estruturação da universidade, a lógica elitista e autoritária do Estado, materializada na figura do Reitor e do Conselho Provisório formado por ele. Na medida em que os documentos falavam sobre autonomia universitária e afins, no mesmo texto ou em outros artigos legislativos havia brechas que limitavam ou detinham essa autonomia, constituindo no Estatuto e no Regimento uma arquitetura em que o autoritarismo e a arbitrariedade prevaleciam, atendendo a uma lógica administrativa centralizada, compatível com a racionalidade tecnocrática do momento em questão.

5. BIBLIOGRAFIA

5.1 Fontes

BATISTA, M. W. **Ensino Superior no Brasil, 1980-1991**. Brasília: Ipea, 1993. (Texto para Discussão, n. 317).

BELCHIOR. Como nossos pais. Intérprete: Belchior. In: BELCHIOR. **Alucinação**. São Paulo: PolyGram, 1976. 1 faixa (4 min 40 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y3HTEKQ-rh8&list=RDY3HTEKQ-rh8&start_radio=1 Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Costa e Silva. **Mensagem ao Congresso Nacional 1968**. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/mensagens-a-o-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-1968> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Mensagem ao Congresso Nacional 1975**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1975. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/ernesto_geisel/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-ernes-to-geisel-1975_compressed.pdf/view . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Mensagem ao Congresso Nacional 1976**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1976. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/mensagen-s-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1976> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Mensagem ao Congresso Nacional 1977**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1977. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/mensagen-s-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1977> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Mensagem ao Congresso Nacional 1978**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1978. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/mensagen-s-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1978> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Mensagem ao Congresso Nacional 1979**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/mensagen>

[s-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1979](#) . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Discurso perante a Convenção Nacional da ARENA**, 15 de setembro de 1973. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1973/01/view>. Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Saudação ao Povo Brasileiro**, pela televisão, após a decisão do Colégio Eleitoral, 15 de janeiro de 1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/01.pdf/view> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Discurso proferido na transmissão do poder**, em 15 de março de 1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/02.pdf/view> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Ernesto Geisel. **Discurso no Palácio do Planalto na transmissão da faixa presidencial ao general João Baptista de Oliveira Figueiredo**, 15 de março de 1979. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1979/9.pdf/view> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Figueiredo. **Mensagem ao Congresso Nacional 1980**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1980. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1980> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Figueiredo. **Mensagem ao Congresso Nacional 1981**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1981> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Figueiredo. **Mensagem ao Congresso Nacional 1982**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1982. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Figueiredo. **Mensagem ao Congresso Nacional 1983**: política social em seu plano de governo. Brasília, 1983. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1983> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Figueiredo. **Mensagem ao Congresso Nacional 1984:** política social em seu plano de governo. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1984> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Figueiredo. **Mensagem ao Congresso Nacional 1985:** política social em seu plano de governo. Brasília, 1985. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br . Acesso em: 8 jul. 2022.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Figueiredo. **Improviso ao receber líderes do PDS no Congresso Nacional**, 28 de agosto de 1980. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1980/60.pdf/view> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Sarney. **Mensagem ao Congresso Nacional 1986:** prioridade social em seu plano de governo. Brasília, 1986. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-ao-congresso/1986/mensagem-ao-congresso-nacional-1986-parte-1> . Acesso em: 4 set. 2023.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Sarney. **Mensagem ao Congresso Nacional 1987:** prioridade social em seu plano de governo. Brasília, 1987. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-jose-sarney-1987.pdf> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Sarney. **Mensagem ao Congresso Nacional 1988:** prioridade social em seu plano de governo. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-ao-congresso/1988/mensagem-ao-congresso-nacional-1988-parte-1> . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Sarney. **Mensagem ao Congresso Nacional 1989:** prioridade social em seu plano de governo. Brasília, 1989. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Biblioteca Presidencial da República. Governo Sarney. **Mensagem ao Congresso Nacional 1990:** prioridade social em seu plano de governo. Brasília, 1990. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1960.** Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1963.** Rio de Janeiro: IBGE, 1963. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1964.** Rio de Janeiro: IBGE, 1965. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1969-1970.** Rio de Janeiro: IBGE, 1971. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1975-1976**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1976-1977**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1985-1986**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1985-1986**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1989/educacao1989aeb_28.pdf Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1985-1987**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1986-1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1989**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. INEP/MEC. **Evolução do Ensino Superior: graduação 1980-1998**. Brasília: Inep, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nova Universidade**. Brasília: MEC, 1985. Disponível em: www2.senado.leg.br . Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação (GERES)**. Brasília: MEC, 1986. Disponível em: fera-al.com.br . Acesso em: 1 jul. 2025

BRASIL. Secretaria de Orçamento e Finanças. **Portaria SOF nº 8, de 04 de fevereiro de 1985**. [Dispõe sobre a classificação da despesa pública]. Brasília, DF: Diário Oficial da União: seção 1, 7 fev. 1985. p. 2323. Disponível em: <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/arquivos/uploads/portaria-sof-8-1985.pdf> . Acesso em: 19/02/2026.

5.2 Estudos

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: um percurso inacabado. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 437-439, nov./dez. 2018. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 18 fev. 2026.

ALMEIDA, D. L. R. A repressão política praticada no interior das universidades durante o governo Geisel (1974-1979) e a resistência estudantil. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, Brasília, 2017.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1980.

AMANO, A. T. L. **A estratégia oculta de continuidade**: a política econômica do governo Sarney (1985-1990). 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BARBOSA, L. M. A “transição moderada” e as origens ideológicas da direita democrática na Nova República. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 569-589, 2022.

BELLINGIERI, J. C. A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento. **Revista Hispeci & Lema**, Bebedouro, v. 8, 2005.

BEZERRA, A. D.; CUSTÓDIO, T. O.; CUSTÓDIO, D. O. **A Reforma Universitária de 1968**: expansão e repressão. Goiânia: PUC Goiás, 2018. Disponível em: sites.pucgoias.edu.br... Acesso em: 15 jul. 2024.

BRANDÃO, L. C. A luta pela cidadania no Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 9-38, 2009.

CASIMIRO, F. H. C. Rearticulação política das classes dominantes no processo de redemocratização do Brasil nos anos de 1980. **Revista Expedições**, Morrinhos, v. 9, n. 1, p. 114-138, 2018.

CODATO, A. N. A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 4-5, p. 113-138, 1995.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005.

CORBUCCI, P. R.; KUBOTA, L. C.; MEIRA, P. A. B. Evolução da educação superior privada no Brasil. **Radar**, Brasília, n. 46, ago. 2016.

DESTERRO, R. Compliance nas empresas estatais. **Revista Brasileira de Direito Empresarial**, v. 6, n. 2, p. 20-39, 2020.

DIAS, M. **Desafios da gestão universitária**: a UNESP – Universidade Estadual Paulista e a interiorização do ensino superior. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, capítulo IV: UNESP: Criação e Reforma, São Paulo, 2005.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FARINES, J-M.; TUYAMA, L.; AURAS, M. **Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, A. H. M. A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira na Constituinte de 1988. In: **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**, Rio de Janeiro, 2016.

FREITAS, L.C. **Tecnicismo**: ele está de volta. Blog do Freitas, 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/08/26/tecnicismo-ele-esta-de-volta/#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20dos%20anos%2080,efici%C3%Aancia%20e%20produtividade%2C%20%5B%E2%80%A6%5D> Acesso em: 12/03/2026.

GOIS, A. **Quatro décadas de gestão educacional no Brasil**. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

GUIMARÃES, H. C. Florestan Fernandes e a universidade brasileira: uma leitura de resistência. **RevistAleph**, n. 34, p. 195-214, 2020. Disponível em: www.researchgate.net... Acesso em: 12 ago. 2025.

GUMIERO, R. G.; ZAMBELO, A. V. A educação como eixo da modernização do Brasil nos anos 1930. **Em Tese**, v. 14, n. 1, p. 110-128, 2017.

HOEVELER, R. C. René Dreifuss e o golpe de 1964. In: **Anais do XVI Encontro de História da Anpuh-Rio**, Rio de Janeiro, 2014.

HOTZ, C. **Estado e política educacional no Brasil (1979 a 1989)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

JUNIOR, A. P. **A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes**. Recife: Editora UFPE, 2015.

KANG, T. H.; MENETRIER, I. **Políticas elitistas e despesas públicas em educação no Brasil, 1933-2010**. Porto Alegre: UFRGS/DERI, 2023. (Working Paper). Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/kang_e_menetrier_2023_-_despesas_em_educacao_wp.pdf. Acesso em: 18 fev. 2026.

KONRAD, D. A. Trabalhadores em luta pelo final da ditadura civil-militar brasileira. In: **Anais do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, São Paulo, 2018.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MACARANI, J. P. **A política econômica do governo Sarney**: os Planos Cruzados (1986) e Bresser (1987). Campinas: UNICAMP, 2009. (Texto para discussão, n. 157).

MACIEL, D. **De Sarney a Collor**: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista IPEA**, n. 72, 2012. Disponível em: www.ipea.gov.br... Acesso em: 7 nov. 2023.

MARQUES, M. S. B. O Plano Cruzado: teoria e prática. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 3, p. 435-464, 1988.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MARTINS, J. S. **Conde Matarazzo**: o empresário e a empresa. São Paulo: Erasmo, 1974. (Coleção de estudos brasileiros, v. 1).

MENEZES, D. F. N. O legado autoritário presente na constituição federal de 1988. **Cadernos do PPGDir/UFRGS**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2019.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOZER, J. A. **A arquitetura da dominação**: o programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968). 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, M. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. **Historia y problemas del siglo XX**, n. 2, p. 11-28, 2011.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira. In: NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. (org.). **Ações afirmativas na educação superior**: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: Editora UFFS, 2019. p. 13-39.

OKUMURA, J. H.; NOVAES, H. T. Universidade multifuncional e integrada. In: NOVAES, H. T. (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária, 2024. p. 349-392.

PINA, F. **O acordo MEC-USAID**: ações e reações (1966-1968). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

ROSSATTI, J. P.; REZZIERI, R. Como confiscar a democracia de um país sem aplicar um golpe? **Crítica Histórica**, v. 15, n. 30, p. 85-117, 2024.

SALLUM JUNIOR, B. Transição política e crise de Estado. **Lua Nova**, n. 32, p. 133-167, 1994.

SALOMÃO, I. C. Da arena ao picadeiro: uma análise da crise de legitimidade do presidente José Sarney. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 55, p. 291-312, 2016.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: NUPES/USP, 1991. Disponível em: sites.usp.br... Acesso em: 5 set. 2023.

SANTOS, S. L. O. **As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil**. 2010, Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

SANTOS, J. F. A. **Júlio de Mesquita Filho e o projeto de ensino superior paulista: seus escritos, sua atuação (1920-1938)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SEINO, E.; ALGARVE, G.; GOBBO, J. C. Abertura política e redemocratização brasileira. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 2, n. 1, p. 31-42, 2013.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da Educação Superior no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SILVA, R. O.; SANTOS, M. E. M.; SANTOS, P. P. Mercantilização e educação. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 14, n. 1, p. 293-308, 2022.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, I. I. A política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985): um balanço historiográfico. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013.

SOUZA, A. R. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 55, n. 4, p. 111-140, out./dez. 2004.

TVT NEWS. **‘Diretas Já’ na Unesp: há 40 anos, universidade se mobilizava pela escolha do reitor** – parte 2. TVT News, 14 dez. 2024. Disponível em: <https://tvtnews.com.br/diretas-ja-na-unesp-ha-40-anos-universidade-se-mobilizava-pela-escolha-do-reitor-parte-2/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

VIEIRA, C. V. **Ensino superior e Regime Militar no Brasil: a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Franca (1963-1976)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

VIEIRA, R. B. B. **Educação superior no contexto nacional: políticas, tensões e desafios**. [20--]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/65/o/politicas_ppgfe.pdf. Acesso em: 18 fev. 2026.

WELLER, W.; BASSALO, L. M. B. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 119-134, 2020. DOI: doi.org.

WESTIN, R. Em 1968, MEC passou a priorizar faculdades privadas. **Arquivo do Senado**, Brasília, 14 dez. 2018. Disponível em: www12.senado.leg.br. Acesso em: 18 fev. 2026.

ZANDAVALLI, C. B. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 351-383, jul. 2009.

ZOTTI, S. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 80. **Revista de Estudos de Educação**, Itatiba, v. 4, n. 2, p. 43-62, 2002.